

**MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES**

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL  
DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

**Doutorado**

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social**

**PUC/SP – São Paulo, 2006**

**MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES**

**O PROJETO ÉTICO- POLÍTICO PROFISSIONAL  
DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

**Tese apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como  
exigência parcial para a obtenção do título de  
Doutora em Serviço Social, sob a orientação do Prof.  
Doutor José Paulo Netto.**

**Doutorado  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social**

**PUC/SP – São Paulo, 2006**

**Banca Examinadora**

---

---

---

---

---

**"Sou revolucionário [...]. O campo com o qual jamais me entenderei é [...] o do reformismo medíocre, o do socialismo domesticado, o da democracia farisaica. Além do mais, se a revolução exige violência, autoridade, disciplina, estou a favor da violência, da autoridade, da disciplina – aceito-as em bloco, com todos os seus horrores, sem reservas covardes".**

**José Carlos Mariátegui, 1930.**

## **RESUMO**

O Objeto desta tese é a ***direção sociopolítica*** do *Projeto Ético-Político Profissional* do Serviço Social Brasileiro, assim denominado a partir da década de noventa.

O IIII CBAS em 1979, *congresso da virada*, é a referência coletiva e pública *do projeto profissional de ruptura* com o coservadorismo definindo sua ***direção sociopolítica*** de compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

A década de noventa, confere maturidade teórica ao *projeto profissional de ruptura*, tributário do legado marxiano, da tradição marxista e comprehende a profissão na divisão sócio-técnica do trabalho no âmbito da produção e reprodução das relações sociais no capitalismo.

Ao longo destes trinta anos do ***projeto profissional como processo de ruptura com o Conservadorismo***, embates teóricos e políticos estiveram [e estão] presentes no debate profissional: nas lutas contra a ditadura e, a partir de 1989, contra o neoliberalismo.

A tese enfrenta algumas destas *polêmicas* no sentido de contribuir para o *presente e futuro de nosso projeto profissional*, na ***direção sociopolítica*** que o construimos e consolidamos. Pressupõe *autonomia e independência teórica e política* de atuação sócio-profissional nas conquistas imediatas por direitos sociais e trabalhistas e históricas no horizonte da emancipação humana

Palavras-chaves: ***direção sociopolítica***, tradição marxista, *projeto ético-político como processo de ruptura profissional com o conservadorismo*,

## **ABSTRACT**

The object at this thesis is the ***social-political direction*** of the *Professional Ethical-political Project* of the Brazilian Social Service, as denominated since ninety-decade.

The third BCSW – Brazilian Congress of Social Workers is the coleteve and public reference of the professional project in a breakthrough with the conservatism, defining its ***social-political direction*** as a commitment with the historical and immediately interests from the working class.

The ninety-decade confers theoretical maturity on to the *breakthrough professional project* dedicated to the marxist legacy and the marxist tradition, it understands that the profession is inserted on the social-technical labour division in the conditions of social relationship production and reproduction under capitalism.

As passed by thirty years from the times of ***breakthrough project as a process***, the theoretical and political quarrel exited and still do in the professional discussions: fighting against military dictatorship and since 1989 against

neoliberalism.

The thesis confronts some of this polemics in the way to contribute in the present and future of our *professional project* on the **social-political direction** that we had constructed and consolidated. That implies theoretical-political autonomy and independence in the social-professional acting on the immediately conquer for work and social rights; on the historical horizon fight for human emancipation.

Key-Words: **Social-political direction**, marxist legacy, *Professional Ethical-political professional project breakthrough process* with the conservatism



**Dedico esta tese a meu pai *Eduardo* com  
quem aprendi os primeiros passos do *sentido da vida*.**

## **AGRADECIMENTOS**

A vontade é de agradecer todo mundo, não esquecer de ninguém, mas é humanamente impossível, então meus queridos saibam que todas(os) estão aqui...

À meu querido pai Eduardo (que já se foi) mas que para mim é eterno, pela sua generosidade, sabedoria, simplicidade, inteligência e humanidade, com quem aprendi os ensinamentos da justiça e da igualdade

À minha mãe Dirce, pela sua docura, perspicácia,sabedoria e amizade, que em momentos de tormento me tranquiliza com sua calma;

À minha filha Juliana ,adorada, linda,inteligente, afetuosa, que luta por autonomia e liberdade... Um dia me comunicou que ia ser assistente social...adorei...o tempo passou rápido, ela se formou tá batalhando e não quer parar de estudar... me deu uma super força na tese (com sua rapidez me ajudou muito na diagramação).

Ao meu amado Santos ( pai da Ju ) e que mora comigo há vinte e dois anos, pela sua cumplicidade, amizade, companheirismo, que nestes tempo de tese, me

paparicou ainda mais com seus chazinhos, comidinhas, apoio logístico e afetivo; obrigada por seu amor;

À minha irmã Dircinha, à meus irmãos Cláudio e Fernando , sobrinhos queridos:

Rodolfo, Du, Fausto, Alê,César, Rafael e Gabriel e minhas cunhadas : Alice e Marlei;

A meu querido Dieimes pela sua amizade, afetuosidade,companheirismo, humor vontade de seguir seu caminho com garra e determinação,você já é um vencedor, obrigada pelo ser humano que você é;

Ao meu querido orientador e amigo Zé Paulo Netto, a quem um dia, juntamente com outras(os) alunos sugerimos que criássemos um núcleo de estudos marxistas e que este núcleo duraria 14 anos (no mínimo). Regados a vinho e muito carinho , festejamos, rimos... aí está o NEAM há 11 anos. Zé Paulo quero lhe dizer da importância que você tem na minha formação teórica no marxismo; pela sua generosidade e sua firmeza na luta por uma sociedade emancipada;

Aos componentes da banca de doutorado;

Ao Ricardo Antunes com quem aprendi a pensar mais intensamente na luta por uma vida cheia de sentidos. Pelo intelectual e militante que você é na luta pelo socialismo. Agradeço pelo que tenho aprendido com você : no curso que fiz com você em 95 na UNICAMP, por seus livros, artigos e intervenções em congressos. Pela sua contribuição com meu trabalho na qualificação que atentamente incorporei.

À Carmelita Yusbek que conheço desde 68 à época que a Escola de Serviço Social era na Rua Sabará, que foi minha orientadora no mestrado e por sua trajetória histórica junto à profissão e à categoria profissional ao longo destes

trinta anos. Quanto às suas contribuições na qualificação, muitas incorporei, outras dão outra tese;

À Lúcia Barroco pela sua dedicação à questão da Ética e dos direitos humanos, por sua combatividade e firmeza na defesa dos professores da PUC, contra as demissões que se abateram sobre todos nós. Suas contribuições na qualificação foram extremamente valiosas, me auxiliando a recompor o texto, precisar o objeto e me dirigir ao que é essencial;

À Ana Elisabete com quem gostaria de poder ter contado desde a qualificação, mas devido a contenção de despesas na PUC não foi possível. Quero dizer da importância intelectual que tem para a profissão e para a categoria profissional e da minha alegria de poder compartilhar com você desta direção colegiada da ABEPSS, combativa e divertida;

À Rosângela Batistoni, que sem dúvida me ajudará neste trabalho. Companheira de longa data [HC, INOCOOP, Prefeitura] e PUCSP, de equipe de disciplinas: Oficina de trabalho profissional e Trabalho e Questão Social, da ABEPSS e da direção da Faculdade, e de estudos no marxismo; Para mim suplente tem voz [seria bom se também tivesse voto].

À Leila que gentil e prontamente aceitou meu convite e que tive oportunidade de

debater um texto seu no Neam sobre O Fim dos Empregos [Rifkin] e de quem aguardo sugestões;

Aos meus amigos do movimento estudantil que nos anos sessenta lutávamos

contra a ditadura, vivemos a prisão, e aprendemos a lutar pelo socialismo e pela revolução social;

Aos assistentes sociais que trabalharam comigo no H.C, no INOCOOP na Prefeitura de São Paulo durante os trinta anos que trabalhei como assistente social e em todos esses espaços sócio-profissionais, batalhando por um trabalho profissional comprometido com as necessidades sociais e direitos da população;

Aos militantes sindicais assistentes sociais da APASSP, do Sindicato de Assistentes Sociais de São Paulo, da CENEAS, da ANAS que comigo viveram os anos vigorosos do novo sindicalismo no Brasil.

Aos militantes da ação-popular marxista-leninista, primeira organização clandestina que militei na minha juventude e aprendi sobre a necessidade histórica da revolução social;

Aos moradores e militantes do movimento de moradia com quem aprendi a luta pela terra e a necessidade das ocupações de terra e de prédios públicos;

Aos militantes da OSI- organização socialista internacionalista trotskista clandestina pela reconstrução da quarta internacional que na década de oitenta me auxiliou política e partidariamente na organização do movimento da categoria, dos servidores públicos e da CUT;

À PUC-SP onde fiz meu curso de graduação, pós-graduação e doutorado em Serviço Social, e onde trabalho como docente há vinte e cinco anos e que hoje atravessa o momento mais difícil de seu sessenta anos;

Às minhas companheiras da direção da Faculdade de Serviço Social da PUCSP: Socorro Cabral, Rosalina, Olda, Laísa, Sueli e Marília, sendo que esta última foi demitida arbitrariamente, como todos os professores demitidos. Este momento exige de todas nós um esforço redobrado de resistência na luta contra o desmonte da PUC que optou pela via das demissões

À todos os professores da Faculdade de Serviço Social da PUCSP pela combatividade, resistência e luta contra as demissões, em defesa do trabalho e do ensino;

Aos estudantes de Serviço Social que militam no movimento estudantil com quem tenho podido debater nos ERESS, cursos de formação e ENESS, é sempre bom estar com a juventude, volto com ânimo para continuar na luta

Aos meus companheiros da APROPUC neste momento que muitos aderiram a via elitista e mercantil, muitos capitularam, mas alguns que resistem podem e devem continuar na luta

Aos funcionários da Faculdade de Serviço Social [Zé Carlos, Vânia, Cida, Elisa, Robison, Juan]

Às minhas queridas companheiras da ABEPSS Nacional e regional SUL II, neste ano de balanço da implantação das diretrizes curriculares;

Às minhas amigas e amigos queridos- são tantos, muitos e muito queridos;

Às minhas companheiras (os) do NEAM que já passaram e que ainda estão, pelo aprendizado constante;

Aos militantes do PT [década de oitenta} pela batalha para organizar os núcleos de base, a campanha de filiação, a capacitação política, na defesa do socialismo; posteriormente aos militantes da secretaria de movimentos populares e setorial de habitação;

Aos meus alunos e ex-alunos da graduação que me revigoram a cada dia, no espaço da sala de aula, e que muitas da reflexões com vocês desenvolvidas estão nesta tese;

Aos alunos que fizeram e fazem o núcleo de relações de trabalho na graduação onde podemos debater, refletir, pesquisar, ler poemas, apresentar trabalhos no CBAS, no ENPESS, publicar textos coletivos na Revista da APROPUC;

Aos alunos e ex-alunos que fizeram iniciação científica e os que contribuíram na monitoria na formação de alunos;

À Faculdades de Serviço Social que me convidam todos os anos para debater sobre os desfios da profissão;

À Eveline que me deu uma força enorme revendo meu texto e com quem aprendi muito;

À todos os funcionários e professores demitidos da PUCSP, para que sejam reintegrados ao trabalho;

Aos estudantes da PUC-SP que de forma aguerrida lutaram e lutam contra as demissões, contra a intervenção e pela estatização da PUC;

À todos que vivem de seu trabalho na luta pelo fim da exploração de classe, opressão e discriminação de classe, gênero, raça e etnia na construção de uma sociedade emancipada.

## SIGLAS

ABAS- Associação Brasileira de Assistentes Sociais  
ABEDEV- Associação de Educadores de Deficientes Visuais  
ABESS- Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social  
ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
AE- Articulação de Esquerda  
ALCA-Área de Livre Comércio das Américas  
ANAS- Associação Nacional dos Assistentes Sociais  
ANAS-Assembléia Nacional Sindical de Assistentes Sociais  
ANAMPOS- Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical  
ANDES- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior- Sindicato Nacional  
AP-Ação Popular marxista-leninista  
APAS- Associação Profissional de Assistentes Sociais  
APASSP- Associação Profissional dos Assitentes Sociais do Estado de São Paulo  
APROPUC- SP- Associação dos Professores da PUC de São Paulo  
APS- Ação Popular Socialista  
BIRD- Banco Interamericano de Desenvolvimeto  
CEDEPSS- Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social  
CENEAS- Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais.  
CBAS- Congresso Brasileiro de Assitentes Sociais  
CFC- Conselho Federal de Contabilidade  
CCQs- Centros de Controle de Qualidade  
CEDEPSS- Centro de Estudos de Políticas Sociais e Serviço Social  
CFAS- Conselho Federal de Assistentes Sociais  
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CIOSL- Central Sindical Social Democrática Internacional  
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho  
CMP- Central de Movimentos Populares  
CNAS- Conselho Nacional de Assitência Social  
CNE- Conselho Nacional de Educação  
CNTSS- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social  
CNS- Conselho Nacional de Saúde  
CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CONCLAT- Conferência das Classes Trabalhadoras  
CONCUT- Congresso Nacional da CUT  
CONLUTAS- Coordenação Nacional de Lutas  
CONLUTE- Coordenação Nacional de Lutas Estudantis  
CRAS- Conselho Regional de Assistentes Sociais  
CRESS- Conselho Regional de Serviço Social  
CSC- Corrente Sindical Classista  
CSN- Companhia Siderúrgica Nacional  
CONED- Congresso Nacional de Educação  
CUT- Central Única dos Trabalhadores  
DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos e Sócio-Econômicos  
DS- Democracia Socialista  
EEUU- Estados Unidos da América  
EUA- Estados Unidos da América  
ENESSO- Encontro Nacional de Estudantes em Serviço Social/ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social  
ENPESS- Encontro Nacional de Pesquisadores em Políticas Sociais e Serviço Social  
FASUBRA- Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras  
FENAS- Federação Nacional dos Assistentes Sociais

FGTS- Fundo de Garantia por tempo de Serviço  
FHC- Fernando Henrique Cardoso  
FMI- Fundo Monetário Internacional  
IES- Instituição de Ensino Superior Público e Privado  
INOCOOP-SP- Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo  
LBA-Legião Brasileira de Assistência  
LDB- Lei de Diretrizes e Bases  
LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social  
LOM- Lei Orgânica do Município  
LRF- Lei de Responsabilidade Fiscal  
MDB- Movimento Democrático Brasileiro  
MEC- Ministério da Educação e Cultura  
MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terras  
OIT- Organização Internacional do Trabalho  
OMC- Organização Mundial do Comércio  
ONG- Organização Não-Governamental  
OS- Organização Social  
OSC- Organização da Sociedade Civil  
OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
OSI-Organizaçào Socialista internacionalista  
OT- Jornal O Trabalho  
PDT- Partido Democrático Trabalhista  
PDV- Plano de Demissão Voluntária  
PCB- Partido Comunista Brasileiro  
PC do B- Partido Comunista do Brasil  
PEP- Projeto Ético Político  
P IB- Produto Interno Bruto  
PFL- Partido da Frente Liberal  
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POR- Por um Partido Operário Revolucionário  
PRN- Partido da Reconstrução Ncional  
PRONASOL- Programa Nacional de Solidariedade  
PROUNI- Programa Universidade para Todos  
PSDB- Partido Social Democrátio Brasileiro  
PSOL- Partido Socialismo e Liberdade  
PT- Partido dos Trabalhadores  
PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadoes Unificados  
PUC-SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
SEBES-PMSP- Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo  
SESSUNE-Subsecretaria de Serviço Social na UNE  
TRT- Tribunal Regional do Trabalho  
TQC- Controle pela Qualidade Total  
UNE- União Nacional dos Estudantes  
URSS- União da República Socialista Soviética  
ZEIS- Zonas Especiais de Interesse Social

## **SUMÁRIO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Introdução.....</b>   | <b>1</b>  |
| 1- Tema e Objeto da Tese.....  | 1         |
| 2- Considerações metodológicas.....  | 5         |
| 2.1- Justificativa.....  | 5         |
| 2.2- Forma expositiva .....  | 9         |
| 2.3- A título de indagações .....  | 14        |
| 2.3.1- Indagações da formação profissional.....  | 17        |
| <b>Capítulo I - O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: Processo de ruptura com o conservadorismo</b> | <b>19</b> |
| 1- Contextualização.....   | 20        |
| 2- Problematização.....  | 33        |
| 3- Projeto Profissional e Projetos Societários.....  | 36        |
| 4- A dimensão política das atividades sócio-profissionais.....   | 40        |
| 5- A Organização Político-Sindical dos Assistentes Sociais - Sindicatos ANAS.....                                    | 43        |
| 6- A Organização no Âmbito do Exercício Profissional - O Conjunto CFESS-CRESS.....                                   | 49        |
| 7- A Organização no Âmbito da Formação Profissional: ABEPSS .....  | 52        |
| 8- Os Instrumentos Legais que conformam o PEP na Década de Noventa .....   | 58        |
| 8.1-Os Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional.....  | 61        |
| 8.2- O Novo Currículo da ABEPSS.....   | 74        |
| 8.2.1- As Diretrizes Curriculares da Formação Profissional.....  | 77        |
| 8.2.2-Os Pressupostos da Formação Profissional .....   | 79        |
| 8.2.3-Os Princípios que fundamentam a Formação Profissional.....   | 80        |

|   |            |
|---|------------|
| 8.3- A Lei n. 8662: de 7 de junho de 1993 .....   | 82         |
| <b>Capítulo II- Os anos oitenta e a <i>direção sócio-política no processo de ruptura profissional</i>.....</b>                        | <b>84</b>  |
| 1- Bases teóricas de fundamentação do Projeto Ético-Político Profissional.....  | 85         |
| 1.1- Produção Social.....   | 85         |
| 1.2- O trabalho: Categoria fundante do ser social.....  | 88         |
| 2- Concepções políticas de Democracia e Socialismo.....   | 102        |
| 3- Bases do Projeto Ético-Político Profissional na década de oitenta.....   | 106        |
| 4- Condição de assalariamento do assistente social.....   | 108        |
| 5- Condições Políticas de Constituição Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro .....                                      | 115        |
| 5.1- Projeto de Ruptura: Gênese.....  | 118        |
| 5.2- Evolução do Projeto de Ruptura.....  | 118        |
| 5.3- Consolidação do Projeto de Ruptura.....  | 121        |
| 5.3.1- Organização Político-Sindical da Categoria: base da <i>direção sócio-política no processo de ruptura profissional</i> .....    | 121        |
| 5.3.2- A Produção Acadêmica: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil... 147   |            |
| 5.3.3- A Organização da Categoria na Formação Profissional: ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social..... | 152        |
| 5.3.4- Organização da Categoria no Âmbito do Exercício Profissional: O conjunto CFESS- CRESS.....                                     | 164        |
| 5.3.4.1- O Código de Ética Profissional de 1986.....  | 168        |
| <b>Capítulo III: As crises macro estruturais</b>  | <b>173</b> |
| 1- A confluência das várias crises: meados dos anos setenta e anos oitenta.....   | 174        |
| 1.1- A Crise do Capital.....  | 176        |
| 1.1.1- A Crise do binômio fordismo-keynesianismo no interior da crise capitalista.....  | 180        |

|   |            |
|---|------------|
| 1.2- A resposta do capital à sua crise estrutural.....  | 192        |
| 1.2.1- Reestruturação do capital: O processo de “ <i>acumulação flexível</i> ” no mundo do trabalho.....  | 194        |
| 1.2.2- Reestruturação do capital no âmbito do Estado: o neoliberalismo.....   | 202        |
| 1.2.3- Esfera da cultura: a Pós- modernidade .....  | 207        |
| 2- A confluência das várias crises: final dos anos oitenta e década de novata.....  | 210        |
| 2.1-Crise nos países pós capitalistas.....  | 210        |
| 2.2- A crise da esquerda e seus rebatimentos na classe trabalhadora.....  | 217        |
| 2.3- O neoliberalismo no contexto da América Latina.....  | 220        |
| <b>Capítulo IV O Processo de Reestruturação do Capital no Brasil:<br/>acumulação flexível e neoliberalismo.....</b>   | <b>226</b> |
| 1- A reestruturação produtiva no Brasil no período da <i>acumulação flexível</i> e os rebatimentos que interferem na <i>classe-que-vive-do-seu-trabalho</i> ..... | 227        |
| 1.1- O processo de reestruturação produtiva dos anos oitenta no capitalismo tardio brasileiro: “ <i>o toyotismo restrito</i> ”.....                               | 227        |
| 1.2- <i>Acumulação flexível</i> : “ <i>o toyotismo sistêmico</i> ”, momento predominante da reestruturação produtiva na década de 90 no Brasil .....              | 231        |
| 2- O Neoliberalismo inaugural de Collor de Mello no Brasil.....   | 237        |
| 3- Os oito anos de consolidação do neoliberalismo no Brasil: O Governo de FHC.....  | 242        |
| 3.1-O Programa <i>Comunidade Solidária</i> : a prevalência de políticas compensatórias.....   | 248        |
| 3.2- As Contra-Reformas no Governo FHC: do Estado, do Ensino Superior e Sindical.....   | 252        |

|  |     |
|--|-----|
| 3.2.1- A Contra-Reforma do Estado no Governo de FHC.....                           | 254 |
| 3.2.2- A Contra-Reforma do Ensino Superior no Governo de FHC.....                  | 269 |
| 3.2.3- A Contra-Reforma-Sindical no Governo de FHC.....                            | 274 |
| 4- O Governo de Luis Inácio Lula da Silva: O Aprofundamento do Neoliberalismo..... | 277 |
| 4.1- A Contra-Reforma do Ensino Superior no Governo Lula .....                     | 277 |
| 4.2- A Contra-reforma Sindical proposta pelo Governo Lula.....                     | 283 |

**Capítulo V- Os anos Noventa e a Metade da Primeira Década dos Anos 2000:  
Polêmicas e Desafios para a *Direção Sócio-Política no Processo de Ruptura Profissional com o Conservadorismo*.....287**

|   |     |
|---|-----|
| 1- O Projeto Ético-Político Profissional na ambiência dos anos noventa e dos cinco primeiros anos de 2000.....    | 288 |
| 2- Os anos oitenta e o projeto democrático-popular do PT.....   | 292 |
| 3- A esfera da institucionalidade nos anos noventa e a política de conciliação de classes do PT. ....             | 300 |
| 4- A política de conciliação de classes da CUT, nos anos noventa e a CUT governista da entrada do século XXI..... | 308 |
| 4.1- Perspectivas postas à classe-que-vive-do-seu-trabalho.....   | 315 |
| 4.2- Plano de lutas no campo sindical.....  | 318 |
| 5- A ofensiva da pós-modernidade para o mundo do trabalho.....  | 321 |
| 5.1- Qual é a crise da sociedade do trabalho? .....   | 322 |
| 6- Polêmicas e desafios do proceso de ruptura profissional e de sua direção sócio-política nos anos noventa.....  | 326 |
| 6.1- Transitoriedade sindical Inconclusa.....   | 327 |
| 6.2-O Projeto de Formação Profissional: As diretrizes Curriculares.....   | 340 |
| 6.2.1- Polêmicas teóricas no campo marxista no interior da formulação das diretrizes curriculares.....            | 341 |
| 6.2.2 - As Diretrizes Curriculares no interior do processo da Contra- Reforma do Ensino Superior no Brasil.....   | 352 |
| 6.2.3 - A Contra-Reforma no Ensino Superior do Brasil: implicações para o   |     |

|  |            |
|--|------------|
| Serviço Social, desafios e lutas necessárias.....                    | 357        |
| 6.2.3.1 - Os cursos sequenciais.....                                 | 357        |
| 6.2.3.2- Os mestrados profissionalizantes.....                       | 360        |
| 6.2.3.3 - O ensino à distância.....                                  | 361        |
| 6.2.3.4 - Lutas gerais da categoria com o movimento da educação..... | 363        |
| 7- Algumas considerações finais.....                                 | 367        |
| <b>Referências Bibliográficas.....</b>                               | <b>376</b> |

# **Introdução**

## **1 – Tema e objeto da tese**

Esta tese de doutorado refere-se à **direção sociopolítica**<sup>1</sup> do *Projeto Ético-Político Profissional* – PEP do Serviço Social Brasileiro, assim denominado a partir dos anos 90. Sua gênese data do final dos anos 70, no marco das grandes mobilizações das classes trabalhadoras no país, e se constituiu no projeto hegemônico da profissão.<sup>2</sup>

O momento de inflexão deste projeto, fruto de lutas e conquistas no plano teórico-metodológico, acadêmico-pedagógico, político e de intervenção socioprofissional incide, em seu ponto de arranque, na compreensão dos impasses e desafios à explicitação do *Projeto Ético-Político Profissional como processo de ruptura com o conservadorismo*.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> A direção sociopolítica do projeto de formação profissional expressa o horizonte da profissão do ponto de vista de sua utilidade social (teleologia) vinculada à sua perspectiva projetiva estratégica (ontologia).

<sup>2</sup> Referimo-nos ao projeto hegemônico da profissão no âmbito da renovação profissional (Iamamoto, 1992) na vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo (Netto, 1991).

<sup>3</sup> Netto analisa a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social Tradicional, expressão do pensamento conservador (tradição positivista) a partir de suas referências teórico-metodológicas e ideológicas e de suas referências de intervenção socioprofissional (o reformismo conservador) (Netto, 1991; Iamamoto, 1992, 1998). A vertente de ruptura com o conservadorismo, na ambiência da renovação profissional, é tributária do legado marxiano e da tradição marxista (Netto, 1991). “O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e

Torna-se necessária uma análise sociohistórica das conjunturas nacionais, vinculada aos diferenciados momentos de internacionalização do capital e seus desdobramentos nas conjunturas nacionais para a apreensão do **processo de ruptura com o conservadorismo** no Serviço Social brasileiro.

No interior da tese, o projeto profissional e as contradições nele contidas, fruto das determinações sociohistóricas e ideopolíticas, se expressam na correlação de forças existentes entre as classes sociais e os projetos societários, dominante e em disputa, na sociedade de classes.

O projeto profissional vincula-se ao projeto societário emancipador ancorado em instrumentos jurídicos, expressão das referências teórico-metodológicas e ético-políticas, que sustentam a **direção sociopolítica** do projeto de formação e exercício profissional que se encontra calçado nas determinações sociohistóricas da realidade.

A investigação se dirige aos fios condutores presentes e articuladores das duas dimensões do *projeto hegemônico da profissão*, objetivados pela *utilidade social da profissão (teleologia)*<sup>4</sup> e *fundaçāo sociohistórica (ontologia)*<sup>5</sup>.

---

persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual européia do século XIX, mas de idéias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade” (Iamamoto, 1991:23).

<sup>4</sup> Teleologia ou Prévia-Ideação: “A construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação” (Lessa, 1999:22).

<sup>5</sup> Ontologia: parte da filosofia que trata do ser enquanto ser. Referimo-nos à ontologia do ser social, correspondente à teoria social de Marx, que apresenta a produção social como

A tese tem por objetivo debater, contextualizar, aprofundar e desvendar alguns dos desafios contemporâneos postos à **direção sóciopolítica** do *Projeto ético-político profissional* e contribuir para o enfrentamento necessário à manutenção da autonomia profissional que construímos e consolidamos, fruto de conquista teórica e ideopolítica.

O projeto de profissão nesta tese é compreendido como um **processo de ruptura com o conservadorismo**: deita raízes na configuração de *um novo ethos profissional*, que amadurece teórica, acadêmica, política e eticamente, de forma coletiva, no meio profissional da categoria. Tem, em suas formas organizativas, a referência histórica necessária desta maturidade sob a direção das vanguardas profissionais.

O período contemporâneo apresenta uma nova situação a ser enfrentada e, pode-se afirmar uma das mais duras que a categoria profissional já passou :

A prova a que, nos marcos dessa conjuntura, já estão sendo e continuarão a sê-lo mais severamente nos próximos anos submetida àquelas vanguardas da categoria profissional. O que está (e estará cada vez mais) em jogo é a sua autonomia política para conduzir o denominado projeto ético-político que construíram para a profissão nos anos 1980 e 1990. Compreender o que está envolvido nesta prova supõe retomar componentes histórico-políticos muito expressivos da gênese e do desenvolvimento desse projeto profissional. (Netto, 2004:22)

A década de 90 confere maturidade teórica ao Projeto Profissional do Serviço Social Brasileiro que no legado marxiano e na tradição marxista apresenta sua referência teórica hegemônica. Enfeixa um conjunto de leis e de

---

momento predominante da vida dos homens.

regulamentações que dão sustentabilidade institucional, legal, ao ***projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo:***

O Novo Código de Ética Profissional em 1993;

A nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993;

As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, em 1996;

As legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990.

O ***projeto profissional como processo de ruptura e sua direção sociopolítica*** se assenta no quadro conjuntural do país a partir:

- a- das lutas sociais e da retomada da democracia e seus rebatimentos na esfera da vida social em meados dos anos 70 a final dos anos 80;
- b- da implantação do neoliberalismo que ganha fôlego e consolidação nos dois mandatos de FHC, de 1994 a 1998 e 1998 a 2001, e de sua continuidade no Governo Lula, de 2002 a 2005, período que abrange esta tese;
- c- na forma da categoria profissional posicionar-se na luta contra o neoliberalismo.

***A direção sociopolítica e o balanço do projeto profissional como***

*processo de ruptura* com o conservadorismo configuram-se em **objeto** de pesquisa desta tese.

Este balanço se norteará pelo posicionamento político e resistência da categoria profissional em defesa do *projeto profissional de ruptura* e de sua *direção sociopolítica*; do avanço teórico-filosófico que estabelece um novo patamar à profissão; dos desafios postos à profissão e ao profissional para manter as conquistas e avançar teórica e politicamente na formação e no exercício profissional, em um período de resistência das massas trabalhadoras contra a ofensiva neoliberal.

Busca-se apreender e analisar: a regressão na organização das classes trabalhadoras expressa no abandono gradativo da perspectiva da luta pelo socialismo, pelas posições políticas do campo majoritário da CUT e a luta de resistência dos trabalhadores contra o neoliberalismo aí incluído o *projeto de ruptura profissional* com o conservadorismo.

*“O que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la.”* (Netto, 1998:89, grifo nosso)

## **2 – Considerações metodológicas**

### **2.1 – Justificativa**

A tese pretende desvelar algumas das questões presentes nas diferentes

angulações teórico-políticas e programáticas que coexistem no debate profissional e da adoção do *projeto profissional como processo de ruptura* com seus avanços imediatos e históricos, seus limites e desafios a partir da hegemonia teórica e política construídas em seu interior e diante das diversas concepções em disputa presentes no campo de ruptura profissional com o conservadorismo.

Atento para o fato de que *o projeto de ruptura não ocorre linearmente*. Ao contrário, *manifesta-se em movimentos diferenciados e apresenta interpretações distintas e não raro colidentes entre si e díspares entre suas dimensões teleológica e ontológica*. Trata-se, portanto, de *decifrar algumas das questões centrais de consolidação do processo de ruptura*.

Esta tese, portanto, se dedica **ao balanço da profissão nos últimos 30 anos** referenciados na ruptura com o conservadorismo a que chamo de **processo de ruptura**.

O projeto de profissão como **processo de ruptura com o conservadorismo** apresenta sua referência emblemática na ambiência sociohistórica, ideopolítica e cultural do avanço das lutas sociais dos anos 80, às quais a categoria profissional organizada esteve *colada* e vinculada organicamente. Neste momento refiro-me à organização político-sindical dos assistentes sociais no interior das lutas da classe trabalhadora.

Nesta tese, destaco os avanços teóricos e éticos da profissão em uma conjuntura tensionada pelo neoliberalismo na década de 90 e, por último, analiso alguns dos desafios postos à profissão e à organização política dos profissionais

mediante a avassaladora conjuntura de destruição de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados que perpassa a década de 90 e metade da primeira década dos anos 2000.

Neste balanço histórico do **processo de ruptura** profissional com o conservadorismo, pretendo decifrar algumas questões que se constituem em desafios contemporâneos para o nosso projeto profissional coletivamente construído, fruto de conquista hegemônica das lutas travadas pela categoria profissional organizada.

A unidade teórico-metodológica e ético-político profissional, construída nos últimos 30 anos no **processo de ruptura**, apresenta traços substantivos de continuidade aí incluídas as diferentes interpretações que designamos de *pluralismo*.<sup>6</sup>

O objeto desta tese não é um objeto aleatório. Ao contrário, expressa minha escolha teórico-profissional e ideopolítica na perspectiva do legado marxiano e da tradição marxista, seja,

- a- na militância do movimento estudantil (1968 a 1971);
- b- na trajetória profissional como assistente social durante 31 anos em espaços socioocupacionais (1972 a 2003) buscando do ponto de vista teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político contribuir com a

---

<sup>6</sup> O pluralismo pode ser compreendido como um fenômeno social e político (teoria política) e como elemento na construção do conhecimento (epistemologia). O pluralismo apresenta sua degradação teórica no ecletismo; e sua degradação política no liberalismo (Neto, 1999:96). A questão polêmica do pluralismo foi tratada diferentemente por (Coutinho *et alii*, –in Vv.Aa., 1991:5-7) e por Tonet (1997:203-237).

*perspectiva do projeto profissional como processo de ruptura;*

c- na militância organizativa da categoria profissional na esfera sindical, APASSP/Sindicato e na CENEAS/ANAS (1978 a 1989);

d- na militância partidária (núcleo de assistentes sociais e sociólogos petistas de São Paulo – 1981/1982, setorial municipal de habitação do PT – 1990/1991, secretaria nacional de movimentos populares do PT – 1991/1992);

e- na esfera da entidade da formação profissional, ABEPSS (2002/2004 e 2004/2006);

f- na docência na formação de assistentes sociais (1982 até os dias de hoje);

g- na pesquisa ( mestrado e doutorado);

h- na militância docente na APROPUC-SP (2005-2006);

i- na relevância do debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro na direção *de avançar no projeto profissional de ruptura.*

O tratamento do *objeto* parte de um estudo detido na bibliografia profissional e no debate contemporâneo das ciências sociais. Minha análise ancola-se na tradição marxista do ponto de vista:

a – dos fundamentos do *Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro* (centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social, liberdade, teleologia, ontologia, emancipação humana); das condições sociohistóricas que apresentam os elementos constitutivos da realidade

social (cultura da crise: crise do capital e do capitalismo e suas respostas; *acumulação flexível, neoliberalismo e a pós-modernidade*; crise do Estado de Bem- Estar Social; crise das sociedades pós-capitalistas; crise da esquerda, a perspectiva imediata e histórica da classe trabalhadora).

- b – da contribuição do debate teórico e político de algumas das indagações presentes no debate contemporâneo do Serviço Social e de sua ***direção sociopolítica*** em um momento de resistência quanto as formas destrutivas da sociabilidade humana;
- c – na direção da preservação e do avanço do *projeto profissional de ruptura como processo de ruptura com o conservadorismo* em sua finalidade social, voltada para os direitos sociais e conquistas históricas, e de sua articulação com o projeto societário de emancipação humana

## 2.2 – A forma expositiva

Esta tese se desenvolve por uma introdução, cinco capítulos e considerações finais.

A Introdução apresenta o tema e o objeto da tese em sua *relevância contemporânea*, qual seja: o debate e a contextualização da ***direção sociopolítica*** do projeto profissional na *vertente de ruptura* com o conservadorismo, no âmbito da *renovação da profissão*, que vincula o projeto profissional ao projeto societário emancipador. Explicita a justificativa, as

indagações, os caminhos investigativos – analíticos – e a forma de exposição.

O Capítulo I contextualiza e problematiza o **projeto profissional** como **processo de ruptura** com o *conservadorismo* e estabelece a necessária relação entre projeto profissional e projeto societário, aí plasmada, a dimensão política das atividades socioprofissionais e a **direção sociopolítica da profissão**.

Expõe as expressões organizativas da categoria profissional na esfera sindical, na formação acadêmica e no exercício profissional que materializam as opções teórico-metodológicas e ético-políticas que conformam o **processo de ruptura** com o conservadorismo na profissão.

Identifica as bases legais que orientam institucionalmente a profissão na década de 90 e constituem o PEP – Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social Brasileiro: O Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de n. 8662 de 07/06/ 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996, circunscritas às condições sociohistóricas que possibilitam esse desenvolvimento progressivo no plano teórico, ético e ideopolítico.

O Capítulo II trata da conjuntura que emerge o PEP, final dos anos 70 e anos 80, período em que se estabelece a **direção sociopolítica do projeto profissional**. São apresentadas as bases teóricas fundantes do projeto profissional: a produção social e o trabalho em suas dimensões teleológica e ontológica, bem como as concepções políticas voltadas para o tema da democracia socialista, mediação necessária na relação entre projeto profissional e projeto societário.

As condições políticas dos anos 80 e a vinculação da categoria profissional aos movimentos sociais explicitam o fundamento da ***direção sociopolítica*** do projeto profissional. Nesta perspectiva são delineadas a gênese, a evolução e o desenvolvimento do ***projeto de ruptura como processo***. A consolidação deste projeto estrutura-se e tem como origem a organização político-sindical dos assistentes sociais pelas suas entidades: APAS e Sindicatos (plano estadual) e CENEAS/ANAS (âmbito nacional); a produção acadêmica; a organização na formação (ABESS) e o exercício profissional (CRAS/CFAS), em que incidem avanços substantivos à dimensão profissional em sua finalidade social voltada aos interesses das classes trabalhadoras.

O Capítulo III trata do Serviço Social nos anos 90, seus avanços teóricos e o surgimento do *PEP – Projeto Ético-Político Profissional*, em uma conjuntura internacional marcada por um conjunto de crises com desdobramentos para a América Latina, aí incluído o Brasil.

Contextualizam-se as crises macroestruturais do capital no plano internacional: a crise do capital e do capitalismo (crise do binômio fordismo-taylorismo) na crise do Estado de Bem-Estar Social e os elementos constitutivos de ofensiva da resposta do capital à sua própria crise, consubstanciados no binômio *acumulação flexível-neoliberalismo* e seus desdobramentos na esfera da cultura, a pós-modernidade.

As crises macroestruturais analisadas na década de 80 incidem no processo regressivo das classes trabalhadoras, na passagem dos anos 80 e na década de 90. Ecodem outras crises, respectivamente: a crise dos países pós-

capitalistas e a crise da esquerda e seu rebatimento no movimento classista dos trabalhadores. Trata-se de argumentar os impasses e desafios para a perspectiva histórica da classe que vive do seu trabalho e sua relação com o ***processo de ruptura profissional***.

O Capítulo IV analisa o processo de reestruturação do capital, na particularidade do caso brasileiro, por meio da *acumulação flexível e do neoliberalismo*. No mundo do trabalho busca-se compreender a diferenciação existente entre a acumulação flexível (toyotismo restrito) dos anos 80 e o (toyotismo sistêmico) dos anos 90 por meio de seus rebatimentos para a classe que vive do seu trabalho. Na esfera do Estado, debate-se a implantação do neoliberalismo (Collor de Mello), sua consolidação (FHC em seus dois mandatos) e sua *inesperada continuidade* (no governo Lula da Silva). Neste processo as contra-reformas do Estado, do ensino superior e sindical e os desastres daí advindos, para as massas trabalhadoras.

Substantivamente, esta análise, *na esfera do mundo do trabalho, na esfera do Estado e na esfera da cultura*, apresenta desafios para a formação e o exercício profissional do ponto de vista da defesa do projeto profissional com ***direção sociopolítica*** historicamente construída e consolidada nos marcos do ***processo de ruptura***.

O Capítulo V situa os anos 90 e metade da primeira década dos anos 2000 na maturidade teórica do ***processo de ruptura profissional***; nas determinações sociohistóricas; nas polêmicas presentes no debate e atuação profissional no sentido de dar continuidade à ***direção sociopolítica*** construída

coletivamente pela categoria profissional, fruto de um processo de conquista de hegemonia. Nesta angulação, demonstram-se como desafios:

- a- a esfera da institucionalidade e a política de conciliação de classes do PT, partido cuja trajetória histórica foi acompanhada por expressivas vanguardas e direções do movimento organizativo sociopolítico e profissional dos assistentes sociais;
- b- a política de conciliação de classes da CUT nos anos 90 e entrada do século XXI;
- c- os desafios à ***direção sociopolítica*** do PEP na década de 90 e metade da primeira década dos anos 2000: *a transitoriedade inconclusa* na organização sindical da categoria; as diretrizes curriculares e o projeto de formação acadêmico-profissional; polêmicas teóricas no interior do campo marxista, as contra-reformas do ensino superior e seu rebatimento na formação acadêmico-profissional; a organização no exercício profissional da categoria; as repostas ao neoliberalismo e a resistência ao neoconservadorismo.

O trabalho, ora explicitado na tese, percorre um caminho analítico em sua trajetória, busca problematizar e debater algumas das questões teórico-políticas e organizativas colocadas como desafios à profissão e ao profissional. O ***balanço do processo de ruptura profissional*** ocorre em um momento de destruição de direitos sociais e trabalhistas e de retração de políticas públicas para atender a novos padrões de acumulação do capital que destrói postos de trabalho e amplia o desemprego estrutural.

O sentido da tese é dar continuidade à ***direção sociopolítica do projeto profissional como processo de ruptura*** construído nos últimos 30 anos e que sofre um conjunto de inflexões em uma quadra histórica em que a classe trabalhadora se encontra na defensiva diante da investida do capital.

As considerações finais desta tese enunciam pontos de reflexão decorrentes dos avanços obtidos no ***processo de ruptura profissional*** com o conservadorismo. Delineiam alguns elementos que devem estar presentes em nossa referência de combate teórico e político para que o ***processo de ruptura profissional*** avance na direção e opção teórico-metodológica e ético-política, tal qual a categoria profissional organizada o construiu e consolidou.

Para que o *nossa projeto tenha futuro em sua perspectiva teórica, histórica, ética, ideopolítica e programática* na formação e exercícios profissionais em seu horizonte imediato, em sua *utilidade social* (teleologia) e em sua dimensão *histórica (ontológica) emancipadora*, é que esta tese pretende dar sua contribuição teórico-política e sociohistórica à ***direção sociopolítica*** do *Projeto Ético-Político-Profissional* do Serviço Social Brasileiro.

### **2.3 – A título de indagações**

a – Os anos 80 estabelecem a ***direção sociopolítica*** do projeto profissional

de ruptura com o conservadorismo. A década de 90 estabelece as bases teórico-filosóficas (éticas) do projeto ético-político profissional de ruptura com o conservadorismo: Que elementos significativos, no quadro das crises estruturais, colocam para a ***direção sociopolítica*** no processo profissional de ruptura com o conservadorismo novas contradições a serem enfrentadas?

- b – De que maneira o avanço do projeto ético-político profissional nos anos 90 desenvolve sua *ação organizativa*, prioritariamente, no marco da institucionalidade?
- c – As duas mediações (ética e política) do projeto profissional se inter-relacionam, a partir das determinações da realidade, nas relações entre as classes e as lutas sociais travadas no período?
- d – As dimensões dos espaços sócio-ocupacionais na apreensão da profissão têm sido tratadas teórica e praticamente, ou, a atenção da profissão esteve voltada centralmente para a política da assistência social, lateralizando as outras políticas em que a ação profissional se desenvolve?
- e – Como a categoria profissional dos assistentes sociais e o projeto ético-político profissional tem (ou não) debatido e apresentado sua agenda política no sentido de contrapor-se a *cultura que invade os sindicatos, os partidos, as universidades, os movimentos populares e sindical na direção da adesão, conformismo e no limite na atuação, via negociação na esfera institucional* em relação às transformações no mundo do trabalho, à

*implementação e consolidação do projeto neoliberal e avanço do neoconservadorismo teórico pela pós-modernidade?*

Diante desse conjunto de implicações sociohistóricas, ideopolíticas, organizativas pergunto:

- a – Como têm-se colocado nossa categoria profissional e nossas direções posto que as pautas de nossos congressos da década de 90, já entrando no século XXI, têm firmemente se colocado contra o neoliberalismo?
- b – Quais os desdobramentos práticos de política de ação desses compromissos coletivos assumidos?
- c – Qual a contribuição teórica e político-organizativa na esfera profissional na direção de ruptura com a ordem burguesa, tal qual ontologicamente prescritos no Código de Ética e nas diretrizes curriculares de nosso projeto de formação acadêmico-profissional ?
- d – Qual a vinculação das lutas da categoria com as lutas do conjunto da classe trabalhadora?
- e – A ação voltada para a democratização do Estado e a ilusão na democracia formal (expressa no *politicismo*) atingem nossa concepção e prática profissional ?
- f – A transitoriedade inconclusa de nossa organização sindical marcada em momento de giro da CUT, para a superestrutura organizativa, em detrimento do sindicalismo de base, interferiu na dispersão da categoria profissional em seus espaços socioocupacionais?

g – A autonomia do projeto ético-político profissional como o construímos está comprometida pela orientação governista ou tem se constituído no sentido de fortalecer a sua autonomia?

Os desafios postos ao profissional e à profissão, e não só a ela, expressam um conjunto de determinações, que, para enfrentá-las, faz-se necessário compreendê-las, interpretá-las.

### **2.3.1 – Indagações da formação profissional**

a – De que maneira as unidades de ensino tem-se apropriado dessa concepção de formação profissional?

b – De que maneira a ABEPSS tem respondido aos *combates teóricos e políticos* presentes em uma conjuntura de precariedade do ensino, das condições de trabalho, da elitização da educação, do novo perfil do alunado, da desqualificação profissional, do estágio na formação profissional como responsabilidade primeira da unidade de ensino e do enfrentamento necessário contra “a mão-de-obra” barata imposta pelo mercado, da formação de docentes entre outras questões prioritárias para o desenvolvimento do projeto de formação acadêmico-profissional?

c – De que maneira a pesquisa, a produção de conhecimentos, o ensino, a extensão e, portanto, as alternativas de intervenção profissional voltam-se efetivamente para as graves e dramáticas manifestações da *Questão social* diante das transformações do mundo do trabalho e da ofensiva

neoliberal que destroem direitos conquistados e ampliam a barbárie social?

**CAPÍTULO I**

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

**DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:**

**PROCESSO DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO**

## 1 – Contextualização

O debate e a incorporação do *Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro* se expressam mais sistematicamente a partir dos anos 90, nos marcos do novo *Código de Ética Profissional* (1993), das *Diretrizes Curriculares* (1996) e da *Nova Lei de Regulamentação da Profissão* (1993), que enfeixam e materializam o projeto profissional na esfera da institucionalidade.

O significado emblemático desse tripé de objetivação, em sua visibilidade teórica e ético-política, explicita a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, no âmbito das relações sociais capitalistas, a partir da *teoria social marxiana* e da *tradição marxista*.

No entanto, o *Projeto Profissional* somente adquire concretude se analisado a partir da conjuntura sociohistórica de cada período nas múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais no âmbito das contradições e interesses das classes sociais em disputa na sociedade brasileira.

O *Projeto Ético-Político Profissional* é fruto de um processo histórico de lutas pela construção de sua hegemonia e explicita contradições e matizes diferenciados de análise, *em um campo plural, que combate e recusa o ecletismo<sup>7</sup> e, portanto, o liberalismo*. O debate permanente de idéias pressupõe conflitos e tensões saturados de embates teóricos, ideopolíticos e de método de análise, compreensão e interpretação da realidade, a serem preservados, para o avanço da perspectiva de profissão, que historicamente vimos construindo nos

---

<sup>7</sup> Ecletismo: tentativa de conciliar interesses inconciliáveis em nome do pluralismo, constituindo-se em sua “degradação teórica” (Netto, 1999:96). A esse respeito consultar: Coutinho (1991), Tonet (1995) e Chasin (1999).

últimos 30 anos no projeto denominado “intenção de ruptura” (Netto, 1995) que se configurou em um processo de ruptura profissional com o conservadorismo.

No campo do legado marxiano e da tradição marxista, as diferentes análises, teóricas e políticas, constituem referências substantivas na construção da mais ampla democracia, *em um efetivo e permanente combate ao pensamento único*, tão fortemente determinado pelo projeto hegemônico de dominação burguesa, no processo da crise estrutural orgânica e metabólica do capital (Mészàros, 1995).

#### A profissão deve ser considerada

sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas dimensões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-metodológico sobre a prática profissional; e a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem um sentido, uma *direção social* ao exercício profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e ou consciência de seus agentes individuais. (Iamamoto, 1984:45)

Torna-se imprescindível estabelecer de que maneira o capital responde a sua própria crise, na esfera da produção material da própria vida em que os homens contraem relações sociais de produção (Marx), na esfera política do Estado de dominação burguesa e suas determinações na esfera da cultura. Esta análise se orienta numa perspectiva de classe e no horizonte histórico da emancipação humana, aos quais o projeto profissional se vincula.

No *mundo do trabalho*, implementa-se uma nova gestão de controle da força de trabalho pela *acumulação flexível* (Harvey, 1995), de ampliação da superexploração da força humana de trabalho, no processo em que se vinculam

economias nacionais e internacionais na divisão social internacional do trabalho (Mota, 1995).

A estratégia do grande capital na *esfera do Estado* se expressa na subordinação estatal à economia de mercado, determinada pelos oligopólios. O neoliberalismo, gestão atual do Estado, configura-se em uma política econômica monetarista, de ampla privatização das empresas estatais e das políticas sociais, na desresponsabilização do Estado de suas funções, concretizando o “*Estado mínimo*” para os trabalhadores” e o “*Estado máximo*” para o capital.

Os ajustes estruturais nas duas esferas atingem vertiginosamente as condições de vida e de trabalho das grandes massas trabalhadoras e de seus filhos; destroem direitos sociais e trabalhistas, ampliam o desemprego estrutural e a pauperização das massas trabalhadoras com a expansão da força de trabalho sobrante (excedentária) que configura um estado de barbárie social.

Ao buscar a recuperação de suas taxas de lucro, o capitalismo contemporâneo, sequer suporta reformas democráticas que a princípio seriam passíveis de serem realizadas no modo de produção capitalista.

A implementação de políticas sociais e de emprego ocorre no Estado de Bem-Estar-Social em países capitalistas epicêntricos, em seu curto momento de crescimento econômico expansionista, de 1945 a 1973, conhecido como os *anos dourados* (Hobsbawm, 1995).

A *flexibilização* sintetiza a essência da gestão da força de trabalho, e do Estado, sob o binômio da acumulação flexível e do neoliberalismo (produção

material e reprodução social), no capitalismo contemporâneo.

Determinações que atravessam a profissão e o profissional (trabalhador assalariado) com escassez de concursos públicos, diminuição de salários, crescimento de demandas por serviços sociais, precariedade no atendimento das demandas sociais, desresponsabilização do Estado diante das políticas sociais públicas e implementação de programas sociais compensatórios, excludentes, focalizados, meritocráticos; restrição de atendimento imediato *aos mais pobres entre os pobres*, o que reduz a política ao *assistencialismo*, cada vez mais descolada da natureza de uma política pública de direitos.

Nos países capitalistas periféricos e dependentes, entre estes o Brasil, a política da Assistência Social é *quase totalmente* desenvolvida por entidades conveniadas privadas, que substituem parcialmente o atendimento a ser oferecido pela esfera pública estatal e de forma ampla.

A perspectiva teórica, disseminada pelo pensamento e programática neoliberais, fundamenta-se na concepção da intitulada *pós-modernidade*, assemelhando-se às teorias desenvolvidas em momentos históricos de retração da classe trabalhadora em ações defensivas diante das crises e refluxos dos movimentos dos trabalhadores diante da ofensiva do grande capital, em sua hegemonia avassaladora.

Em períodos históricos regressivos, trânsfugas e arrivistas constituem forte base de sustentação do projeto de dominação e exploração de classe. Lukács refere-se ao momento histórico de derrota da classe operária, no pós 1848, como um período de brutal decadência ideológica.

A decadência ideológica surge quando as tendências da dinâmica objetiva da vida cessam de ser reconhecidas, ou são inclusive mais ou menos ignoradas, ao passo que se introduzem em seu lugar desejos subjetivos, vistos como a força motriz da realidade. Precisamente porque o movimento histórico objetivo contradiz a ideologia burguesa, mesmo a mais "radical" e "profunda" introdução de tais momentos puramente subjetivos transformar-se-á objetivamente num apoio à burguesia reacionária. (Lukács, 1975:99)

O agravamento do quadro da decadência ideológica será explicável, segundo outro autor marxista húngaro, pelas implicações sociohistóricas, ideopolíticas e culturais determinadas pela *crise orgânica metabólica do capital* no plano internacional a partir de 1975 (Mészáros, 1995).

A crise que caracteriza a crise de nosso tempo são as precipitações de variada intensidade, tendemos a um continuum depressivo... E é por isso que esse continuum depressivo é, a longo termo, uma situação insustentável, e por essa razão, uma transformação social deve ser viável. (Mészáros, 1995:132)

A orientação teórica da *pós-modernidade* sustenta-se: no neopositivismo, na fragmentação do conhecimento, no empiricismo, em micro-análises rasteiras e a-históricas da realidade, no estudo das identidades e representações.

A *pós-modernidade* expressa um neoconservadorismo, refuncionalizado, em um momento de crise estrutural em que formas diferenciadas se apresentam à *pós-modernidade*: rationalistas e irracionalistas, ambas, porém, se contrapõem às teorias estruturantes, macro-históricas, tanto em relação às teorias da razão moderna (Iluminismo) quanto à teoria do ser social (totalidade da vida social) do legado marxiano e da tradição marxista.

Os autores antimarxistas e neomarxistas negam a centralidade do trabalho, como categoria ontológica prioritária do ser social, e a relação entre tempo e

espaço se satura no efêmero, no fugaz e em particularismos presentistas.

A *pós-modernidade* declara o “fim da história”<sup>8</sup> por meio do triunfo do capital e do capitalismo, ancorado em um reducionismo teórico que se curva aos interesses do mercado, com ênfase na reificação constitutiva da fase superior do capitalismo, o imperialismo.

As determinações sociohistóricas incidem sobre as condições de vida e trabalho da população usuária dos serviços sociais, bem como afeta as relações de trabalho e o exercício profissional do assistente social (Iamamoto, 1998).

Na contemporaneidade, a apreensão dessa análise fundamenta o debate do projeto profissional na luta pela *conquista, consolidação e ampliação de direitos*, no horizonte da luta pela emancipação humana.<sup>9</sup>

Recusa-se, portanto, a ilusão *politicista*<sup>10</sup>, que submete o movimento social, da luta extra-institucional, à institucionalidade. O plano de lutas se desenvolve na realidade social e na institucionalidade, sendo a última um instrumento subordinado à luta social, no campo da autonomia e independência de classe.

---

<sup>8</sup> Francis Fukuyama publicou em um periódico de circulação pequena um ensaio intitulado "O Fim da História" quando então trabalhava no departamento de Estado em Washington. A tese está sintetizada a seguir pelo autor: "não é apenas o fim da guerra fria ou término de um período particular da história do pós-guerra, mas o fim da história enquanto tal: ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma última de governo humano" (Fukuyama, 1989: 8).

<sup>9</sup> “Somente quando o homem individual, real recupera em si mesmo o cidadão abstrato e se converte como homem como homem individual em ser genérico na sua vida empírica, no seu trabalho individual e nas suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas *próprias forças* como *forças sociais* e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de *força política*, somente então a emancipação humana se realiza” (Marx, 1991:52).

<sup>10</sup> O politicismo se configura em uma tendência que superestima a esfera da política, como se fosse possível sua autonomia em relação ao processo produtivo, decorrentemente, o privilégio dessa ação política centrada no espaço da institucionalidade.

Seus desdobramentos políticos conduzem a interpretações distintas, no âmbito da formação e do exercício profissional, nos diferentes espaços socioocupacionais.

A compreensão do conjunto das crises, nos marcos dos projetos societários, diante do projeto do grande capital, é fundamental para estabelecer os desafios e as perspectivas de lutas “da classe-que-vive-do-seu-trabalho” (Antunes, 1999), respectivamente:

- a- a crise do capital e do capitalismo, em seu interior a crise do *welfare state*;
- b- a crise do chamado “socialismo realmente existente” (Netto, 1995) ou das sociedades pós-capitalistas (Mészáros, 1995);
- c- a crise das esquerdas; na perspectiva de retomada das lutas anticapitalistas, anti-imperialistas e socialistas no movimento de massas de mobilizações sociais.

O *âmbito da cultura da crise* (Mota, 1995), diante dos desafios postos à profissão e ao profissional, abrange determinações estruturais e conjunturais: sociohistóricas, econômicas, ideopolíticas e culturais que incidem na análise do *projeto profissional* e sua ***direção sociopolítica*** em relação aos *projetos societários* em disputa na sociedade de classes.

A *análise teórica* é basilar para que a *práxis política* seja impulsionada na construção do projeto societário de emancipação humana. Uma ***direção teórico-política***, que supõe o fim da sociedade de classes, da propriedade privada dos

meios de produção, da exploração do homem pelo homem, traz como possibilidade histórica a supressão positiva da ordem do capital, a dissolução do Estado, na auto-organização dos indivíduos sociais livremente associados (Marx).

Sob essa concepção e ***direção sociopolítica***, o Código de Ética Profissional foi construído: “*Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero*” (2004:39, grifo nosso).

Esta ***direção social*** põe como valor central a *liberdade*, fundada em uma *ontologia do ser social*, assentada no *trabalho*; toma como *princípios* fundamentais a *democracia e o pluralismo*; posiciona-se em favor da *equidade* e da *justiça social*; e impõe um aprofundamento teórico permanentemente, no sentido de vincular suas dimensões *teleológicas e ontológicas*.

A crise estrutural do capital incide no epicentro do capitalismo, a partir de 1973, expressando-se na rápida queda da taxa de lucro, na crise de superprodução e no processo de estagflação com consequências determinantes para os países periféricos subordinados ao imperialismo do grande capital. Entre eles o Brasil, que nos anos 80, vive sua *década perdida* na esfera da economia.

Contradictoriamente, essa década propicia no Brasil um período de grandes mobilizações sociais, operárias, de amplas parcelas da classe trabalhadora e de construção do chamado *novo sindicalismo*, de lutas, de base, autônomo e classista, em que a categoria profissional se inscreve, por intermédio de suas direções políticas, no interior dos sindicatos dos assistentes sociais e da ANAS –

Associação Nacional dos Assistentes Sociais.

O projeto profissional como ***processo de ruptura*** com o conservadorismo e a ***direção sociopolítica da profissão***, voltada aos interesses da classe trabalhadora, têm no III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (São Paulo – 1979) seu marco público e coletivo, o conhecido *Congresso da virada*.<sup>11</sup>

A origem do *Projeto Ético-Político Profissional*, concebido nos anos 90, e sua ***direção sociopolítica*** deitam raízes nas lutas da classe trabalhadora pelos seus interesses imediatos (trabalho, salário, reforma agrária, reforma urbana, direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, entre outros), acoplados à luta contra a ditadura e à construção da democracia em articulação aos seus interesses históricos expressos nas lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

Nesse contexto, apreende-se a dimensão política da profissão em que,

Muitos dos confrontos entre as correntes renovadoras da profissão nos últimos trinta anos tiveram como pano de fundo propostas socialistas que se enfrentavam no ponto de clivagem entre reformismo social-democrata e ação revolucionária. (Santos, 1998:37)

Inegavelmente essa angulação nos remete ao entrelaçamento entre *projeto profissional* e *projetos societários*, no qual o primeiro deve ser analisado na referência teórico-política dos segundos. Os projetos societários são projetos coletivos, macroscópicos, que, em nossa sociedade – a sociedade capitalista, se constituem em projetos de classe (Netto, 1995).

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup>III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em São Paulo em 1979, denominado o *Congresso da virada* por romper coletivamente com o conservadorismo ao assumir o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

A correlação de forças existente na sociedade é desfavorável aos interesses das classes trabalhadoras, que se encontram subordinadas a um poder de classe. A esfera privada de produção de valor e mais-valia sobre a força humana de trabalho e o Estado sob o controle hegemônico do capital apresentam para as massas trabalhadoras a necessidade e a possibilidade histórica do socialismo como parte de um tempo de revolução social (Marx, 1974).

O *Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro* apreende a profissão como um produto histórico, que se constituiu em uma forma de trabalho coletivo na divisão sociotécnica do trabalho, cujo significado social e ideopolítico se inscreve no âmbito das relações sociais entre as classes de suas frações e destas com o Estado.

O projeto de *intenção de ruptura* no país se desenvolve na conjuntura da “transição democrática” realizada em um pacto “pelo alto”, das classes dominantes, consentido pelos militares (Fernandes, 1986). Este projeto é resultante da ambiência de amplas mobilizações sociais das classes trabalhadoras do final dos anos 70.

Academicamente, a consolidação teórico-crítica do projeto de ruptura no Brasil tem sua referência central na obra de Iamamoto e Carvalho: *O Serviço Social e Relações Sociais no Brasil*, um clássico da literatura profissional (o único clássico, conforme Netto 2002). Inaugura a apreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, na divisão sociotécnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais, e

configura-se em primeira obra inspirada diretamente no legado marxiano, com enraizamento na tradição marxista.

Os anos 80 sintetizam o período de consolidação teórico-política da vertente de *ruptura* do Serviço Social Brasileiro e têm sua expressão na organização da categoria: político-sindical, formação acadêmica e exercício profissional.

Os desdobramentos dos ajustes estruturais na esfera da infra-estrutura (base econômica da sociedade) e na superestrutura (política do Estado) atingem os assistentes sociais como trabalhadores assalariados, partícipes do trabalho coletivo, na divisão sociotécnica do trabalho; bem como o trabalho profissional, que tem nas múltiplas manifestações da *Questão Social* a base da *fundaçao sociohistórica da profissão*.

A atual maré inovadora afeta tanto os pauperizados “excluídos do emprego”, como os trabalhadores incluídos na exploração. Nenhuma garantia protege os que estão dos que “ficam de fora” Justamente o uso capitalista das novas tecnologias reforça a flexibilização no trabalho e o consequente rodízio entre os trabalhadores ocupados e desocupados. Seja através do desemprego, da pobreza, ou da exploração, a mudança tecnológica impulsionada e orientada pela taxa de lucro atua como um instrumento de opressão social. (Katz, 1995: 233)

Os desafios postos ao profissional e à profissão, no interior da análise da realidade sociohistórica, na formação e no exercício profissional, supõem a compreensão das transformações do mundo do trabalho e o reordenamento do Estado.

No caso brasileiro, as contra-reformas do Estado (Behring, 2003), da previdência social, do ensino superior, trabalhista e sindical, implantadas nos

governos FHC (1994 a 2002) e de continuidade no governo Lula (2003 a 2005, em seus três primeiros anos de mandato), dilapidam o Estado e destroem direitos sindicais, sociais e trabalhistas duramente conquistados pelas classes trabalhadoras.

O debate da *profissão* requer percebê-la interna e externamente, para análise das determinações que a influenciam e a conformam, no contexto dos diferenciados processos sociais de luta e conquista da *hegemonia* do projeto de ***ruptura profissional com o conservadorismo*** e de sua ***direção sociopolítica***.

A gênese da *Questão Social* funda-se na contradição capital-trabalho com a formação da classe operária no antagonismo das classes sociais, inerente ao modo de produção capitalista. No caso brasileiro, a atualidade das expressões da *Questão Social* deve ser concebida no aprofundamento da *crise do capital*, de sua *ofensiva neoliberal*, e no avanço das teorias *pós-modernas*.

A continuidade do neoliberalismo, por um partido de trabalhadores que significou para as grandes massas a perspectiva de conquistas sociais e que alicerçou a militância de setores expressivos das vanguardas e direções das entidades da categoria profissional, apresenta novos desafios para o projeto de profissão.

Sob essa angulação, encontro desafios teóricos e políticos, e busco analisar de que maneira essa conjuntura complexa interfere na elaboração teórica, na formação, no exercício e na organização profissional da categoria dos assistentes sociais. A quadra histórica contemporânea impulsiona-nos a um combate teórico, político e programático, em direção aos interesses imediatos e

históricos, das amplas massas que vivem da venda de sua força de trabalho.

Devemos lutar incessantemente: contra o neoliberalismo, a favor das políticas sociais públicas universais, de políticas estruturantes de emprego, pela reforma agrária e urbana, pela soberania nacional, contra a Alca. Pelo ensino público, laico, estatal, gratuito, de qualidade, para todos e em todos os níveis, na direção do fim da escola de classes, como programática, e que atenda os trabalhadores inseridos na produção, e fora dela, como os trabalhadores sobrantes desempregados, mas que só têm a vender sua força de trabalho no capitalismo; bem como seus filhos, com os quais constituem a esmagadora maioria da população.

A ***direção sociopolítica*** estratégica do projeto profissional pressupõe um processo de lutas sociais e mobilizações de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social em que estamos mergulhados e que foram impostos pela ditadura do capital. Lutar *por consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, anti-imperialista e socialista no interior do processo de ruptura profissional com o conservadorismo.*

O socialismo não será produto de ações espontâneas das massas. É necessário que ocorra um processo consciente de luta por uma sociedade emancipada, pois não haverá revolução socialista se não houver um movimento de massas, um partido e uma estratégia orientados para o socialismo.

Assim a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do

neoliberalismo (que entre nós é conduzida por setores políticos-partidários que se dizem vinculados a um projeto societário social-democrata) é uma ameaça real ao projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de atraso, é marchar na contra mão da história. Porém, do ponto de vista da história humana é marchar com a grande maioria das massas assalariadas do planeta na construção de uma nova ordem social igualitária e libertária, e aí reside o futuro de nosso projeto ético-político profissional que caminha no combate ético, teórico, político e prático social ao neoliberalismo. (Netto, 1999:20)

## 2 – Problematização

A denúncia e o combate ao conservadorismo têm origem na década de 70, com o movimento de reconceituação situado fortemente em sua oposição, esgotando-se em 1975. No final dos anos 70 e início dos anos 80, a profissão se move firmemente no terreno de combate ao conservadorismo, no protagonismo das direções e vanguardas profissionais, coletivamente articuladas e progressivamente organizadas, o que proporciona a condição objetiva de luta e conquista da hegemonia no lastro das grandes mobilizações e lutas sociais características desse período histórico no país.

Significa, sobretudo, dizer que *a vinculação com o movimento social* se torna *constitutivamente determinante* na construção do *Projeto Ético-Político Profissional*, no início da década de 90, que supõe o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, na luta por direitos sociais na conquista da liberdade, da igualdade; no horizonte de uma sociedade sem exploração de classe, sem discriminação e opressão de gênero, raça, etnia,

na perspectiva do projeto de emancipação humana, conforme prescrito no Código de Ética de 1993. O projeto profissional

afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (...) a dimensão política do projeto profissional baliza-se na luta pela: equidade e justiça social, universalização do acesso aos bens e serviços relativos às políticas e programas sociais, ampliação e garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras, radicalização da democracia como socialização da política e da riqueza socialmente produzida. (Netto, 1992:12-13)

Combinam-se lutas imediatas e históricas em uma ***direção sociopolítica estratégica***, conquistada pela categoria profissional organizada, em seu *projeto hegemônico no Serviço Social Brasileiro*, e que, a partir da década de 90, ganha materialidade na *Nova Lei de Regulamentação da Profissão* (Lei 8662/1993), no *Novo Código de Ética* (1993) e nas *Diretrizes Curriculares* (1996), que têm, no currículo de 1982, a referência de *ruptura com o conservadorismo* e, no Código de Ética de 1986, a *ruptura com o neotomismo*.<sup>12</sup>

Se o *Projeto Ético-Político Profissional* nos anos 80 apresenta um campo de conquistas nos marcos das lutas sociais e democráticas no país, os anos 90 expressam uma contradição sociohistórica e ideopolítica, do movimento da sociedade, inspirada nas transformações do mundo do trabalho, pela reestruturação produtiva de *acumulação flexível* (Harvey, 1992), e na consolidação do *neoliberalismo*. Suas orientações programáticas conduzem as

---

<sup>1</sup> <sup>2</sup>O neotomismo se constitui em uma corrente de pensamento filosófico que influencia o Serviço Social (Maritain) e se identifica com o anticapitalismo conservador, se orienta “por um conjunto de princípios de ordem espiritual e pela centralidade ontológica dada à pessoa humana” (Barroco, 2001:136).

massas trabalhadoras a um aumento na precariedade de suas condições de vida e de trabalho, alargando sobremaneira o estado de miséria, ao destruir postos de trabalho, direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados.

Encontra-se aqui a *centralidade* do desafio posto aos profissionais assistentes sociais protagonistas dessa trajetória de ruptura:

Como reforçar e consolidar esse projeto político profissional em um terreno profundamente adverso; como atualizá-lo ante o novo contexto social, sem abrir mão dos princípios ético-poíticos que o norteiam. Ora, a vitalidade desse projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissionais na concretização dos rumos perseguidos. (Iamamoto:1998:113-114)

O *futuro do projeto profissional* reside, portanto, em sua direção estratégica emancipadora, vinculada ao movimento social, sob a perspectiva da autonomia e independência de classe e que pressupõe “*um combate ético, teórico, político e prático-social ao neoliberalismo e aí reside o futuro do projeto ético-político profissional*” (Netto, 1995:15, grifo nosso).

*Compreender a relação entre projeto profissional e projeto societário que se propõe à construção de uma nova ordem social sem exploração de classe, sem opressão social, de gênero, etnia e raça, adquire centralidade no processo de ruptura com o conservadorismo.*

Esse entendimento traz, permanentemente, para o centro do debate, o protagonismo estratégico do proletariado e, em seu interior, o papel dirigente da

classe operária em direção a um projeto de ruptura com a ordem burguesa e que avance, para a tomada do poder político, na destruição do Estado de dominação e de opressão capitalista, o que supõe sua organização em um partido classista.

A perspectiva teórico-política caminha na construção do processo de transição socialista para uma sociedade sem classes, sem propriedade privada dos meios de produção, rumo à auto-organização dos indivíduos sociais livremente associados, na sociedade de emancipação humana.

O *Projeto Ético-Político Profissional* expressa o reconhecimento das demandas e aspirações das massas trabalhadoras e vincula-se “a um projeto societário que, antagônico ao das classes possuidoras e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social brasileira” (Netto, 1999:106 ).

O *projeto profissional* nos anos 80 apresenta um campo de conquistas, no marco de avanços das lutas sociais e democráticas no país; nos anos 90, avança-se *na dimensão teórico-ontológica* e depara-se com contradições sociohistóricas, ideopolíticas advindas do movimento da sociedade e determinadas pela *reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e pela pós-modernidade, que impõem a hegemonia do grande capital.*

### **3 – Projeto profissional e projetos societários**

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu

exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado ao qual coube historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (Netto, 1999:95)

Na história dos últimos dois séculos da humanidade, no interior do modo de produção capitalista, as classes trabalhadoras obtiveram algumas vitórias e sofreram muitas derrotas em suas lutas pela emancipação humana.

As classes trabalhadoras são potencialmente constituídas pelos assalariados, despossuídos, envolvidos na produção global do capitalismo (produção, reprodução, circulação, troca e consumo), isto é, no processo de produção e realização da mais-valia, advinda da superexploração da força humana de trabalho.

O proletariado industrial tem o papel tendencialmente central pela sua posição estratégica no sistema produtivo (produz valor e mais-valia) na organização da classe trabalhadora, e na construção de partidos operários independentes (Marx).

A ruptura, com a ordem e hegemonia burguesa, implica desvendar o caráter e o encadeamento das

(...) mediações mistificadoras, porém necessárias entre a base do sistema – interesses inconciliáveis entre capital e trabalho – e a aparência neutra e imparcial do Estado como conciliador de interesses diversos – postos pela concorrência do órgão máximo de integração social em nome do bem comum que supostamente

encarna. (Ridenti, 1995:113)

A tarefa de desvendar o caráter mistificador dessas mediações por parte dos trabalhadores prevê identificar não somente a burguesia, mas também o Estado, o seu outro inimigo inconciliável de classe, que em sua função legitimadora pode permear-se – *sempre* com a hegemonia da burguesia – por interesses *também* dos trabalhadores.

Apesar de os trabalhadores se organizarem em partidos políticos que disputam a institucionalidade, esta luta tem limites, pois o Estado por mais ampliado que seja (Gramsci) é o Estado de dominação capitalista, decorrendo dessa concepção a análise de que a luta institucional não se sobrepõe à luta de classes desenvolvida no movimento de massas nas lutas sociais. A tomada do poder político pela classe trabalhadora, portanto, configura-se apenas como um meio transitório para a realização do socialismo. A rigor,

a revolução visa basicamente liberar as forças sociais contidas no mundo do trabalho e, por meio da nova sociabilidade a elas inerentes, abolir o poder político, vale dizer o Estado enquanto instrumento de dominação política e não somente uma forma particular de Estado. (Frederico, 1995:116)

### O proletariado

(...) estará condenado a permanecer na ótica da parcialidade se agir apenas politicamente. Mas ao contrário, se guiar-se pela lógica social que recusa as artimanhas da dominação estatal e o círculo vicioso a ela ligado, poderá agir como classe universal capaz de emancipar toda a sociedade. (Frederico, 1995:117)

A *emanciação política* deve, portanto, estar subordinada à *emanciação humana*, rompendo com o *politicismo* que transforma a política em uma

atividade estatal positiva de administração de pessoas e coisas, nos limites da ordem do capital, mesmo em sociedades pós-capitalistas (Mészàros, 1995).

A razão social emancipatória traz para o primeiro plano as atividades não institucionais (os movimentos sociais autônomos e a ação extra parlamentar) na luta do movimento autônomo das classes trabalhadoras. (Frederico, 1995:119)

Conseqüentemente, a condição de genericidade humana poderá constituir-se tão-somente com a autodissolução do Estado, após a tomada do poder político pelo proletariado e os trabalhadores a ele aliados, na transição socialista pela autodissolução do proletariado como classe, na supressão positiva da ordem do capital.

Do legado marxiano, apreende-se o *comunismo* como uma expressão do *movimento real* contra esse estado de coisas que surge da contradição entre o capital (propriedade privada dos meios de produção) e o trabalho alienado (de produção de valor e mais-valia), em direção à auto-organização dos indivíduos livremente associados, a sociedade emancipada.

Os *projetos societários* se encontram em curso nos processos sociais em que as classes em luta disputam interesses antagônicos e têm uma dimensão transhistórica ao considerar que “*a história de todas as sociedades até nossos dias tem sido a história das lutas de classes*” (Marx, Engels, 1998:4, grifo nosso).

Pressupõe-se, portanto, compreender na história da humanidade, em épocas distintas, as situações de exploração econômica, opressão política e social e, discriminação de classe, gênero, raça, etnia e outras formas que possam vir a existir. Porém, o que se configura como precípuas e,

conseqüentemente, constitutivas ao modo de produção capitalista são a exploração da força humana de trabalho pelo capital na produção de valor e mais-valia e a existência da propriedade privada dos meios de produção na sociedade de classes.

Esse entendimento nos remete, impreterivelmente, à luta pelo fim da exploração econômica, de qualquer opressão política e social de classe, gênero, raça e etnia, o que vincula necessariamente a luta anticapitalista à luta pela construção do socialismo.

Perseguir esse horizonte do ponto de vista *tático e estratégico* pressupõe análises concretas das complexas e diversificadas situações conjunturais e estruturais determinadas pelas condições sociohistóricas em que os *sujeitos sociais*, como *sujeitos de classe*, disputam projetos e interesses de classe antagônicos na sociedade.

#### **4 – A dimensão política das atividades socioprofissionais**

A *dimensão política* como *mediação* fundante das atividades profissionais tem sido debatida e incorporada na formação e no exercício profissionais, de forma diferenciada no quadro de renovação da profissão a partir dos anos 60, quando o movimento de reconceituação desponta, de forma inaugural, nessa trajetória.

O amadurecimento teórico-intelectual da profissão tem nos anos 80, um ponto de partida decisivo na recuperação dos diferentes substratos da tradição

marxista, para analisar e interpretar a realidade socioprofissional.

A dimensão política da profissão, como de qualquer profissão, não pode ser confundida com a perspectiva partidária, posto que:

analisar as relações entre profissão e partido supõe acentuar as suas diferenças para elucidar as suas relações e não diluí-las numa identidade. Profissão não é partido, embora articule-se com uma dimensão política da prática profissional. (Iamamoto, 1992:128)

A *dimensão política* da profissão passa por uma compreensão e um aprofundamento teóricos no interior da tradição marxista a partir da década de 80. É somente na década de 90 que a dimensão ética da profissão adquire a fundamentação teórica plasmada na fundamentação filosófica ontológica que passa a sustentá-la (Barroco, 2000).

As análises partem de uma mesma perspectiva teórico-política e fornecem elementos substantivos, de que as referências sociohistóricas se tornam imprescindíveis para decifrar os projetos coletivos como expressão de sociabilidade.

Dentre os *projetos coletivos*, situam-se os *projetos profissionais*, aqueles “que dizem respeito às profissões – não a quaisquer profissões, mas aquelas que, reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior” (Netto, 1995:3).

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas: – respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, as transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da profissão e, ainda, às mudanças na composição social da categoria – em face de tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se

modificam. (Netto, 1995:4)

Os *projetos profissionais* se encontram em mutações decorrentes de uma série de componentes estruturais, conjunturais, sociais, econômicos, políticos e culturais que devem ser continuamente analisados no solo histórico da realidade social; além dos acúmulos teóricos-técnico-operativos, investigativos e de sistematização de saberes profissionais advindos do desenvolvimento e da maturidade teórica, intelectual e interventora da profissão e dos profissionais, que pressupõem em sua base uma *categoria fortemente organizada*.

A organização da categoria profissional, em suas diferentes esferas será constantemente referenciada, deixando claro, porém, que o objeto desta tese não se dirige à análise do movimento interno dessas entidades representativas. Direciona-se, sobretudo, ao potencial estruturante e estruturador da profissão e dos acúmulos profissionais, que consubstanciam a ***direção sociopolítica*** do *projeto profissional* em sua orientação teórica e ação interventora, a partir de sua utilidade social, de sua teleologia, e estratégica na perspectiva histórica de superação do capitalismo e da conquista da emancipação humana em sua dimensão ontológica.

A formulação do Código de Ética Profissional de 1986 soma-se ao fortalecimento da ***direção sociopolítica*** do projeto profissional, e a articulação política da ANAS, dos Sindicatos de Assistentes Sociais, da ABESS e de dirigentes de muitos CRAS tem um papel decisivo para a deliberação do compromisso político com as classes trabalhadoras, na década de 80.

Conseqüentemente, é estabelecida a negação da base tradicional

conservadora, e avança-se em direção a um perfil profissional comprometido com os interesses dos usuários dos serviços sociais e das massas despossuídas, o que implica formar um profissional competente teórica, técnica, ética e politicamente.

O projeto profissional se sustenta no entendimento de que a *dimensão ética* e a *dimensão política* têm *naturezas diferenciadas* e, ao se constituírem *mediações*, guardam *uma relativa autonomia*, embora ambas se articulem em um mesmo projeto profissional, em que a dimensão ética ganhará sua objetivação ontológica no Código de Ética de 1993.

Esta tese pretende contribuir com algumas das indagações tematizadas ao longo do texto no sentido de manter e ampliar o projeto hegemônico da categoria profissional com a maturidade intelectual, teórica, política e eticamente conquistada e requer um processo de *resistência coletiva* nas várias dimensões desse projeto profissional de ruptura articulado ao movimento de resistência e de lutas na sociedade brasileira, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora.

## **5 – A organização político-sindical dos assistentes sociais – Sindicatos/ANAS**

A organização político-sindical da categoria profissional se desenvolve nas entidades sindicais dos assistentes sociais – Sindicatos e APAS –

Associações Profissionais de Assistentes Sociais, regionais e estaduais e pela CENEAS – Comissão Executiva Nacional dos Assistentes Sociais (1979 a 1983) e posteriormente pela ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais – a Federação dos Assistentes Sociais, autônoma em relação ao Estado (1983 a 1992).<sup>13</sup>

As entidades sindicais dos assistentes sociais encontram-se inseridas, majoritariamente, em um primeiro momento e, totalmente, no final dos anos 80, no movimento sindical classista referenciado na CUT – Central Única dos Trabalhadores (período de 1978 a 1992), até a extinção da ANAS e dos Sindicatos de Assistentes Sociais, por decisão da categoria em seus fóruns, assembléias sindicais estaduais e nacional. Estas entidades deliberam pela construção dos sindicatos por *ramo de atividade econômica*, consubstanciada em *sindicatos gerais por esfera de contratação* (servidores públicos municipais e

---

<sup>1</sup>       <sup>3</sup> As organizações representativas da categoria dos assistentes sociais foram respectivamente: a) A ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais, criada em 1946 com ramificações regionais, com o objetivo de fortalecer a profissão e lutar por seu reconhecimento oficial; b) em 1957, surge o primeiro Sindicato de Assistentes sociais em Porto Alegre (Iamamoto, 1992; Abramides e Cabral, 1995). Em 1978, por ocasião da retomada do movimento sindical pelo *novo sindicalismo* são reativados cinco sindicatos que durante a ditadura ficaram paralisados: do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Ceará e as primeiras APAS reativadas, com caráter pré-sindical foram: São Paulo, Bahia e Goiás; c) as APAS de caráter pré-sindical são da década de 50, não havendo entidade nacional correspondente; d) a CENEAS – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindiciais e Pré-Sindiciais dos Assistentes Sociais constituiu-se em um mecanismo nacional de articulação e unificação das lutas sindicais no período de 1979 a 1983; e) a ANAS substituiu a CENEAS em 1983 e configurou-se na federação sindical nacional até 1994; f) o conjunto CFAS – CRAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais são criados a partir da regulamentação da profissão em 15/05/1962. De acordo com a nova Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social de n. 8.662 de 7 de junho de 1993 em seu artigo 6 altera a denominação de CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais e CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais – para CFESS Conselho Federal de Serviço Social – e CRESS – Conselho Regional de Serviço Social (Abramides e Cabral, 1995); g) Em 1946, é criada a ABESS – Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social. A partir de 1996, transforma-se em ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ao incorporar o CEDEPSS – Centro de Estudos e Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social, organismo acadêmico de pesquisa da ABESS (Iamamoto, 1991; ABEPSS, 1998).

estaduais) ou por *atividade de trabalho* (sindicato de trabalhadores da saúde, da previdência).

A ANAS e os Sindicatos encaminham a construção da nova estrutura sindical, proposta no II Concut – Congresso Nacional da CUT<sup>14</sup> em 1986. A inserção no sindicalismo classista e de lutas da CUT, dos anos 80, possibilita organização e politização significativas das classes trabalhadoras, aí inseridos os assistentes sociais, que, sem dúvida alguma, jogam um papel importante, em sua própria organização, mas, também, no conjunto das lutas mais gerais, contribuindo com a fundação da CUT em muito estados do país e compondo suas direções em âmbito regional, estadual e nacional.

Característica dos anos 80, a perspectiva classista da CUT passa por um giro, nos anos 90, de abandono gradativo do sindicalismo de lutas, de ação direta das massas, de greves localizadas e gerais, de organização de base nos locais de trabalho, para uma ação majoritária no âmbito da institucionalidade por intermédio das Câmaras Setoriais.

A negociação com o Governo prescindindo de mobilizações configura uma outra concepção e prática sindical, na direção de um sindicalismo de forte traço social-democrata, de acordos e pactos, muito próximos ao sindicalismo de resultados, desenvolvido pela Central denominada Força Sindical.

A capitulação e o deslocamento ideológicos da posição hegemônica da

---

<sup>1</sup> <sup>4</sup> O II Congresso da CUT, realizado em 1986 no Rio de Janeiro, delibera sobre a Nova Estrutura Sindical a ser construída pela classe trabalhadora, no sentido de romper com a estrutura sindical vigente desde o Estado Novo, na década de trinta, atrelada ao Estado (cf. Caderno de Resoluções II CONCUT, São Paulo, 1986).

CUT, do agrupamento denominado Articulação Sindical, marcam um sindicalismo arrefecido, atado à imediaticidade (Antunes, 1995) da luta no campo institucional, a este subordinando a luta social, e que estará predominantemente presente, em toda a década de 90.

A tendência sindical se amplia e se espalha com forte influência em outras organizações populares e profissionais. Na realidade, semeiam-se ilusões na democracia formal, política, em detrimento do avanço da radicalidade democrática, que se assenta centralmente no movimento da classe em luta, de forma autônoma e independente do patronato, dos governos e dos partidos políticos.

O desdobramento dessa política *social-democrata* nas organizações dos movimentos sociais traz consequências regressivas no processo de luta de classes, para as massas trabalhadoras, em sua perspectiva histórica emancipadora.

Majoritariamente, na década de 80, as direções das entidades de trabalhadores, alinhadas ao *novo sindicalismo*, aos movimentos populares e às organizações profissionais, constroem o Partido dos Trabalhadores – PT, fundado em fevereiro de 1980, como um partido de esquerda, de massas, de lutas e na direção da construção do socialismo.

A relação estabelecida entre partido-sindicato e movimentos sociais merece ser destacada para uma compreensão clara, de seus significados e de suas intercorrências, na conjuntura nacional dos anos 2000.

Afinal, em que essa polêmica se referencia ao nosso debate ancorado no PEP – Projeto Ético-Político Profissional? Aí reside uma questão de fundo, qual seja, a vinculação hegemônica das vanguardas profissionais, atuantes nas entidades organizativas da categoria dos assistentes sociais, ao PT, e uma pequena parcela alinhada ao Partido Comunista do Brasil – PC do B, seu aliado nos governos municipais, estaduais e federal (2002 a 2006). Interessa-me, sobretudo, analisar em nosso projeto profissional a direção da autonomia que sempre defendemos, e de que maneira os giros da institucionalidade rebateram (ou não) em nossas ações organizativas e nos desdobramentos de um projeto de intervenção técnico-operativa, ético-política a partir de sua concepção teórico-metodológica, ancorada na tradição marxista.

A partir desses *componentes*, explicito os *combates teóricos, políticos e organizativos*, que se apresentam aos assistentes sociais, e destes, com o conjunto dos trabalhadores, da cidade e do campo, na direção da *autonomia* e independência de classe: diante do governo, dos partidos políticos e dos patrões, como sempre defendemos e nos colocamos, na perspectiva marxista, posto que *concebemos as tarefas necessárias à intelectualidade como parte do processo da luta de classes*.

A questão da *autonomia* dos trabalhadores ganhou centralidade analítica, e de combate teórico-político, no momento em que *o poder foi alcançado por um governo, no qual as grandes massas trabalhadoras depositaram esperanças de ver suas reivindicações e direitos atendidos*.

Em vários países do mundo, constata-se que governos democratas e

populares seguem à risca os ditames do grande capital internacional, aderem ao neoliberalismo, tornam-se antinacionais, antipopulares e antidemocráticos, transferem poderes para o capital financeiro nos interesses do agronegócio, dos banqueiros e do imperialismo.

As contra-reformas previdenciária, do ensino superior, sindical e trabalhista no Governo Lula, de continuidade às do governo de FHC, por intermédio de uma política macroeconômica, de ortodoxia neoliberal do FMI/BIRD, realizam-se em detrimento das necessidades sociais das massas trabalhadoras.

Os desafios para as classes trabalhadoras no Governo Lula, ampliam-se, pois o setor majoritário da CUT torna-se cada vez mais estadista e, portanto, governista, ao abrir mão de sua autonomia e constituir-se em forte aliado do governo, que atende aos interesses do grande capital em detrimento dos interesses das classes trabalhadoras.

Abre-se, portanto, um momento novo na luta de classes no Brasil, a partir de 2002, o que supõe travar a luta antigovernista e antiburocrática nos movimentos sociais, com o objetivo de retomar a possibilidade de um sindicalismo de lutas sociais, de massas, independente e classista.

Essa orientação reivindica a unidade na ação, em uma *política de frente única classista*, dos movimentos sociais. Deve lutar pela conquista de uma nova hegemonia, contra a capitulação adesista no interior dos movimentos sociais e da CUT.

## **6 – Organização da categoria no âmbito do exercício profissional – O conjunto CFESS-CRESS**

Até o final da década de 70, o conjunto CFESS – CRESS se sustenta nos setores vinculados à *tecno-burocracia e ou ao conservadorismo* e, a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, o conhecido “*congresso da virada*” em 1979, é disputado pelos setores de esquerda da profissão, que se organizam nas entidades sindicais da categoria.

Por meio de uma articulação política, os assistentes sociais atuantes nos Sindicatos e APAS – Associação Profissional dos Assistentes Sociais incentivam, em todo o território nacional, a formação de chapas para disputar as eleições dos CRAS, no sentido de avançar na democratização das entidades profissionais e de estabelecer uma articulação permanente entre as diversas entidades da categoria dos assistentes sociais. Essas organizações se expressam em:

- d- organização político-sindical – CENEAS (1979 a 1983) – ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Sindicatos (1983 a 1994);
- e- organização do exercício profissional: CFESS-CRESS (CFAS-CRAS até 1993);
- f- organização da formação profissional: ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS até 1995);
- g- organização estudantil, por meio da Subsecretaria de Serviço Social na

UNE–União Nacional dos Estudantes – SESSUNE até 1993 e posteriormente na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO.<sup>15</sup>

A hegemonia do *projeto de profissão de intenção de ruptura* é, sobretudo, fruto da luta política travada nos anos 80, que tem nas lutas sociais do período seu grande mote de sustentação política vinculada ao aprofundamento e amadurecimento teóricos necessários aos processos da formação e do exercício profissional. É na efervescência política, intelectual, teórica e cultural dos anos 80 que o Código de Ética de 1986 se constrói no debate com o *neotomismo* e, pela primeira vez no interior do conjunto CFAS/CRAS, a perspectiva marxista apresenta-se hegemonicamente.

O Código de Ética profissional de 1986 representa uma ruptura com a concepção ética até então vigente e em descompasso com os avanços teóricos já obtidos no âmbito acadêmico, desde 1982, pela aproximação ao marxismo e ao legado marxiano, que interferiram progressiva e cumulativamente na adoção dos fundamentos teórico-metodológicos na formação profissional.

De outro lado, os avanços político-organizativos da categoria profissional na esfera sindical estabelecem o suporte necessário e impulsionador de outras esferas e dimensões da profissão. Indubitavelmente, essa orientação política se torna-se decisiva para se reformular, progressivamente, o Código de Ética de 1986, porém ainda insuficiente neste momento, devido ao pouco acúmulo

---

<sup>1</sup> <sup>5</sup>No período de 1978 a 1983, ENESSO significa Encontro Nacional de Estudantes em Serviço Social. Em 1988, é criada a SESSUNE – Subsecretaria de Serviço Social na UNE; em 1993, é criada a ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

filosófico que possibilitasse discernir o que é dimensão ética, diferentemente da dimensão política, embora ambas as dimensões apresentem-se inter-relacionadas e configurem-se mediações da formação e do exercício profissional. A partir da década de 90 configura-se:

O amadurecimento teórico-político da questão da ética... Esse é o contexto em que se constroem as bases de legitimação do novo Código de Ética, etapa concomitante ao entendimento de seus valores e princípios e de sua fundamentação ontológica, o que implicou a superação da visão ética formal que restringe a ética à sua configuração legal, isto é ao próprio Código. (Barroco, 2004:33)

É elucidativo considerar que, com a extinção dos sindicatos e da ANAS, em 1994, por deliberação da categoria organizada e no sentido de construir a nova estrutura sindical aprovada pelos trabalhadores no interior da CUT, desde 1986, um conjunto de *demandas do trabalho* passa a ser direcionada ao conjunto CFESS/ CRESS devido à falta de vida sindical no âmbito da categoria profissional.

Conseqüentemente, cabe analisar de que maneira a política de construção sindical, do ramo de atividade econômica, não corresponde à sua organização, uma vez que, neste momento, o sindicalismo inicia sua fase regressiva, diante do avanço do neoliberalismo de um lado, e da ilusão politicista no domínio da institucionalidade, de outro.

O VIII CBAS, em Salvador em 1998, apresenta um conjunto de resoluções, no sentido de que as entidades da categoria -- de formação profissional – ABEPSS – e do exercício profissional – CFESS-CRESS -- sem se

desviar de suas naturezas específicas, contribuam no sentido de articular-se às organizações sindicais embrionárias, por ramos de atividade econômica, e sindicatos gerais, para que estes apreendam e incorporem as demandas do trabalho da categoria dos assistentes sociais. Esse movimento ocorre de forma bastante diversificada nas regiões, cabendo, portanto, o desvelamento dessas dificuldades presentes neste período de transitoriedade sindical, dos sindicatos de categorias profissionais, para os sindicatos de ramo de atividade econômica (Abramides, Cabral e Faria, 2000).

## **7 – A organização no âmbito da formação profissional: ABEPSS**

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS é a entidade que congrega as unidades de ensino do país, na esfera da graduação e da pós-graduação, no sentido de se responsabilizar pela formação profissional na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e que explicita sua concepção de formação profissional no Currículo de 1982.

Em sua gênese, a *renovação no Serviço Social* se apresenta a partir da segunda metade da década de 70, na ambiência política dos movimentos sociais, da expansão do mercado profissional de trabalho, afinada às exigências postas pelo modelo econômico do país. Resulta na ampliação dos cursos de Serviço Social, assim como de outros cursos de formação universitária, notadamente nas instituições privadas de ensino, correspondendo aos

interesses capitalistas de favorecimento das empresas privadas e mercantis em detrimento do ensino público, gratuito, estatal, de qualidade e universal.

Historicamente, a ABEPPS se colocou na defesa intransigente do ensino público, na compreensão das diferenças existentes entre os interesses privados das mantenedoras e os interesses dos docentes que se constituem trabalhadores do ensino. No interior da ABEPPS, os docentes do ensino público se somam, na luta por condições acadêmicas, pedagógicas e de trabalho, aos estudantes inseridos nas diferentes esferas e unificam-se em suas lutas pela qualidade do ensino (Cassab, 2003:154).

A *renovação do Serviço Social brasileiro* abrange respectivamente três tendências:

- a- *a perspectiva modernizadora* que tem nos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1971) suas referências sistematizadas na literatura e concebe o Serviço Social no arsenal de técnicas sociais a serem operacionalizadas nos marcos do desenvolvimento capitalista;
- b- *a reatualização do conservadorismo* expresso pela fenomenologia a partir da auto-representação da prática profissional, cuja base teórica rejeita o positivismo e recusa o pensamento crítico-dialético de raiz marxiana;
- c- *o projeto de intenção de ruptura* que tem nos espaços políticos-organizativos e acadêmicos da categoria sua concepção e prática de projeto profissional com ***direção sociopolítica*** pautada nos interesses e direitos das classes trabalhadoras (Netto, 1991).

Embora as diferentes tendências teórico-metodológicas estejam permanentemente presentes, no espectro profissional, pode-se afirmar que:

O projeto de intenção de ruptura a partir de 1979, em suas clivagens internas, é o projeto de profissão que se constrói e se consolida hegemonicamente, fruto de um processo de combates teóricos e ideopolíticos travados pelos assistentes sociais nos espaços democráticos de organização e representação da categoria profissional. Os avanços obtidos nesse período são extremamente significativos à profissão, embora possa se conferir a distância entre as vanguardas acadêmicas e a massa dos profissionais de campo (...) posto que a categoria profissional não dispõe de suficientes canais e circuitos que operem uma efetiva socialização de tais avanços. (Netto, 1996: 109)

Pode-se acrescentar um conjunto de implicações a ser analisado do final do anos 70 ao final dos anos 80, como: a expansão do ensino privado e a consequente proliferação de cursos de Serviço Social; a mudança no perfil econômico do alunado oriundo das camadas mais pauperizadas e o empobrecimento em seu universo cultural; a precarização das condições de trabalho docente – o que requer repensar o próprio processo de formação e buscar alternativas que possibilitem alavancar **a direção sociopolítica do projeto de formação profissional no processo de ruptura com o conservadorismo.**

No âmbito do exercício profissional, encontram-se efetivos avanços, em várias áreas de trabalho profissional, que se referenciam em: sistematizações e construção de procedimentos metodológicos e técnico-operativos, atitude investigativa na prática profissional, propostas interventivas criativas e inovadoras, compromisso com os direitos e conquistas das massas trabalhadoras. Encontram-se também impasses e dificuldades a serem

superados. Um deles relaciona-se ao próprio mercado nacional de trabalho que vem se modificando, cujas respostas profissionais às suas exigências ainda são insuficientes.

As insuficientes conexões entre centros de formação e campos de intervenção que têm reduzido a capacidade daqueles de viabilizar inovações, bem como a sua retro-alimentação pela realidade das práticas de campo – aqui é inegável um mútuo desconhecimento. (Netto, 1996:111)

Por último, e de centralidade analítica, são os impactos ideopolíticos e teórico-culturais que permeiam o campo profissional a ser compreendido nos parâmetros sociohistóricos conjunturais expressivos da entrada dos anos 90.

A formulação inicial do *projeto de intenção ruptura* na esfera da formação profissional se assenta na experiência acadêmica realizada pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte – conhecida como Método BH, desenvolvida entre 1972 e 1975 e que se baseia no legado do movimento latino-americano de *reconceituação* do Serviço Social (Netto, 1991).

Como experiência de trabalho profissional, em espaço socioocupacional, podemos identificar a experiência sistematizada e publicada com habitação popular desenvolvida no INOCOOP-SP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais, orientada pela *reconceituação* do Serviço Social latino-americano, de 1975 a 1979 (Abramides, Mazzeo, Finguerman, 1980) e, posteriormente, na SEBES, Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, de 1979 a 1982 (Raichelis, 1988).

O *projeto profissional de intenção de ruptura* traduz-se no currículo de

formação profissional de 1982, referendado pelo CNE – Conselho Nacional de Educação, como currículo mínimo pelo Parecer 412-82, tendo sido aprovado na Convenção da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social ABESS em 1979.

O currículo mínimo de 1982 busca superar o Serviço Social Tradicional com um envolvimento das unidades de ensino neste debate coordenado pela ABESS.

Isto não significa que a proposta acabada represente uma unidade no que se refere a formação profissional pretendida para o assistente social, mesmo porque no interior da categoria e do seu setor diretamente envolvido com o ensino da profissão coexistem concepções diferenciadas da própria profissão bem como da formação profissional. E, neste sentido a proposta apresenta ambigüidades, contradições, que bem expressam esta realidade no meio profissional (*Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 14, 1984: 39).

Os resquícios do Serviço Social Tradicional, ainda presentes no currículo de 1982, referem-se a:

- a- concepção abstrata de homem;
- b- ausência de definição do significado da participação popular em processos decisórios;
- c- superação da “função assistencial” para a de “promoção humana” sem referir-se às condições e objetivações sociais;
- d- “clientela” e “estratos mais carentes” desconsiderando a existência e as relações das classes sociais;
- e- ausência do referencial teórico de totalidade das relações sociais que

- garanta a análise e a interpretação da realidade social;
- f- separação entre teoria e prática;
- g- não explicitação do significado dos movimentos sociais na história da vida social;
- h- referência à “consciência da população” sem definir seu significado teórico (Rodrigues, 2003).

As ambigüidades<sup>16</sup> existentes no currículo de 1982 sugerem modificações para o currículo do Curso de Serviço Social na formação acadêmico-profissional para que se avance na concepção de profissão, na inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, no processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, no significado social da profissão no âmbito da sociedade de classes e das relações entre elas como referências teóricas que conformam a sociedade brasileira; o que consubstancia a ***direção sociopolítica do projeto de profissão.***

*O processo de renovação do Serviço Social, expresso na vertente de ruptura com o conservadorismo e tradicionalismo na profissão, desenvolve-se no interior da autocracia burguesa em plena vigência do regime ditatorial em um contexto de espraiamento das lutas contra a ditadura e no processo de democratização do país, aliadas à luta anti-imperialista, anticapitalista e no horizonte socialista. De outro lado, vale lembrar que, nesse processo o Serviço Social se aproxima das ciências sociais em interlocução com as diversas áreas*

---

<sup>1</sup> <sup>6</sup>As ambigüidades do currículo de 1982 são amplamente analisadas no projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP publicado na *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 14, 1984:29-103.

do saber e se insere no circuito universitário.

Enfatiza-se, portanto, de que maneira a esfera acadêmico-intelectual protagoniza a *origem deste processo de ruptura com o conservadorismo* ao considerar que é *na evolução deste processo* que se estende até a abertura dos anos 80, que os assistentes sociais se defrontam com as fontes clássicas da teoria social que compõe um novo *estatuto teórico à profissão nos marcos do legado marxiano e da tradição marxista*.

## **8 – Os instrumentos legais que conformam o PEP na década de 90**

Para adensar minha análise, torna-se essencial, de partida, apresentar as bases dos instrumentos legais que conformam o Projeto Ético-Político Profissional: o *Código de Ética Profissional de 1993*, a *Lei de Regulamentação da Profissão de 1993* e as *Diretrizes Curriculares de 1996*; e que sustentam a fundamentação da formação e do exercício profissional, para poder situá-los, debatê-los e problematizá-los perante a quadra histórica contemporânea.

Novos e instigantes desafios se determinam e os sujeitos sociais, profissionais desse processo, têm a responsabilidade teórica, acadêmica, política, ética e profissional de enfrentá-los na ***direção sociopolítica do projeto profissional com um processo de ruptura com o conservadorismo, objeto desta tese.***

Os códigos de ética são instrumentos importantes no interior dos projetos

profissionais, pois requerem uma sólida fundamentação sobre valores a serem seguidos e de natureza ética; porém, a dimensão ética da profissão não se restringe ao código de ética, pois a “*valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele*” (Netto, 1999:7, grifo nosso). Conseqüentemente, os elementos éticos de um projeto profissional

não se limitam a normatizações morais e ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética adquire efetividade histórico-concreta na medida em que se combina com uma direção político-profissional. (Netto 1999:7)

As dimensões éticas e políticas guardam singularidades relativas às suas naturezas; portanto, não se confundem. Todavia, a inter-relação desses componentes, balizados no *movimento histórico da realidade*, possibilita de fato que esse projeto se objetive, caso contrário, limita-se a uma análise abstrata e idealista da realidade, posto que não basta que o pensamento tenda à realização, “é preciso que a realidade mesma tenda ao pensamento” (Marx, 1982, III: 392).

Nessa compreensão, o Código de Ética de 1993 incorpora o acúmulo teórico dos últimos vinte anos de construção do projeto ético-político profissional de ruptura.

Uma profissão é um campo de lutas onde os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação existente na sociedade, procuram elaborar uma direção social estratégica para a profissão. (Netto, 1996:116)

**A direção sociopolítica estratégica** pressupõe uma **direção sociopolítica tática** da profissão, ao se considerar o movimento da realidade, entre as classes sociais e destas com o Estado, em uma articulação permanente, embora de natureza e de atuação diferenciadas.

A atuação profissional imediata pressupõe uma finalidade social (teleológica), desenvolve-se em espaços socioocupacionais contraditórios e deve se pautar pela estreita vinculação de conquistas a direitos sociais, mesmo reconhecendo os limites a estes impostos na sociedade capitalista.

Numa perspectiva ontológica, o horizonte do *projeto profissional* voltado para a autonomia, a emancipação, a ampliação da liberdade, a socialização da política e da economia, a apropriação coletiva da riqueza socialmente produzida para o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais, somente será possível historicamente se o movimento dos trabalhadores, organizados e em luta, avançar em direção ao socialismo.

**A direção tática e a direção estratégica sociopolítica do projeto profissional de ruptura** devem estabelecer, entre si, uma relação de dialeticidade, pois se retroalimentam em estreita vinculação entre o *projeto profissional* e o *projeto societário*.

Fica evidente que uma ética, fundada em Marx, tem um caráter revolucionário: em termos de reflexão ética exige a criticidade radical e a perspectiva de totalidade; em termos de valores se apóia na liberdade e na emancipação humana. Praticamente, supõe um projeto societário de supressão da alienação, da exploração, das formas reificadas de viver moralmente" (Barroco, 2001:198).

Essa ética, "logicamente só interessa àqueles que perseguem um objetivo

que ultrapasse os quadros da ordem vigente“ (Netto, 1991:18).

De outro lado, a **direção sociopolítica** do projeto de profissão (*tática e estrategicamente*), articula-se à mesma concepção ética profissional (*tática e estrategicamente*). Ambas em sua dupla dimensão: *teleológica e ontológica no processo de ruptura com o conservadorismo*.

se na entrada dos anos 90 é evidente o amadurecimento de “um vetor de ruptura”, isso não significa que essa vertente tenha alcançado uma “nova legitimidade” junto às classes subalternas. (Netto, 1996:112)

Por outro lado,

(...) a ruptura com o conservadorismo profissional, consolidada em 80, não significa que o conservadorismo (e, com ele o reacionarismo) foi superado no interior da categoria”. (Barroco, 2001:180)

Ao analisar o Serviço Social brasileiro de ruptura, constata-se que:

O rompimento com o conservadorismo engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, prenhe de diversidades, mas que acabou, ao longo da década de 80 e na entrada dos anos 90, por gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir (e que vem ganhando corpo desde a última eleição) direção suficientemente explicitada no Código de Ética Profissional em vigência desde março de 1993. (Netto, 1996:116)

## 8.1 – Os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional

Os princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social são estabelecidos pela Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993 e configuram-se por:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente determinados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios desse Código e a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva de competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questão de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CRESS-SP, 2004: 38)

Em 1992, o intenso debate na categoria profissional principia com a ética em geral para, a seguir, tratar da ética profissional, compreendida, portanto,

“como tema do cotidiano e apreendida como relação entre as esferas e as atividades sociais” (Barroco, 2001:199).

Os setores de esquerda na sociedade brasileira vinculam a luta contra a ditadura à luta anti-imperialista, anticapitalista e socialista, na direção da revolução proletária, em que diversas concepções e práxis revolucionárias apresentam suas proposições de ruptura com a ordem burguesa, fundamentalmente no final dos anos 60 até meados da década de 70, momento em que as diferentes forças da esquerda revolucionária são derrotadas.

Data do final dos anos 70 o amplo processo de mobilizações de massas na luta pela democratização do país em que a conjuntura nacional se encontra marcada:

- g- pela expansão dos movimentos sociais, pelo surgimento do novo sindicalismo no país por meio da luta pela reposição salarial mediante a falsificação dos índices do custo de vida em 1973-1974 pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto, no período da ditadura militar;
- h- por grandes greves operárias que se ampliam extrapolando os limites das fábricas, na organização de comitês e comissões de operários; nas reivindicações sindicais como liberdade e autonomia sindicais, estabilidade no emprego, luta por melhores condições de vida e trabalho;
- i- em reivindicações nacionalistas: contra as remessas de lucros, contra a ocupação de regiões e setores produtivos pelo capital estrangeiro;
- j- contra as privatizações das empresas estatais em uma centralidade e

protagonismo da classe operária com ampliação de mobilizações das classes trabalhadoras em geral;

k- pela organização e unificação das lutas das classes trabalhadoras, incluídos os trabalhadores em serviço público, entre esses os assistentes sociais que, majoritariamente, se inserem aí, o que desencadeia a reorganização sindical dos assistentes sociais nos marcos do *novo sindicalismo* no Brasil (Abramides e Cabral, 1995).

Em 1979, é estabelecida a luta pela anistia e conquista-se o voto direto para os governadores de Estado com a extinção do bipartidarismo. Em 1980, funda-se o PT – Partido dos Trabalhadores. Ao longo de mais de vinte anos, constituiu-se no maior e mais expressivo partido de massas e de esquerda da América Latina, no qual parcelas expressivas dos dirigentes das entidades da categoria profissional e estudantil de Serviço Social estiveram vinculadas.

Em 1983, funda-se a Central Única dos Trabalhadores – CUT, constituindo-se em uma central classista e independente, com a maior representação de sindicatos da cidade e do campo no país, seguida da construção do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terras, em 1984, que passa a organizar os trabalhadores do campo em ações diretas por ocupações, assentamentos, na luta pela reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores.

Os movimentos populares urbanos, de 1978 a 1988, desenvolvem lutas por conquistas sociais, por reforma urbana, por políticas públicas de saúde, educação, habitação, transporte, previdência e assistência social, política para

as mulheres, portadores de deficiência, lutas em defesa das terras indígenas e do meio ambiente, lutas contra o racismo e a discriminação sexual, pela livre orientação sexual, lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente e política do idoso que culmina com a construção da CMP – Central de Movimentos Populares, em 1993.

Destaca-se, ainda, a luta no movimento das *Diretas-Já*, em 1984, e a luta contra o Colégio Eleitoral, um instrumento da ditadura militar, que resulta na Nova República. Transição conservadora, selada na Aliança – Democrática, com o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o PFL – Partido da Frente Liberal; partidos da ordem burguesa sob tutela e consentimento dos militares, no chamado *mudancismo*, do governo Tancredo-Sarney.

Configura-se a “transição lenta, gradual e segura”, em um pacto liberal conservador “pelo alto”, das classes dominantes, construído pela burguesia com o aval dos militares (Fernandes, 1995).

As lutas travadas por meio de grandes mobilizações e ações diretas das massas nas ruas se somam às lutas institucionais de democratização do Estado que tem seu ponto alto na Constituição de 1988. A Constituição, embora bem distante de contemplar os direitos das classes trabalhadoras, possibilita avanços em relação ao período ditatorial, com ampliação de conquistas na esfera institucional.

A categoria profissional dos assistentes sociais esteve visceralmente presente em todo esse processo de lutas: funda-se a ANAS em 1983 – Associação Nacional dos Assistentes Sociais; cria-se o novo currículo em 1982,

no legado marxiano e no adensamento da tradição marxista; consolida-se o *projeto de ruptura* na formulação do Código de Ética de 1986; regulamenta-se a Seguridade Social, e a Assistência Social, adquire o estatuto de política pública de direitos, ao constituir-se em um dos elementos do tripé da Seguridade Social, JUNTO com as políticas públicas da Saúde e da Previdência Social.

Na década de 90, estabelecem-se: a reformulação do Código de Ética em 1993; a nova Lei de Regulamentação da Profissão de n. 8662/93; a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – de n. 8742 de 7 de dezembro de 1993; e as novas Diretrizes Curriculares, aprovadas em 1996 pela ABEPSS, que orientam o projeto de formação acadêmico-profissional no coroamento do *projeto de ruptura da profissão* que se consolida na década de 90 em sua maturidade teórica, ética e política.

O Código de Ética Profissional, portanto, se insere no *projeto de ruptura* no horizonte dos interesses históricos das classes trabalhadoras, tendo sua base de fundamentação ancorada na ontologia social:

A revisão que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a Ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo da capacidade teleológica, projetiva, consciente; e por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. (CFESS, 1993:10)

Esta angulação teórico-analítica estabelece os fundamentos ontológicos que orientam a escolha ética pautada pela compreensão da teoria social, que tem no trabalho a categoria fundante do ser social.

(...) a centralidade do trabalho na (re) produção da vida social, o Código revela a base objetiva das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico. Em função dessas capacidades objetivas, explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia e à cidadania. (Barroco, 2001:201)

A universalidade do ser humano genérico como omnilateralidade humana tem como possibilidade de se objetivar em uma sociedade emancipada expressa no desenvolvimento das capacidades humanas criadoras dos indivíduos sociais livres.

Para tanto, é necessário que o proletariado, como sujeito histórico consciente, adquira protagonismo e centralidade (pela sua posição na sociedade burguesa por produzir valor e mais-valia, cuja condição de existência, pressupõe o trabalho explorado, portanto alienado) na superação positiva da ordem do capital, na superação da sociedade de classes e na auto-dissolução da própria classe como condição histórica a ser suprimida, o que supõe um tempo de revolução social (Marx).

A defesa da liberdade, da justiça social, da democracia e da cidadania pode levar a falsas interpretações: a idéia de que o Código remete aos valores liberais burgueses. De fato, tais valores na sociedade moderna são afirmados pela burguesia revolucionária, com base nas teorias e filosofias que, no período que antecede a Revolução Francesa, fornecem as bases teóricas para a defesa da sociedade burguesa, como formação social capaz de levar a emancipação do indivíduo. (Barroco, 2001:261)

O Código de Ética se diferencia do discurso liberal ao afirmar a democracia e a equidade como valores ético-políticos, sendo a democracia concebida como padrão de organização política capaz de favorecer

(...) a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências a autonomia e a autogestão social. (CFESS, 1993:10)

(...) resgatando a concepção marxiana presente no pensamento socialista revolucionário. (Barroco, 2001:203)

A defesa da equidade explicita os limites da liberdade burguesa, incompatível com a igualdade, a justiça social e a cidadania plena, pois a cidadania burguesa no âmbito da democracia liberal é suporte para a desigualdade (Barroco, 2001:204).

As escolhas de categorias teóricas compreendidas no Código de Ética, partem da concepção da *teoria do ser social*, em suas dimensões *ontológica, teleológica, sociohistórica*.

A dimensão *ontológica* pressupõe o horizonte da emancipação humana, que incide na compreensão da necessidade da revolução social, para a superação da sociedade capitalista e da barbárie, no âmbito do projeto societário.

A dimensão *teleológica* proposta para a profissão prevê sua finalidade social na divisão sociotécnica do trabalho, em uma ação intervintiva nos espaços socioocupacionais, contraditórios, na relação capital-trabalho, com hegemonia das classes dominantes. É direcionada ao *enfrentamento da Questão Social*, que exige um posicionamento de resistência e luta pelos direitos sociais (não realizáveis em sua universalidade no capitalismo).

A relação entre *projeto profissional* e *projeto societário* pressupõe, no plano da imediaticidade, um processo de resistência e de oposição ao *neoliberalismo*, e uma organização *socioprofissional, independente e autônoma de governos e partidos*. Portanto, torna-se necessário, permanentemente, alertar

quanto ao *risco de vincular o projeto profissional à concepção hegemônica social-democrática*, predominante nos setores de centro-esquerda que assumem governos democráticos e passam à aplicação de uma política neoliberal.

Nesta direção, a democracia limita-se à democracia civil, com uma ditadura econômica e social, cuja lógica da eqüidade supõe a manutenção da desigualdade. Esse pressuposto remete a recorrência analítica às respostas socioprofissionais, desenvolvidas na formação e no exercício profissionais, no âmbito das políticas públicas, que vem sendo sistematicamente destruídas, bem como as respostas organizadas dos assistentes sociais em suas entidades da formação e exercício profissionais, para dar continuidade à ***direção sociopolítica*** que perseguimos no ***processo de ruptura profissional com o conservadorismo***

Governos social-democratas tornaram-se os implementadores do neoliberalismo, em nome da *eqüidade*, têm substituído políticas públicas por *programas sociais compensatórios*, ampliando a desigualdade, que se constitui em valor central para o neoliberalismo. Assim, *cidadania, democracia, equidade e justiça social têm servido ao pensamento e à ação programática neoliberal para o capital dar continuidade ao seu projeto de exploração e dominação burguesas*.

Reafirmar a perspectiva ontológica pressupõe estabelecer mediações analíticas nos planos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos na ação profissional, com base na realidade sociohistórica, nas esferas institucionais e nas esferas autônomas dos movimentos sociais.

A radicalidade democrática socialista se coloca como tarefa imediata para a luta das classes trabalhadoras, em um momento de degeneração das instituições capitalistas, que não podem mais cumprir as tarefas democrático-burguesas, pelo esgotamento do Estado social-democrático, diante da crise estrutural do capital (Mészáros, 1995).

O trato teórico dessas questões pode auxiliar a desmistificar o aparato ideopolítico e programático dos governos que se submetem à ordem do capital e se tornam obstáculo à luta de classes, ao cooptar as massas trabalhadoras para o seu projeto de dominação; ao tratar a internacionalização do capital como condição inexorável e irreversível; e ao negar o potencial histórico-revolucionário das classes que vivem da venda de sua força de trabalho.

*O discurso dominante e preponderante de alguns setores é o de que a crítica radical aos governos que tiveram legitimidade nas massas trabalhadoras favorece o conservadorismo. Porém, essa posição esconde e bloqueia teórica e politicamente o avanço da consciência social e política das classes trabalhadoras.*

Expande-se ideologicamente a aplicação da conhecida *política do consenso*, em que as divergências políticas tendem a ser sufocadas, fazendo com que o movimento se imobilize, se burocratize e se constitua em correia de transmissão dos governos, do pensamento dominante que se transforma em pensamento único.

*Se entendermos que o nosso projeto profissional tem futuro (Netto), deve-se combater as tendências governistas e adesistas na defesa intransigente da*

*autonomia do projeto e da organização profissional, tal qual o construímos e consolidamos no **processo de ruptura** com o conservadorismo.*

Hoje, a social-democracia impõe o neoliberalismo como defensora da ordem do capital sob o domínio imperialista, o que nos determina estabelecer um combate permanente contra esse estado de coisas que pode vir a quebrar a conquista hegemônica de nosso projeto profissional.

A radicalidade se faz cada vez mais necessária para avançar e combater, com mobilizações de massas nas ruas: o sectarismo de toda ordem, o vanguardismo, o burocratismo, e buscar a unidade política na ação para fazer diante a essa destruição encoberta e camouflada, pelo estado de direito da democracia burguesa formal, que tem nos partidos de massas, com base e sustentação popular, os maiores aliados do grande capital.

Nesse sentido, o governo brasileiro de Lula da Silva torna-se mais interessante para o grande capital dos oligopólios do que o governo de FHC, pois o primeiro tem sustentação popular e de amplos setores de esquerda, nas organizações sindicais e sociais massivas como a CUT, a CMP, o MST, entre outros, em que parcelas significativas dos militantes aderem na prática ao pacto social proposto pelo governo Lula.

Seria irônico, se não fosse trágico, que um movimento que partiu de um partido de trabalhadores tente exatamente pelegar o movimento dos trabalhadores. “Pelegar” é bem a palavra, porque se trata de construir uma estrutura legal, por cima de todas as representações, e irrecorribel; depois disso não haverá a quem recorrer. (Oliveira, 2004:6)

O processo de brutal capitulação, acrescido da despolitização das

grandes massas trabalhadoras, recoloca para os marxistas revolucionários a tarefa histórica de repensar as táticas e estratégias improrrogáveis, do ponto de vista da luta de classes e da construção do socialismo.

De outro lado, inadiável também, a responsabilidade teórica e política,posta ao *projeto profissional de ruptura*, no aprofundamento necessário que as bases e os fundamentos estabelecem, entre projetos societários e projetos profissionais. Este entendimento impulsiona a categoria profissional em direção à resistência ao neoliberalismo, assentada no movimento da realidade social, pelo novo reordenamento dos interesses de classe, na ótica dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e de seus filhos.

Coloca-se, portanto, o desafio de desvelar a relação presente entre ética e política, no sentido de que essas mediações se saturam em seus significados, se tratadas histórica e teoricamente, posto que ontologia sem base material corresponde ao idealismo abstrato que acaba por negar a ação concreta dos sujeitos sociais como sujeitos históricos de classe. Interessa-nos, sobretudo, compreender, no movimento da realidade histórica, de que modo – concreta e materialmente – o nosso projeto ético-político profissional se move nos marcos do avanço neoliberal em nosso país.

O período sociohistórico hegemônico neoliberal no país implica o reconhecimento de questões centrais a serem enfrentadas para dar continuidade ao **processo de ruptura profissional**. Esta direção pressupõe solidez teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, presentes no *projeto profissional* construído coletivamente.

Sob essa angulação, pretendo contextualizar os avanços, os dilemas, as lacunas, possíveis de serem analisados nos marcos da *continuidade do projeto de ruptura* e de seus novos enfrentamentos advindos da *pós-modernidade, do neoconservadorismo e da acomodação social-democrática à institucionalidade*, na hegemonia do Estado burguês de dominação e, consequentemente, das amarras da exploração.

Essas múltiplas determinações tornam-se mais complexas quando a orientação do grande capital é implementada por partidos de trabalhadores que abdicam de sua perspectiva de classe ao assumir os interesses das classes detentoras dos meios de produção e do poder político.

As novas configurações e desafios se apresentam ao projeto profissional, aí incluídos: a profissão de serviço social inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e o profissional assistente social, partícipe do trabalho coletivo em sua condição de assalariamento nos diferentes espaços socioprofissionais. Nas esferas públicas estatais e na iniciativa privada, essas configurações expressam angulações diversificadas, conforme a particularidade de cada uma, no último caso, desde a empresa privada lucrativa às entidades sociais e organizações não governamentais.

As modificações ocorridas incidem, sobretudo, no modo *de ser e de pensar, de existir e de realizar a profissão*, no sentido de: reafirmar o projeto hegemônico e sua ***direção social estratégica no processo de ruptura***; vincular permanentemente o projeto profissional ao projeto societário no campo de classe; construir respostas profissionais às necessidades e demandas

sociais.

Nesta tese, a posição teórico-política adotada defende a solidariedade de classe em contraposição à solidariedade indiferenciada, tão propagada pelo neoliberalismo para substituir as funções do Estado destruindo suas políticas sociais, sindicais e trabalhistas que transformam o fundo público em fundo privado e mercantil.

A orientação estratégica reafirmada nos fóruns organizativos da categoria dos assistentes sociais revelou “não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política de nosso tempo” (Anderson, 1995:197). Cabe-me, porém, verificar quais os desdobramentos e os enfrentamentos profissionais colocados na atual quadra histórica com a “coragem cívica e intelectual” (Netto, 1996:119), que nos é permanentemente exigida.

## **8.2 – As Diretrizes Curriculares<sup>17</sup> aprovadas pela ABEPSS<sup>18</sup>**

As diretrizes curriculares definidas e aprovadas no fórum na Oficina Nacional da ABEPSS em 1996, regional e nacionalmente debatidas em mais de 200 oficinas, no período de 1991 a 1996, consubstanciam, no âmbito da formação profissional, os elementos do projeto de ruptura.

---

<sup>1</sup>       <sup>7</sup> O MEC, pela Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional – Lei 9.3964, 20 de dezembro de 1996, extingue o currículo mínimo para os cursos graduados de nível superior e define que as formações acadêmicas graduadas devem se pautar em diretrizes curriculares.

<sup>1</sup>       <sup>8</sup> As diretrizes curriculares da área de serviço social foram construídas coletivamente e aprovadas por unanimidade em 1996, na oficina nacional da ABESS, pelas 64 unidades de ensino do país a ela filiadas (Iamamoto, 2000:37).

As diretrizes curriculares fundadas no compromisso social e político da formação acadêmica e do exercício profissional adotam um explícito ponto de vista de classe, na análise da sociedade e da função social da profissão. A profissão é concebida em sua processualidade, sendo

(...) o currículo um instrumento de fazer história, como obra cultural, constitui-se em espaço para a produção e reprodução de saberes e experiências, e quem inventou pode desinventar, reinventar, inventar de novo. (Silva, 199 :61)

As profissões, portanto, configuram-se como criações humanas, que são gestadas na trama das relações sociais, podem modificar-se, renovando-se ou conservando-se em direções ideopolíticas, sociohistóricas e culturais a partir da correlação de forças existentes na sociedade.

**A direção social** do curso implicando na defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, hoje ultrajados pela política neoliberal; a defesa da equidade e da justiça social enquanto universalização do acesso à bens e serviços relativos à reprodução da vida social; a defesa da qualidade e gestão democrática desses serviços; a defesa do trabalho; a luta contra a exclusão de amplas parcelas da população do processo produtivo; a luta contra a exploração nas diversas formas de trabalho tendo como horizonte a autonomia, a socialização da política, a apropriação coletiva da riqueza socialmente produzida, no pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. (ABESS, n. 8, 1998:99)

O novo currículo de 1996, explicitado por nossas diretrizes curriculares, apresenta traços de continuidade em relação ao currículo de 1982 e pretende superar suas lacunas, tendo-se clareza, sobretudo, que deve ser constantemente avaliado, diante das exigências impostas pela realidade sociohistórica de determinações estruturais e conjunturais que incidem sobre a profissão e o profissional.

Os traços de continuidade, relativos ao currículo de 1982, expressam-se por compreender a profissão: como um produto histórico; como uma forma de especialização do trabalho coletivo; inscrita na divisão sociotécnica do trabalho; em seu significado social e ideopolítico que se inscreve no âmbito das relações entre as classes sociais e suas frações e destas com o Estado brasileiro; compreendida como trabalho profissional e o assistente social como trabalhador.

Por outro lado, superar as lacunas do currículo de 1982 pressupõe estabelecer outra lógica de organização da formação posto que “a profissão não é fundada em disciplinas ou teorias, mas no movimento histórico concreto da realidade social” (ABESS, n. 8, 1998: 98).

O projeto de formação profissional de 1996 estabelece uma interlocução crítica com o currículo de 1982, pois trata, sobretudo, de preservar seus avanços, reafirmando-os, e de superar suas lacunas, apresentando, portanto, traços constitutivos de continuidade e de ruptura. Substantivamente, sua continuidade se assenta nos pilares determinantes da concepção estratégica da profissão, conforme assinalamos reiteradamente.

As diretrizes curriculares de 1996 buscam efetivar **a direção estratégica da profissão,**

(...) o que implica em mediações políticas, teóricas, culturais, éticas e técnico-operativas que articulem o projeto profissional à conjuntura nacional em especial à mediação constante e necessária com o mercado de trabalho, onde se efetivam as reais condições de trabalho do assistente social. (Idem)

A base da fundação sociohistórica da profissão concentra-se nas múltiplas expressões da Questão Social que lhe confere estatuto pela relação entre

profissão e realidade. (Idem)

A formação profissional fundamenta-se em um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, e

o eixo da formação profissional é entendido, portanto, a partir dos elementos que dão sustentação ao Serviço Social, o que pressupõe a apreensão da vinculação entre a profissão e as novas configurações da “Questão Social”, apreendida no interior do processo de produção e reprodução da relação entre capital e trabalho. (ABEPSS/CEDEPSS, 1996:154)

Nessa dimensão, comprehende-se o processo social como totalidade, que reproduz o movimento da realidade e requer o reconhecimento do protagonismo das classes trabalhadoras.

A Proposta das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social<sup>19</sup> estabelece as diretrizes, os pressupostos e os princípios da formação profissional em uma nova lógica de organização curricular, aprovada em 1996.

### **8.2.1 – As diretrizes da formação profissional**

As diretrizes curriculares da ABEPSS constituem a referência da formação profissional do assistente social em estreita articulação ao exercício profissional por meio de:

- d- Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- e- Investigação sobre a formação e os processos sociais contemporâneos que

<sup>1</sup> <sup>9</sup> Esta proposta se finaliza no documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”, ABESS, 1996, apresentado na XIX Convenção Nacional da ABESS, realizada em Recife (PE), em novembro de 1995, para subsidiar as discussões sobre a revisão curricular, ABESS/CEDEPESS. In. *Revista Serviço Social e Sociedade – O Serviço Social no século XXI*, Ano XXVII, n. 50, São Paulo, Cortez, abril de 1996, pp. 143-171).

conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

- f- Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades
- g- de ação contidas na realidade;
- h- preensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado;
- i- exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, ABESS, In: Legislação Brasileira para o Serviço Social, 2004:60)

Os pressupostos, os princípios e as diretrizes do projeto de formação profissional concretizam uma nova lógica curricular explicitada por Núcleos de Fundamentação: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sociohistórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (idem:61).

A nova lógica curricular organizada em núcleos de fundamentação pretende superar a fragmentação e a pulverização dos conteúdos desdoblados em áreas de conhecimento, a partir de uma compreensão da totalidade histórica.

Porém, o novo reordenamento somente poderá avançar se a compreensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa for incorporada do ponto de vista da teoria do ser social e das múltiplas determinações postas na realidade da profissão, na divisão sociotécnica do trabalho, na inserção do profissional diante das demandas do mercado de trabalho, dos sujeitos de classe em disputa na sociedade, das lutas e movimentos sociais autônomos em

direção às suas conquistas e projeção histórica. Por outro lado é importante conhecer de que maneira se expressam os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, a partir da concepção de formação profissional assumida pela ABEPSS.

### **8.2.22 – Os pressupostos da formação profissional**

Os pressupostos da concepção de formação profissional estão contidos nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social e sustentam-se por meio de:

- a- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão intervintiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- b- A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatisada por um conjunto de processos sociohistóricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- c- O agravamento da questão social em face das particularidades de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento das classes, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- d- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (Legislação Brasileira para o Serviço Social, 2004: 57-58)

As implicações estruturais, conjunturais, ético-políticas, organizativas, teóricas serão avaliadas nesta tese para uma compreensão desse período bem como a proliferação das escolas privadas que passa a se constituir em um limite a ser debatido e enfrentado.

De partida, registro a necessidade de uma revisão teórica do trato categorial utilizado, inadequadamente, em dois dos pressupostos (letras b e d) que se referem ao processo de trabalho.

A concepção do processo de trabalho não se relaciona imediatamente às profissões. Marx, ao tratar do processo de trabalho, vincula-o à criação de valor e mais-valia (valorização), o que pressupõe a relação entre o homem e a natureza, que, no capitalismo, se estabelece pela alienação no processo de trabalho, na superexploração da força humana de trabalho, necessária à acumulação capitalista.

### **8.2.3 – Os princípios que fundamentam a formação profissional**

Os princípios que fundamentam o processo de formação profissional, desde 1996, encontram-se contemplados nas diretrizes curriculares, a saber:

- j- flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- k- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- l- adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

- m- superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- n- estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- o- padrões de qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas /aulas diárias de atividades nestes últimos;
- p- caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto profissional;
- q- indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- r- exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- s- ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
- t- indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

(Legislação Brasileira para o Serviço Social, ABESS, 2004: 59)

As diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social foram decididas coletivamente pelos docentes com participação discente nos fóruns da ABEPPSS e significam um avanço na consolidação do Projeto Ético-Político Profissional. Por outro lado, o MEC, ao aprovar as diretrizes curriculares, ceifa os conteúdos dos tópicos de estudos, que fragiliza a própria concepção de formação profissional, o que requer a luta sistemática de nossa categoria na consolidação do projeto de formação profissional.

O projeto de formação profissional necessita permanentemente ser aprofundado, debatido e articulado à luta mais ampla em defesa do ensino

público, laico, gratuito, de qualidade universal, presencial, no âmbito do ensino superior no Brasil, que, desde o governo FHC, vem estabelecendo um processo de contra-reforma do ensino, voltada para a privatização e mercantilização da educação seguindo o receituário do FMI e do Banco Mundial de acordo com os interesses dos organismos multilaterais.

O ensino no país sempre esteve voltado para as reformas que dizem respeito aos interesses do grande capital; porém, o nosso estudo se direciona aos desafios a partir da década de 90.

A contra-reforma do ensino superior, nos governos de FHC, apresenta seu estatuto de legalidade na LDB, Lei de Diretrizes e Bases, n. 9394/96, e define a *flexibilização* como a grande estratégia de enraizamento, fortalecimento e expansão da *Universidade Operacional e Gerencial*, de destruição da universidade fundada no reconhecimento público, de legitimidade que lhe confere autonomia do saber, em relação à religião e ao Estado (Chauí, 1999).

Em 2004, o governo Lula, apresenta uma série de medidas e projetos de lei que aprofundam a privatização da educação (Pró-Uni, PPPs – Parcerias-Público-Privada, Lei de Inovação Tecnológica, entre outras). Ampliam-se programas compensatórios na educação, em detrimento da política pública de acesso e permanência universais.

### **8.3 – Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993**

A lei de regulamentação da profissão, revista e atualizada, refere-se ao exercício profissional, às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais, e às atribuições dos CRESS na qualidade de órgãos executivos da profissão.

As competências profissionais direcionam-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento das políticas sociais aos indivíduos sociais e, portanto, sujeitos portadores de direitos. Conseqüentemente para que o profissional possa desenvolver o *projeto ético-político profissional* em suas dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, torna-se necessário estabelecer uma permanente análise da *realidade social que se constitui no solo histórico da formação e do exercício profissionais*.

A aposta na superação da ordem burguesa não é um voto fideísta num futuro escatológico – é uma projeção calçada em tendências reais. Os homens – podem – preferir a barbárie, mas é pouco provável que o façam, pela simples (ou muito complexa) razão de que, com esta escolha, ao contrário do poeta, prefeririam nenhum movimento. (Netto, 1995:56)

**CAPÍTULO II**

**OS ANOS 80 E A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA**

**NO PROCESSO DE RUPTURA PROFISSIONAL**

## **1 – Bases Teóricas de Fundamentação do Projeto Ético-Político**

### **Professional**

A compreensão do significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, nos marcos de sua institucionalização no país na década de trinta, tem nas expressões da *Questão Social* a base de sua fundação sociohistórica. Isso então pressupõe estabelecer as bases teóricas de sua sustentação, compostas por categorias fundantes e de centralidade ontológica e teleológica em nossa formação sociohistórica: o modo de produção capitalista.

#### **1.1 – Produção Social**

No mundo burguês, no capitalismo, a produção social é imediatamente reprodução social, distribuição, circulação e consumo, o que significa compreender que esse modo de produção encerra um conjunto de relações sociais de produção no âmbito das determinações do capital sobre o trabalho.

A totalidade das relações sociais pressupõe uma articulação entre economia, política, cultura e ideologia, no conjunto da base material da vida social que expressa determinações de sociabilidade humana.

A base material circunscrita à base econômica da sociedade abrange o mundo da produção e organiza a gestão da força de trabalho em que ocorre exploração da força de trabalho humano no processo de produção de valor e de

mais valia (valorização).

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (Marx, 1984:233)

As relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, que se constituem em relações sociais e é: “na produção social da própria existência que os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade” (Marx, 1984:233).

Conforme o pensamento do autor, a produção social capitalista pode ser considerada como última forma antagônica de produção social. Apresenta a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção existentes... “abre-se então um tempo de revolução social” (Marx, 1984:233).

A produção constitui-se em uma atividade social essencialmente histórica que expressa relações entre as classes sociais, em que o capital, como relação social, objetiva-se sobre a forma de mercadoria. A primeira e fundamental mercadoria para o capital é a força de trabalho humana que possibilita atingir o trabalho não pago, alienado, reificado na produção da mais-valia extraída da superexploração da força de trabalho típica da sociedade burguesa, capitalista.

O modo capitalista de produção é determinado: pela exploração da força de trabalho humana para acumular capital, pela propriedade privada dos meios de produção e pela divisão das classes na sociedade; utiliza-se de mecanismos

diferenciados de gestão da força de trabalho e de formas distintas de regulação na esfera do Estado, de acordo com cada momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas.

O desenvolvimento das forças produtivas se expressa de forma diversificada em países capitalistas desenvolvidos e, em países de capitalismo tardio, de forma desigual e combinada (Mandel).

Este fenômeno possibilita decifrar as estratégias do epicentro do capitalismo em dar continuidade ao processo de dominação dos países periféricos, de desenvolvimento tardio da economia capitalista, e ao grau de subordinação econômica, política, social, ideológica e cultural ao grande capital internacional.

As análises concretas, de situações concretas, prevêem que as determinações capitalistas respondam, em suas fases expansivas e regressivas de produção e de reprodução social, de forma diferenciada em países avançados e atrasados.

Em decorrência dessa condição, traços comuns do capitalismo o identificam como formação social, e traços particulares do desenvolvimento das forças produtivas, o especificam em momentos diferenciados de crescimento econômico e de crise pelo processo da queda tendencial da taxa de lucro.

“O modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida” (Marx, 1984:137). Desse horizonte pode-se afirmar que o mesmo raciocínio aplica-se para a prioridade da produção material

e da reprodução do ser social, em relação às outras funções da vida social.

“Fato elementar (...) de que os homens devem primeiro de tudo comer, beber, ter um teto, e vestir-se, antes de ocupar-se de política, de ciência, de arte, de religião, etc.” (Engels, 1972:41).

No prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Político*, é determinante Marx considerar:

(...) o conjunto das relações de produção como a base real a partir da qual se explicita o conjunto das formas de consciência; e como essas, por seu turno, são condicionadas pelo processo social, político e espiritual da vida. Em síntese: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (Marx, 1994:136)

O sentido da determinação da consciência pelo ser social encerra-se em uma compreensão geral de que:

O mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto sendo um produto direto da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social. (...) Do ponto de vista ontológico isso significa simplesmente que pode existir o ser sem existir a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência. (Lukács, 1972:40-41)

## **1.2 – O trabalho: categoria fundante do ser social**

O caminho teórico-metodológico do legado marxiano pressupõe compreender que o método consiste em elevar-se do abstrato – como categoria

simples – ao concreto, como maneira de se proceder do pensamento para se apropriar do concreto. O pensamento, portanto "como representação ideal do movimento real" (Marx, 1984: 410).

As leis do pensamento abstrato, que se elevam do mais simples ao mais complexo, correspondem "ao processo histórico real" (Marx, 1984:411). A categoria teórica do trabalho constitui-se, portanto, em uma categoria abstrata simples, que possibilita reproduzir o concreto como síntese de múltiplas determinações e de unidade do diverso (Marx).

Tão-somente porque no valor, enquanto categoria central da produção social, confluem as determinações mais essenciais do processo global, tão-somente por isso é que a exposição abreviada, reduzida, dos fatos decisivos, das etapas ontológicas da gênese, possui ao mesmo tempo o significado do fundamento teórico também das etapas econômicas concretas... Antes de mais nada aparece no valor enquanto categoria social, a base elementar do ser social: o trabalho. (Lukács, 1972:47)

O processo de abstração não se constitui somente em atividade intelectiva, porém (re) produz-se em processo da realidade. A prioridade ontológica de uma categoria teórica não supõe existência de hierarquia de valor entre as categorias teóricas, porém essas categorias estabelecem sua prioridade ontológica em relação às outras categorias, uma predominância determinante (Luckács). O momento predominante das categorias abstratas simples deve ser articulado a outras categorias no âmbito da totalidade das relações sociais e da vida social.

O trabalho configura-se protoforma da atividade humana e categoria fundante do ser social (Lukács). O trabalho é um processo entre o homem e a

natureza que, por sua “*própria ação, media, controla e regula seu organismo com a natureza*” (Marx, 1995:192, grifo nosso). O trabalho, portanto, é concebido em uma forma que pertence exclusivamente ao homem, “*mas o que distingue, de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constituiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera*”. (Marx, 1995: 142, grifo nosso)

O homem no processo de trabalho obtém no fim um resultado que, desde o início, existiu em sua imaginação e, portanto, idealmente (pré-ideação). O homem expressa a capacidade de projetar em seu pensamento o próprio trabalho que possui uma finalidade, a vontade dirigida a um fim, além do esforço dos órgãos que trabalham, constituindo-se, portanto, em uma objetivação do ser social.

O trabalho é concebido, no sentido mais amplo, mais universal, como fundamental para produção da vida material e reprodução da vida humana. O trabalho apresenta-se em dimensões teleológica e ontológica. A dimensão teleológica é a que estabelece utilidade social do trabalho, a sua finalidade em uma determinada formação sociohistórica. A dimensão ontológica é a forma privilegiada do ser social, como sociabilidade humana; pois o trabalho, como categoria ontológica predominante, constitui-se em uma categoria abstrata simples presente em todas as formações sociohistóricas e econômicas. O trabalho, como essência e protoforma da atividade humana, é pré-capitalista, capitalista e pós-capitalista; sua natureza é transhistórica atravessando as formações sociohistóricas de forma particular.

O trabalho é uma condição da existência do homem, independente de todas as

formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (Marx, 1983:50)

Marx se refere aqui ao trabalho útil, ao trabalho como criador de valor de uso. O trabalho no suposto do legado marxiano -- forma social, forma sócio-humana, em seu metabolismo entre o homem e a natureza -- apresenta-se sobre duas determinações.

A primeira determinação é a de que a sociedade depende ontologicamente da natureza. A forma social depende de uma forma natural que a antecipa. A segunda determinação possibilita que o metabolismo do trabalho, em sua condição natural e eterna, torne-o modelo de toda práxis social, que possui causalidade e teleologia (finalidade). “*Não é o que se faz, mas o como se faz, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas*” (Marx, 1995:144, grifo nosso).

No capitalismo, a utilização da força de trabalho constitui-se no próprio trabalho. O trabalho é o ato teleológico por excelência, intenção, finalidade. O homem pela prévia-ideação elabora, projeta o próprio trabalho.

No modo de produção capitalista, há uma subsunção do valor-de-uso – trabalho socialmente útil – ao seu valor-de-troca – trabalho alienado, abstrato e que cumpre papel decisivo para a criação de valores de troca. A mercadoria resulta da interação de trabalho vivo, de trabalho-humano e de trabalho morto – maquinaria; da interação entre capital variável, ao estabelecer extração da mais-valia, e capital constante tipificado em máquinas.

No capitalismo, o trabalho abstrato – *labour* – como *modus operandi*

básico sobre o trabalho concreto – *work* – que produz coisas socialmente úteis, é o que prevalece em sua dimensão quantitativa, assumindo a realização de atividade cotidiana, alienada, coisificada, fetichizada na mercadoria.

O homem se aliena<sup>20</sup> no processo de trabalho que no capitalismo se subordina ao processo de valorização ao criar valor e mais-valia. “É uma forma de sociedade onde tudo aparece invertido: a propriedade em não propriedade e igualdade em não igualdade” (Teixeira, 1995:61).

O processo de trabalho é organizado, portanto, para o aprimoramento do processo de acumulação do capital, ampliação do lucro, no sistema da superexploração da força de trabalho humana. No capitalismo “*o homem foge do trabalho como foge da peste (...) se sente no trabalho como se estivesse fora dele*” (Marx). O homem se aliena, se estranha no processo de trabalho, não se reconhece no trabalho, não se reconhece como indivíduo e não se reconhece, portanto, como gênero humano (Marx). O trabalhador se torna mercadoria força de trabalho e o trabalho decai “a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria” (Marx, 1974).

A luta por uma vida cheia de sentidos (Antunes) por uma sociedade emancipada (Marx) pressupõe a dissolução do trabalho abstrato, alienado, fetichizado que produz valor de troca, o fim da exploração do trabalho pela supressão positiva da ordem do capital na extinção da propriedade privada dos meios de produção e da sociedade de classes, e a prevalência do trabalho

---

<sup>20</sup> <sup>0</sup> Alienação e estranhamento: consultar *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 (Marx, Karl, Edições Avante, n. 26, Lisboa, 1993). Consulte ainda, Mészáros (1982); Konder (1983); Netto (1990); Antunes (1995); Frederico (1995).

concreto socialmente útil, em uma sociedade livre de auto-organização dos indivíduos sociais.

A condição para se avançar a perspectiva emancipatória supõe o reconhecimento da classe trabalhadora em protagonista do processo histórico de transformação radical da sociedade. Cabe destacar o papel estruturante e dirigente do proletariado para ruptura da ordem burguesa do capital, pela sua posição estratégica na estrutura de classes em que produz valor e mais-valia, na venda de sua força de trabalho superexplorada que é determinante para acumular capital (capital produtivo).

De outro lado, apreender o trabalho concreto como atividade humana que apresenta dimensão qualitativa e que produz valor de uso, coisas socialmente úteis e necessárias para a humanidade, torna-se fundamental. O trabalho concreto se expressa em uma atividade humana genérico-social que transcende a vida cotidiana, posto que se configura no primeiro momento de efetivação de uma individualidade omnilateral como condição necessária para a realização do gênero humano.

A genericidade humana, em um processo de prevalência da omnilateralidade humana, somente terá possibilidade histórica em uma sociedade emancipada de auto-organização dos indivíduos sociais livremente associados, transitando *da pré-história à história humana*, a sociedade que Marx denominou *comunista*. O movimento do comunismo não é um estado a implantar-se, um ideal a que a realidade deve sujeitar-se. Chamamos de comunismo ao movimento real que anula e supera o estado de

coisas atual, e as condições deste movimento arrancam das premissas hoje existentes. (Marx e Engels, 1978: 37)

O trabalho, portanto, tem um estatuto ontológico central de práxis social.

só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto só quando ele tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria auto-produção, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo. (Lukács, 1978:16)

*“A revolução de nossos dias, é a revolução do trabalho e no trabalho”*

(Antunes, 1995: 86, grifo nosso). No trabalho, à medida que se deve abolir o trabalho abstrato, coisificado, alienado, o trabalho assalariado; a condição de sujeito-mercadoria. Do trabalho, uma vez que se encontram, na classe trabalhadora, homens e mulheres, sujeitos sociais de classe capazes de protagonizar ações emancipatórias.

Marx comprehende o homem como ser histórico: um ser que se objetiva, um ser que se exterioriza em ser social. O homem como ser social se expressa ininterruptamente, e sua objetivação materializa-se por uma condição ontológica relacionada às condições histórico-naturais.

No mundo capitalista, o homem não se reconhece como criador e criatura realizando-se o fenômeno da objetivação negativa exteriorizada pela alienação. Torna-se determinante considerar a superação da base econômica, material da alienação, pois o contrário inviabiliza a sociedade de se emancipar. Todavia, não se quer dizer que outras formas alienantes não devam ser superadas, posto *“que cortam e atravessam nossas ações, penetram os póros de nossa relação*

*social*" (Netto, 2000:18, grifo nosso); o que pressupõe lutar contra todas as formas alienantes existentes na sociedade de classes. A base da alienação no mundo capitalista é a propriedade privada dos meios de produção, o que determina que a supressão positiva da ordem do capital considere: a superação da alienação, tipificada na produção material pela venda da força de trabalho, como prioridade ontológica.

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido; de formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões, sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (Marx, 1983:25)

O interesse central do autor é, portanto, a sociedade como um todo, em que o processo de transformação social deve se relacionar a fatores econômicos como base fundante de prioridade ontológica e de seu momento predominante e a fatores não econômicos da totalidade da existência social.

A chave do desenvolvimento social advém dos movimentos do modo de produção. Os aspectos essenciais da questão devem ser analisados a partir do estudo do desenvolvimento histórico: das forças atuantes e em conflitos na sociedade de classes e em formações anteriores (Sueesy, 1976:29).

A transformação social é fruto da atividade humana, mas sem dúvida (de) limitada pela sociedade onde tem suas raízes. "*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas*

*com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado”* (Marx, 1982:13, grifo nosso).

A análise da realidade pressupõe, sobretudo, a compreensão de que os acontecimentos devem se referenciar no contexto histórico mundial no qual o caráter histórico específico, isto é transitório, do capitalismo é fundamental.

Do legado marxiano, apreendemos seus elementos constitutivos – a teoria do valor trabalho, o materialismo histórico-dialectico e a perspectiva da revolução social – constituindo a teoria social de totalidade, a qual Lukács denomina de ontologia do ser social.

A teoria social pressupõe a prioridade ontológica da produção material o que não significa a existência de uma hierarquia de valor, porém a consideração da produção material, como momento determinante em que ocorre a exploração da força de trabalho humano, como primeira mercadoria do mundo burguês, na ordem do capital.

Do ponto de vista teórico, torna-se importante demarcar que essa determinação supõe que outras categorias teóricas a ela se vinculem, como cultura, gênero, raça e etnia, o que significa dizer que o desconhecimento ou negação dessa compreensão teórica tem levado muitos movimentos reivindicatórios a um politicismo na ação que desvincula a luta (específica) imediata, da luta de classes (histórica).

A luta contra qualquer tipo de opressão, preconceito e ou discriminação articula-se à luta contra a exploração, posto que sem sua superação, não há

possibilidade de superação da ordem do capital e construção do projeto de emancipação humana, a sociedade comunista. Por outro lado, sabemos da importância da análise teórica para a formulação da ação política e profissional. No projeto de formação profissional, a centralidade da categoria trabalho é reafirmada como fundante, o que supõe sua compreensão como momento predominante (Mézsàros, 1995).

O trabalho é uma categoria central na qual todas as outras determinações constitutivas da práxis já se apresentam,

(...) o trabalho, portanto, enquanto formador de valores de uso, enquanto trabalho útil, é uma condição da existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja a vida dos homens.  
(Marx, 1974: 146)

O trabalho constitui-se uma condição eterna porque sem ele não há reprodução humana. O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, que, por sua própria ação, media, controla e regula seu organismo com a natureza, o que consubstancia o trabalho como objetivação do ser social. A objetivação configura-se como uma condição ontológica do homem que, em determinadas circunstâncias históricas, se objetiva negativamente pela alienação.

Considerar a base econômica da alienação é indiscutivelmente fundamental para a sua superação, o que não significa dizer que outras formas alienantes não devam ser superadas; porém, a luta contra a alienação supõe necessariamente a superação da base material que a engendra, embora as

outras formas de alienação não sejam superadas como consequências imediatas.

A base material possui uma prioridade ontológica; sem sua superação não haverá supressão da ordem do capital. Reafirmo, entretanto, ser fundamental lutar contra todas as formas de alienação materializadas na dominação política, nas opressões culturais, sociais, de gênero, étnicas, raciais e de orientação sexual.

Enquanto existir trabalho assalariado, existirá trabalho alienado; portanto, tática, estratégica e concomitantemente devemos combater as formas alienadas materiais e não materiais. Na realidade, não há vida social sem objetivação; todavia, há possibilidade de vida social sem alienação material e não material concernentes à ordem burguesa, o que não quer dizer que outras alienações não possam existir em formas de transição societária, e daí a dialeticidade histórica (Netto, 2000).

A objetividade configura-se em uma atividade primário-ontológica de todo ser e compõe-se como uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade.

Desse modo, é a própria essência da totalidade econômica que prescreve o caminho para conhecê-la. Esse caminho justo, contudo, se não houver constantemente presente a dependência real do ser, pode-se levar a "ilusões idealistas", de fato, é o próprio processo cognoscitivo que – se considerado em seu isolamento e como algo autônomo -- contém em si a autofalsificação. (Luckács, 1979: 37).

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo

de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (Marx, 1974:122)

Em sua investigação sobre o ser social, Marx tem na categoria da totalidade seu percurso metodológico, posto que toda sociedade constitui uma totalidade e que para compreender essa realidade é preciso partir de análises concretas das situações concretas, síntese de múltiplas determinações.

O Serviço Social, em seu projeto profissional, tem na realidade social a sua fundação sociohistórica, o que implica conhecer e adotar o método em Marx de análise e interpretação da realidade, tendo como ponto de partida as categorias simples abstratas como o trabalho, a divisão do trabalho, para compreender as classes sociais antagônicas, que cumprem papel estruturante na ordem do capital.

À primeira vista para se estudar a sociedade dever-se-ia partir em economia do estudo da população que parece ser a categoria concreta de análise, porém, a população em si constitui-se em uma abstração caótica, se não considerarmos as classes que a compõem e que também se tornam palavras vazias se não forem contemplados os elementos em que repousam como o trabalho assalariado e o capital que supõem a troca, o valor, o dinheiro, os preços... (Marx, 1974: 122)

O método de compreensão da realidade parte do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao complexo e que corresponde ao processo histórico do movimento da realidade. O método abstrato-dedutivo tem por objetivo “desnudar a lei econômica da sociedade moderna” (Marx, 1994:14). A tarefa específica da abstração

é colocar o essencial em relevo e tornar possível a sua análise (...) na prática, formular hipóteses sobre o que é essencial, hipóteses-chaves; de onde se obtém

e como o cientista desdobra sua consequências. (Sweesy, 1976:14)

O método marxiano que consiste em se elevar do abstrato ao concreto  
*“não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta... O pensamento tende à realidade que deve voltar ao pensamento”* (Marx, 1974: 410, grifo nosso).

O trabalho aparece como categoria abstrata simples e, portanto, a representação do trabalho como categoria universal, ontológica, como trabalho em geral, são protoformas da atividade humana, modelo de práxis, e “concebido economicamente sob esta simplicidade, o trabalho é uma categoria tão moderna como são as relações que engendram essa abstração” (idem).

No modo de produção capitalista, o trabalho como fonte de valor e mais valia (valorização) não poderá ser eliminado. O que ocorre, portanto, com as novas tecnologias é uma alteração nas relações e no processo de trabalho, ao reduzirem o trabalho vivo (humano), substituindo-o em grande parte por trabalho morto (maquinarias), porém, sem eliminá-lo, posto que o trabalho abstrato (alienado) é o que produz a acumulação capitalista.

Com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário industrial, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total. Conseqüentemente, as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, dos produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor, engenheiro, técnico, etc., outro

como capataz, um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante – temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de “trabalho produtivo” e seus agentes no conceito de “trabalhadores produtivos”, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e produção. (Marx, 2004:157)

O trabalhador coletivo, de que a oficina consiste, “sua atividade combinada” se realiza materialmente e de maneira direta num “produto total” que, ao mesmo tempo, é um “volume total de mercadorias”; é absolutamente indiferente que a função de tal e qual trabalhador – simples elo desse trabalho coletivo – esteja mais próxima ou distante do trabalho manual direto. (Marx, 2004:157-158)

Portanto, pode-se dizer: que o trabalho produtivo é o que é consumido diretamente no processo de produção, pela produção de valor e de mais-valia no processo de trabalho, como meio de valorização do capital. O trabalhador produtivo é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho objetivada como trabalho vivo, que valoriza o capital, pela extração da mais-valia, e ”todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo” (Marx, 2004: 159).

O trabalho improdutivo é aquele que não produz valor e nem produz mais-valia: Como trabalho assalariado, produz valor de uso como serviço para ser consumido e não como valor de troca (Marx, 2004:160), pode-se dizer que, com as complexificações do processo de trabalho no capitalismo, há o surgimento de novas esferas de produção de mercadorias que passam a produzir mais-valia; portanto, realizam-se trabalhos produtivos.

Para ser produtivo, já não é necessário, agora, por pessoalmente a mão na obra; basta ser um órgão do trabalhador coletivo ou executar qualquer uma de suas funções (...) a determinação original do trabalho produtivo, derivada da própria

natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo considerado como coletividade; mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomadas isoladamente. (Marx, 1973: 183)

## 2 – Concepções Políticas de Democracia e Socialismo

O entendimento de que “o Estado ao se ampliar deixou de ser um instrumento de uma classe para converter-se numa arena privilegiada das lutas de classes” (Coutinho<sup>21</sup>, 1979: 30). É elucidativo por semear ilusões teóricas e políticas de que seja possível, por meio de um Estado ampliado pela democracia política, eliminar o Estado burguês, a partir das lutas no campo da institucionalidade. Nessa concepção teórica, afirma-se, sobretudo, de que

a única perspectiva para a revolução socialista não é mais a conquista e substituição integral dos aparelhos de Estado, mas, sim, de sua transformação e orientação radicalmente diversas. O terreno fundamental da lutas é o dos aparelhos de hegemonia (escola, igreja, *mass media*, justiça, instituições políticas e administrativas, família, etc. (Vacca, apud. Radide, 1994:79)

A *democracia como valor universal* consequentemente traz o pressuposto de que é possível que todos os protagonistas do jogo democrático partilhem de um interesse e bases comuns – que é a democracia – independente dos projetos de classe existentes.

Desdobramento ainda desse entendimento, encontra-se, sobretudo, pela supremacia da democracia política, expressa no sentido de que: “o avanço da

---

<sup>21</sup> O conjunto da obra de Carlos Nelson Coutinho não semeia essas ilusões, a exemplo consultar: *Contra-Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*, São Paulo, Cortez, 2000).

democracia política é ao mesmo tempo, condição e resultado nas esferas econômica e social" (Coutinho, 1979: 38). Novamente aqui, reaparece a inversão *politicista*, posto que a base econômica se apresenta por constituir-se em momento predominante pela produção material e não a esfera política que a ela encontra-se subordinada.

A democracia exige, como condição básica, a realização da democracia social e econômica – o que pressupõe que a democracia política, dependente e subordinada – jamais poderia ter um valor em si mesma. (Toledo, 1994:28)

O politicismo configura-se, portanto, em um dos freios teóricos e políticos no processo das lutas sociais pelo socialismo. O processo de lutas pela democratização nos países latino-americanos proporciona um deslocamento da luta de classes, pela crença e ilusão democrática formal e política, para o âmbito prioritário do Estado. "Há tempos, marxistas importantes tornaram-se dissidentes ou abandonaram as antigas posições em nome da democracia" (Fernandes, apud Toledo, 1994:35).

O Estado de classe utiliza-se da coerção e da repressão, do arbítrio e da violência, ao sentir-se ameaçado em seu projeto de classe, posto que o Estado burguês, por maiores contradições que apresente e mais ampliado que se estabeleça (Gramsci), configura-se como Estado que representa os interesses das classes dominantes, o Estado como componente do capital.

Depreende-se daí a tese marxiana de que a tomada do poder político do Estado sob a direção do proletariado configura-se necessidade imperativa para estabelecer a transição socialista e a consequente autodissolução do Estado pela classe; na destruição da sociedade de classes e construção da sociedade

de autoprodutores livremente associados (Marx).

Por outro lado, verifica-se na contemporaneidade pouca atenção teórica e política ao tema da ruptura revolucionária, reforçada inquestionavelmente pelo deslocamento de setores de esquerda para a social democracia e, na última década, para o neoliberalismo.

O silêncio teórico a rigor existente nessa quadra histórica traduz-se em ausência de formulação teórica e política no que tange ao tema da ruptura política como necessidade real no processo de transição socialista; e espraia-se para um grande contingente da esquerda, trazendo como conseqüência imediata a ausência de uma direção política estratégica que possa mobilizar as massas para suas lutas imediatas e históricas na direção do projeto socialista. “É necessário combinar a revolução dentro da ordem com a revolução contra a ordem” (Fernandes, 1994: 12).

O problema da ruptura com a ordem capitalista é, portanto, o problema da *transição socialista* que

(...) em suas matrizes clássicas aparece na realização de uma dupla tarefa: a socialização dos meios de produção (a supressão da propriedade privada dos meios de produção fundamentais e o seu controle e apropriações sociais) e a socialização da faculdade e dos instrumentos de intervenção social e poder (a universalização da democracia método e a sua superação na condição-social para a superação do Estado. (Netto, 1990:87)

Uma das principais tarefas para os socialistas,

(...) é certamente a de se tornarem os defensores mais resolutos e persuasivos dos ganhos democráticos conquistados nos regimes capitalistas, os críticos mais intransigentes das deficiências da democracia capitalista e os melhores

proponentes de uma ordem social em que a democracia é finalmente liberada das limitações que lhe são impostas pela dominação capitalista. (Miliband, 1989:35)

Esta passagem expressa a tarefa política que se coloca para o campo socialista revolucionário; de que uma das lições a ser extraída da experiência do Leste Europeu advém da ausência de democracia socialista, expressa pela autocracia stalinista do partido único e do Estado a ele amalgamado.

A concepção de democracia socialista estabelece a necessidade histórica de realização da democracia econômica, política e social, com ênfase nos processos advindos das “*guerras de movimento e de posição*” (Gramsci). Os planos das lutas sociais de massas, classista e institucional combinam-se apesar de suas diferentes naturezas, no mesmo objetivo tático e estratégico, tendo na *democracia socialista*, a experiência permanente da construção da hegemonia das classes trabalhadoras, preparando as bases de *um tempo de revolução social* (Marx, 1848).

A angulação teórico-política relativa à tarefa democrática tem sido tratada a partir de uma distinção entre a democracia-método e a democracia condição-social.

A democracia-método é entendida como o conjunto dos mecanismos institucionais que sob formas diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem pôr sobre a vigência das garantias individuais a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; e quanto à democracia condição-social, ela não é um simples conjunto de institutos cívicos organizados num dado ordenamento político, mas um ordenamento societário em que todos, a par da livre expressão de opiniões e opções sociais, têm condição de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social. (Cerroni, apud Netto, 1990:85)

A distinção entre democracia-método e democracia condição-social permite reconhecer alguns elementos significativos presentes no referencial teórico e explicitam, sobretudo, que: os dois tipos de democracia podem não ocorrer concomitantemente, apesar da impescindibilidade de ambos.

A crítica à democracia política no capitalismo se pauta na idéia de que esse é insuficientemente democrático, sendo a experiência desenvolvida por intermédio da democracia-método; a conquista da democracia condição-social é decisiva para a destruição do caráter alienado do Estado, criando as condições necessárias à sua supressão, em um processo de auto-dissolução do Estado, após a tomada do poder político pelos trabalhadores na transição socialista (Netto, 1990).

Esses entendimentos derivam a compreensão de que o projeto de emancipação humana, como *necessidade histórica*, passa centralmente pela democracia socialista em que a *práxis social* coletivamente construída poderá conquistar o *autogoverno de produtores livremente associados*, a sociedade comunista

### **3 – Bases do Projeto Ético-Político Profissional na Década de 80**

O *Projeto Ético-Político Profissional Brasileiro*, assim denominado no início dos anos 90, desenvolve-se e adquire estatura teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa profissional a partir do debate acadêmico, do exercício profissional e estudantil, no legado da reconceituação nos marcos da

renovação do Serviço Social, no âmbito da vertente de *intenção de ruptura* (Netto, 1991).

Expressa na tendência de ruptura profissional com o conservadorismo, sua referência teórico-analítica e ideopolítica pode se estabelecer, tão-somente, por intermédio da construção coletiva e ação organizativa dos profissionais.

A **direção sociopolítica** da profissão constrói-se, e é assumida, a partir de deliberação da categoria profissional em suas instâncias representativas de organização: de formação profissional (ABEPSS), do exercício profissional (CFESS/CRESS), estudantil (ENESSO), e de organização político-sindical (APAS/ Sindicatos de Assistentes Sociais e CENEAS/ANAS).

A organização político-sindical dos assistentes sociais se estende pelo período de 1977 a 1994, e adquire centralidade na **direção sociopolítica** da profissão nos anos 80. Dá sustentação ao surgimento do Projeto Ético-Político Profissional dos anos 90, o que configura o **processo de ruptura profissional com o conservadorismo**.

A natureza de organização sindical, manifesta no interior do *novo sindicalismo* (1978 a 1989) pelo protagonismo da classe operária, é determinante para as lutas e conquistas das classes trabalhadoras no patamar da autonomia e independência de classe. A experiência sociohistórica dos anos 80, de mobilizações e lutas dos movimentos sociais, estabelece o solo para a *opção sociopolítica* do projeto profissional.

O projeto profissional de ruptura com o conservadorismo tem no legado

marxiano e na tradição marxista sua fundamentação teórica de análise, interpretação e, possibilidade superadora da sociedade capitalista de exploração, discriminação e opressão de classe, e estabelece sua ***direção sociopolítica estratégica***.

Resultante do processo de luta pela *hegemonia* no campo profissional, encontra-se alicerçado em um projeto societário direcionado aos interesses imediatos e históricos das classes trabalhadoras, o que lhe confere um estatuto ontológico.

#### **4 – Condição de Assalariamento do Assistente Social**

O assistente social constitui-se, basicamente, um trabalhador assalariado, embora seja considerado pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas um “profissional liberal”, em sua natureza. Contudo, sua condição de assalariamento encontra-se amplamente reconhecida, de forma sistematizada em âmbito nacional, pela primeira vez, em pesquisa realizada entre os anos de 1979 a 1983, pela CENEAS, com a assessoria do DIEESE-Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos.

Os dados da pesquisa a respeito do assistente social registram que: 97,2% da categoria profissional é composta por mulheres, o que tem caracterizado a profissão como eminentemente feminina, apesar de o universo masculino ampliar-se a partir da década de 90; 62,5% dos assistentes sociais estão empregados no serviço público, o que configura o Estado como o maior

empregador dos assistentes sociais -- destes 14, 4% estavam empregados na esfera municipal, 21, 1% na esfera estadual e 20% na esfera federal; 30, 6% no setor privado; 6, 85% em economia mista e 26, 8% da categoria profissional encontrava-se desempregada, sendo 7, 8% em desemprego aberto e 19% sem exercer a profissão (CENEAS<sup>22</sup>, 1983:55-56).

Em 2005, após 21 anos da pesquisa efetivada pela CENEAS, obtiveram-se os resultados do levantamento nacional organizado pelo CFESS<sup>23</sup>, de atualização dos dados, referentes à inserção do profissional no mercado de trabalho, e, do perfil profissional que constata que: a categoria permanece eminentemente feminina, em um percentual de 97%; a tendência histórica de inserção na esfera pública estatal permanece: 78, 16%, em que 40, 97% na esfera municipal, que indica uma expansão significativa, em relação aos 14, 4% anteriormente computados, atribuída à municipalização das políticas sociais após a Constituição de 1988; 24% na esfera estadual, mantendo os índices anteriores; e, 13, 19% na esfera federal, em um declínio significativo devido à retração de concurso públicos nesta área, no referido período.

Duas pesquisas estaduais, nos Estados de São Paulo, em 1996, e no Rio

---

<sup>22</sup> A pesquisa de mercado de trabalho sob a Coordenação da CENEAS e assessoria do DIEESE, foi concluída em 1982 e serviu de base para mobilizar e organizar a categoria em torno da questão do mercado de trabalho e condições de salário nas entidades sindicais e culmina com a elaboração do projeto de lei sobre salário, condições de trabalho e carga horária do assistente social, *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 10, 1982).

<sup>23</sup> O CFESS publicou com a UFAL – Universidade Federal de Alagoas e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS o resultado da pesquisa sobre o perfil da (o) assistente social no Brasil no documento: assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional, Brasília, maio de 2005).

de Janeiro, em 1998, coordenadas respectivamente por Silva<sup>24</sup> e Serra<sup>25</sup>, e que congregam 60% da categoria em todo o país registram que: o setor público ainda tem sido o maior empregador dos assistentes sociais, sendo a área da saúde a de maior empregabilidade; 25,83% – em decorrência da implantação do SUS – Sistema Único de Saúde; a seguir a área da Assistência Social que, expande-se como resultado da Constituição de 1988, momento em que a política de Assistência Social é reconhecida como política pública de direito, no âmbito da Seguridade Social.

As condições de *assalariamento* e de determinações profissionais, apresentam particularidades, nas diferentes conjunturas sociohistóricas, e merecerão tratamento específico devido as profundas transformações no mundo do trabalho, pela *acumulação flexível* e pelo reordenamento do Estado na implantação do neoliberalismo a partir dos anos 90.

A condição de *assalariamento* da categoria profissional, partícipe do trabalho coletivo, e parte da classe trabalhadora, assim reconhecida pela organização político-sindical dos assistentes sociais, desencadeia, em 1983, a luta nacional por Condições de Trabalho, Salário e Carga Horária dos Assistentes Sociais consubstanciada no projeto de lei n. 4645/1984<sup>26</sup>.

---

<sup>2</sup> <sup>4</sup> Silva, Ademir A. *A Profissão do Serviço Social no limiar do novo século*, São Paulo, PUC-SP-CRESS-SP, 1996 (mimeo). Resultado da pesquisa sobre mercado de trabalho dos assistentes sociais no Estado de São Paulo realizado em 1996 pela Faculdade de Serviço Social da PUC-SP e CRESS-SP.

<sup>2</sup> <sup>5</sup> Serra, Rose. *Pesquisa sobre Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais do estado do Rio de Janeiro – junto aos setores estatal, empresarial e sem fins lucrativos* (Cf. Serra, 1998, 2000, 2001).

<sup>2</sup> <sup>6</sup> O Projeto de Lei n. 4.645/1984 de autoria da Deputada Federal Cristina Tavares – PMDB – dispõe sobre carga horária, salário e área de atuação do assistente social. O projeto é

O Serviço Social existe como profissão, em condições e relações sociais historicamente determinadas, como prática profissional, institucionalizada, legitimada na sociedade, para responder às necessidades sociais, advindas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e trabalho, portanto de forma socialmente determinada (Iamamoto e Carvalho, 1982).

O Serviço Social tem sua origem como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes e dirigentes, para exercer seu controle e poder de classe como expressão da sociedade de classes. Significa dizer que sua institucionalização, na década de 30, pelo Estado de dominação e de controle e hegemonia do capital, corresponde a uma nova racionalidade no enfrentamento da Questão Social (Iamamoto e Carvalho, 1982).

O assistente social desenvolve sua ação profissional, em conjunturas sociohistóricas diferenciadas, que devem ser analisadas na correlação de forças presentes na sociedade. Quando a correlação de forças se apresenta favoravelmente às classes trabalhadoras, pode ocorrer uma ampliação dos direitos sociais, políticos e cívicos, frutos de um processo de lutas e conquistas. Contudo, não se semeiam ilusões quanto ao caráter de classe do Estado, de dominação e de hegemonia da burguesia, a quem se submete a classe dirigente.

Mesmo que ampliado, o Estado se constitui em Estado de direito

---

fruto da pesquisa da CENEAS deliberado e construído pela categoria e que tramitou na Câmara Federal em 1986. A categoria se mobilizou nacionalmente nos estados e com caravana a Brasília; porém o projeto foi vetado pelo presidente Sarney, após aprovação na câmara (Cf. Abramides e Cabral, 1995).

burguês, sob o controle e dominação de classe. Essa apreensão é fundamental para a clareza teórico-política de combate ao *politcismo*, que submete as lutas sociais, extra-institucionais aos desígnios dos marcos reguladores do Estado.

Reconhecer a institucionalidade pressupõe compreender os limites de seu alcance para as massas trabalhadoras; caso contrário, as classes trabalhadoras viverão no limite dos pactos sociais estabelecidos como estratégia de manutenção da ordem burguesa, instituídos sucessivas vezes, pelos detentores do poder, a serviço das classes dominantes.

A história tem demonstrado de que maneira os trabalhadores têm sido derrotados de forma sistemática, em suas conquistas e direitos, previsíveis de serem implantados em um programa de reformas nos marcos do capitalismo, mas que o próprio capitalismo se encarrega de destruí-los diante das novas investidas de acumulação capitalista, para responder à sua própria crise.

O processo de acumulação capitalista resulta das contraditórias relações de exploração e de dominação, conforme determinação dos interesses antagônicos entre capital e trabalho, na sociedade de classes, permeados por interesses de frações de classes.

Ao organizar o poder político e a economia, por intermédio das diferentes instituições, o Estado expressa, hegemonicamente, os interesses das classes dominantes, o que determina que as classes economicamente dominantes também o são politicamente.

Torna-se indispensável ressaltar que o Estado, em seu caráter

contraditório, atravessado pelos conflitos presentes na sociedade de classes, em luta e disputa por interesses antagônicos, encontra-se sob a hegemonia determinante do capital e, portanto, dominante da ordem burguesa. Sob essa angulação o uso de coerção, de aparelhos policiais, militares e judiciários estabelece a sustentação necessária ao projeto de dominação, o que consubstancia a natureza de classe do Estado. A classe dominante é dominante por

motivos econômicos, políticos, militares e ideológicos. Economicamente, ela controla os principais meios de produção. Politicamente, ela é majoritária nos centros de poder: executivos, legislativos e judiciários. Militarmente ela controla as forças armadas, as polícias e um sem-número de forças militares (jagunços, serviços de segurança, etc.). Ideologicamente, ela controla a comunicação de massa, que reproduz sua visão de mundo. (*Sobre o socialismo*, 2004:110)

Os profissionais assistentes sociais em sua *condição de assalariamento*, nas mais diferenciadas inserções socioprofissionais, nas esferas pública e privada, atuam centralmente com políticas sociais, e para tanto devem ter clareza teórica e política do papel do Estado, e suas particularidades nos diversos governos e, de outro lado, compreender as relações internacionais nos diferentes momentos do capitalismo entre os países dependentes e subordinados, e os países imperialistas.

As políticas sociais constituem mecanismos de reprodução da força de trabalho, em que “o trabalhador repõe certos desgastes de sua força de trabalho, obtém benefícios que contribuem para a reprodução de seus filhos ou para sua manutenção, quando temporariamente desempregado” (Faleiros, 1986:33).

Aos assistentes sociais, executores *terminais das políticas sociais* (Netto), cabe analisar como e em que terreno se desenvolvem as políticas sociais públicas, a partir do quadro sociohistórico, ideopolítico estrutural e conjuntural da sociedade, bem como do estágio da luta de classes, diante dos interesses dominantes e hegemônicos do capital e de seu Estado de dominação.

Avançar constitucionalmente nas políticas sociais públicas, como políticas públicas de direitos no Brasil implementadas pelo Estado, a partir da Constituição de 1988, significou paradoxalmente, em curto espaço de tempo, sua destruição pelo neoliberalismo, com a privatização e a desregulamentação do Estado na realização de um conjunto de contra – reformas.

As contra-reformas do Estado têm como ponto de partida, a chamada Reforma do Estado no governo FHC, elaborada sob a orientação do então Ministro da Administração e da Reforma do Estado, Bresser Pereira. A Reforma do Estado cria as *organizações sociais* – OS – que submete a política social a um caráter privado – em que essas organizações passam a funcionar orientadas por interesses particulares, privatistas, mediante o atendimento à setores da sociedade que podem demandar serviços sociais privados pela sua inserção no mercado de trabalho.

Constata-se, de um lado, “*o cidadão consumidor*” e de outro lado “*o cidadão pobre*” (Mota, 1995) que é constituído pelo trabalhador em desemprego crônico, terceirizado, precarizado, informalizado, sem carteira assinada e que será assistido, quando o for por intermédio de políticas e programas sociais compensatórios, da assistência social, e não como política pública de direito

social.

A política da Assistência Social somente pode concretizar-se como política pública social de direito, se estiver vinculada e articulada às políticas estruturantes de emprego, de distribuição de renda e riqueza.

Entretanto, a gestão social-democrática do capitalismo vive um esgotamento histórico, resultante da atual crise estrutural do capital, que traz como decorrência a ausência de implantação dessas políticas, possíveis de serem desenvolvidas no período de crescimento econômico do capitalismo, e que, no neoliberalismo, exaurem-se como possibilidades.

Estabelece-se duramente o caminho da *mercantilização, da assistencialização e da refilantropização* (Yasbeck, 1999), em um retrocesso histórico do ponto de vista das massas trabalhadoras, ao destruir direitos no processo de bárbarie social, advindo da programática internacionalizada do capital materializada no neoliberalismo.

A fundação sociohistórica da profissão baliza-se nas múltiplas expressões da *Questão Social*, e, o profissional assistente social é executor terminal das políticas sociais, o que torna determinante a análise constante da realidade sociohistórica, para poder deslindar a profissão e seus permanentes desafios, a partir de macroanálises da totalidade da vida social em cada período histórico.

## **5 – Condições políticas de constituição do PEP – Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro.**

As condições políticas de constituição do PEP do Serviço Social no Brasil devem ser avaliadas considerando-se as seguintes determinantes: a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 80, a mudança do público profissional, que ingressa nos cursos de Serviço Social, composto pelas camadas médias e empobrecidas, e como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria, são vanguardas de militância política e vanguardas sociais.

A consideração desses aspectos nos marcos da crise da ditadura ocorre em um processo heterogêneo e diversificado do projeto de ruptura com o conservadorismo tradicional.

*Heterogêneo, pela diversidade presente no interior da categoria profissional representada pelos diferentes segmentos que a compõem. Diferenciado por suas expressões em espaços de natureza distinta: organização político-sindical, formação e exercício profissional e estudantil, que tiveram influências decisivas advindas das lutas sociais do período, compreendido entre o final dos anos 70 ao final da década de 80.*

*Diversificado, na compreensão teórica, por distintos graus de amadurecimento e de influências presentes, em diversos momentos da trajetória profissional, no âmbito do legado marxiano e da tradição marxista.*

A renovação do Serviço Social brasileiro apresenta três tendências de matizes teórico-políticos diferenciadas e tem sua origem em meados da década

de 70.

A primeira perspectiva, a modernizadora, referencia-se nos documentos de Araxá e Teresópolis, e o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção, composto por um arsenal de técnicas sociais, a ser operacionalizado nos marcos do capitalismo.

A segunda tendência se caracteriza pela reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assenta na fenomenologia e parte da auto-representação da profissão; rejeita o positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria crítica-dialética marxiana e da tradição marxista, expressas no projeto de intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, em um primeiro momento, e de ruptura a partir dos anos 90 pelo seu amadurecimento, e passa a configurar-se como a terceira tendência nos quadros da renovação da profissão (Netto).

*O projeto de ruptura do Serviço Social Brasileiro* se constitui por estabelecer as bases teórico-políticas do *PEP – Projeto Ético – Político Profissional*, explicitado como terceira tendência da *Renovação do Serviço Social*, apresentando – se de forma distinta nos diversos momentos de seu desenvolvimento: gênese, evolução e consolidação.

Apesar dos diferentes matizes presentes nos momentos constitutivos do “*Projeto de Ruptura do Serviço Social*”, algumas características centrais o definem:

- a- a perspectiva de análise sob a angulação da totalidade da vida social;

- b- a compreensão da profissão na divisão sociotécnica do trabalho;
- c- o significado social da profissão no processo de reprodução da força de trabalho;
- d- o legado marxiano e a tradição marxista como referenciais teóricos de análise, interpretação e transformação radical da sociedade de classes e que conformam a ***direção sociopolítica*** do projeto profissional.

### **5.1 – Projeto de ruptura: a gênese**

A gênese do projeto de ruptura se configura em sua emersão, na primeira metade dos anos 70, pelo processo de formação profissional desenvolvido na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, pelo conhecido Método BH.

O Método B.H. recebe forte influência do movimento de reconceituação latino-americano, e é considerado o marco do *Projeto de Ruptura Profissional do Serviço Social no Brasil*.

### **5.2 – Evolução do projeto de ruptura**

A evolução do projeto de ruptura, no âmbito do marxismo acadêmico, possibilita o contato mais estreito e sistemático do Serviço Social com as fontes clássicas da teoria social do legado marxiano e da tradição marxista. Estas são

retomadas como referencial analítico e teórico, em uma aproximação e interlocução da formação profissional com as ciências humanas e sociais (Netto, 1991).

Paradigmática, nesse momento, do projeto de ruptura, é a referência pública e coletiva, explicitada no III Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais-CBAS<sup>27</sup> – o conhecido “congresso da virada” em 1979, identificado “como marco histórico do compromisso político e coletivo da categoria com as classes trabalhadoras” (Abramides e Cabral, 1995:168, grifo nosso).

O III CBAS teve a possibilidade de reversão do conservadorismo, instalada em sua concepção e dinâmica, impulsionada pela ação dirigente e organizada das entidades sindicais e pré-sindicais, coordenadas pela CENEAS, em uma ação coletiva unitária que publicamente assume a **direção sociopolítica da profissão**.

Ao CFAS/CRAS, conjunto representativo de entidades do exercício profissional cabe, nesse período histórico, a responsabilidade pela organização dos congressos da categoria e suas direções estavam, majoritariamente sob a hegemonia conservadora da profissão.

O processo eleitoral para o conselho federal realizava-se de forma

---

<sup>2</sup>      <sup>7</sup> O III CBAS “reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país e decepcionou os presentes pelo caráter antidemocrático e pela versão oficialesca que lhe foi imprimida. Se não fosse a presença ativa das entidades sindicais, o congresso teria sido esvaziado logo a partir do segundo dia. Essas entidades realizaram, em paralelo à programação oficial, uma assembléia do qual participaram 600 assistentes sociais mais uma vez tratando do autoritarismo na condução dos trabalhos e na falta de aprofundamento das questões levantadas. A assembléia conseguiu a vitória e os dirigentes passaram a assumir a direção dos trabalhos” (Souza, 1991:90, 91). Consultar ainda a respeito do III CBAS: ANAIS do IIICBAS (CFAS-1979), Campos (1992), Abramides e Cabral (1995).

indireta em um sistema de indicação efetivado por um pequeno grupo de profissionais, escolhidos pelas diretorias dos conselhos regionais.

O método, antidemocrático e cupulista utilizado no processo sucessório, de favorecimento aos dirigentes do poder conservador instituído há décadas, expressava a concepção e prática conservadora das entidades voltadas ao exercício profissional.

Impensável compreender a virada do CBAS, desvinculada da efervescência do movimento sindical e popular a partir de 1977, aos quais o pólo combativo dos assistentes sociais com militância político-sindical esteve majoritariamente articulado. De um lado, na Anampos – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – e, posteriormente no *Novo Sindicalismo* por intermédio – CUT, fundada em 1983, e de outro lado, no acompanhando dos Movimentos Populares, posteriormente, organizados na Central dos Movimentos Populares – CMP, fundada em 1993.

A vinculação orgânica e permanente ao movimento sindical das classes trabalhadoras pela CENEAS, de 1979 a 1983, e posteriormente pela ANAS, 1983 a 1994, possibilita um debate político sistemático e uma atuação vigorosa no movimento sindical e popular, alimentando a luta pela democratização das instituições, além da construção e consolidação da mais ampla democracia sindical, vivenciada nos fóruns da ANAS.<sup>28</sup>

O novo sindicalismo desde o seu surgimento em finais dos anos 70, até a

---

<sup>2</sup> <sup>8</sup> A respeito da democracia interna na ANAS, consultar Abramides e Cabral (1995). Trata do critério da proporcionalidade política das forças existentes na categoria, tanto nas assembleias nacionais, quanto no conselho de representantes, como instância intermediária de deliberação.

segunda metade da década de 80, significou um avanço político e organizativo para as classes trabalhadoras que culminou com a fundação da CUT em 1983 e a solidificação do pólo cutista. Esse avanço pode ser observado pelas grandes mobilizações e greves de categorias de trabalhadores e greves gerais, na ampliação de sindicalizados e de entidades combativas, luta pela conquista de liberdade e autonomia sindical, construção da nova estrutura sindical por ramo de atividade econômica e quebra do corporativismo, aprofundando o grau de consciência dos trabalhadores, o que o configurou como um sindicalismo classista, de massas e de lutas.” (Abramides e Cabral, 1995:29)

A CUT, em toda sua trajetória de organização e lutas, aglutina em seu interior seguimentos decisivos das classes trabalhadoras: o operariado industrial, os trabalhadores rurais, os trabalhadores do setor de serviços, os trabalhadores em serviço público e os trabalhadores assalariados, organizados em categorias profissionais. Os assistentes sociais, majoritariamente, encontraram-se inseridos nos dois últimos segmentos, em momentos distintos da organização político-sindical, aqui considerada a extinção da maioria dos sindicatos de categoria e da ANAS, em 1994.

A CUT nasceu da confluência de três significativos movimentos sociais: do novo sindicalismo, que se caracterizava como um movimento mais sindicalista; do movimento das oposições sindicais, herdeiro de setores da esquerda católica e marxista em dissidência com a esquerda tradicional, e do movimento sindical rural, também com forte presença da esquerda católica. A confluência destes três movimentos deu uma vida real, classista, heterogênea e plural a CUT. (Antunes, 1995:65)

### **5.3 – Consolidação do projeto de ruptura**

#### **5.3.1 – Organização político-sindical da categoria: base da *direção***

### ***sociopolítica no processo de ruptura profissional***

No contexto da ambiência político-social e cultural, do final dos anos 70 aos anos 80, as vanguardas profissionais, com militância político-sindical e profissional na categoria se inserem nas lutas sociais em curso na sociedade brasileira, no momento histórico de lutas e conquistas das classes trabalhadoras organizadas, sob a autonomia e independência de classe.

O período de 1978 a 1989 se desenvolve em um amplo processo de mobilização e organização das classes trabalhadoras nos países, tendo *no novo sindicalismo e na classe operária do ABC paulista o seu protagonismo*.

Expande-se aos setores assalariados em geral, que se mobilizam e se organizam, em um contexto social, de grande e vigorosa efervescência política, a partir dos interesses das massas trabalhadoras. De outro lado, o movimento popular alastrá suas lutas vinculadas à conquista e à efetivação de políticas públicas concebidas como políticas de direitos.

De 1978 a 1984, configura-se a chamada “abertura” no Governo do General Figueiredo, e, de 1984 a 1989, realiza-se a “transição conservadora” da *Nova República* como resultado do Colégio Eleitoral, que elege Tancredo/Sarney, em uma nova conformação civil sob a anuência dos militares.

Esse período, acrescido “da política de distensão” ou “democracia relativa” do Governo Geisel, de 1974 a 1978, consubstancia o momento conjuntural da “transição lenta, gradual e segura que fora arquitetada pela ditadura, mas que os militares e seus aliados se mostraram impotentes para dirigir,

em uma fase de declínio de sua autoridade e do seu poder" (Fernandes, 1986:19).

O processo de luta pela democratização do país ganha fôlego no âmbito institucional no início dessa "transição lenta, gradual e segura", com a derrota do governo da ditadura militar em 1974, quando sai vencedora, no pleito das eleições estaduais, a oposição consentida, por intermédio do MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

Do ponto de vista das lutas sociais, esse período é marcado:

- h- pela revitalização do movimento estudantil que volta às manifestações de rua;
- i- pelo movimento do custo de vida e contra a carestia;
- j- pelas mobilizações operárias apoiadas por intelectuais, artistas e setores da Igreja na luta contra a ditadura e pela redemocratização do país.

O governo Geisel inaugurou uma terceira etapa da institucionalização do Estado. A primeira fase, abrangendo os governos Castelo Branco e Costa e Silva, lançara as bases do estado de segurança nacional, corporificado na constituição autoritária de 1967. A segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo, ampliando o quadro legal da repressão, e na prática, a engrenagem de coerção. Durante os governos Geisel e João Figueiredo, os planejadores de Estado concentraram-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado a longo prazo. (Alves, 1984:185)

A política de distensão do Governo Geisel – 1974 a 1978 – e a política de abertura no governo de Figueiredo – 1978 a 1984 delinear "um recuo da contra-revolução burguesa", para não ceder nada de substancial aos trabalhadores da cidade e do campo, a operários e camponeses... Modificar alguma coisa para que

nada se transforme. (Ianni, 1984:111)

Contradicoratoriamente, no plano internacional nesse período, a partir de 1973, pela implantação do neoliberalismo, a situação de lutas e organização das classes trabalhadoras se encontra enfraquecida nos países centrais do capitalismo e sob um forte traço de sindicalismo social-democrático reformista e de conciliação de classes.

Apesar de a década de 1980, no Brasil, ser identificada como a década perdida, do ponto de vista da economia, pode ser considerada a década do ressurgimento das lutas sociais, de massas nos países, tanto no que se refere às ações trabalhistas e sindicais, como às lutas dos movimentos populares por políticas públicas sociais, educacionais, habitacionais e as lutas no campo pela reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores com o surgimento do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terras.

A compreensão desse período se vincula à efervescência da luta contra a ditadura e pela redemocratização do país, em plena crise da autocracia burguesa que, no campo da esquerda, se encontra alinhada à luta anticapitalista, antiimperialista e na direção da construção do socialismo.

A organização sindical de base dos assistentes sociais, as APAS e os Sindicatos, ao apoiar diretamente as lutas populares, mobiliza parcela significativa dos profissionais no apoio concreto a essas lutas, que, por sua vez, se apresentam como demandas por serviços sociais e políticas públicas nos espaços socioprofissionais em que se inserem.

No período, a ação socioprofissional se encontra parametrada por uma

*dimensão política que lhe confere centralidade na prática do exercício profissional.* Cabe ressaltar que, diferentemente dos desvios militantistas praticados profissionalmente no período anterior, fortemente influenciados pelo movimento de reconceituação, esse momento se caracteriza por uma ação intervintiva desenvolvida nos espaços socioocupacionais no âmbito do trabalho profissional.

A militância política dos profissionais assistentes sociais se exercita fundamentalmente nos sindicatos da categoria profissional, nas associações de servidores públicos municipais, estaduais e federais.

Os docentes de Serviço Social do ensino superior têm militância política nas universidades e na ABESS, e uma parcela significativa de assistentes sociais atua politicamente, por meio de uma ação partidária, majoritariamente no PT – Partido dos Trabalhadores, fundado em fevereiro de 1980.<sup>29</sup>

Nesse período, o PT aglutina em sua composição interna uma parcela expressiva de contingentes da esquerda organizada do país. Entretanto, a militância partidária dos assistentes sociais se amplia para além do PT, embora a inserção dos profissionais que atuam nas entidades organizativas da categoria profissional seja majoritária e hegemônica no partido.

Pode-se identificar ainda, um setor militante de assistentes sociais

---

<sup>2</sup> <sup>9</sup> Os assistentes sociais criaram núcleos de assistentes sociais petistas em vários estados. Debatiam teses para o CBAS, organizavam intervenção política em bairros, entre outras atividades no início do PT. No movimento sindical, participavam de núcleos de sindicalistas petistas para debater concepção e prática sindical na década de 80. Na década de 90, em todo país assistentes sociais se vincularam aos setoriais do PT (moradia, assistência, movimentos populares, gênero e etnia, entre outros setoriais) com a finalidade de debater e construir propostas de política pública e frentes de luta. A esse respeito, consultar documentação dos setoriais do PT da década de 90 nos diretórios municipal, estadual e ou nacional.

organizados no PCB, no PC do B, no PDT e no PMDB, com atuação nas organizações corporativas profissionais.

A inserção dos assistentes sociais, dirigentes das entidades da categoria, na esfera partidária, acontece em um arco plural, no interior da profissão do ponto de vista político, partidário, organizativo, circunscrito a um campo progressista e democrático de profissionais, com hegemonia dos assistentes sociais petistas (militantes, filiados e simpatizantes).

As vanguardas organizativas profissionais não foram necessariamente as vanguardas teóricas, o que significa separar, do ponto de vista da análise, a ação política das vanguardas de direções sindicais e das entidades organizativas da formação e do exercício profissionais, dos extratos teóricos que elaboram a fundamentação da profissão e não têm (em grande parte) vinculação partidária.

Expressa-se, neste marco, a concepção hegemônica construída e conquistada no processo da renovação da profissão na vertente de *intenção de ruptura* que se modifica e aprofunda no processo de amadurecimento teórico-político do *projeto profissional de ruptura* até 1989.

Os assistentes sociais *sindicalistas petistas* participam nesse momento histórico do país de uma articulação partidária para intervenção política em sua ação sindical, juntamente com sindicalistas petistas de outras categorias, para uma ação programática no interior do movimento de massas, em que suas posições são majoritárias.

As articulações políticas ocorrem em todas as esferas organizativas dos movimentos sociais (sindical, popular, sem-terrás, movimentos específicos-mulheres, negros, homossexuais).

A categoria dos assistentes sociais, por intermédio de uma vanguarda de esquerda, presente em seu interior, estabelece um amplo e vigoroso movimento estadual e nacional de reorganização sindical da categoria. Insere-se organicamente na ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical – de 1978 a 1981), por intermédio das comissões regionais, estaduais e nacional Pró-CUT, a partir da deliberação da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – I Conclat, realizada em 1981, que demarca um momento decisivo na organização independente das classes trabalhadoras, na direção da construção da CUT em 1983, que passa a ser uma referência classista, de lutas e de massa das classes trabalhadoras.

No período de 1978 a 1979, a inserção dos assistentes sociais na organização do sindicalismo classista estabelece o crescimento significativo das entidades sindicais e pré-sindicais de assistentes sociais de três para 22 entidades, o que possibilita uma forte articulação das mesmas para uma intervenção político-sindical planejada, no interior da CENEAS, no sentido de imprimir a **direção política** ao Congresso da virada em 1979, o III CBAS.

Nesta ocasião, a categoria profissional dos assistentes sociais delibera que os próximos CBAS sejam organizados e dirigidos pela CENEAS, ao reconhecer e legitimar a força, e, o direcionamento político das entidades sindicais e pré-sindicais organizadas na CENEAS, e que representam

emblematicamente, a *ruptura pública sociopolítica com o conservadorismo*, majoritariamente presente e atuante nas entidades de organização responsáveis pelo exercício profissional.

Portanto, em 1982, o IV CBAS é organizado e dirigido pela CENEAS partindo de deliberação congressual em 1979. A CENEAS tem a iniciativa política de propor à categoria dos assistentes sociais, no IV CBAS em 1982, que a plenária delibere que os próximos congressos sejam organizados conjuntamente por todas as entidades nacionais da categoria e estudantil.

A decisão pressupõe o significado tático e estratégico, uma ação unitária de todas as entidades organizativas da categoria, na construção do projeto de profissão com ***direção sociopolítica*** voltada aos interesses da grande maioria da população explorada pelo capital e oprimida em sua condição de classe, gênero, raça e etnia.

Resgatar essa trajetória nos permite decifrar e compreender o jogo de forças existentes em disputa no interior da categoria, a partir da construção de um projeto hegemônico, fruto de lutas e conquistas, cuja característica é a de se configurar como *um projeto profissional coletivo e articulado a um projeto societário emancipatório no horizonte socialista*, em que se consubstancia a ***direção sociopolítica do projeto profissional***.

No processo organizativo da categoria profissional, as diferenças e as divergências políticas são publicamente explicitadas em fóruns amplos e democráticos, e as posições majoritárias e minoritárias se expressam no debate de idéias, nas definições da programática política de ação, o que contribui para o

avanço da politização e democracia internas.

O momento de organização da categoria profissional que percorre o final dos anos 70 à entrada dos 90 se caracteriza como um período de grande politização e organização da categoria, com uma direção de esquerda, que estabelece como prioridade: a autonomia dos movimentos e das entidades em relação ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos, as lutas sociais na ambiência político – organizativa que marca esse período das grandes mobilizações sociais, no interior da luta de classes em que se inscrevem os assistentes sociais como trabalhadores, em sua condição de assalariamento.

A concepção e a prática de organização política adotadas possibilitavam a objetivação de uma *unidade na diversidade*, que rompe no movimento sindical com a *política de consensos*, parametrada na *conciliação pelo alto*, e decidida por uma maioria que desconsidera as diferenças existentes nas posições minoritárias.

A concepção e a prática sindical adotam, portanto, o critério amplamente democrático de representação, baseado na proporcionalidade das forças políticas vivas, presentes no movimento de organização das classes trabalhadoras, pressuposto histórico de democracia operária, na construção do sindicalismo de classe.

A defesa do *critério da proporcionalidade*, como princípio da mais ampla democracia, somente poderá se exercitar na disputa entre forças políticas de um mesmo campo, de concepção sindical ou profissional. Significa dizer que a abertura de convenção democrática para formação de chapas no interior das

entidades pressupõe necessariamente identidade política de concepção sindical.

Não seria possível compor uma chapa de defensores de um *sindicalismo autônomo*, no interior da CUT, com outra chapa, que representasse um *sindicalismo de resultados*, expresso pela Força Sindical. Porém, considerava-se do ponto de vista da *unidade na ação e da luta* dos trabalhadores que as forças cutistas, em uma convenção democrática, construíssem uma chapa proporcional, correspondendo às forças políticas atuantes no interior do movimento da categoria e que se fizessem representar democraticamente.

Essa concepção de democracia operária se encontra fundamentada em uma concepção de democracia, que reconhece o direito de as diferentes posições políticas se manifestarem e se fazerem representar, no interior das lutas sociais, proporcionalmente às forças políticas representadas no reconhecimento político das divergências existentes para o exercício do pluralismo.

O processo político-democrático construído pelas classes trabalhadoras na década de 80, tão caro ao movimento sindical combativo e à tradição socialista, foi se perdendo na década de 90, com a supremacia da posição política majoritária, que se transforma em uma única posição.

O *esmagamento da divergência política*, do direito à diversidade de idéias como ideologia, está presente no processo político na burocratização stalinista nos países pós-capitalistas do leste europeu, bem como, no período mais recente a partir da década de 90, no interior do sindicalismo cutista, no Brasil.

Esta ideologia se apresenta fortemente nos países pós-capitalistas, na antiga União Soviética e no leste europeu pela autocracia desenvolvida no *partido único* que estatiza a economia e a política, em que partido e Estado se encontram fusionados (Netto, 1999).

Progressivamente essa concepção de democracia “*de maioria*” que desconsidera as posições divergentes minoritárias, gradativamente negando e ou reduzido o critério de proporcionalidade política, alastrase no movimento sindical. Esta política adotada pelo campo majoritário da CUT, expresso pela corrente Articulação Sindical do PT (identificada com o setor majoritário denominado Unidade na Luta) e apoiada pela Corrente Sindical Classista – PC do B, e em muitos momentos pela DS – Democracia Socialista – tendência interna do PT, que oscila em suas articulações.

Certifica-se, deste modo, que diferentes chapas de um mesmo campo de concepção sindical – expressas pela filiação dos sindicatos à CUT – podem concorrer ao pleito eleitoral no sindicato, mas tornando-se vencedora, a chapa que obtiver maioria no processo eleitoral. Desconsidera-se, portanto, o critério democrático da proporcionalidade, o que exclui parcelas significativas do exercício democrático de poder, representadas pelas posições minoritárias existentes nas categorias, em consequência desta política adotada.

De meados para o final dos anos 80, a posição majoritária da CUT, denominada Articulação Sindical, estabelece um giro reformista na ação sindical, ao abdicar progressiva e vertiginosamente dos rumos que garantem um sindicalismo classista.

Neste sentido, a articulação sindical da categoria e dos trabalhadores em geral, de organização e disputa política no interior da CUT, deixa de ser construída, sindicalmente, no interior da articulação partidária(sindicalistas petistas), desencadeando-se um conjunto de aproximações das diversas concepções no campo de esquerda, dentro e fora do PT.

Sindicalistas, que militam em outros partidos de esquerda e marcam presença política ativa no movimento sindical no interior da CUT, representam forças políticas e disputam, em articulação com forças sindicais da esquerda do PT, constantemente em posições distintas da posição majoritária sindical na CUT e no PT.

No período de 1985 a 1992, a ANAS<sup>30</sup> constrói convenções cutistas que precedem suas assembléias sindicais nacionais, em que o critério da proporcionalidade garante amplamente a democracia, pela representatividade das forças políticas presentes na organização sindical. A recuperação dessas experiências,

organizativas socioprofissionais são de alcance indiscutível, tornando acessível às novas gerações de assistentes sociais a apropriação de momentos decisivos que marcará, em escala apreciável, o ingresso da categoria num horizonte de visibilidade sociopolítica até então inédito; de outro lado convoca todos os profissionais a uma reflexão crítica acerca dos caminhos e descaminhos até agora explorados no sentido de dotar o Serviço Social de uma legitimidade societal mais

---

<sup>30</sup> <sup>0</sup> A ANAS aglutinava em seu interior diversas posições e correntes políticas presentes no interior do novo sindicalismo. A Anas bem como a grande maioria dos sindicatos a ela filiados eram vinculados à CUT, com exceção da corrente sindical classista, vinculada ao PCdoB que somente na década de 90 se retira da Central Geral dos Trabalhadores para filiar-se à CUT. As eleições na ANAS ora foram diretas, ora congressuais. Em ambos os casos com a mais ampla democracia. Consultar arquivo da entidade: teses, documentos e resoluções das assembléias sindicais nacionais e regimento interno da entidade, 1985 a 1994.

substantiva. (Netto, 1995:12)

O período histórico do final da década de 70, ao final da década de 80, representa para o movimento das classes trabalhadoras um fértil aprendizado de organização e lutas classistas, em que as mobilizações sociais e ações diretas avançam o grau de consciência da classe.

Os principais posicionamentos e lutas do período, do ponto de vista da organização sindical desenvolvidos pela CUT, a qual a ANAS e os sindicatos dos assistentes sociais, em número de 28 em todo o país, em 1988, encontram-se filiados, expressam-se por intermédio de:

- a- Lutas gerais: Contra a ditadura militar, pela democratização do país, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, luta pelas *Diretas-Já*, contra a ida ao Colégio Eleitoral como instrumento da ditadura militar e que resulta no projeto conservador da *Nova República* que defende os interesses das classes dominantes; contra o Fundo Monetário Internacional – FMI; contra o governo ilegítimo do presidente Sarney; contra a impunidade e violência no campo; contra o Pacto Social; pela reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores; por uma Assembléia Nacional Constituinte Livre, Soberana e Democrática, portanto, contra a Constituinte Congressual; luta pelos direitos dos trabalhadores na Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte; pela reforma urbana em conjunto com os movimentos populares; contra o racismo e discriminação do trabalhador negro; fim da discriminação da mulher e luta por salário igual

- para trabalho igual; em defesa das terras indígenas e do meio ambiente; por uma política agrícola voltada as necessidades da maioria da população;
- b- Campanhas eleitorais – Apoiar os candidatos comprometidos com os interesses dos trabalhadores e que se comprometam com a plataforma da CUT;
- c- Solidariedade internacional: A CUT tem uma política ativa e solidariedade internacional à luta dos trabalhadores de todo o mundo contra todas as formas de imperialismo, exploração, discriminação e diante de todas as formas de violência sobre os direitos sindicais e democráticos;
- d- No plano econômico: contra o decreto-lei 2.045 que prevê uma política econômica de recessão no governo Figueiredo e culmina com a greve geral de 20 de julho de 1983; contra a política econômica do governo Sarney consubstanciada nos pacotes econômicos: Cruzado I e II em 1986; Bresser em 1987 e Maílson em 1988 que impõem uma política recessiva e de arrocho salarial que recai sobre os trabalhadores e que com a direção da CUT organizam três greves gerais (12/12/1996; 20/08/1987 e 14-15/03/1989); contra as demissões de trabalhadores, sucateamento e privatizações das estatais e do serviço público e em defesa do salário e do emprego; pela reposição das perdas salariais, por uma escala móvel de salários e salário mínimo real de acordo com os índices do DIEESE; contra o arrocho salarial e a recessão econômica; pelo não pagamento da dívida externa e pela realização da Conferência

Latino Americana contra o pagamento da dívida externa;

e- No plano sindical: pela liberdade e autonomia sindical e pela aprovação da Convenção 87 da OIT – Organização Internacional do Trabalho; pelo fim do imposto sindical; pelo direito irrestrito de greve; pelo direito de sindicalização dos trabalhadores em serviço público; pelo direito de organização e expressão; direito ao emprego e redução da jornada de trabalho; em defesa da organização nos locais de trabalho; construção da nova estrutura sindical definida pelos trabalhadores e fim da estrutura sindical vigente de cunho corporativista; pela estabilidade no emprego; por um Contrato Coletivo de Trabalho nacionalmente articulado; pela unificação das datas-base (Abramides e Cabral, 1995: 100- 101-102).

O processo de mobilização, lutas e organização da classe trabalhadora resulta em um conjunto de conquistas sociais e trabalhistas na década de 1980, destruídas progressivamente, a partir da implantação do neoliberalismo no país, no final do governo Sarney, percorrendo os governos Collor e Itamar, consolidando-se e aprofundando-se no governo FHC de 1994 a 2002, e em sua continuidade inesperada no governo Lula (2003 a 2005).

É no período de mobilizações e lutas sociais, dos anos 80, que a categoria dos assistentes sociais, por intermédio de sua organização político-sindical, apóia, solidariza-se e insere-se nas lutas dos movimentos populares como:

a- a luta pela Reforma Sanitária e de implantação do SUS – Sistema Único de Saúde;

- b- a luta pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais, pela concessão do direito real de uso e pela posse da terra nas favelas, pela implantação das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social nas cidades, pelo direito à moradia, à cidade, à justiça;
- c- a luta pelo transporte coletivo de qualidade, subsidiado pelo Estado;
- d- a luta pelas creches diretas como direito às crianças e às mulheres e homens trabalhadores;
- e- a luta pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado e universal;
- f- a luta contra qualquer tipo de discriminação e opressão de classe, gênero, raça e etnia;
- g- lutas por políticas sociais públicas específicas (para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescente, população em situação de rua, negros, indígenas, idoso, sexualidade e livre orientação sexual).

A luta e a defesa de políticas públicas como políticas de direitos constituem-se pauta programática dos congressos da categoria dos assistentes sociais – os CBAS – realizados a cada três anos pelas entidades nacionais da categoria e estudantil, sob a coordenação da ANAS, no período de 1982 a 1989.

A ambiência sociohistórica desse período corrobora para o adensamento da ***direção sociopolítica do projeto profissional***, impulsionada pelas lutas sociais que alimentam a ação profissional, voltada aos movimentos e direitos

sociais e de políticas públicas, na esfera da institucionalidade, nos espaços socioprofissionais.

De outro lado, articula a luta político-sindical às lutas independentes da classe trabalhadora, o que faz avançar a consciência social dos profissionais, articulando projeto profissional e projeto societário, uma constante do **processo de ruptura**.

A compreensão das múltiplas e complexas relações do desenvolvimento das lutas sociais e do papel da organização político-sindical *dos assistentes sociais como trabalhadores e com os trabalhadores*, nessa conjuntura de grandes mobilizações sociais dos anos 80, reconhece a dupla dimensão da inserção dos assistentes sociais nos espaços socioocupacionais.

A primeira dimensão se refere à sua inserção, na esfera pública e privada, na condição de trabalhador assalariado partícipe do trabalho coletivo socialmente combinado; a segunda dimensão se expressa pela sua função profissional na prestação de serviços aos usuários demandatários desses serviços nas esferas sócio-ocupacionais.

Decorrente desse binômio, assenta-se a inter-relação do exercício profissional com os movimentos sociais de lutas por políticas públicas como políticas de direitos que ganha estatura no âmbito da luta institucional, a partir da promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, o que exigirá a análise dos avanços e conquistas obtidas pelas classes trabalhadoras neste processo.

Por outro lado, cabe salientar a contradição daí advinda: avança-se

institucionalmente no processo de democratização do país, e os movimentos sociais, em sua posição majoritária, apresentam, na década de 90, uma rota desviante de ação política que se estabelece na supremacia da luta institucional com graves desdobramentos para a perspectiva da luta autônoma da classe.

O *giro reformista* do movimento social coloca-o na *defensiva* na década de 90, e sob a hegemonia *social-democrata*, cria obstáculo ao processo da luta de classes, com exceção do movimento dos trabalhadores sem-terrás que permanece em sua ofensiva e autonomia na luta pela reforma agrária radical.

A partir de 2003, esta situação se aprofunda tendencialmente no processo de um *sindicalismo cooptado e governista (estatista)* adotado por sua posição majoritária, não sem resistência de setores de esquerda no interior do movimento operário e sindical, ao lutarem em uma resistência classista.

A condição objetiva da classe trabalhadora encontra-se bastante defensiva diante dos agravamentos advindos da investida do capital com a *acumulação flexível* no mundo do trabalho (Harvey, 1995) e a investida neoliberal na esfera do Estado, que amplia o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, assim como destrói direitos historicamente conquistados.

A concepção teórico-política adotada permeia analiticamente a nossa tese, incluídos os determinantes sociohistóricos presentes a cada período, conjuntural, bem como a ação das organizações profissionais que, em suas naturezas distintas, cumprem papéis diferenciados, particulares, no interior da categoria dos assistentes sociais: na formação, no exercício e na ação político-

sindical em uma mesma direção sociopolítica profissional.

O ponto de partida de análise, desse momento, supõe compreender a organização político – sindical da categoria dos assistentes sociais, em seu protagonismo, na consolidação e no espraiamento *do processo de ruptura profissional com o conservadorismo*.

É por intermédio dessa organização político-sindical que se estabelece o vínculo orgânico com os *movimentos sociais*, de forma classista e representa a “colagem” dos setores organizados da categoria, junto aos movimentos sociais. Essa organização sindical acaba se extinguindo, por decisão política da própria categoria organizada nos sindicatos e na ANAS em 1994, impulsionada pelas próprias entidades sindicais, a partir da deliberação do II CONCUT em 1986, de construção de sindicatos por ramo de atividade econômica.

A construção do projeto coletivo evidencia o caráter instrumental que tem as entidades, ou seja, elas são instrumentos por meio dos quais a categoria tem participado da história política da sociedade civil organizada. Concebidas como instrumentos, devem ser necessariamente avaliadas, vistas, repensadas e redefinidas de forma a servirem favoravelmente e eficazmente as lutas reivindicatórias e de interesses imediatos específicos e históricos da categoria inseridos no interior da classe trabalhadora. (VI – CBAS/ ANAS, 1992:179)

Desde sua origem, em 1978, o *novo sindicalismo* lutou pela *autonomia e independência* sindical em relação ao Estado, ao patronato e aos partidos políticos; o que o colocou, desde o primeiro instante, na luta contra a estrutura sindical vigente no Brasil na era Vargas, na década de 30, que estabelece um sindicalismo atrelado ao Estado, corporativista, baseado na Carta del Lavoro de Mussolini, da Itália fascista.

A Constituição de novembro de 1937 e o decreto – lei 1.402, de julho de 1939, no Estado Novo, fornece as bases para o controle governamental sobre os sindicatos.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio controla os estatutos, a economia, as finanças, as eleições e obriga os sindicatos a manter um livro de registro. Volta à obrigatoriedade do sindicato único, à unicidade sindical, e o direito de greve é totalmente proibido (Abramides e Cabral, 1995).

Os trabalhadores em serviço público não podem se organizar sindicalmente de acordo com a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho (1943). O artigo 566 afirma que “*não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições paraestatais*”, e esse artigo será revogado somente com a nova Constituição de 1988 ao dizer que “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical” (artigos 37 – capítulo VI).

A CLT, em seu artigo V, em 1943, decide sobre a estrutura sindical corporativista dependente e atrelada ao Estado que passa a vigorar no país.

A CUT em seu II Congresso, em 1986, delibera sobre a nova estrutura sindical a ser construída pelos trabalhadores, que prevê a extinção dos sindicatos por categorias profissionais e a construção de sindicatos por ramo de atividade econômica.

A ANAS e os sindicatos a ela filiados impulsionaram seus esforços político-organizativos na construção dos sindicatos por ramo de atividade econômica, tal qual definido pela central.

Esse movimento ocorre de maneira diferenciada nos estados, de acordo com a realidade organizativa das regiões, mas sob uma orientação unitária e soberana, coletiva e democraticamente deliberada nas assembléias sindicais nacionais da entidade.<sup>31</sup>

A transição da velha estrutura sindical corporativista para a nova estrutura sindical, definida pelos trabalhadores, encontra-se ainda *inconclusa*, devido a um conjunto de intercorrências, dos próprios impasses e desafios apresentados ao sindicalismo, ao longo das duas últimas décadas, desde 1986.

Compete-me destacar os principais desafios ainda presentes, no que se refere à organização sindical e reafirmar a decisão da categoria profissional da construção por ramo de atividade econômica. Essa orientação se direciona à consolidação dos sindicatos classistas que congreguem, o mais amplamente possível, o conjunto dos trabalhadores de uma mesma área de atividade, unificando-os na base, em suas campanhas salariais, rompendo com a setorialização existente na velha estrutura sindical que fraciona a própria classe.

Majoritariamente, os assistentes sociais se inscrevem profissionalmente na esfera pública, em suas diferentes instâncias: municipal, estadual e federal, o que fez com que as organizações sindicais dos assistentes sociais atuassem diretamente junto aos trabalhadores do serviço público com as associações de servidores públicos por local de trabalho, uma vez que os sindicatos de trabalhadores do serviço público eram proibidos de existir, por força de lei, até a

---

<sup>3</sup> <sup>1</sup>Respectivamente nas III, IV, V e VI ANAS: Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais – Instância máxima de deliberação político-sindical da entidade nacional da categoria (ANAS) 1987 em Belo Horizonte(MG); 1989, em Campinas(SP); 1991, em Belo Horizonte (MG) e 1994, em Brasília (DF).

promulgação da constituição de 1988.

As entidades estaduais e nacional dos assistentes sociais, no período de 1978 a 1988, estabelecem uma ação político-sindical organizativa junto aos trabalhadores em serviço público, assim como outros sindicatos de categorias profissionais, como os sindicatos dos médicos, enfermeiros, psicólogos e arquitetos, que tinham muitos profissionais na esfera pública e que também têm seus sindicatos e federações filiados à CUT.

Os sindicatos estiveram presentes nas mesas de negociações em campanhas salariais unitárias, conquistadas pela ação sindical conjunta e classista, rompendo na prática com negociações por setor profissional conforme os desígnios do Estado.

Devido às ações diretas dos trabalhadores mobilizados e em luta, o Estado estabelece negociações com as associações profissionais, mediante pressão organizada das entidades, apoiadas em movimentos de massa, apesar de os trabalhadores em serviço público não poderem ter sindicatos, sindicalizarse ou organizar o movimento grevista de servidores, nas diferentes esferas públicas.

A ação sindical impunha um amplo processo de mobilização e organização com greves de trabalhadores administrativos, operacionais e profissionais universitários, com comandos de greve e negociações unificados, em que os sindicatos de assistentes sociais e a ANAS estiveram em linha de frente durante toda a trajetória de lutas no período percorrido, entre 1978 e 1994.

Os sindicatos de categoria profissional estabelecem uma concepção e prática sindical classista, o que favorece, política e organizativamente, a construção dos sindicatos por ramo de atividade econômica, estimulando os profissionais da categoria a filiar-se a eles, no caso do serviço público, após 1988.

Por outro lado, os sindicatos profissionais acompanharam as lutas por políticas e serviços públicos, participando do processo de construção dos conselhos gestores e de políticas de direitos<sup>32</sup>, que terão avanços, mas também limites, pela sua fragmentação de um lado, e ausência de caráter deliberativo, de outro.

Notadamente na década de 90, acentua-se uma ação sindical e popular direcionada ao privilégio dos canais institucionais de participação popular<sup>33</sup>: Conselhos de direitos, de políticas e gestores, orçamento participativo, entre outros mecanismos de gestão democrática estatal em uma diminuição gradativa das lutas e ações sociais de massas, e de subordinação das lutas sociais às lutas institucionais.

Com certa incidência um mesmo trabalhador encontra-se representante em diversos conselhos institucionais, pulverizando as ações, particularizando, e fragmentando as reivindicações. Muitas experiências de Conselhos gestores e

---

<sup>3</sup> <sup>2</sup> Consultar: Raichelis, *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática* (São Paulo, Cortez, 1998).

<sup>3</sup> <sup>3</sup> Os assistentes sociais em todo o país estiveram presentes na formação de conselhos de políticas públicas, como representantes do setor, como servidores públicos e como profissionais atuando em espaços socioocupacionais, representando a esfera pública. A esse respeito, vasta documentação é encontrada nas teses apresentadas aos CBAS (1989, 1992, 1995, 1998, 2002, 2005).

de direitos transformam-se em verdadeiras agências cartoriais e passam a substituir em muitas circunstâncias as responsabilidades do Estado.<sup>44</sup>

A trajetória de lutas e organização dos trabalhadores em serviço público perfila uma organização mais ampla e abrangente e segue as formas autônomas de organização encontradas pelos trabalhadores em seus fóruns de representação sindical, a partir de meados dos anos 80.

A partir de 1988, estruturam-se os sindicatos gerais de previdenciários, estaduais e federais; da saúde, estaduais e por contratação; sindicato de trabalhadores servidores públicos municipais. Na realidade, os ramos sindicais, de trabalhadores do Serviço Público, bem como de outras áreas de atividade econômica ainda estão por ser construídos.<sup>34</sup>

O arrefecimento sindical da década de 90 fez com que pouco se caminhasse rumo à nova estrutura sindical definida pelos trabalhadores. Basta recordar que as únicas entidades sindicais de categoria profissional que se extinguiram foram as entidades sindicais dos assistentes sociais – a ANAS como a legítima federação dos assistentes sociais, autônoma e independente do Estado, e 23 dos 28 sindicatos existentes, em 1994, e todos eles filiados à CUT.

Embora outras categorias profissionais deliberassem em suas instâncias sindicais nacionais, por extinguir os sindicatos de categoria e suas federações,

---

4

3       <sup>4</sup> Os ramos de atividade econômica definidos pela CUT em 1986 previstos para o enquadramento da nova estrutura sindical referiram-se a: agropecuária, industrial, comércio e serviços, serviços públicos, autônomos urbanos, e os profissionais liberais devem filiar-se ao ramo em que se inserem; na transitoriedade vinculam-se aos sindicatos de categorias, eliminando-se paulatinamente os sindicatos de categoria (CUT, 1987:16).

acabam por não fazê-lo. Entre essas categorias profissionais encontram-se a dos arquitetos, dos psicólogos, dos enfermeiros, além das categorias dos médicos e dos engenheiros que se encontravam em processo de discussão a esse respeito com suas respectivas categorias profissionais<sup>35</sup>.

Apesar da deliberação, político-organizativa, de construção do sindicato por ramo de atividade econômica, a ANAS e as entidades sindicais a ela filiadas enfrentaram dificuldades em traduzir em ação esta política, ou seja, criar a mediação necessária para que se desse configuração e concretude a transitoriedade (IV ANAS, 1989:14).

A *transitoriedade sindical* apresenta desafios às entidades sindicais, mas não somente, posto que se impunha como necessidade premente e imediata iniciar com o conjunto das entidades de formação e do exercício profissional da categoria ABEPSS e CFESS/CRESS, respectivamente, os enfrentamentos ao neoliberalismo, partindo das demandas particulares sindicais postas aos profissionais assistentes sociais e que de imediato não são cobertas pelo sindicato geral.

Portanto, as entidades da categoria têm um papel decisivo a cumprir no momento de extinção das entidades sindicais da categoria profissional. Este papel não se confunde e não pode se confundir com a ação político-sindical. Direciona-se a uma articulação e interpretação constantes juntamente aos

---

3       <sup>5</sup> Os cinco sindicatos remanescentes de assistentes sociais que permaneceram na década de 90 e na primeira metade dos anos 2000 e que ainda existem são: Sindicatos de Alagoas, Ceará, Porto Alegre, Caxias do Sul e Rio de Janeiro. Em 2003, houve tentativa de retomar o de São Paulo, que não conseguiu caminhar, incentivado pela CSC – Corrente Sindical Classista-braço sindical do PC do B. Em 2000 os cinco sindicatos fundaram a FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais, apesar da deliberação histórica da categoria, em que a CSC apoiou à época, da construção do ramo de atividade econômica. (Cf. *Caderno de Formação da CUT*, Nova estrutura sindical, n. 3, 1987, Resoluções das Assembléias Sindicais da ANAS, 1987, 1989, 1991).

sindicatos gerais, por contratação e do ramo de atividade econômica a respeito das particularidades desta categoria profissional inscrita na divisão sociotécnica do trabalho que demanda-lhe requisições profissionais<sup>36</sup>.

Por último, torna-se importante resgatar as lutas específicas da categoria na esfera sindical sob a direção da CENEAS/ ANAS e das APAS e dos Sindicatos de Assistentes Sociais no período de, 1978 a 1994, como:

- a- a luta por cargos e carreiras nas instituições socioprofissionais;
- b- a luta pela justaposição dos assistentes sociais na reclassificação de cargos e salários dos servidores públicos federais;
- c- a luta pelo salário mínimo profissional que trata das condições de salário, carga horária e trabalho do profissional;
- d- a luta por concursos públicos para os servidores, com a particularidade do concurso para o profissional;
- e- a luta pela readmissão de assistentes sociais demitidos por desenvolver um trabalho profissional voltado aos interesses e direitos da população;
- f- denúncia e repúdio a projetos lesivos à população e aos profissionais;
- g- reconhecimento de demandas, requisições e condições de trabalho para

---

<sup>3</sup> <sup>6</sup> As questões específicas postas ao profissional na divisão sociotécnica do trabalho e as de caráter político-sindical presentes no âmbito da categoria dos assistentes sociais e que exigem uma política estratégica de ação não são eliminadas automaticamente com a extinção das entidades sindicais, posto que se torna necessário que sejam trabalhadas em outras esferas de organização sindical. Consultar: Abramides e Cabral, *O novo sindicalismo e o Serviço Social* (São Paulo, Cortez, 1995). Abramides, Cabral e Faria – tese *Transitoriedade Inconclusa*, *Caderno de teses X CBAS* (Rio de Janeiro, 2000), Faria, *Produção do Conhecimento e agenda socioprofissional do Serviço Social brasileiro* (PUC-SP, 2003), Resoluções do Encontro de Luziânia, 1998, deliberações do VIII CBAS (1995).

- o exercício profissional,
- h- em defesa de um projeto com ***direção social estratégica***, voltada aos interesses da grande maioria da população; as massas de trabalhadores e seu filhos. (Abramides e Cabral, 1995).

As lutas travadas na década de 80 desdobraram-se em algumas conquistas a serem preservadas, como os avanços significativos para o reconhecimento da profissão em sua legalidade e legitimidade, e para os profissionais assistentes sociais, no que se refere à melhoria de suas condições de trabalho e de fortalecimento das requisições e demandas ao exercício profissional.

O legado da trajetória histórica de lutas sociais torna-se extremamente significativo a ser resgatado no sentido das lutas de *resistência* a serem desenvolvidas pela categoria no conjunto da classe trabalhadora, na década de 90, pelas transformações do mundo do trabalho e do reordenamento do Estado, com clivagens na esfera da cultura e que apresentam rebatimentos desastrosos às massas trabalhadoras.

### **5.3.2 – Produção Acadêmica: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil<sup>37</sup>**

A produção acadêmica se materializa a partir da contribuição teórico-crítica determinante no ***processo de ruptura profissional com o conservadorismo*** que se traduz na obra de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho: *Relações*

---

<sup>3</sup> <sup>7</sup> O livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho foi publicado pela primeira vez em 1982, pela Cortez Editora.

*Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* O livro clássico de Iamamoto e Carvalho,

sinaliza a maioridade intelectual da perspectiva de intenção de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão do Serviço Social no Brasil. (Netto, 1991:276)

Trata-se da primeira obra de Serviço Social, em nosso país, ancorada diretamente no legado marxiano e apresenta, nos quadros da renovação da profissão, o Serviço Social:

- a- na especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão sociotécnica do trabalho;
- b- na apreensão do significado social da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais;
- c- no caráter contraditório da profissão e do trabalho profissional, na relação capital-trabalho;
- d- na totalidade da vida social, particularmente na reprodução da força de trabalho humana;
- e- como prática profissional institucionalizada, e legitimada, na sociedade brasileira a responder às necessidades sociais, derivadas da prática histórica das classes sociais, na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho, de forma socialmente determinada;
- f- na compreensão de que a gênese e o desenvolvimento da profissão se

- objetivam a partir da *Questão Social*, isto é do surgimento do proletariado com expressão política própria; como um dos meios utilizados pelas classes dominantes para exercer seu poder e controle na sociedade, que se modifica em decorrência do processo social da luta de classes;
- g- existe em condições sociais historicamente determinadas (Iamamoto e Carvalho, 1982).

### O trabalho de Iamamoto e Carvalho

(...) permanece exemplar em seus dois planos, aliás fundacionais de elaboração; a explicitação dos elementos econômico-sociais sem os quais qualquer análise da profissão perde sua radicalidade (e, aqui, parece-me, o crédito cabe inteiramente à Marilda) e a constituição de uma matriz de análise histórico-cultural para o rastreamento da emergência e do evolver do Serviço Social na Sociedade brasileira (com os méritos inequivocamente a serem atribuídos a Raul). (Netto, 2002:11)

A ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social produz, em 2002, uma Fortuna Crítica em celebração aos 20 anos de publicação da obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho,

A nossa iniciativa da ABEPSS não resvala no culto à obra e aos na qual se depara com análises e observações substantivas, sobre sua importância para a formação e o exercício profissional na perspectiva marxista. Antes, encontra-se na necessidade de reafirmarmos a análise que inaugurou: a apreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais (...) Destacamos ainda nessa análise a apreensão do Serviço Social como produto da história e também dos seus sujeitos profissionais que dispondo de uma relativa autonomia no seu exercício constroem respostas, seja utilizando o perfil conservador, seja buscando novas fontes de legitimidade orientadas pelos interesses sociais das classes trabalhadoras. (ABEPSS, 2002:1-2)

A concepção de profissão desenvolvida nesta obra possibilita percorrer caminhos de investigação acerca das condições objetivas sobre as quais incide o trabalho do profissional, em sua condição de assalariamento, e partícipe do trabalho coletivamente desenvolvido; bem como apreender as demandas postas ao profissional nos espaços socioprofissionais e as respostas por eles formuladas nas relações entre as classes sociais, o Estado e a sociedade capitalista.

*Los aportes teóricos y metodológicos de la investigación realizada, transciende el ámbito nacional brasileño, para convertirse en una lectura obligada e esclarecedora para la comprensión del significado social de la profesión en los otros países de América Latina.* (Pagaza, 2002:13)

Encontramos nesta obra recursos heurísticos para transformar o projeto profissional hegemônico em ação: qualificar para decifrar e decifrar para enfrentar os desafios postos à profissão. Oferece elementos para que se perceba que as demandas profissionais não estão reduzidas às demandas institucionais, elas são postas pela contradição da vida social nos marcos do padrão societário vigente. Permite apreender as possibilidades e os limites objetivos para se romper com o instituído, na direção dos interesses majoritários. Oferece elementos para se recusar a acomodação e para se superar a ilusão teórica do poder transformador da vontade dos sujeitos da atividade profissional isoladamente da sociedade. (Paixão, 2002:14).

A obra de Iamamoto e Carvalho tem influenciado

(...) ao longo desses vinte anos gerações e gerações de estudantes e profissionais, no âmbito da formação e do exercício profissionais, e sua estatura teórico-metodológica permanece referência incontestável como um clássico pioneiro da literatura profissional. Aqui quero demarcar sua particular influência, diálogo e interlocução com a organização política e sindical dos assistentes sociais nas entidades pré-sindicais APAS e CENEAS e sindicais – sindicatos e ANAS – de 1979 a 1994 (Abramides, 2002:15).

Necessário registrar ainda a apreciação a respeito da produção de Iamamoto e Carvalho que ressalta:

(...) a consolidação dos vínculos da profissão com a construção de uma alternativa à sociedade capitalista... e como parte de um projeto de investigação sobre a ‘História do Serviço Social na América Latina’, instaura um novo momento do debate e dos embates ideológicos na formação, intervenção e organização dos assistentes sociais nesse país, e fortalece a perspectiva hegemônica de um projeto profissional vinculado às lutas democráticas e emancipatórias da sociedade. (Abreu, Cardoso e Lopes, 2002:7)

É de conhecimento de todos,

(...) que não foi pouco o fato de ter inaugurado uma nova maneira de interpretar a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, no modo de produção capitalista, especialmente quando se observa o impacto editorial desta obra, com cerca de 50 mil exemplares vendidos em mais de uma dúzia de edições. (Granemann, 2002:17)

A contribuição central do livro de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho foi a de

aprofundar a compreensão da emergência do Serviço Social como instrumento da classe dominante... No CELATS – Centro Latino Americano de Trabalho Social, implementou-se um projeto de investigação sobre a ótica marxista, do qual fazem parte o livro de Marilda e Raul e o de Maguiña, sobre o Peru. (Faleiros, 2002:18)

A constituição dessa obra clássica da literatura profissional desvela que

(...) a partir daí iniciamos uma interlocução com a teoria social de Marx e com a tradição marxista... Também a partir daí, com a crescente contribuição de outros protagonistas, a profissão e o conhecimento que a ilumina avançaram significativamente, produzindo ao longo desses anos um Serviço Social consolidado e maduro que foi capaz de gerar um projeto ético-político para a profissão. (Yazbek, 2002:16)

### **5.3.3 – Organização da Categoria na Formação Profissional: ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS configura-se na entidade nacional responsável academicamente pela formação profissional dos cursos de Serviço Social, tendo como referência para essa formação a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

A defesa desta concepção de profissão pressupõe um processo contínuo e sistemático de luta para que permaneça e se consolide, sobretudo considerando-se o permanente e perverso caminho de deterioração das condições de ensino e precariedade das condições de trabalho que se ampliam assustadoramente.

Conseqüentemente, presencia-se a desintegração progressiva e vertiginosa da esfera pública estatal, pela implantação do *nefasto* neoliberalismo a partir do final dos anos 80, drasticamente consolidado nos anos 90, com continuidade nos três primeiros anos do governo Lula (2003 a 2005). Isso significa entender que a luta por um sistema único de ensino público, estatal, científico, gratuito, universal, vinculado à produção social e que garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tem sofrido sucessivos ataques, pela ingerência de uma razão instrumental privatista, que vem promovendo uma série de contra-reformas no país, entre essas a do ensino superior com prioridade o ensino privado, deslocando recursos públicos para a esfera privada e mercantil.

Materializa-se a substituição do fundo público pelo fundo privado, de acordo com a orientação dos organismos multilaterais do capital internacional. Essa ação programática ganha fôlego na Contra-Reforma do Estado implementada no governo FHC, em 1995, e adquire atualidade no governo Lula, em 2005, com a parceria público-privada.

A formação dos assistentes sociais deve ser compreendida, portanto, nos marcos dos projetos de reforma do ensino superior em conjunturas sociohistóricas específicas, que lhes confere desafios próprios e particulares a serem enfrentados. De outro lado, a formação profissional necessita ser analisada no interior do movimento dos trabalhadores da educação que tem construído um Plano Nacional de Educação, de fato voltado para atender as amplas massas de trabalhadores e seus filhos.

A entidade responsável pela formação profissional constitui-se primeiramente na ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – fundada em 10/10/1946, e em 1989, cria-se o CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social.

A ABESS historicamente cumpre seu papel de protagonismo e direção na formação profissional de ensino nos cursos graduados superiores de Serviço Social. A organização acadêmica garante traços de continuidade na construção da concepção e prática do trabalho profissional que vimos construindo coletivamente, de forma democrática, em nossa entidade de organização e de representação.

A partir 1995, ocorre um debate, nacionalmente articulado pela ABESS,

no sentido de se construir um novo estatuto para a entidade, que represente a formação acadêmico-profissional nos âmbitos da graduação e da pós-graduação na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A partir de 1998, com os estatutos da entidade nacional aprovado, institui-se, portanto, a ABEPSS, unificando o ensino, a pesquisa e a extensão na própria entidade, o que pressupõe a extinção do CEPEPSS.

A ABEPSS, como entidade nacional responsável pela formação, congrega unidades de ensino da graduação e da pós-graduação, e encontra-se constituída por sócios institucionais e individuais (professores de Serviço Social, assistentes sociais pesquisadores, assistentes sociais, estudantes de Serviço Social, da graduação e da pós-graduação, profissionais e pesquisadores das áreas afins).

Nos marcos da *renovação* do Serviço Social no Brasil, pode-se afirmar que o debate e a *revisão curricular*, realizada em 1982, expressam na formação profissional a vertente de *intenção de ruptura*. Aqui trata-se de fato de “*intenção de ruptura*” posto que o novo currículo de 1982, apesar de seus avanços, guarda traços relevantes que ainda o aproximam do ecletismo, na medida em que, nesse currículo mínimo, apresentam-se resquícios do Serviço Social tradicional, explicitados por meio:

- d- de uma concepção abstrata de homem;
- e- da indefinição quanto à participação popular em processos decisórios;
- f- de assentar-se em uma concepção genérica de “promoção humana” sem

- se referir à situação de classes na sociedade capitalista;
- g- de que a população atendida pela profissão é tratada como “clientela”, pertencente a estratos carentes; desconsidera-se, portanto, a existência das classes sociais;
- h- de sequer considerar as relações sociais de produção que implicam a superexploração da força de trabalho humana.

Em decorrência dessa concepção de profissão, tem-se:

- a- a intervenção socioprofissional concebida como resultante de diagnósticos e tratamentos, tal qual preconiza a escola funcionalista;
- b- ausência de um referencial teórico de totalidade para garantir uma perspectiva crítica de análise, interpretação e transformação da realidade; uma dicotomia entre teoria e prática, em uma priorização da técnica de intervenção;
- c- ausência de explicitação das fontes teórica para o significado dos movimentos sociais;
- d- a referência genérico-abstrata do processo de consciência da população sem o devido trato teórico.

Ao manter tais categorias, a proposta de currículo mínimo referenda traços de origem da profissão, não dando conta da análise das classes sociais e das relações entre elas, as quais vão se expressar nas instituições sociais, palco de luta entre os interesses contraditórios das classes fundamentais da sociedade. (Yasbek, 1984:42)

Relevante lembrar que a revisão curricular<sup>38</sup> efetivada pela PUC-SP, a partir do currículo mínimo de 1982, estabelece, pela primeira vez, a análise das contradições aí contidas, do ponto de vista de suas ambigüidades, referentes aos elementos aqui apresentados, o que sugere a retomada da discussão e aprofundamento do currículo no âmbito da ABESS no plano nacional.

A perspectiva analítica orientadora do projeto de revisão curricular do Curso de Serviço Social da PUC-SP toma a profissão de Serviço Social como referência básica para se repensar a formação profissional.

Norteia-se pelo esforço de situar o Serviço Social na ótica das relações de classe, que conformam o desenvolvimento da sociedade brasileira. Busca apreender o significado social da profissão, a partir da divisão social e técnica do trabalho, o que supõe uma busca de historicizar a noção de profissão, situando-a como um dos elementos que participam da reprodução das classes sociais e da relação contraditória entre elas. (Iamamoto, 1984:45)

Nesta direção, a formação profissional dos assistentes sociais:

- a- mantém uma relação com o trabalho profissional, inserido nos diferentes espaços socioprofissionais, expresso pelo exercício profissional cuja referência fundamental é a *realidade social*;
- b- analisa a profissão dialeticamente condicionada pelas demandas que lhes são conferidas e as respostas a elas fornecidas;
- c- apreende o significado social da profissão na contradição entre o capital e o trabalho, sob a hegemonia do capital na sociedade de classes

---

<sup>3</sup> <sup>8</sup> A este respeito consultar *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.14—ABESS Formação Profissional, que apresenta análise mais detalhada do currículo de 1982. – Ano V, abril de 1984 – São Paulo, Cortez.

- capitalista;
- d- comprehende a profissão na divisão sociotécnica do trabalho e o profissional assistente social partícipe do trabalho coletivo em sua condição de assalariamento;
- e- explicita o Serviço Social no contexto das relações sociais no processo de produção e reprodução dessas relações na sociedade capitalista, o que lhe confere uma ***direção social estratégica***.

Em sua gestão de 1983 a 1985, a ABESS realiza como uma de suas prioridades programáticas a efetivação do projeto de pesquisa: *A Formação Profissional do Assistente Social no Brasil: Determinantes e Perspectivas*.

A formação profissional assume relevância no debate da categoria especialmente a partir do novo currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação, pelo Parecer 412/ 82 com o prazo previsto para sua implantação para agosto de 1984. A pesquisa teve por objetivo estabelecer um diagnóstico da formação profissional do assistente social no Brasil, historicamente situado, buscando não somente a implantação do novo currículo no prazo estabelecido, mas, sobretudo, responder às exigências e aos desafios postos à profissão na sociedade brasileira. A pesquisa parte de dois pressupostos assim definidos:

A questão da formação profissional do assistente social no Brasil está inserida no quadro geral da problemática universitária, expressando, de modo particular, os questionamentos da educação superior na sociedade brasileira, e a formação profissional mantém uma relação com a prática profissional numa dada sociedade, tendo como referência fundamental a realidade social. (Carvalho, Bonetti, Iamamoto, 1984:111-117)

O primeiro pressuposto estabelecido pela pesquisa analisa que a crise da universidade brasileira, na década de 1980, congrega um conjunto de crises em seu interior: uma crise política consubstanciada na falta da autonomia universitária e no autoritarismo que rege sua estrutura; uma crise econômica relacionada à falta de recursos orçamentários para a educação de forma crescente e uma crise cultural que faz com que a universidade se coloque de forma alienada das questões fundamentais da sociedade brasileira (idem, 1984:113).

Essas crises, porém, passam por um enfrentamento das forças progressistas que iniciam um processo de organização e lutas, basicamente estimulados pela efervescência das grandes mobilizações sociais em que:

- a- rearticulam-se as organizações estudantis, de docentes e demais trabalhadores da educação;
- b- retomam-se as lutas em defesa do ensino público, universal, estatal, científico, vinculadas às lutas mais gerais da sociedade pela redemocratização do país;
- c- iniciam-se as lutas pela democratização da Universidade, pela autonomia universitária e pelo fim da escola de classe em uma articulação da luta pela democratização à luta anticapitalista e antiimperialista, impulsionada pelos setores de esquerda no interior das universidades;
- d- recupera-se a centralidade da função social da Universidade, de voltar-se para os interesses da maioria da população, explorada e oprimida, pelo

modo de produção capitalista;

e- trata-se de lutar pelo acesso e permanência dos trabalhadores e de seus filhos, esmagadoramente pobres nesse país, sem acesso a direitos sociais, incluídos os educacionais.

A educação corresponde à formação econômica e social do capitalismo no país, e *as forças produtivas e as relações de classe* são condicionadas por essa unidade contraditória. A escola de classe somente será abolida com o fim da sociedade de classes, o que supõe dizer que sob o capitalismo não há possibilidade de acesso e permanência universais.

A situação se torna mais aguda nos países atrasados, dependentes, subordinados economicamente, socialmente, culturalmente, politicamente aos países imperialistas, que sequer implantaram o Estado de Bem-Estar Social, quando muito, na melhor das hipóteses, desenvolveram alguns programas de proteção social. Nesses países ocorre o chamado *Estado de Mal-Estar Social* (Oliveira).

A década de 1980 carrega as reformas impostas pela ditadura militar de expansão do ensino privatista, mercantilizado decorrente dos acordos Mec-Usaid, entre o Brasil e os Estados Unidos, em que o imperialismo exerce uma influência direta na condução do ensino no país. Fruto desse processo, amplia-se o ensino privado com apoio do Estado, em detrimento do ensino público estatal.

O segundo pressuposto da pesquisa desenvolvida pela ABESS indica

que: *A formação profissional mantém uma relação com a prática profissional numa dada sociedade, tendo como referência fundamental a realidade social.*

Esse entendimento supõe o reconhecimento de que:

- a- a realidade social constitui a fundação sociohistórica do trabalho profissional em que alguns elementos da análise evidenciam centralmente: a profissão compreendida como fenômeno histórico, em que demandas e respostas profissionais se articulam no conjunto das determinações sociohistóricas e conjunturais;
- b- a intrínseca relação entre formação profissional e exercício profissional que põe a necessidade da superação de dois equívocos historicamente presentes no processo de formação profissional que aparecem explicitados nas perspectivas mecanicista e idealista<sup>39</sup> da profissão;
- c- o caráter contraditório da profissão e a necessária articulação entre demandas potenciais e demandas reais.

Assim o processo de definição da formação profissional é, antes de tudo, um processo reflexivo e crítico que considerando a realidade do mercado de trabalho, as condições objetivas do trabalho profissional e o jogo de forças sociais presentes numa dada sociedade, viabiliza um distanciamento crítico em que se delimitem exigências e perspectivas apresentadas à profissão pela realidade social. (Carvalho, Bonetti, Iamamoto, 1984:119)

---

<sup>3</sup> <sup>9</sup> As perspectivas mecanicista e idealista em suas distinções deixam de considerar o caráter contraditório da prática profissional posto que a primeira sustenta ser o serviço social “um instrumento exclusivo a serviço de um suposto poder monolítico, estando a profissão fadada, necessariamente, a constituir um reforço exclusivo deste” (Iamamoto, 1992:98). A segunda posição (idealista) acaba por se configurar e uma visão voluntarista, posto que: “superestima a eficácia política da atividade profissional (...) parece também desconhecer a realidade do mercado profissional do trabalho do qual nos inserimos como trabalhadores assalariados (...)” (idem).

*O trabalho, categoria fundante do ser social, adquire centralidade no projeto de formação profissional do assistente social, a partir da revisão curricular de 1996.*

A perspectiva de análise, em relação ao segundo pressuposto, que traz a realidade como referência, deve considerar ainda os seguintes elementos:

- I- a afirmação de um projeto profissional consentâneo às exigências sociohistóricas de seu tempo no processo de produção e reprodução das relações sociais existentes no país sob a dominação e exploração de classe na sociedade capitalista;
- m- a articulação do projeto de profissão com o projeto societário das classes trabalhadoras;
- n- o reconhecimento dos espaços socioocupacionais em que a profissão se realiza, o que pressupõe o reconhecimento da inserção profissional na divisão sociotécnica do trabalho e sua condição de assalariamento, como partícipe do trabalho coletivo;
- o- o entendimento de que o profissional assistente social atua como executor terminal das políticas sociais (Netto, 1991), mas também na elaboração e no gerenciamento dessas políticas, tendo aqui a vinculação histórica da profissão com a assistência social como política pública;
- p- a relação entre formação profissional e mercado de trabalho e no reconhecimento de que o Estado se configura como maior empregador do assistente social, nas diferentes esferas: municipal, estadual e federal.

No Brasil, desde sua *gênese*, o Serviço Social se consolida no interior do aparato estatal apresentando, portanto, uma vinculação orgânica com o Estado. A profissão intervém historicamente no interior das relações entre as classes, no espaço contraditório do Estado, sob hegemonia das classes dominantes e dirigentes na política estatal.

No movimento histórico da realidade, demarcam-se momentos de ampliação de direitos sociais, fruto de um processo de lutas da *classe-que-vive-do-seu-trabalho* (Antunes, 1998) em uma conjuntura que possibilita determinadas conquistas sociais no interior do aparelho do Estado de políticas públicas de proteção social.

Entretanto, com o avanço progressivo do neoliberalismo, a partir dos anos 90, essas conquistas sociais e trabalhistas vão sendo sistematicamente destruídas e substituídas por programas *compensatórios, focalistas e seletivos* em detrimento de sua ampliação em direção à *universalidade*.

No processo de desenvolvimento e de análise da profissão, estabelece-se a crítica teórica e política ao *assistencialismo*, o que tangencia a possibilidade de compreensão da Assistência Social como política pública de direito.

Em 1988, com a Constituição Federal consagra-se o tripé das políticas sociais no âmbito da seguridade social: da Saúde, da Assistência Social e da Previdência Social, em que a categoria dos assistentes sociais, organizadamente, e em conjunto com os setores sociais de trabalhadores e de movimentos sociais, que atuam na área da Assistência Social, desenvolvem um protagonismo na construção da LOAS – Lei Orgânica da Assistência social, n.

8.742 de 07/12/1993.

É estabelecido um avanço do ponto de vista da institucionalidade. No entanto a política pública da Assistência Social desvinculada das políticas sociais estruturantes, como política de emprego e das políticas sociais reconhecidas como políticas públicas universais como a da saúde e a da educação; restringe-se basicamente às ações pontuais, localizadas, pulverizadas, focalistas, que pouco contribuem para o combate e diminuição das desigualdades sociais, econômicas e culturais decorrentes do modo de produção capitalista.

Reafirma-se que não semeamos ilusões de que a esfera da política, por meio do Estado, possibilite transformações profundas na sociedade brasileira se não ocorrerem as transformações estruturais radicais na base da produção material (de mercadorias) capitalista.

Sequer o caráter *redistributivo* das políticas sociais, definido como estratégia política típica da gestão social-democrática do capitalismo, no período de crescimento econômico de acumulação, realiza-se nos países periféricos e dependentes do grande capital.

Ao contrário, verifica-se a ampliação de concentração de renda, riqueza e poder do capital sobre as massas trabalhadoras e pauperizadas do país. A constituição é aprovada em 5 de outubro de 1988, e, no final de 1989, inicia-se o desastre neoliberal, o que na prática a inviabiliza. Acrescenta-se o fato de que a Constituição de 1988 contemplou somente algumas das reivindicações populares por direitos sociais e trabalhistas e essas poucas conquistas foram e

continuam sendo destroçadas.

O processo analítico apresenta a seguinte indagação: ao retomar a Assistência Social como política pública de direito, a profissão não circunscreveu preferencialmente a profissão a esta política, em um movimento inverso ao anterior – o de sua negação – e que agora limita e restringe a profissão à própria política da Assistência Social, em um reducionismo do próprio Serviço Social, em relação ao acúmulo profissional produzido na trajetória histórica de desenvolvimento e de consolidação da profissão?

Do ponto de vista do projeto de formação profissional, encontra-se no balanço crítico do currículo de 1982, nos marcos da renovação da profissão na vertente de *Intenção de ruptura*, o debate sobre o direcionamento da profissão, seus objetivos, conteúdos.

A função social na formação profissional, como uma necessidade histórica, contextualizada pela crise da ditadura, pela reorganização da sociedade, pelas especificidades da universidade brasileira, deixando patente o esforço de tratar o exercício profissional no interior da dinâmica da sociedade dos anos 80.  
(ABEPSS, 1996:145)

#### **5.3.4 – Organização da categoria no âmbito do exercício profissional: o conjunto CFESS – CRESS**

O conjunto CFAS–CRAS até 1979 encontra-se sob a hegemonia conservadora, sendo composta a direção do CFAS até 1987 por indicação dos representantes dos conselhos regionais, o que historicamente demonstra que

das entidades da categoria profissional, são as entidades de fiscalização da profissão (do Conjunto CFAS-CRAS) que apresentam mais tardiamente sua democratização, até porque durante longo período estiveram sob a hegemonia conservadora. Sua reversão ocorre de forma diferenciada no país, acompanhando o movimento político-sindical que se constitui nos diferentes estados.

No movimento mais amplo de luta pela redemocratização do país – na ação política dos movimentos sociais-sindicais, populares, sem-terrás e específicos sob uma forte orientação ideológica classista – é que as categorias de trabalhadores assalariados, pelos setores organizados nas diferentes categorias profissionais retomam e lutam pela reorganização das entidades sindicais e pré-sindicais no interior do *novo sindicalismo* que irrompe combativamente no cenário político nacional por meio de suas direções políticas em um amplo movimento de massas.

A adoção de uma intervenção política é estrategicamente planejada pelos militantes sindicais da categoria, no sentido de articular e incentivar profissionais a disputar as eleições dos CRAS regionais e lutar pela democratização dos conselhos profissionais, incluída a abertura de um processo eleitoral que culmina com eleições diretas para o Conselho Federal – CFAS, em 1987.<sup>40</sup>

A referência é fundamental na compreensão de que a luta pela democratização do conjunto CFAS – CRAS, não se desenvolve de forma

---

<sup>40</sup> O processo de eleições diretas para o CFAS ocorre em 1987, tendo como primeiro presidente eleito, Nelson Suzano do CRAS São Paulo (Fernandes, 2004).

pulverizada, isolada, espontânea, por parte da categoria profissional, mas pressupõe uma articulação e organização, implementadas pelo setor militante e de esquerda da categoria profissional, para uma atuação consequente nos Conselhos Profissionais na ***direção sociopolítica*** conquistada.

Outra estratégia adotada foi a de articulação com a ABESS, considerando o debate teórico-acadêmico e intelectual que culmina com o novo currículo de 1982 que define a ***direção sociopolítica*** do projeto de formação profissional, no âmbito do compromisso com as classes trabalhadoras. De outro lado, retoma-se, desde 1979, a articulação com a organização dos estudantes por intermédio da SESSUNE, atual ENESSO, fruto da rearticulação do movimento estudantil na ambiência das lutas sociais a partir de 1977.

A CNEAS estabelece uma política de articulação entre as entidades da categoria (CNEAS/ APASS e Sindicatos/ ABEPPS – CFESS/ CRESS e SESSUNE) para ações conjuntas nos marcos do projeto profissional com ***direção sociopolítica***, no âmbito sindical, da formação e do exercício profissional e estudantil; preservadas as respectivas particularidades das organizações, fruto de suas naturezas diferenciadas.

O entendimento das determinações sociohistóricas, ideopolíticas e organizativas possibilita a compreensão do projeto de *intenção de ruptura*, em sua gênese, no final dos anos 70, amplamente alicerçado no movimento social classista, de massa, autônomo com uma perspectiva imediata de luta contra a ditadura, no horizonte da construção histórica da alternativa socialista.

*O projeto profissional se apresenta vinculado a um projeto societário*

*emancipador, de igualdade e liberdade*, para os indivíduos sociais, que poderá se consubstanciar no processo de genericidade e emancipação humana.

Mas a relação dos indivíduos que somos com o ser genérico do homem, com a genericidade, não é imediata. Os indivíduos, as singularidades que somos, não se remetem, não se vinculam diretamente ao ser genérico – na nossa vida cotidiana atuamos necessariamente como indivíduos, e nossa relação com a genericidade humana não está dada e estabelecida: devemos construí-la. A autêntica realização dos indivíduos efetiva-se quando eles se elevam da sua singularidade à genericidade. (Netto, 1996:29)

Em relação à década de 80, de acordo com sua direção, o CFESS entende que:

(...) a proposta do conjunto CFESS-CRESS de contribuição na construção desse projeto ético-político coletivo é fruto de um aprendizado e de uma história de participação e de organização de significativos setores da categoria, principalmente aqueles que se opuseram à ditadura militar e lutaram pela redemocratização do país. Em meio ao fortalecimento do movimento sindical dos assistentes sociais, a partir de 1979, com a criação da CENEAS (Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) e posteriormente da ANAS (Associação Nacional dos Assistentes Sociais) em 1983, iniciou-se um processo de politização das entidades da categoria, repercutindo inclusive, na esfera dos conselhos de fiscalização da profissão. Tais espaços, antes caracterizados por um perfil conservador, corporativo e burocrático, já por nós criticado, passaram a ser alvo de disputa política e eleitoral por atores oriundos do movimento sindical. (CFESS, 1996: 174)

Esta análise aparece também registrada pela direção da ANAS em 1992, ao apresentar no VII CBAS a tese: Refletindo sobre a Organização dos

Assistentes Sociais, ao considerar que

(...) uma das formas de luta foi a disputa dos conselhos, por grupos vinculados ao movimento sindical, no início da década de 80, os quais procuraram imprimir novas diretrizes ao conjunto CFAS/CRAS, basicamente referenciados por: democratização das relações CFAS/CRAS, passando por uma ampla discussão nacional das questões de interesse da categoria; articulação com ANAS E ABESS; defesa dos interesses profissionais, vinculados às aspirações populares. (CBAS, 1992:178)

#### **5.3.4.1 – O Código de Ética Profissional de 1986**

No âmbito do legado histórico, político e cultural de organização da categoria profissional, em todas as suas dimensões o Código de Ética é revisto em 1986.

Até 1986, o Código de Ética dos Assistentes Sociais pautava-se na “*ética da neutralidade*,” que pela simples formulação demonstra que em nada era neutra, posto que: orientada pelo conservadorismo e pela visão *abstrata de homem* defendia uma concepção de homem, desvinculada das classes existentes e em disputa e antagonismo na sociedade capitalista.

A visão genérica de “*pessoa humana*” neutralizava as graves questões sociais e a desigualdade constitui-se em valor estruturante do capital necessário ao seu ciclo de acumulação.

Nesse momento, os profissionais críticos combativos, que atuavam nos conselhos regionais e federal, junto com os dirigentes da ANAS e ABESS,

articularam-se para os encontros e decisões regionais, e, para o Encontro Nacional, CFAS-CRAS realizado em Fortaleza em 1986, para modificar o Código de Ética a ser pautado no compromisso histórico com as classes trabalhadoras, definido desde 1979 no III CBAS.

Rever esse Código de Ética supunha, de partida, recusar a base filosófica tradicional conservadora e apoiar-se na perspectiva teórica crítica do legado marxiano e da tradição marxista voltada para os interesses da grande maioria explorada e oprimida econômica, social, cultural, ideológica e politicamente.

Essa reformulação esteve tensionada durante esse encontro, porém majoritariamente avança-se e conquista-se a hegemonia política ao se deliberar na ***direção social da profissão*** que vinha se configurando como *perspectiva estratégica do projeto profissional de intenção de ruptura*.

Evidenciam-se o debate e a definição do perfil de um profissional competente teórica, técnica e politicamente em seu exercício profissional nos diversificados espaços socioocupacionais em que a profissão se objetiva.

Importante ressaltar que o Código de Ética de 1986, analisado sob as condições sociohistóricas do período, indubitavelmente apresenta uma ruptura político-ideológica com o neotomismo e sua visão abstrata de homem e de bem comum. No entanto, “*a prática política construiu objetivamente, uma ética de ruptura, mas não ofereceu uma sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos*” (Barroco, 2001:177).

É preciso salientar de que se houve um grande avanço político com o

Código de Ética de 1986 – e houve – é necessário reafirmar que neste momento não havia ainda na profissão um acúmulo teórico-filosófico que pudesse adensar e explicitar as bases ontológicas necessárias à sua formulação. A nova ética é definida como

resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora, e, consequentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira, em que a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. (CFAS, 1986:7)

O Código de Ética de 1986 direciona-se no sentido de vincular o exercício profissional, no âmbito do projeto de profissão, a um projeto societário que revela o processo de politização da categoria nos marcos da vertente de ruptura.

Na medida em que o compromisso e as classes não são tratados em suas mediações em face da ética em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe, e que é *a priori*, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação.  
(Barroco, 2001:177)

Essa consideração nos remete à célebre passagem que define: “Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época” (Marx, Engels, 1989: XXVII). Na sociedade capitalista, não basta o reconhecimento da origem de classe, torna-se essencial a consciência de classe, como classe para si no sentido da transformação revolucionária da sociedade onde o operariado tem um papel estruturante e estratégico pela condição que ocupa na estrutura de classes no processo de valorização (de valor e de mais valia) na produção de mercadorias com a superexploração da força de trabalho humana.

Outros setores das classes trabalhadoras, ao produzirem diretamente para o capital, também podem constituir-se como trabalhadores produtivos, porém, o processo de produção de valor e de mais valia ao realizar-se na esfera da produção material concentra-se, determinantemente, na extração do sobre-trabalho do proletariado urbano.

O Código de Ética de 1986, “ao não estabelecer as mediações entre o econômico e a moral, entre a política e a ética, entre a prática política e a dimensão política da prática profissional, reproduz as configurações tradicionais da ética marxista” (Barroco, 2001:177).

De acordo com a mesma autora ocorre uma defasagem teórica em relação à ética, ao entender que

(...) a reflexão teórica marxista forneceu as bases para uma reflexão crítica do significado da profissão, desvelando sua dimensão político-ideológica, mas não a desvendou em seus fundamentos e mediações ético-morais; explicitou os fundamentos do conservadorismo e sua configuração na profissão, o que não se desdobrou em uma reflexão ética específica. (Idem, ibidem)

Essa lacuna é superada com o Código de Ética revisto em 1993, contemplado com as exigências teóricas devidas a natureza de um Código de Ética. Entretanto, se não avançássemos politicamente em 1986, que somente foi possível devido à conjuntura sociohistórica dos anos 80, não estaríamos no patamar teórico-filosófico adquirido posteriormente.

**De outro lado, as conquistas obtidas pelos trabalhadores na Constituição de 1988, no que se refere aos *direitos sociais*, evidencia a sintonia do conjunto CFAS – CRAS na luta pela efetivação desses**

**direitos na relação direta com os usuários dos serviços e a população  
destituída de direitos.**

## **CAPÍTULO III**

### **AS CRISES MACROESTRUTURAIS**

## **1 – A confluência das várias crises: meados dos anos 70 e anos 80**

A crise estrutural do capital e do capitalismo, em âmbito internacional, estabelece respostas programáticas à sua própria crise, nas esferas produtivas da política e da cultura, que apresentam aspectos particulares; porém, guardam traços de similitudes impressos pela *mesma e única ordem; a ordem do capital*, na tentativa de recompor suas taxas de lucros pertinentes ao processo de acumulação capitalista. Nesse horizonte, as esferas da política (Estado) e da cultura encontram-se subordinadas à base econômica determinada pela infra-estrutura da sociedade (produção social).

*A crise estrutural do capital e do capitalismo*, a partir de 1973, na esfera internacional decorre de: um progressivo decréscimo de lucros pela queda de suas taxas; estagflação devida à estagnação econômica com altas taxas de inflação; crise de superprodução e crise internacional do petróleo, como um dos elementos detonadores da estagnação econômica (Anderson, 1995).

O conjunto de determinações imprime-se pela exigência de novas estratégias de recomposição orgânico-metabólica, do capital (Mészáros 1995).

Sob orientação macroeconômica internacional do capital, de financeirização da economia, realiza-se a centralização do grande capital dos monopólios e das grandes corporações internacionais, sob o jugo de interpotências imperialistas.

A programática na esfera do mundo do trabalho delineia-se pela *acumulação flexível* (Harvey, 1995), no processo de reestruturação produtiva, nas metamorfoses no mundo do trabalho, que atingem “a objetividade e subjetividade da classe-que-vive-do-seu-trabalho e, portanto, a sua forma de ser” (Antunes, 1998).

No âmbito do Estado, implementa-se o neoliberalismo como Estado mínimo para os trabalhadores e Estado máximo para o capital; na desresponsabilização do Estado diante das políticas públicas, em um sistema de privatização em áreas estratégicas e extremamente rentáveis – telecomunicações, energia, transportes – e nas contra-reformas estatais privilegiando-se o mercado pela lógica privatista e mercantil.

O neoliberalismo ataca centralmente: a organização autônoma dos trabalhadores, sindicatos e partidos operários classistas; o sistema de bem-estar social keynesiano que não pode mais ser suportado pelo capital em crise e, consequentemente, combatido e aniquilado como estratégia política, na fase da crise estrutural do capitalismo.

O propósito do “neoliberalismo é combater o keynesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (Anderson, 1995:10). Os dois primeiros vetores da crise contemporânea do capital e do capitalismo, na esfera econômica pela acumulação flexível e na esfera política pelo neoliberalismo, encerram a estratégia ideológica e política do grande capital no desmonte das perspectivas do projeto da modernidade.

A *condição pós-moderna* sustenta-se teoricamente no neopositivismo, mas também em formas tácitas ou explícitas de irracionalismo, e combate à razão moderna: de um lado, o pensamento liberal iluminista, e de outro, a razão dialética do materialismo histórico e da totalidade da vida social. Expressa-se fundamentalmente por meio: da fragmentação do conhecimento; do empiricismo, de análise rasteiras e aligeiradas; a-históricas da realidade. Nega, sobretudo, as macroanálises desenvolvidas e sustentadas em teorias estruturantes, para a compreensão do mundo real; substituindo-a pela valorização do microscópio, do efêmero, do singular e do imaginário, entre outros.

Combatem a tradição herdada do século XIX, seja o legado marxiano e a tradição marxista, seja a sociologia durkheimiana, a qual ilegitimamente equalizam as concepções marxianas, consideradas “deterministas” e o pensamento a partir do legado da ilustração e do iluminismo.

## 1.1 – A crise do capital

O capitalismo, em sua gênese e desenvolvimento, apresenta-se por crises cíclicas e periódicas, de crescimento e estagnação, que o coloca em um processo de reestruturação orgânica de seu metabolismo societal, no sentido de recompor as taxas de lucro e os níveis de acumulação capitalista.

Crises conjunturais de larga duração expressam estratégias comuns, articuladas internacionalmente pelo grande capital, que, todavia, ancoram a

mesma lógica destrutiva e constitutiva da ordem burguesa:

O sistema de capital – cuja razão de ser é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores em qualquer forma que seja compatível com seus limites estruturais – não poderia, possivelmente realizar suas funções sociais de outra maneira. (Mészáros, 1995:42)

O capital, portanto, ao longo de sua história, vem recompondo-se por intermédio de novas taxas de crescimento pelo ciclo reprodutivo em que o valor de uso, a produção de coisas socialmente úteis no capitalismo subordina-se à seu valor de troca, a mercadoria.

Amplia-se, em processos sucessivos, a taxa de mais valia relativa advinda do aumento da produtividade do trabalho, diminuindo o tempo com o trabalho necessário pelo salário e aumentando o trabalho excedente, que se intensifica pela introdução das novas tecnologias. Portanto, na extração da mais valia relativa, o que varia é a divisão da mesma jornada entre trabalho socialmente necessário e trabalho excedente, em que o primeiro diminui e o segundo aumenta; e na taxa de mais valia absoluta pelo aumento do número de horas trabalhadas e ou o aumento da intensidade em que o trabalho se realiza.

*Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado --, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...). Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando*

*materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade. (Mészáros 2002:16)*

A partir de 1973, a crise do capital e do capitalismo em sua complexidade e determinação se configura em crise estrutural do metabolismo orgânico do capital. A queda da taxa de lucros inaceitável para o capitalismo em sua mundialização financeirizada (Chesnais) e a superprodução de mercadorias sem a correspondente capacidade de demanda para o consumo em massa, característico da produção fordista, estabelecem estratégias diversificadas circunscritas à um novo processo. Esse movimento espraiia-se de maneira,

(...) expansionista, destrutiva, e, no limite, incontrolável, em que o capital assume cada vez mais uma crise endêmica como um *depressed continuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente", com a perspectiva de uma "crise estrutural cada vez mais profunda", ao contrário de sua conformação anterior, cíclica, que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de "tempestade". Com a irresolvibilidade da sua crise estrutural fazendo emergir, na sua linha de tendência já visível, o espectro de destruição global da humanidade, a única forma de evitá-la é colocando em pauta a atualidade histórica da alternativa societal socialista, da ofensiva socialista. (Antunes, 2002:18)

Ao buscar recompor o capital em sua crise estrutural imprime novas formas de gestão da força de trabalho na esfera produtiva pela *acumulação flexível* (Harvey), e na esfera estatal organiza novas formas de gestão social da política pelo *neoliberalismo*.

Os ajustes estruturais, desenvolvidos nas esferas macroeconômica e política, espraiam-se ainda pela cultura da *pós-modernidade* que representa:

(...) um novo tipo de hegemonia ideológica no estágio atual da internacionalização do capital e do capitalismo, fundada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, que fortalecem a alienação e reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-se cada vez mais da compreensão da vida social. (Simionato, 1996:86)

A crise, pós-meados dos anos 70, expõe os elementos centrais circunscritos à ambiência sociohistórica:

- a- o quadro de crise estrutural do capital e as respostas à sua própria crise: acumulação flexível, neoliberalismo e pós-modernidade;
- b- a crise da social-democracia no interior do próprio capitalismo reformista, portanto do Estado de Bem-Estar-Social com suas políticas de regulação;
- c- a crise do leste europeu com a queda emblemática do muro de Berlim e o fim do “socialismo real existente” nas sociedades pós-capitalistas que se transforma em munição para os apologetas do capital decretarem “o fim da história” (Fukuyama) e o triunfo do capitalismo como saída única e inexorável;
- d- decorrente dessas crises, tem-se a crise da esquerda, em que importantes setores abandonam o ideário socialista e migram para a social-democracia, na melhor das hipóteses; parcelas expressivas passam a defender e a implementar, quando se tornam governos, as políticas neoliberais.

O período histórico presente coloca na ordem do dia, a atualidade da luta pelo socialismo, vinculada aos enfrentamentos necessários e inerentes ao

processo das lutas de classe em uma quadra histórica regressiva destrutiva para a humanidade. A sua decorrência se expressa por intermédio de um processo contra-revolucionário e de avanço da ideologia neoliberal conservadora que vem cooptando e dificultando a contra-ofensiva histórica das classes trabalhadoras em direção ao projeto societário socialista.

### **1.1.1 – Crise do binômio fordismo-keynesianismo no interior da crise capitalista**

O Estado de Bem-Estar-Social<sup>41</sup> desenvolvido nos países centrais do capitalismo, pela regulação e da intervenção estatal keynesiana, opera uma gestão social de:

Um Estado com forte iniciativa no campo de políticas sociais redistributivas e com pronunciada intervenção por serviços, equipamentos sociais, fiador de controles tributários sobre o capital e articulador Institucional de parcerias entre capital e trabalho sobre a base do jogo político democrático. (Netto, 1994:98)

O modelo conhecido como *Welfare State* implementado pela social – democracia, em um período de expansão econômica, se apresenta sob formas

---

<sup>4</sup> Andersen define que os *welfare states* formam um grupo, mas que é preciso reconhecer que não existe um único caso puro. “Definir os *welfare states* têm a ver com a qualidade dos direitos sociais, com a estratificação social e com o relacionamento entre Estado, mercado e família, então obviamente o mundo compõe-se de aglomerados distintos de regimes (...). Para estudar os *welfare states* é necessário considerar suas hipóteses causais em que “três fatores em particular seriam importantes: a natureza da mobilização de classe (principalmente da classe trabalhadora); as estruturas de coalizão política de classe; e o legado histórico da institucionalização do regime. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, n. 24, O Presidencialismo em questão e experiências neoliberais – Cedec Marco Zero. Andersen, Gosta Esping: As três economias políticas do *Welfare State*, 1991, pp. 86-116

diferentes na Europa nórdica, na Europa meridional, na Inglaterra e vem operar uma gestão social-democrática do capitalismo. Constatase que esse modelo, porém, viabiliza-se somente nos países capitalistas desenvolvidos do norte da Europa, em momento histórico determinado, de crescimento econômico no capitalismo nas chamadas *ondas longas expansivas* (Mandell, 1982). A social democracia capitalista se desenvolve nesses países ao serem considerados basicamente três elementos:

- a- a necessidade de reconstrução dos países capitalistas arrasados pela guerra no pós 1945;
- b- a necessidade de estabelecer um pacto social com os trabalhadores para que uma onda revolucionária proletária não se ampliasse para o resto do mundo capitalista
- c- a necessidade prioritária de retomada da acumulação de capital pela recomposição orgânica das taxas de lucros.

A revolução social bolchevique vitoriosa em 1917, com a tomada do poder político pelo proletariado, na Rússia, expande a possibilidade histórica da revolução social em outros países, apresentando-se na ordem do dia a tarefa histórica da luta pelo socialismo, da construção do comunismo, na perspectiva do marxismo revolucionário.

De outra parte, expressa-se a necessidade capitalista de implementar o Estado de Bem-Estar Social, no âmbito do Estado, pelo keynesianismo e na base econômica da sociedade de controle e gestão da força de trabalho pelo

modelo fordista de organização do trabalho para ampliar as taxas de mais-valia.

O Estado de Bem-Estar Social se apropria dos elementos da economia planificada, desenvolvida nos países pós-revolucionários, configurando-se, porém, como Estado de regulação da economia capitalista a partir da forma de produção material, à diferença dos países pós-capitalistas ou pós-revolucionários (Mészáros, 1995), onde a burguesia havia sido expropriada vigendo a estatização da economia e da política.

As políticas sociais de proteção e de pleno emprego, nesses países capitalistas, não se dirigiam a todos os trabalhadores e a seus filhos, mas fundamentalmente à população economicamente ativa, para que essa pudesse se beneficiar de políticas redistributivas necessárias ao consumo em massa, resultante da produção em massa, intrínseca ao fordismo e que garante um alto grau de produtividade e, consequentemente, de lucratividade para o capital.

Essas medidas expressas em políticas públicas estatais corresponderam de um lado, a direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em luta e, de outro, estiveram na base de sustentação do pacto social-democrático em um verdadeiro acordo entre a burguesia e seu Estado de dominação e o proletariado.

Constitui-se basicamente, nesse processo, um sindicalismo hegemônico de concepção reformista que passa a atuar *dentro da ordem do capital* e desloca-se de seus objetivos históricos de construção do socialismo e da constituição de partidos operários independentes, ao assumir a política de *pacto social* com as classes dominantes e detentoras dos meios de produção.

As políticas de proteção social, no Estado de Bem-Estar Social, correspondem ao atendimento das reivindicações e demandas populares por direitos sociais, porém essas políticas sociais não constituem políticas sociais universais. Voltam-se, prioritariamente, para a população economicamente ativa inserida no mercado formal de trabalho como políticas públicas redistributivas necessárias à realização do processo orgânico e metabólico do capital de produção, reprodução, circulação e consumo.

Prevalecem as políticas de Assistência Social para a cobertura de atendimento e proteção à população excedentária do capitalismo avançado. A universalização de políticas sociais não se sustenta no modo de produção capitalista. Expandem-se programas e políticas compensatórias assistenciais às populações mais empobrecidas, em miséria relativa ou absoluta, que são consideradas sobrantes (excedentárias) e ou partícipes do exército industrial de reserva.

A base de sustentação do capitalismo supõe a desigualdade como um valor positivo (Anderson, 1995), para dar continuidade à acumulação capitalista pela exploração da força de trabalho humano que produz valor e mais valia (processo de valorização).

O Estado de Bem-Estar Social nos países centrais do capitalismo, como estado de regulação, implementa-se por um curto período de crescimento capitalista (1945 a 1973), e cria ilusões nas massas trabalhadoras refreando, consequentemente, suas lutas. Nesse processo, configura-se um sindicalismo amalgamado, pactuado, que atua mediante acordos sucessivos entre patronato,

Estado e trabalhadores nos patamares de negociação prevista e controlada pelas classes dominantes e dirigentes para a manutenção e o fortalecimento do capital.

O Estado de Bem-Estar Social se desenvolve em situações históricas localizadas, não se dirige a todos, sem universalidade, acrescido o fato de sua exeqüibilidade se assentar na ampliação das taxas de exploração de trabalhadores em países periféricos, dependentes da hegemonia do grande capital e do imperialismo. Nos países periféricos, expande-se o chamado Estado de Mal-Estar-Social (Oliveira), que no limite estabelece algumas medidas de proteção social, como as implementadas na América Latina.

O capitalismo, em seu período keynesianiano, ao atender as demandas do trabalho e ao fortalecer o capital, amortece o processo de luta de classes na direção da superação da ordem burguesa, tendo no *sindicalismo social* democrático seu aliado, ao estabelecer o pacto social entre as classes – o Estado e o patronato pela *política de conciliação de classes*.

O Estado de Bem-Estar Social se desenvolve no período das *ondas largas* de expansão econômica, nos países que têm um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, o que supõe produção em massa, direcionada ao consumo de massa (*fordismo*).

O Estado de Bem-Estar Social, em suas políticas redistributivas e de emprego, permitia que os trabalhadores, economicamente ativos e inseridos em atividade produtiva, participassem de um certo consumo, necessário aos padrões da acumulação capitalista.

As políticas públicas, no capitalismo, não se configuram políticas universais e direcionam-se à força de trabalho economicamente ativa por meio das taxas de produtividade e de lucratividade extraídas da produção de valor e de mais valia. Para as populações excedentárias do exército industrial de reserva, são destinadas políticas compensatórias da Assistência Social.

Embora as políticas sociais públicas atendessem significativas parcelas das massas trabalhadoras em suas reivindicações por direitos sociais e trabalhistas, estas não atingiram a todos, sequer *no período da era do ouro* (Hobsbawm), de 1945 a 1973 dos países cênicos do capitalismo.

A social-democracia capitalista, nesse curto período de 30 anos de crescimento econômico expansionista, atende parte das reivindicações das classes trabalhadoras, em conquistas obtidas em seus processos de lutas; responde às necessidades do modelo de gestão da força de trabalho e da política estatal; reconstrói os países no imediato pós-guerra e estabelece um pacto social com os trabalhadores, que abandonam majoritariamente a luta revolucionária, aderindo, hegemonicamente, à social-democracia reformista.

De outro lado, somente é possível uma política keynesiana nos países de capitalismo desenvolvido às custas da superexploração da força de trabalho humana nos países periféricos do terceiro mundo e dependentes internacionalmente da lógica estruturadora do grande capital.

O *binômio fordismo-keynesianismo* estabelece a gestão da força de trabalho e a gestão da política do Estado capitalista em um período de crescimento econômico. O fordismo pode ser compreendido

(...) fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX... cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos: através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista. (Antunes, 1995:17)

O *fordismo* e o *taylorismo* que predominaram a grande indústria capitalista por todo o século passado apresentam características referentes:

À separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; fragmentação das funções, trabalho parcelar; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/ consolidação do operário-massa, do trabalhador fabril (...). (Antunes, 1995:17)

A data simbólica do fordismo é estabelecida quando Henry Ford<sup>42</sup> introduz cinco dólares de recompensa para oito horas diárias de trabalho em linha de montagem em 1914. O fordismo apresenta o reconhecimento explícito de que: produção em massa significa consumo em massa; há um novo sistema de produção da força de trabalho, de controle e de gerência; “uma nova estética e uma nova psicologia, enfim: um novo tipo de sociedade democrática, racionalizante, modernista e populista” (Harvey, 1992:121). O consumo em massa, necessário aos padrões de acumulação fordista, *subsumiu o tempo e o lazer do trabalhador a um certo tipo de controle necessário às expectativas e rationalidades da produção*. Sobre o americanismo e o fordismo, pode-se

---

<sup>42</sup> “Em 1916 Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares de seus trabalhadores ‘privilegiados’ (em larga medida imigrantes) para ter certeza que o ‘novo homem’ da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e ‘racional’ para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. A experiência não durou muito tempo, mas a sua própria existência foi um sinal presente dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria trazer”. (Harvey, 1992:122)

afirmar que estabelecem

um esforço coletivo para criar com velocidade sem precedentes, e com uma consciência sem igual na história: um novo tipo de homem, um novo tipo de trabalhador, um modo específico de viver, pensar e servir a vida – adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo (Gramsci, apud Harvey, 1992: 121).

O *fordismo* da maturidade abrange o pós-guerra, de 1945 até 1973, compreendido no âmbito dos países capitalistas avançados que atingem altas taxas de crescimento por grande expansão capitalista.

Nesse período, o *fordismo* se alia fortemente ao *keynesianismo* em uma conjuntura histórica em que: as crises foram contidas, a democracia de massa preservada, as ameaças de guerra inter-capitalistas se tornam remotas, o capitalismo investe em seu expansionismo internacional; atraindo nações descolonizadas para serem coordenadas por centros financeiros interconectados sob a hegemonia dos EUA (Harvey, 1992).

O *fordismo* e o *taylorismo* que predominaram em grande parte a indústria capitalista apresentam como características: a separação entre a elaboração e a execução das tarefas nos processos de trabalho, a fragmentação das funções, o trabalho parcelado e a consolidação do operário massa e do trabalhador fabril, em que 75% da produção de mercadorias era realizada na grande indústria pelos operários por ela contratados; essa lógica se inverte no processo de acumulação-flexível em que somente 25% a produção de mercadorias ocorre no interior da fábrica (Harvey, 1992).

O *keynesianismo*, ao implementar políticas sociais e políticas de pleno emprego, incorpora um Estado de Regulação, de atendimento às reivindicações

dos trabalhadores, que a partir daí em grande medida sucumbem e subordinam-se aos interesses do capital pelo pacto social fordista-keynesiano .

O acordo do capital direcionado aos trabalhadores do movimento operário configura a derrota do movimento sindical classista e autônomo e consubstancia o terreno político para a hegemonia de um sindicalismo reformista, social-democrático alicerçado no pacto social do capital, necessário para expandir suas taxas de lucros no processo produtivo de acumulação capitalista. O Estado de Bem-Estar Social,

(...) engloba simultaneamente tendências a aumentar o bem estar social, ao desenvolvimento da capacidade dos indivíduos, ao controle social sobre o jogo cego das forças de mercado; e tendência à repressão e ao controle das pessoas, a que os trabalhadores se adaptam às exigências da economia capitalista. Cada tendência gera contratendências na direção contrária; de fato, é precisamente por isto que nos referimos a tal processo como contraditório através do tempo. (Gough, 1978: 53)

O momento expansionista do capitalismo apresenta, portanto, contraditoriamente tendências progressivas e regressivas. Progressivas à medida que atendem significativas reivindicações históricas das classes trabalhadoras: ampliam níveis de emprego e implementam políticas sociais redistributivas pelo Estado de Bem-Estar Social. Regressivas à medida que essas conquistas da classe trabalhadora e a ampliação do Estado democrático (Gramsci) se viabilizam para: manter e ampliar a exploração da força de trabalho humano sob novos padrões de acumulação do capital pela lei do valor (Marx); frear o movimento revolucionário socialista cooptando setores expressivos do movimento operário para o pacto social-democrático que se torna hegemônico.

As raízes desta contradição se assentam no modo de produção capitalista de produção de valor e se expressam nas esferas: da economia, da política, da ideologia e da cultura. Desta forma, difere radicalmente de um sistema econômico que sirva para satisfazer às necessidades humanas e sociais, o que somente poderá ser conquistado em outras bases econômicas e sociohistóricas, do mundo da liberdade e da igualdade entre os indivíduos sociais, a sociedade emancipada dos produtores livremente associados (Marx).

O caráter regressivo e destrutivo do capital amplia a desigualdade que se conforma em um valor necessário à manutenção da propriedade privada dos meios de produção da sociedade de classes, de produção de mais valia pela exploração da força de trabalho humana.

A reestruturação do capital se vale, sobretudo, dos programas compensatórios como política do neoliberalismo no sentido de conter a população sobrante que, nessa regressão destrutiva, sequer se constitui mais em exército industrial de reserva, que possa retornar ao mundo do trabalho e ser força produtiva no capitalismo. O grau de pauperização relativa e absoluta pela qual essa população excedentária se sente afetada na vida social possibilita que os programas compensatórios tenham rebatimento imediato em suas condições de vida devido à penúria barbarizante em que inumanamente sobrevivem.

Cabe, portanto, enfrentar teoricamente esse *fio invisível da política pública da assistência social*: o seu limite estruturante, posto que não pode ser concebida em si mesma, autonomamente desvinculada de um plano estatal de implementação de políticas sociais universais e de políticas de emprego.

A competência técnica no âmbito do exercício profissional é uma intencionalidade redistributiva da política de Assistência Social são insuficientes.

A análise deve se orientar por duas dimensões; de um lado, qualificar-se pela sustentação da defesa de uma política pública de direito, que não se confunde ao assistencialismo benemerente e caritativo dos primórdios; e de outro, compreender que a política de Assistência Social é extremamente funcional ao neoliberalismo, ao se ancorar e limitar-se a programas compensatórios, de contrição das massas pauperizadas, e de sustentação política dos governos neoliberais, na perpetuação da barbárie social.

As políticas compensatórias, portanto, se perfilam em ancoradouro necessário à reestruturação do capital no âmbito do Estado e a seu serviço, sob lógica da internacionalização e financeirização da economia mundializada.

A angulação teórica de que o Estado de dominação é o Estado do capital remete ao entendimento de uma *teoria negativa do Estado* formulada por Marx: de que é necessário destruir o capitalismo na superação positiva da ordem do capital, assim como a auto-supressão do Estado pela classe trabalhadora, ao tomar o poder político do Estado na transição socialista.

No capitalismo em que as classes dominantes controlam o Estado, sua regulação se determina pela lógica do controle orgânico e metabólico do capital na organização, controle e gestão da força de trabalho.

É estabelecida a lógica de reestruturação do capital: o sistema *fordismo-keynesianismo* no período de crescimento econômico do capitalismo, de 1945 a

1973; e o avassalador *binômio regressivo de acumulação-flexível – neoliberalismo* no período do pós 1973, que se expande progressiva e drasticamente em escala internacional, em países e regiões desenvolvidas, industrializadas e periféricas para responder à crise estrutural do capital.

O binômio *acumulação flexível-neoliberalismo* se desenvolve de forma *desigual e combinada*, do mesmo modo que se sucede no binômio *fordismo-keynesianismo* um período estrategicamente expandido de crescimento econômico e das taxas de acumulação capitalista.

O ciclo de dependência e subordinação dos países pobres aos países ricos aumenta, tornando-se ainda mais destrutivo do ponto de vista da vida social e humana das grandes massas trabalhadoras, que no capitalismo só tem a vender sua força de trabalho e que se tornam cada vez mais excluídas do mercado de trabalho. Portanto, descobertas do sistema de proteção social do trabalho, se ampliam as desigualdades de classe no interior dos países capitalistas desenvolvidos.

A sociedade dual não passa de um dos mecanismos-chave para aumentar brutalmente a taxa de mais-valia, a taxa de exploração da classe trabalhadora, e a massa e a taxa de lucros...Uma sociedade dual que dividirá o proletariado atual em dois grupos antagônicos: aqueles que continuam a participar do processo de produção (com tendência à redução dos salários); e aqueles que são excluídos desse processo e que sobrevivem por todos os meios, outros com a venda de sua força de trabalho aos capitalistas ou ao Estado burguês.

(Mandell, 1986: 20/22)

Portanto, o capital em sua crise estrutural, a partir de 1973, e de âmbito internacional, busca alternativas para retomar os seus níveis de acumulação, que se materializa em novas formas de gestão e controle do trabalho e obtém a

ampliação da super-exploração da força de trabalho pela mais valia relativa e absoluta.

As mudanças no processo produtivo tem na chamada *acumulação flexível* a flexibilização dos processos e das relações de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo e que repercurtem e tem sua expressão na esfera do Estado pela implantação do neoliberalismo que passa a se reger pela lógica do mercado.

O rebatimento desse binômio *acumulação flexível-neoliberalismo* se apóia na pós-modernidade na esfera da cultura como condição histórica,

(...) em que as imagens dominaram as narrativas, a efemiridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas. (Harvey, 1992: 293)

## **1.2 – A resposta do capital à sua crise estrutural**

O processo de reestruturação do capital de âmbito internacional diante da sua crise estrutural, a partir de 1973, estabelece novas ofensivas no âmbito da produção material, na esfera do Estado e da cultura.

A crise societal do sistema metabólico do capital recompõe novas formas de gestão da força de trabalho e das políticas estatais para buscar recuperar novas taxas de acumulação capitalista.

No capitalismo atual, não se pode fazer mais uma separação entre capital financeiro, rentista e capital produtivo, posto que o primeiro se encontra

envolvido com o segundo, o capital produtivo.

As instabilidades e as crises constitutivas do capitalismo apresentam freqüentemente uma assimetria entre taxa de exploração e taxa de lucro, em que o lucro obtido equivale à dedução da mais-valia que corresponde à taxa de exploração. A reestruturação do capital pressupõe uma mudança no padrão de acumulação que se torna determinante para restabelecer nova ampliação das taxas de lucro.

A reestruturação do capital em seu processo de crise estrutural se expressa por altas taxas de lucro, pela ampliação da taxa de exploração,

(...) no aumento de massa de mais-valia, com um aumento do capital constante e uma diminuição do capital variável; e de uma ampliação de massa de excedente, da taxa de lucro e, consequentemente, do aumento da pauperização, em um baixo nível de crescimento e altas taxas de lucro. (Netto, 2005: 2)

Os movimentos do capital que incidem no mundo do trabalho, na esfera do Estado e da cultura, embora distintos e em períodos diferenciados, todos se apresentam inerentes à lógica do capital, em que os ajustes estruturais na economia e na política se referem a reorganizações no interior do capitalismo, sustentados em uma nova cultura.

Os traços constitutivos da crise estrutural e metabólica do capital a partir de meados dos anos 70 apresentam centralmente os seguintes contornos:

- a- na queda da taxa de lucro pelo aumento do valor da força de trabalho, traduzido em seu preço e que fora conquistado pelos trabalhadores em luta e pela consequente queda da lucratividade;
- b- no esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção com uma expressiva redução do consumo diante do

- desemprego estrutural que se expande;
- c- a “hipertrofia da esfera financeira que ganha relativa autonomia frente aos capitais produtivos” (Antunes, 2002:29),
  - d- na maior concentração de capitais devido à fusão de empresas monopolistas e oligopolistas;
  - e- na crise do *Welfare State* com a crise fiscal e consequente diminuição de gastos e investimentos públicos, transformando fundos públicos em fundos privados sob a lógica do mercado.
  - f- na tendência à flexibilização das relações de trabalho e das políticas sociais em uma nova gestão da força de trabalho e da esfera do Estado com ênfase nas privatizações.

O binômio *fordismo-keynesianismo* que rege o capitalismo no período, de 1945 a 1973, indica sinais alarmantes de esgotamento para o capitalismo. Esse binômio expressa sua racionalidade no momento do crescimento econômico do capitalismo em que a produção, desenvolvida em massa, requer um consumo em massa. Com a crise orgânica e metabólica no sistema societal, torna-se necessário um outro binômio: *acumulação flexível -- neoliberalismo*, para recompor a taxa de lucro da acumulação capitalista.

### **1.2.1 – Reestruturação do capital: o processo de *acumulação flexível* no mundo do trabalho**

As alterações no processo de trabalho pela reestruturação produtiva de *acumulação – flexível* são marcadas pelas seguintes características:

- a- apresenta um confronto direto com a *rigidez do fordismo*;
- b- apóia-se na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados, dos padrões de consumo;
- c- surgimento de setores de produção inteiramente novos, novos mercados e formas de serviços financeiros;
- d- inovações tecnológica, organizacional e comercial;
- e- mudanças aceleradas nos padrões de desenvolvimento desigual e combinado entre setores de produção, regiões e países;
- f- ampliação do setor de serviços;
- g- compressão espaço-tempo no mundo capitalista;
- h- estreitamento da tomada de decisões entre os setores público e privado;
- i- comunicação via satélite e queda nos custos de transportes para difusão e mundialização de decisões com rapidez (Harvey, 1992:140).

Na esfera da produção, a reestruturação produtiva, por meio do toyotismo, estabelece ao capital tanto a maior exploração quanto o maior controle da força de trabalho. O processo de *acumulação flexível* se baseia em: aumento da produtividade, eficiência, qualidade, novas formas de gestão, efetivando-se, sobretudo, por intermédio das inovações tecnológicas: robótica, automação e microeletrônica.

Desse processo de trabalho, advém fundamentalmente: a precarização e a desestruturação das relações clássicas sociais de produção, o gerenciamento e o envolvimento da força de trabalho; a utilização dos Círculos de Controle de Qualidade-CCQs; o Controle pela Qualidade Total-TQCs “na participação dentro da ordem e do universo da empresa” (Antunes, 1995: 16).

As consequências desse processo produtivo para o mundo do trabalho se configuram por atingir a objetividade e a subjetividade da *classe-que-vive-do-seu-trabalho* (Antunes, 1998), por meio de:

- a- redução do operariado fabril estável (presente no fordismo/ taylorismo) com a flexibilização e desconcentração do espaço físico (toyotismo);
- b- surgimento de um novo proletariado: subproletariado fabril e de serviço/trabalho precarizado, terceirizado, trabalhadores subcontratados, “part-time”;
- c- aumento significativo do trabalho feminino, 40% da força de trabalho feminina nos países avançados capitalistas, trabalho precarizado e desregulamentado;
- d- incremento de assalariados médios e de serviços, ainda que o setor de serviços mantenha um desemprego acentuado;
- e – exclusão de jovens e idosos no mercado de trabalho nos países centrais;
- f – inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho principalmente em áreas subordinadas, como nos países asiáticos e na América Latina, com significativa expansão do trabalho social combinado na ampliação dos níveis de exploração do trabalho (Antunes, 2000:14).

No processo de reestruturação produtiva, o Toyotismo – desenvovido no

Japão nas indústrias Toyota-, modelo Japonês ou Ohnismo<sup>43</sup>, é o que tem causado maior impacto nas metamorfoses no mundo do trabalho.

*Grandes séries de produtos rigorosamente idênticos contra séries restritas de produtos diferenciados, eis aí, sucintamente, o coração da oposição central, fundamental, entre os dois métodos – (Taylorismo e Toyotismo) (...) de início trata-se do contrário, ‘do inverso’ do sistema concebido algumas décadas anteriores no nordeste norte-americano pelos ilustres predecessores que são para Ohno: Taylor e Ford. (Coriat, 1994:31)*

Coriat apresenta o toyotismo desenvolvido no Japão em quatro fases consecutivas.

A primeira fase ocorre entre 1947 e 1950, com a utilização das técnicas organizacionais advindas da indústria têxtil, para o setor automobilístico, e que consiste em atribuir ao mesmo operário, a condução e a gestão simultânea de várias máquinas; introduzindo-se o trabalhador polivalente, diferentemente do operário parcelar do fordismo-taylorismo.

A segunda fase ocorre entre 1949 e 1950, a partir da crise financeira da Toyota que quase a conduz à falência, tendo sido saneada por um plano do sistema bancário. Acelera-se a desregulamentação das relações de trabalho que atinge direitos trabalhistas consolidados; a partir daí, desencadeia-se uma greve massiva da classe operária em que o patronato responde prontamente por meio de demissões em torno de 2000 trabalhadores (Coriat, 1994; Gounet, 1994).

A terceira fase, em 1950, expressa o pensamento do fundador da Toyota de que “o ideal seria produzir exatamente aquilo que é necessário, e fazê-lo no

---

<sup>43</sup> Coriat designa o modelo japonês de toyotismo por desenvolver-se primeiramente no Japão nas empresas Toyota a partir de 1947, tendo como teórico organizador deste sistema o engenheiro Ohno; portanto, este processo é também conhecido por ohnismo.

tempo exatamente necessário” (Coriat, 1994). O desdobramento dessa concepção consiste em adotar técnicas utilizadas em supermercados americanos, de reposição de produtos logo após a venda; é o denominado método *Kanban*, que se operacionaliza por intermédio de “placas ou senhas de comando para reposição de peças em estoque que no toyotismo tem que ser mínimo” (Antunes, 2002: 54).

A quarta fase, em 1962, é a de expansão do método *Kanban* aos subcontratados e fornecedores e que se intensifica no pós 1973. O momento de extensão do modelo japonês de controle e gestão da força de trabalho se amplia em esfera internacional após 1973. Corresponde ao período de crise estrutural do capital, que tem na *acumulação flexível* a estratégia necessária à sua recomposição orgânica metabólica de retomada das taxas de crescimento e que prevê a ampliação da superexploração da força de trabalho pela mais-valia relativa e absoluta (Harvey, 1992; Mészáros, 1995; Antunes, 1995).

Os operários polivalentes, o aumento da produtividade, a redução do operariado fabril, a produção da mercadoria em função da demanda determinada, ou seja do estoque mínimo, na lógica do *just in time*, que objetiva “o melhor aproveitamento do tempo de produção – incluindo-se também o transporte, o controle da qualidade e do estoque, é o que substancia o modelo japonês” (Antunes, 1995:26).

O processo de trabalho e o processo de valorização com o toyotismo se encontram permeados por uma sustentação ideológica que atinge não somente a objetividade – base material da classe operária em sua força de trabalho, mas

também a sua subjetividade – a sua organização, os seus valores, a sua consciência, tendo nos CCQs e nos TQCs, instrumentos de propagação ideológica e de cooptação da classe trabalhadora. É estabelecido, portanto, “o envolvimento cooptado” (Antunes) em que a subsunção do trabalhador ao capital é superior ao existente no processo de trabalho do período do fordismo, e na nova lógica organizacional de gestão e controle da força de trabalho, o trabalhador “passa a ser vigia de si mesmo” (Marx, 1974).

Nos Centros de Controle de Qualidade-CCQs, a empresa é concebida como o *prolongamento da casa*, e o debate estabelecido se direciona no sentido de travar metas e objetivos de maior rentabilidade do trabalhador na empresa, sendo vetada a discussão na empresa referente às formas legítimas de lutas dos trabalhadores – entre essas, a greve.

*Proteger a nossa empresa para defender a vida* é o lema da Toyota; o *sindicato-casa* passa a ser incentivado como uma organização cooptada para ser interlocutora dos trabalhadores denominados pela empresa de “colaboradores”, que demonstra claramente a perspectiva ideopolítica adotada pelo capital, camuflando e neutralizando a existência do antagonismo de classes pela exploração da força de trabalho e apropriação privada dos meios de produção.

Concretamente, porém, não se pode afirmar que tudo seja *acumulação flexível*. Há indícios de fordismo e variações de país para país, de região para região, de tipo de produção de mercadoria, apresentando-se formas híbridas de gestão no processo de trabalho. Acarretam, contudo, o desemprego tecnológico

associado ao desemprego estrutural (Harvey, 1992).

Decorrentes da gestão e do novo processo de trabalho, verificam-se ainda: a ampliação da terceirização, a subproletarização, o trabalho temporário, precário, o trabalho vinculado à economia informal, o que fratura ainda mais a classe trabalhadora que, apesar de se ampliar, se encontra cada vez mais “complexificada, heterogênea, multifacetada” (Antunes, 1995).

*Desse modo, Kanban, just in time, flexibilização, terceirização, CCQ, controle de qualidade total, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos propagam-se intensamente. (Antunes, 1995: 27)*

A desconcentração de espaço físico e a concentração de capital constituem-se em um dos maiores desafios criados pelo capital à classe trabalhadora, posto que a fragmenta, desorganiza e a torna mais precária em uma sociedade mundializada de produção de mercadorias (Harvey, 1992; Kurz, 1995).

Pela atual introdução de novas tecnologias, a motivação exploradora se evidencia pela mobilidade do capital para regiões que oferecem o barateamento da força de trabalho. Os deslocamentos da produção apresentam um acréscimo de 10% no custo no transporte da mercadoria final, o que supõe um aumento irrisório diante do lucro obtido na superexploração da força de trabalho humano (Katz, 1995).

Esse procedimento possibilita, de um lado, uma maior lucratividade para a empresa na produção de mercadorias sob o controle oligopólico mundializado,

e, de outro, uma maior exploração e dominação da classe trabalhadora, mediante a precarização, destruição e ausência de direitos e de sistema de proteção social.

A tendência para o desemprego estrutural no processo de desenvolvimento das forças produtivas de complexificação das relações de trabalho, no momento de crises do capitalismo pressupõe compreender que:

*A acumulação capitalista produz constantemente, em proporção à sua intensidade e extensão, uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital, isto é, uma população operária remanescente ou excedente. (Marx, 1946:553)*

A crise atual do capital acentua essa tendência para níveis nunca vistos na história da humanidade. O desemprego mundial se encontra em torno de oitocentos milhões para uma população economicamente ativa de dois bilhões de pessoas (OIT, 1996).

A esmagadora maioria de desempregados pertence ao terceiro mundo, e “carecem de proteção social ou trabalhista 77% dos trabalhadores da Ásia e 84% dos trabalhadores da África, mas a precariedade se estende também para os países de primeiro mundo a começar pelos E.E.U.U.” (Coggiola, 1996: 133).

*A questão das novas tecnologias deve ser vista, no quadro da crise histórica mais profunda do capitalismo, como uma tentativa extrema do capital de se adaptar às condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela através do único método que o capital conhece: a recomposição da taxa de lucros por meio do aumento da mais-valia, ou seja, por meio do aumento da exploração do proletariado. No quadro capitalista, as novas tecnologias não sinalizam a tendência para o fim do trabalho, mas a tendência para a superexploração da classe operária (Coggiola, 1995:125).*

No processo de *acumulação flexível*, há um movimento contraditório que qualifica e desqualifica a classe trabalhadora, uma redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento de sua dimensão constante, ou seja, a substituição significativa de trabalho vivo por trabalho morto.

As inovações tecnológicas, que produziram o desemprego tecnológico em cifras que variam de 10 a 12%, em relação à redução de postos de trabalho, são acrescidas pelo desemprego estrutural característico do capital em crise pelo processo de flexibilização.

A *flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho* e de direitos trabalhistas nos últimos 20 anos nos países centrais do capitalismo são elucidativas de que não há reversão alguma, no quadro de desemprego existente. As experiências flexibilizadoras não produziram novos empregos em nenhuma parte do mundo onde se realizaram; ao contrário, tornaram duramente precárias as condições de trabalho e salário da classe trabalhadora.

### **1.2.2 – Reestruturação do capital no âmbito do Estado: o neoliberalismo**

Apesar de o neoliberalismo, como doutrina, estar presente em seu texto de origem, “O caminho da Servidão”, de Fredrich Hayek, desde 1944, somente é implantado como programática ideopolítica e teórica, a partir de 1973; momento que aprofunda e alastra o conjunto sistêmico da crise estrutural do capital.

No imediato pós-guerra, a teoria do neoliberalismo tem ressonância para o capitalismo, que busca sua saída econômica de sustentação no keynesianismo, por responder por meio desse padrão de regulação às exigências necessárias à expansão capitalista.

As idéias neoliberais ganham força e um terreno favorável à sua assunção, a partir da grande crise de 1973, que se caracteriza por longa e profunda recessão. Pela primeira vez, combinam baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, o denominado tempo econômico de estagflação (Anderson, 1995).

A teoria neoliberal estipula que os gastos do Estado com políticas sociais e de atendimento às reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho, fruto de lutas operárias e dos sindicatos, precisam ser contidos drasticamente para bloquear a crise capitalista.

A política neoliberal tem por diretriz uma estabilidade econômica assentada em: disciplina orçamentária de contenção de gastos em políticas sociais e de emprego que sustentaram o chamado Estado de Bem-Estar-Social; a restauração da chamada *tarda natural* de desemprego, que se expande no desemprego estrutural, em um aumento expressivo de população excedente e em reformas fiscais de incentivo aos agentes financeiros.

O neoliberalismo, como hegemonia internacional do capitalismo, consolida-se há cerca de três décadas e tem por ideário central “o anticomunismo e uma onda de direitização mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra” (Anderson, 1995: 12).

A programática neoliberal expressa a concepção de que “o mercado é entronizado como instância societal mediadora por excelência no plano econômico e no plano político sacralizando o Estado mínimo” (Netto, 1994:75).

A primeira experiência neoliberal se desenvolve em uma das mais bárbaras ditaduras militares, no Chile do general Augusto Pinochet, em 1973, em dura repressão ao movimento operário e socialista; e serve de laboratório internacional, para que o ideário se firme como política articulada do grande capital. Tem por precursores Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e Ronald Regan nos Estados Unidos, em 1980 (Anderson, 1995).

As experiências neoliberais se desenvolvem na Inglaterra e nos Estados Unidos e apresentam táticas diferenciadas em sua execução. Thatcher aplica o modelo que se alastra mundialmente centrado em um programa de privatizações de políticas sociais e de empresas estatais essenciais (aço, eletricidade, petróleo, gás e água); elevação de juros; redução de impostos sobre altos rendimentos, sem controle sobre os fluxos financeiros em uma política de financeirização da economia. A política macroeconômica conduz ao desemprego massivo e a adoção de leis anti-sindicais que reprimem o movimento operário e sindical.

Ronald Reagan tem como prioridade de política externa: uma corrida armamentista de incentivo e ampliação bélica desencadeada em guerras imperialistas; competir militarmente com a ex-URSS; e estabelecer todos os esforços para liquidar a economia soviética, o fim do “socialismo real existente”, e, portanto aniquilar, a partir daí, todo ideário comunista (Anderson, 1995).

Em relação à política interna dos Estados Unidos, as medidas se configuram por: criar um déficit público altíssimo, coibir a única greve realizada em sua gestão, elevar as taxas de juros, reduzir impostos sobre os altos rendimentos – medidas essas que se assemelham às da Inglaterra, excetuando-se às relativas ao Estado de Bem-Estar Social, posto que esse não se concretizou nos EUA.

O neoliberalismo se expande internacionalmente: em um primeiro momento, por intermédio de governos de direita no norte da Europa; a seguir, por governos de orientação social-democrata do sul da Europa eleitos por setores populares com propostas progressistas em seus pleitos, pautadas em políticas keynesianas, que acabam por sucumbir ao neoliberalismo.

A avalanche neoliberal atravessa a França no governo de Mitterrand, a Itália com o governo de Craxi, a Grécia com Papandreu, a Espanha com Filipe González e Portugal com o governo de Mário Soares (Anderson, 1995), o que os identifica como governos social-liberais, ou seja, social-democratas que passam a imprimir o neoliberalismo como receituário em seus governos.

Esses haviam sido eleitos com bases populares, operárias e se apresentavam como uma alternativa progressista para as massas dos trabalhadores em defesa de políticas sociais e de emprego. Programática, em defesa do pleno emprego e das políticas sociais, que fora desenvolvida pela esfera pública estatal no modelo de gestão social-democrática nos países nórdicos do epicentro do capitalismo, pelo Estado de Bem-Estar Social, e que abrange o período de 1945 a 1973.

Deve-se considerar, sobretudo, que as condições do desenvolvimento capitalista, vividas nos países do sul da Europa, ainda não haviam possibilitado sua gestão social-democrática até o momento da crise estrutural do capitalismo em âmbito mundial a partir de 1975.

Ressalvam-se aqui as tentativas efetivadas por Papandreu e Miterrand, tão logo assumem os governos da Grécia e da França, de realizar,

(...) uma política de pleno emprego e de implantação de um sistema de proteção social, porém, em 1982 e 1983 reordenam suas políticas a partir dos mercados financeiros internacionais na direção da ortodoxia neoliberal (Anderson, 1995).

Após a derrocada do Leste Europeu e da ex-URSS, os governantes dos países do ex-“socialismo real” transitam à regressão capitalista ao aderir à política neoliberal, o que possibilita identificar que “não há neoliberais mais intransigentes do que os reformadores do Leste” (Anderson, 1995: 14).

A perspectiva analítica fornece elementos substantivos para a compreensão política e teórica do capitalismo em sua crise estrutural, a partir de 1975, no plano internacional, o que demonstra o esgotamento da social democracia como gestão do capitalismo. Esse esgotamento pode ser atribuído às próprias características intrínsecas à crise: crise de superprodução, queda progressiva da taxa de lucro, crise econômica e estagflação que exigirão medidas drásticas internacionalmente articuladas pelo grande capital na direção das modificações programáticas na esfera do mundo do trabalho e na esfera do Estado, respectivamente pela acumulação flexível e pelo neoliberalismo.

### **1.2.3 – Esfera da cultura: a pós-modernidade**

As transformações na esfera produtiva, nas relações entre Estado e sociedade de classes em que se insere o mercado, o âmbito da cultura e da política, articulam o capitalismo contemporâneo em sua crise estrutural e indicam “o pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio que se configura no próprio projeto da pós-modernidade” (Jameson, 1996). A pós-modernidade

*(...) representa um novo tipo de hegemonia ideológica no estágio atual da internacionalização do capital e do capitalismo fundada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo que fortalecem a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-se cada vez mais da compreensão totalizante da vida social. (Simionato, 1999:86)*

*Harvey (1995) e Jameson (1996), marxistas norte-americanos, analisam a esfera da cultura vinculada diretamente à esfera da produção econômica, à base material da sociedade capitalista. No período econômico de expansão do capitalismo de 1943 a 1975, do Estado de regulação – Welfare State – nos países centrais, por intermédio de políticas sociais e de emprego na esfera estatal e com a gestão da força de trabalho fordista-taylorista; a esfera da cultura tinha como parâmetro o projeto da modernidade que deita raízes no projeto da razão iluminista moderna.*

A razão moderna do século XIX se consubstancia em duas vertentes: positivismo de Comte, como base teórica de sustentação do capitalismo, da ordem burguesa instituída, e o marxismo, que tem na sociedade burguesa seu objeto de investigação. O método marxiano de conhecimento da realidade visa analisá-la e transformá-la objetivando superá-la pelo processo revolucionário.

A razão moderna positivista ou a razão marxista, de manutenção ou de superação do capital, ambas rationalistas, herdeiras da Ilustração e do Iluminismo, configuram-se em teorias sociais de macroanálises para os fenômenos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais de análises

estruturais e conjunturais.

O capitalismo contemporâneo, em sua fase de crise estrutural, estabelece duras críticas às teorias estruturantes, macroanalíticas – combate o marxismo, mas, também, as teorias estruturantes que tratam da manutenção da ordem do capital. Esse combate é expressão das novas estratégias utilizadas pelo capital diante do mundo do trabalho pela *acumulação flexível*, no âmbito do Estado, pelo neoliberalismo, e na esfera da cultura pela *pós-modernidade*.

Para a teoria marxiana, a *objetividade* e a *subjetividade* são tratadas no âmbito da *totalidade*, e a objetividade se direciona à base econômica da sociedade, à produção material da própria vida, ao mundo do trabalho; e a subjetividade se refere à consciência, às formas de organização.

A análise do singular se encontra articulada à particularidade e à universalidade; ou seja, a uma análise teórica e histórica da realidade social, a partir da análise de situações concretas, tendo a realidade como ponto de partida e aqui a categoria abstrata simples trabalho como categoria determinante de prioridade ontológica. Portanto, objetividade abarca o campo da produção e da reprodução social no âmbito das relações sociais entre os homens que, do ponto de vista histórico, em suas dimensões teleológica e ontológica.

A *pós-modernidade* apresenta ainda por características o ecletismo e o irracionalismo que reforçam a perspectiva a-histórica, localista que deslindam no individualismo; uma ideologia orientada pela naturalização e banalização da vida social; equalização indiferenciada entre os sujeitos como se esses não fossem sujeitos de classe; desresponsabilização do Estado pelas políticas; e um apelo

ao voluntariado em detrimento da solidariedade de classe, dos trabalhadores assalariados, da cidade e do campo e da juventude; interesses de classe, universais, são substituídos por objetivos grupais, específicos, localistas pautados na análise da micropolítica.

Autores neomarxistas e antimarxistas negam a centralidade do trabalho como categoria de prioridade ontológica e fundante do ser social; a idéia do simulacro e a relação tempo-espacó se satura no efêmero, no fugaz, no imediatismo presentista a-histórico; ênfase em micropoderes, pulverizados, dispersos, capilares, vistos a partir de si e desvinculados, portanto, das relações macrosocietárias; combate aos partidos e sindicatos como instrumentos da luta de classes como se esses já não se constituíssem mais em uma referência para as classes que vivem do seu trabalho.

Trabalhar não a realidade, mas as suas representações; trabalhar não o universal, mas sim o singular; trabalhar não o futuro mas sim o presente; não as questões macro, mas o cotidiano, os fragmentos; trabalhar não o público mas a intimidade, trabalhar o micro, o dado, o singular. (Carvalho, 1995:19)

A crise das sociedades pós-capitalistas é tratada como o fim do projeto socialista, declara-se o “*fim da história*” e o pensamento único triunfa sob a ideologia neoliberal do capitalismo em sua fase superior, o imperialismo. O processo histórico se configura por um deslocamento teórico e político-ideológico de parte da esquerda para a social-democracia e para o neoliberalismo; no limite, parte significativa da esquerda capture-se ao reformismo social-liberal.

A perspectiva teórica estimulada pelo pensamento e programática neoliberal sustenta-se pela concepção da *pós-modernidade*, como novo tipo de dominação ideológica na esfera da cultura. Essa ideologia invade o conhecimento, as universidades pela negação das teorias estruturantes macro-históricas, e a teoria social de Marx é negada sob alegação da crise de paradigmas.

## **2 – A confluência das várias crises: final dos anos 80 e década de 90**

O final dos anos 80 e a década de 90 (reflexo das duas décadas anteriores de crise estrutural do capital) presenciam um outro conjunto de crises de âmbito internacional nos países pós-capitalistas que incidem na crise da esquerda e no movimento dos trabalhadores no plano internacional. O conjunto das crises desde a década de 70 incide sobre América Latina e na particularidade do caso brasileiro, a partir da década de 90, expandindo-se aos meados da primeira década do ano 2000.

### **2.1 – Crise nos países pós-capitalistas**

O breve século XX (Hobsbawm, 1996) apresenta todas as contradições de classes e de disputa por projetos societários antagônicos expressos:

a – em guerras imperialistas -- entre elas a primeira e a segunda guerras

mundiais ;

- b- na vitória do proletariado com a revolução bolchevique na Rússia em 1917, na revolução cubana em 1959;
- c- nas lutas contra as ditaduras latino-americanas;
- d- nas lutas revolucionárias terceiro-mundistas e suas derrotas;
- e- nas lutas de libertação nacional na América-Central e na África,
- f- na revolução cultural da China,
- g- no avanço das grandes potências imperialistas sob a dominação do poderio bélico norte-americano,
- h- no avanço dos anos dourados do capitalismo e na posterior crise da social -democracia,
- i- na crise do denominado “socialismo real existente”,
- j- na crise estrutural do capital, a partir de 1973, e no advento de nova gestão do trabalho que amplia a superexploração da força humana de trabalho pela *acumulação flexível* e na resposta política do capital à sua crise na esfera do Estado pelo desastroso esparramo neoliberal (Hobsbawm, 1996).

*O futuro do projeto socialista revolucionário está longe de se apresentar como decidido e que o cenário da entrada dos anos 90 é apenas mais um episódio de um processo histórico de larga duração. (Netto, 1995:12)*

A inevitável crise do Leste Europeu, emblematicamente simbolizada na queda do Muro de Berlim em 1989, evidencia um mote sustentado pelos apologetas conservadores de direita, de propagação e disseminação ideológica do “fim da história” e do triunfo do capitalismo como única alternativa para a humanidade. O fortalecimento da ideologia do *pensamento único*, sob a lógica do grande capital, volta-se para a sociedade livre, fundada na lógica do mercado, em detrimento à lógica dos direitos sociais, em parte assumidos pela social democracia no período anterior à crise estrutural do capital.

A crise das sociedades pós-capitalistas, da ex-URSS e do Leste Europeu, apresenta aspectos centrais de um ordenamento econômico e sociopolítico da burocratização do Estado pela autocracia stalinista que, gradativamente, abandona a perspectiva da revolução permanente, da herança teórica e política do pensamento marxiano, e adere à programática stalinista *do socialismo em um só país*, como se fosse possível a sua realização; em negação ao internacionalismo socialista.

O “socialismo realmente existente” expressa constitutivamente: A derrocada de um padrão societário que identificou socialização com estatização; a colonização da sociedade civil mediante hipertrofia do Estado e partidos fusionados; intentar articular os direitos sociais sobre a quase inexistência de direitos civis e políticos; a dessincronia entre as instituições constitutivas do sistema sociopolítico e o ordenamento econômico: a reduzidíssima socialização do poder político; a estrangulada socialização da economia, resumida na estatização. (Netto, 1995:67)

Os problemas advindos da crise nos Estados do Leste Europeu expressam um tipo particular de crise decorrente da organização do metabolismo societal

presente nas sociedades pós-revolucionárias, em que, na realidade, não ocorre a sociedade de transição socialista; reconhecidas, portanto, sociedades pós capitalistas.

A tipificação dessa sociedade é que o Estado e o partido, fusionados sob o monopólio do poder político autocrático e burocratizado da era stalinista, substituem o protagonismo dos trabalhadores (Netto, 1995). A teoria social em Marx é desqualificada, rasteiramente identificada ao economicismo da II Internacional, ao sistema burocratizado do Leste Europeu e ao partido comunista oficial que abandona o marxismo. Pode-se afirmar, ao contrário, que é, portanto, a partir do marxismo

(...) que se pode criticar com lucidez e consequência as diferentes tentativas de construção do socialismo... nenhuma teoria social pode se comparar ao marxismo em sua análise do capitalismo desvendando o dinamismo, as contradições e as crises decorrentes desse sistema (Crítica marxista, 1994:VIII).

Lukács alerta para o fenômeno que emerge em decorrência do stalinismo:

Hoje estamos diante de duas grandes tarefas. Em primeiro lugar, mostrar ao mundo o que é o marxismo comparado com o stalinismo. Por outro lado, a direita ocidental se esforça por provar que Stalin não fez senão desenvolver até as últimas consequências as idéias de Lenin. Nossa dever, portanto é mostrar a continuidade entre Marx, Engels e Lenin, provando que os três empregaram o mesmo método, ao passo que Stalin – em muitos pontos importantes desse método e de sua aplicação rompe com o marxismo. (Lukács, 1978:192-193)

Essas observações foram realizadas décadas antes de se desencadear a crise no Leste Europeu, apresentando elementos significativamente reveladores do desenvolvimento desastroso ulterior que se sucedeu na experiência que se

denominou “socialismo real existente”, nos países pós-capitalistas.

A crise global do Leste Europeu envolve o chamado “campo socialista” no todo, ao apresentar traços comuns e diferenciados o que configura a sua natureza heterogênea. Identificar essa heterogeneidade e a diversidade presentes no interior das várias crises nacionais significa observar que:

*O caráter global da crise do campo socialista reside menos na simultaneidade das suas manifestações do que na centralidade política presente em todas as suas expressões (...) Todas as crises nacionais possuem um mesmo traço elementar, a contestação prioritária do Estado e da sociedade política com a ordem política pós-revolucionária. (Netto, 1992:14)*

A sociedade pós-revolucionária da ex-União Soviética teve que implementar, do ponto de vista das forças produtivas, um tipo de desenvolvimento econômico compatível à sociedade fundamentalmente agrária existente no país, em seu período revolucionário. O crescimento econômico extensivo característico dessa fase se apresenta: “assentado no crescimento quantitativo da força de trabalho, pela ampliação do equipamento produtivo e alocação de recursos para novos equipamentos” (Netto, 1992: 56).

O crescimento extensivo pode-se reproduzir em torno de 60 anos e somente apresenta o seu esgotamento no final da década de 70 a meados da década de 80, no momento em que as bases urbanas-industriais se encontram consolidadas.

*(...) a limitadíssima socialização do poder político, a fusão do aparato partidário e das instâncias societais, a restrita socialização da economia e esta circunscrita à estatização*

*encaminha a sociedade para uma crise estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento econômico e do sistema político à ele funcional. (Netto, 1992:19)*

A crise global do (denominado) *bloco socialista* traz à ordem do dia duas possibilidades diametralmente opostas e, portanto, excludentes: avançar para um processo de socialização da economia e da política, o que encaminharia, de fato, para uma alternativa socialista, ou restaurar o capitalismo. Triunfa o processo regressivo do capitalismo, que vem estabelecer um novo fôlego hegemônico para o capital em sua ofensiva internacional, agora abastecido da ideologia do “fim da história” propagando-se a falsa idéia do fim do socialismo (Kurz, 1992).

A tese do *fim do socialismo* rebate simultaneamente na idéia do *fim do marxismo*, disseminada pelos apologetas da ordem do capital. Entretanto, o chamado “*marxismo-leninismo*” encontra-se identificado, basicamente, por um ideário de concepções no interior dos partidos comunistas institucionalizados, burocratizados e orientados sob autocracia stalinista. A crise dos partidos comunistas oficiais e a crise da autocracia stalinista não podem ser igualadas à existência de uma crise da tradição marxista e uma crise no interior do próprio legado marxiano.

O esgotamento do *marxismo-leninismo* da oficialidade burocrática e economicista da II Internacional não vulnerabiliza a teoria marxiana. A realidade é de que “*não há rigorosamente uma crise do marxismo, há crises no interior da tradição marxista*” (Hobsbawm, apud Netto, 1992: 29).

As condições concretas de triunfo ideológico e político do grande capital,

em avassaladora hegemonia desde 1973, sustentado: nos clássicos liberais e conservadores de direita, incluídos neste espectro os reacionários de sempre; os setores social-democratas e ex-socialistas, impõem que a classe trabalhadora mesmo defensivamente – enfraquecida em suas formas de luta e confrontamentos – permaneça resistindo diante dos desmanches dos direitos sociais e trabalhistas histórica e duramente conquistados.

Pode-se afirmar que a experiência do Leste Europeu e a derrota do campo socialista não se encontram suficientemente adensadas do ponto de vista teórico, desdobrando-se em dificuldades para estabelecer a ação política programática das classes trabalhadoras basilares a seu projeto histórico socialista.

A experiência revolucionária russa ainda nos trará importantes lições para a perspectiva da emancipação humana. Por outro lado, a burocratização da era estalinista, a limitada socialização da economia e a estatização da política em que o partido e o Estado aparecem fusionados devem ser saturados de críticas no sentido de se retomar a perspectiva histórica do socialismo que não pode ser confundida com o que se desenvolveu nas sociedades pós-revolucionárias e pós-capitalistas, posto que o socialismo, efetivamente, não chega a se realizar nessa experiência.

Necessário lembrar que a crítica à burocratização e à autocracia da era stalinista tornou-se uma ferramenta imprescindível para os socialistas na defesa intransigente do projeto revolucionário e emancipatório, diante do desvio imposto pela estalinização que, a partir dos anos 30, abandona a perspectiva da

revolução permanente sob a orientação do socialismo em um só país.

O balanço teórico e político relativo à experiência das sociedades pós-revolucionárias, sob o domínio do socialismo real, ainda requer adensamento teórico e político inadiável para uma maior compreensão das lições a serem extraídas desse processo, sabendo que suas conquistas, todavia, não podem ser relegadas. Com toda crítica teórica e política imprescindível e inadiável ao modelo implementado nas sociedades pós-capitalistas, expresso na autocracia stalinista e que certamente combatemos, há de se reconhecer que essa experiência do ponto de vista da humanidade delineia-se de forma superior aos modos de produção anteriores, mesmo considerando-se o capitalismo em suas fase progressiva e de crescimento econômico.

## **2.2 – A crise da esquerda e seus rebatimentos na classe trabalhadora**

A burocracia soviética como “realização trágica do socialismo” (Genro, 1979:191) confunde o próprio campo da esquerda ao conduzir alguns de seus setores a abdicarem do projeto marxista revolucionário, após a queda do muro de Berlim.

Notadamente, esse deslocamento ideopolítico ocorre no universo das correntes políticas que vêm da tradição estalinista e que, todavia, não conseguem superá-la – cerrando fileiras com a social-democracia e identificando rasteiramente o “fim do socialismo real existente” com o fim do socialismo;

ideologia amplamente disseminada pela direita neoliberal. A direita, em sua ofensiva neoliberal, consegue imprimir, portanto, a idéia em todo o planeta de que o fim da “guerra fria” traduz-se na destruição do socialismo revolucionário e do comunismo.

Extinto o comunismo, a normalidade capitalista exibe como atributos, a realização da felicidade e a consagração da paz. Os tecnocratas, recrutados nas universidades mais avançadas, substituem os intelectuais mais tradicionais e ocupam as posições estratégicas de intelectuais orgânicos da ordem. (Fernandes, 1995:2)

O desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista leva de imediato setores da esquerda identificarem o fim do “socialismo real existente” ao fim da possibilidade socialista.

(...) embora a longo prazo as consequências do Leste Europeu sejam eivadas de positividades, pois coloca-se a possibilidade da retomada, em bases inteiramente novas, de um projeto socialista de novo tipo, que recuse, entre outros pontos nefastos a tese staliniana do “socialismo num só país” e recupere elementos centrais da formulação de Marx. (Antunes, 2002:188)

A médio prazo, delineia-se a perspectiva da positividade da emancipação humana pela possibilidade e necessidade históricas da revolução socialista, posto que o curto prazo se apresenta como um profundo retrocesso histórico, dado pela regressão capitalista, fortalecido pela recomposição orgânica e metabólica de suas taxas de acumulação, aliada à sua ofensiva neoliberal de destruição de direitos historicamente conquistados.

A quadra contra-revolucionária no plano internacional perfila-se como uma quadra histórica que tem colocado as massas trabalhadoras sob defensiva diante da ofensiva destrutiva avassaladora do grande capital que afeta todas as esferas da vida humana em uma configuração de barbárie social.

Parte da esquerda socialista, ao derruir o “socialismo real existente”, passa por compreender que a possibilidade histórica de construção do socialismo também se encontra exaurida; levando-a à adesão política e ideológica, à social-democratização e consequente negação da concepção engendrada por Marx do projeto emancipatório para a humanidade.

Adequa-se, sobretudo, a uma perspectiva de realização de reformas no capitalismo, como se houvesse a possibilidade de humanizá-lo, sem romper com esse modo de produção; abre mão, portanto, da superação positiva da ordem do capital e do socialismo como possibilidade histórica.

O giro à social-democracia, que afeta parte expressiva da esquerda, não somente aquela considerada esquerda tradicional, realiza-se em um momento de crise do projeto social-democrático capitalista que adere, progressivamente e em larga escala, ao neoliberalismo, em âmbito internacional subordinado à lógica do grande capital.

Acrescenta-se, em parcela de setores da esquerda, a crença de que: a democracia política formal e as lutas desenvolvidas no terreno da institucionalidade configuram eixos centrais e prioritários de intervenção da prática política e social.

*A acomodação social-democrática atinge fortemente o sindicalismo classista e a ação partidária no campo da esquerda, que subordina as lutas sociais classistas – quando não a abandonam – às lutas que são travadas no campo institucional.*

O processo de social-democratização do movimento sindical e da ação partidária conduz a uma capitulação ideopolítica e programática, traz obstáculos e retarda o processo de lutas de classes, autônomo e socialista. A fratura e o esgarçamento do movimento sindical e dos partidos de esquerda gravitam centralmente na década de 80 nos países capitalistas desenvolvidos, atingindo os países do terceiro mundo, mais intensamente a partir da década de 90.

### **2.3 – O neoliberalismo no contexto da América Latina**

O *Consenso de Washington* em 1989 estabelece um conjunto de medidas para implantação no projeto neoliberal no continente latino-americano, sob a determinação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial e do Governo norte-americano. Embora as experiências do Chile (1973) e da Bolívia (1983) tenham sido realizadas anteriormente, é no *Consenso* que a programática é garantida sob o controle do grande capital. Na América Latina, o neoliberalismo segue à risca as determinações macroeconômicas de subordinação ao capital internacional, acrescida de medidas, como, por exemplo, a de liberalização comercial, que

facilita a dependência necessária dos países periféricos ao imperialismo.

Nessa avaliação (...) registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas na região (...). Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal de que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando (...) como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. (Nogueira, 1994:5)

As drásticas consequências do domínio do grande capital em escala internacional se colocam de forma mais incisiva na entrada dos anos 90 na América Latina – aí situada a realidade brasileira, a partir do Consenso de Washington em 1989; ao se reger pela soberania do mercado. Sua execução passa a se efetivar com base em dez áreas programáticas: disciplina fiscal, estabilidade monetária, redução de gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, liberalização comercial, alteração de taxas de câmbio, investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulamentações e propriedade intelectual.

A investida do grande capital em sua ofensiva neoliberal é viabilizada pela abertura de novos espaços de exploração do capital privado e de destruição das políticas sociais públicas estatais duramente conquistadas pelas massas trabalhadoras.

Aprofunda-se o Estado, ampliado do capital como expressão da reestruturação produtiva, ao qual se vinculam economias nacionais e internacionais reguladas por mecanismos multilaterais no que toca à flexibilização de direitos sociais e trabalhistas; à privatização dos serviços públicos e das empresas estatais; à redução orçamentária para as políticas

sociais; a privatização dos setores estratégicos (petróleo, comunicação e siderurgia) associados à sua internacionalização com sobrevalorização da taxa cambial. Evidencia-se, sobretudo, uma política econômica monetarista de desresponsabilização do Estado em relação aos direitos e políticas sociais públicas de transferência de renda e patrimônio público para o capital privado internacional.

A programática neoliberal direcionada para toda América Latina estabelece sua implantação em três fases seqüenciais iniciais:

- a- fase de estabilização macroeconômica de prioridade para: o superávit fiscal primário, revisão das relações fiscais intergovernamentais e reestruturação do sistema de previdência pública;
- b- fase de reformas estruturais: liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados, privatização das empresas estatais, reformas no Estado (reforma do Estado, do ensino, sindical, trabalhista);
- c- fase de retomada do investimento e do crescimento econômico.

Os dois objetivos centrais do Consenso de Washington se consubstanciam por meio de:

1 – drástica redução do Estado e corrosão do conceito de Nação; 2 – Abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco, sob o princípio da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas questões econômicas internas como externa. (Nogueira, 1995:10)

A situação dos países dependentes e periféricos, sob a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, da sociedade dual, agrava substancialmente a precariedade das condições de vida e de trabalho, no interior de cada país do continente latino-americano. Apresentam desigualdades entre si no que se refere: ao desenvolvimento das forças produtivas, ao grau de desenvolvimento urbano-industrial alcançado e às diferenças sociohistóricas e culturais. Porém, o traço comum, constitutivo da programática neoliberal, consiste em dar continuidade à submissão dos países latino-americanos ao grande capital.

A investida capitalista propaga ideopoliticamente a inexorabilidade do neoliberalismo, para contestar e destruir qualquer tentativa de soberania nacional, mesmo que nos limites das bandeiras democráticas do capitalismo implementadas em seu período expansionista de crescimento econômico do Estado de Bem-Estar Social, neutralizando completamente a resistência organizada dos trabalhadores.

*A gravidade e o caráter dessas consequências na América Latina têm a ver também com a superposição dessas medidas sobre uma herança estrutural extremamente heterogênea e desigual do ponto de vista social; dependente e periférica do ponto de vista econômico; e instável e autoritária do ponto de vista institucional. (Soares, 2000: 34)*

O neoliberalismo é, sobretudo, uma estratégia global do capitalismo que redefine o campo da economia e da política institucional no âmbito das relações sociais. Na América Latina, as ditaduras violentas, que grande parte dos países viveu por cerca de 20 anos, levaram esses países a semear ilusões na democracia burguesa, institucional, em que as regras neoliberais passam a ser

assimiladas e implementadas por governos democráticos que se propunham implementar políticas keynesianas e que executam as políticas neoliberais do FMI.

O neoliberalismo na América Latina, como receituário do grande capital, se expande fundamentalmente a partir do final dos anos 80: no México pelo governo Salinas, em 1988; na Argentina com Mélenchon, em 1989; na Venezuela com Pérez, em 1989 (Anderson, 1995).

A redução do Estado e a abertura da economia se constituem pontos centrais do neoliberalismo para orientar os países latino-americanos, e “a política econômica deve ser feita em nome da soberania do mercado auto-regulável nas suas relações econômicas internas e externas” (Teixeira, 1996:225).

A agenda político-programática aplicada em grande parte por partidos que se auto-intitulavam social-democrático e democrático-popular, apoiados por setores de trabalhadores organizados da cidade e do campo e por partidos de esquerda no processo eleitoral, adere à ortodoxia macroeconômica com rebatimentos fortemente desastrosos nas políticas sociais, aprofundando o neoliberalismo e a miséria social. O balanço do neoliberalismo

é provisório, pois esse é um movimento ainda inacabado. O veredito, porém nos países mais ricos do mundo em que seus frutos parecem maduros pode-se dizer: Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queira.

Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há mais alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas (...). Esse fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. (Anderson, 1995: 22)

## CAPÍTULO IV

### O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL: *ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E NEOLIBERALISMO*

## **1 – A reestruturação produtiva no Brasil no período da acumulação flexível e os rebatimentos que interferem na classe-que-vive-do-seu-trabalho**

Historicamente, a reestruturação produtiva no Brasil, se apresenta por características diversas em três períodos relacionados ao desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas no país. O primeiro deles ocorre no pós-guerra de 1945, em meados da década de 50, no desenvolvimentismo do governo Kubitschek; o segundo, no milagre econômico da ditadura militar, no início dos anos 70, como decorrência do processo de industrialização dos anos 50; o terceiro período se estabelece a partir dos anos 80 no processo de reestruturação produtiva relativo a acumulação flexível (Alves, 2000).

Os dois primeiros momentos se relacionam ao período do *taylorismo-fordismo*, quando há um fôlego do capitalismo para o desenvolvimento das forças produtivas no período de crescimento econômico expansionista internacional.

Esta tese objetiva sua análise no estudo do terceiro momento da reestruturação produtiva expresso pela acumulação flexível, que se desdobra no Brasil a partir dos anos 80, pelo “toyotismo restrito” e que se aprofunda e se amplia a partir da década de 90 no “toyotismo sistêmico” (Alves, 2000).

### **1.1 – O Processo de Reestruturação Produtiva dos Anos 80 no Capitalismo Tardio Brasileiro: “o toyotismo restrito”**

Os anos 80 no Brasil caracterizam o *toyotismo* como *momento predominante* do complexo da reestruturação produtiva da era de mundialização do capital que assume, a partir daí, a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornando-se valor universal para o capital em processo (Alves, 2000:29).

A flexibilização da gestão da produção e das relações de trabalho estrategicamente respondem à necessidade de o capital se recompor de sua crise de superprodução, a partir de 1973, buscando novas formas de superexploração da força de trabalho pela extração de mais-valia.

Assim como o fordismo e o taylorismo, o toyotismo ou “produção enxuta” tem por objetivo acumular capital, ao apresentar uma nova forma de atingir a subjetividade da classe trabalhadora pela vigência da manipulação do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, que permitem ‘superar’ os limites postos pelo taylorismo-fordismo. É um novo tipo de ofensiva do capital na produção que reconstitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma captura da subjetividade operária pela produção do capital. (Alves, 2000:31)

A coerção do capital sobre o trabalho e a busca do *consentimento operário* estão presentes desde o período fordista-taylorista que ganha neste momento de *flexibilização* o domínio de racionalização da fábrica sobre o nexo da hegemonia do capital à produção.

O “*toyotismo restrito*”, *característico dos anos 80 no capitalismo tardio brasileiro*, procura compreender o caráter limitado do capitalismo brasileiro, de incipiente inserção no capitalismo mundializado da década de 80 que mescla práticas fordistas e tayloristas de produção e introdução de controle toyotista.

As características deste momento do “*toyotismo restrito*” concretizam-se por meio de:

- a- “racionalização defensiva” por parte das empresas devido à recessão, e que, de forma ofensiva, estabelece demissões que atingem dirigentes grevistas;
- b- introdução do sistema *kan-ban* e *just-in-time* do modelo japonês pela intensificação do ritmo de trabalho, e a polivalência instalada se refere à concomitância da operação de várias máquinas o que não requer múltiplas habilidades, e a rotinização do trabalho não se alinha à existência da introdução de novas tecnologias devido ao capitalismo tardio brasileiro;
- c- Introdução dos CCQ's, no período de ascensão do novo sindicalismo que visa não somente a “modernização produtiva” mas, sobretudo, controlar a classe operária que se organizava sob a autonomia e independência de classe. A difusão dos Círculos de Controle de Qualidade-CCQ's

(...) ocorreu no Brasil após o vigoroso processo de mobilização operária que marcou o final dos anos 70, tendo sua difusão coincidido com o fortalecimento da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, por meio da constituição das comissões de fábrica. Nesse sentido os CCQ's., foram introduzidos em muitas empresas a partir da preocupação gerencial em desviar o ímpeto participativo dos trabalhadores para formas alternativas de organização que contassem com maior controle gerencial (Leite, 1994:566);

- d- O discurso da qualidade do produto e da participação dos operários como colaboradores, pautados no modelo japonês;
- a) Os CCQ's que ainda se apresentam de forma incipiente, apesar de sua expansão; não somente pela combatividade do movimento operário-sindical, mas também pela resistência das empresas em relação a uma cultura

- gerencial (métodos rígidos e hierárquicos se chocavam com a cultura do conhecimento e da experiência necessárias à nova gestão e ao gerenciamento da força de trabalho);
- b) a introdução da reestruturação restrita não altera os padrões tradicionais de trabalho do período fordista no qual permanece a separação entre planejamento e execução das tarefas, “o que demonstra o não esgotamento – e mesmo, muitas vezes a intensificação--de padrões tayloristas-fordistas nas condições de um novo complexo de reestruturação produtiva” (Alves,2000:129).

O curto intervalo entre 1984 e 1986, notadamente pela implantação do plano cruzado neste último ano, é considerado um tempo de recuperação da economia brasileira. As exportações se expandem, e as novas tecnologias tem sua inserção na esfera produtiva, com a presença da automação industrial essencialmente microeletrônica, porém de “base seletiva” (Alves, 2000). Apresenta como pontos identificadores:

- a- a existência de uma concentração de tecnologias nas grandes empresas nos setores: metal mecânico, automobilístico, siderúrgico e petroquímico;
- b- a heterogeneidade tecnológica em que convivem avanços tecnológicos e trabalho manual, mesclando formas arcaicas e modernas de produção, que exemplificam o processo tardio de industrialização no país, vinculado às características do capitalismo tardio e periférico;

c- com o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento de ponta, estabelecidos em grandes empresas, e que são voltados ao mercado externo de exportação (Abramo, 1990).

O período de 1987 a 1989 se configura por uma significativa oscilação nos níveis de emprego, acrescida de um processo inflacionário, contudo sem manifestar uma tendência recessiva. Registra-se um pequeno desdobramento de algum tipo de “toyotismo sistêmico”, sem dúvida embrionário, em empresas de setores de máquinas, autopeças e aeronáutica acrescido de uma sinalização de abertura comercial de importações.

Contudo, somente na década de 1990, por intermédio do impulso neoliberal, inicia-se no Brasil uma reestruturação produtiva alicerçada em um processo de “acumulação flexível” em que o toyotismo como momento predominante adquire uma conformação sistêmica (Alves, 2000).

## **1.2 – Acumulação flexível: “o toyotismo sistêmico”, momento predominante da reestruturação produtiva na década de 90 no Brasil**

Os anos 90 apresentam a constituição de um “toyotismo sistêmico”, diferentemente do “toyotismo restrito” dos anos 80 (Alves, 2000). Esse processo reconhecidamente identificado pelo avanço quantitativo e qualitativo das inovações tecnológicas se encontra plasmado no âmbito da implantação do neoliberalismo no Brasil, selado pelo Consenso de Washington.

A reestruturação industrial da década de 90 pode ser analisada nos seguintes componentes:

- a- a indústria automobilística apresenta sua reestruturação com maior nitidez nas montadoras e fornecedoras;
- b- realização de uma abertura comercial por meio de sua liberalização no Governo Collor, da mundialização regionalizada do capital pelo Mercosul em 1994 e da racionalização da produção em 1995, ambos referentes ao primeiro governo de FHC;
- c- processo exacerbado de concorrência da indústria automobilística derivado das crises de superprodução de mercadorias com as corporações transnacionais na lógica da produção destrutiva do capital;
- d- surgimento de novas linhas de montagem em países como Brasil e China, considerados emergentes para novas demandas estancadas em países cêntricos (Alves, 2000).

A década de 90 no Brasil constitui nova hegemonia do capital nas esferas da produção material e da reprodução social. Os ajustes estruturais são determinados pelas transformações no mundo do trabalho na “acumulação flexível” e no reordenamento do Estado com o neoliberalismo.

O neoliberalismo no Brasil se desenvolve em três períodos, sendo de 1990 a 1993, o período Collor; de 1994 a 2002, o período de FHC; e a partir de 2003, a continuidade no governo Lula da Silva.

No período do governo Collor de Mello, a reestruturação produtiva no Brasil delineia traços de continuidade do "toyotismo restrito", desencadeado na década anterior, nos anos 80, acrescido, porém, de novos elementos advindos da implantação do neoliberalismo, em que a liberalização comercial é fator decisivo para que se inaugure o "toyotismo sistêmico".

Em 1987, o governo de José Sarney vinha sendo pressionado pelo capital financeiro internacional para implantar a liberalização comercial; no entanto, a mesma é inaugurada no governo Collor de Mello.

A liberalização comercial possibilita novos patamares de valorização do capital de diminuição das alíquotas de importação e de desregulamentação do comércio exterior, abrindo uma crise na indústria brasileira, principalmente a automobilística pela expansão das corporações transnacionais. A consequência deste processo traz desdobramentos à classe trabalhadora por meio de: redução de postos de trabalho, demissões, redução de salários e de quadro de pessoal, tornando ainda mais precárias as relações de trabalho.

A reestruturação produtiva nesse momento estabelece as principais medidas necessárias aos novos padrões de acumulação expressos em: terceirização, *kanban*, *just in time*, CCQs, *kaizen* (melhorias contínuas), CQT, que conformam o toyotismo em um sistema produtivo. Esse processo destrutivo se denomina mundialização do capital (Chesnais).

O avanço da ofensiva do capital no plano internacional, dos anos 70, já havia colocado o movimento sindical classista na defensiva, acrescido: da crise do "socialismo realmente existente", da crise e do esgotamento do capitalismo

de base fordista-keynesiana e da crise da própria esquerda com o giro ideopolítico social-democrático e neoliberal.

No Brasil, desde o final dos anos 80, acirrando-se e aprofundando-se na década de 90, o movimento sindical por sua posição majoritária adere à concepção e à prática sindical de “consertação” em um neocorporativismo defensivo, atado à imediaticidade, em um processo de concessão e consentimento ao capital. (Antunes, 1995; Alves, 2000).

O movimento operário e sindical de lutas e de ação direta dos anos 80, no campo da CUT, segue a partir do final da década uma política centrada na lógica de implementar ações nos marcos da institucionalidade no interior da democracia burguesa, restrita e formal, que se caracteriza por um *politicismo* e uma *captura da classe*.

A programática modernizadora da acumulação flexível e do neoliberalismo retoma as Câmaras Setoriais do Governo Sarney, reunindo Capital, Trabalho e Estado. Sob o novo pacto social de competitividade setorial, substitui o *velho e bom combate* das lutas de classe pelas chamadas “*ações propositivas e afirmativas*”, de rearranjos e de acordos com o capital efetivados pelos dirigentes hegemônicos do sindicalismo que selam o pacto social.

O suporte teórico dessa concepção e prática sindical se ancora no argumento de que a conjuntura da democracia instaurada no país deve subordinar ação política à lógica e à supremacia do campo institucional.

A partir de 1995, as novas estratégias adotadas para o setor automobilístico

no governo FHC centraram-se fundamentalmente em um sistema de reestruturação produtiva por rebatimentos expressivos de gestão e no controle da força de trabalho do operariado industrial. O capital recompõe novas formas de flexibilização do trabalho no processo de *acumulação flexível* que ocasiona nova flexibilidade na produção por meio de: terceirização, diminuição consecutiva de postos de trabalhos nas montadoras, subcontratação, trabalho temporário, surgindo uma nova composição operária mais precária, heterogênea e complexa (Antunes, 1995).

É estabelecida a realocação de indústrias em outras regiões do país (Sul, Nordeste, Centro-Oeste) que recebem incentivos fiscais e liberação de pagamento de impostos e tributos devidos às empresas, por estabelecerem novos complexos industriais.

O operariado contratado nas novas plantas industriais tem menores salários e benefícios do que aqueles que outrora foram conquistados pelo operariado fabril organizado dos grandes centros industriais da década de 80.

O processo de *acumulação flexível* fragiliza, sobretudo, a força de organização da classe operária, que passa a se constituir de forma diferenciada e fragmentada em suas relações de trabalho. Ocorrem novas fusões e aquisições de corporações internacionais pelo fenômeno de centralização e concentração de capitais e de desconcentração do espaço físico (Harvey, 1992).

No Brasil, a liberalização comercial instaurada por Collor de Mello inaugura efetivamente a conhecida era do neoliberalismo. Apresenta continuidade nos governos de Itamar Franco, após o *impeachment* de Collor e nos dois mandatos do Governo FHC.

Nesta fase, o capital deita raízes em uma modernização industrial de investimentos externos aplicados no país em direção aos mercados emergentes: inclui-se o Mercosul, em um bloco regional estratégico de valorização dessa etapa de concentração e centralização do capital. A constituição de blocos regionais de extrínseca política ofensiva do grande capital mundializado e financeirizado apresenta seus grandes perdedores: indivíduos, classes, regiões e países (Chesnais, 1996).

Em 1994, o governo FHC estabelece o Plano Real de estabilização da moeda como um dos pilares definidores de sustentação das novas bases hegemônicas do capital, que têm no toyotismo sistêmico sua programática determinante.

As principais inflexões da reestruturação produtiva do período FHC incidem fundamentalmente em buscar consentimento operário por uma capitulação da classe aos valores da empresa em uma ídeo-ofensiva em que os operários são chamados de colaboradores, uma verdadeira cruzada para *capturar a subjetividade operária* (Alves, 2000).

A idéia implantada na prática do trabalho incentiva o bônus de produtividade e estimula a participação nos resultados, pelo método competitivo entre os operários, em que o individuo passa a ser instigado a se constituir como o *melhor funcionário do mês, o operário exemplar*. Toda ideologia se assenta na possibilidade do trabalho com êxito, que depende, sobretudo, do esforço de cada operário individualmente, instaurando-se uma verdadeira corrida em que o culto ao individualismo exacerbado coroa a grande e triunfal investida do capital.

O mercado mundial imprime novas referências de produtividade e qualidade em um cenário microeletrônico e de automação no qual o consentimento operário se configura como uma ferramenta instrumental necessária que atravessa a objetividade e a subjetividade da classe operária em novas determinações sociohistóricas.

## **2 – O neoliberalismo inaugural de Collor de Mello no Brasil**

O neoliberalismo apresenta suas primeiras investidas no Brasil no final do Governo da Aliança-Democrática de José Sarney em 1988. No entanto, é a partir do governo Collor de Mello (1989) que se desencadeia a programática neoliberal no país.

Fernando Collor de Mello, acima dos partidos e sustentado por um obscuro PRN – Partido da Reconstrução Nacional se dirige de punhos cerrados aos “descamisados” ao se eleger Presidente da República nas primeiras eleições diretas, após 20 anos de ditadura militar e quatro de transição conservadora, consagrada pelo Colégio Eleitoral.

Collor de Mello derrota o candidato Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que, nesse momento, se configura em uma alternativa progressista, apoiada majoritariamente pela esquerda e pelos movimentos sociais organizados.

A vitória eleitoral de Collor de Mello no Brasil chancela a oportunidade ímpar de implantar no país o neoliberalismo de orientação macroeconômica ortodoxa imposta pelo imperialismo norte-americano.

O presidente eleito se orgulha de *falar diretamente às massas* e tem apoio incondicional dos setores empobrecidos e despolitizados, configura-se por ser o representante “dos de cima”, da ordem burguesa estabelecida e basicamente do grande capital. O combate à inflação no governo Collor de Mello se realiza por uma política ofensiva de desmanche do Estado e de privatizações; abre a economia ao mercado internacional pela liberalização comercial, com significativa redução das taxas alfandegárias por meio do plano Collor I.

O ato de confisco das poupanças das contas correntes dos brasileiros foi violento demais, mas muitos acreditavam que o sacrifício era realizado em nome de um país novo e mais justo. No dia 19 de março de 1990, a população acordou US\$ 86 bilhões mais pobre. (Serra, 2000:75)

Entre 1991 e 1993, as políticas deflacionárias de Collor conduzem para uma das maiores recessões da história do país. As medidas provisórias anticonstitucionais e os vetos presidenciais às decisões parlamentares em seu governo fragilizam ainda mais a democracia empalidecida, que se arranjara institucionalmente no país pela transição conservadora das classes dominantes dos anos de Aliança-Democrática de PMDB e PFL do Governo Sarney.

*O Plano Collor I (...) objetivava, através da recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público, da privatização do Estado, estancar o processo inflacionário para abrir caminho para um real segundo momento mais ofensivo (...). O Plano Collor II, porém é o reconhecimento da falência das medidas imediatas e contingênciais do Plano Collor I. (Antunes, 2004:13)*

Economicamente, ao estabelecer as medidas neoliberais, o Plano Collor empobrece ainda mais os pobres: aqueles para os quais o presidente se volta afirmando que enfrentará a situação de pobreza existente no país. Politicamente atua de forma autoritária na gestão do Estado e vangloria-se permanentemente em poder falar diretamente à decantada “sociedade civil”, acima dos partidos e das instituições democrático-burguesas. Cabe lembrar, porém, de que são os interesses da ordem burguesa e os do *status quo*, aqueles interesses que, sobretudo, se fortalecem pelo desrespeito imperial.

O bonapartismo evidenciado da era Collor exponencia aspectos de semelhanças ao governo do segundo Bonaparte, o sobrinho Luis, que levou a França para um golpe de Estado.

Basicamente, Antunes analisa duas dimensões dos traços bonapartistas existentes entre o presidente Collor de Mello e Luis Bonaparte: de um lado, a primeira observação se baseia no fato de que:

Nos projetos bonapartistas, os interesses gerais da ordem são sempre prevalecentes mesmo quando, em alguns aspectos contingenciais, os setores dominantes são atingidos (...). Neste sentido, o confisco de recursos financeiros, o aumento da carga tributária sobre os ganhos de capital, a punição aos abusos do poder econômico, os crimes contra o Estado, etc. atingem somente na imediaticidade, na contingência, na circunstancialidade os interesses do grande capital, pois o horizonte aberto com o plano Ihes é francamente favorável. O mesmo, entretanto, não pode ser dito em relação ao pequeno e médio capital e à chamada economia informal. Tudo isso possibilitou oscilação inicialmente existente entre uma adesão total ao Plano e a tentativa de “relaxá-lo” sem perder a sua essência. (Antunes, 2004:8-10)

*Sob o bonapartismo, muitos têm a ilusão de que o Estado está solto no ar, descolado dos*

*interesses desta ou daquela classe, deste ou daquele setor de classe (...) diante das desigualdades e antagonismos inerentes à organização da sociedade, quando os movimentos sociais e partidos políticos de base popular põem em causa o poder estatal, o bonapartismo tende a ser a solução mais conveniente para as classes e os grupos dominantes na ocasião. Diante da crise de direção, muito freqüente na sociedade burguesa, o homem forte, seja pela sua figura, seja pelas alianças que simboliza, confere a muitos a ilusão de que o poder está acima de todos, exercido em benefício de todos. (Ianni, 1995:9)*

*(...) e, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. (Marx, 1968:132)*

Uma segunda dimensão de similitude ao bonapartismo reside no fato de que o segundo Napoleão se reportava ao campesinato e ao lumpenproletariado para certificar-se de sua *autonomia relativa* perante os interesses dominantes. Collor se dirige aos “descamisados” para poder fazer valer sua *autonomia relativa*, voltando-se diretamente às massas para impor seu projeto acima das regras instituídas e de legalidade e legitimidade do poder parlamentar.

Em curto espaço de tempo, pode-se constatar que a aventura eleitoral que conduz Collor de Mello à Presidência da República demonstra sinais evidentes de esgotamento: recessão, inflação, crise econômica e social profundas, instabilidade política, tensão no interior das classes dominantes e dirigentes, corrupção escancarada, são elementos mais que suficientes de um descontentamento generalizado que se volta diretamente para a figura do Presidente da República.

Um amplo movimento da *Ética na Política*, de frente ampla, com o apoio das

classes dirigentes e dominantes evidencia o quadro de corrupção que conduz ao *impeachment* constitucional de Collor de Mello. A partir daí, é estabelecida uma reorganização do bloco dominante no poder, agora com o vice-presidente que assume, Itamar Franco, fora dos escândalos referidos.

Cabe ressaltar, porém, a exceção de um setor minoritário e de esquerda que chama atenção para exploração e a dominação do grande capital; a maioria dos setores mobilizados detém-se à questão da *Ética na Política*, dentro de uma concepção liberal e de dominação de classe.

O ideário da *Ética na Política* constitui questão central para os trabalhadores em seus congressos, capitaneados majoritariamente pela concepção social-democrata de projeto societal. Contrapõe-se à perspectiva socialista e classista do movimento social, sindical e popular dos anos 80 ao apresentar na década de 90, traços marcantes de um sindicalismo bastante semelhante ao sindicalismo de resultados hegemoneizado pela Força Sindical.

O Partido dos Trabalhadores expressa sua prioridade pela *Ética na Política*, tornando-se grande trunfo programático e deixa de lado, cada vez mais, a prevalência da luta independente da classe trabalhadora para se ater à conquista da institucionalidade sob a orientação política da governabilidade.

O governo de Itamar Franco, eleito vice de Collor de Mello, que assume a presidência da República após o *impeachment*,

Herdou um governo marcado por um bonapartismo político, um neoliberalismo econômico subordinado e uma corrupção compulsiva, que penetrava todos os

poros da sociedade política (...). Herdou ainda, uma crise aguda, econômica, social, política e ética, caracterizada por uma simultaneidade sem precedentes em nossa história republicana, o que lhe conferiu um traço singular. (Antunes, 2004:20)

O curto e interino tempo de presidência de Itamar Franco se configura por um caráter de extrema ambigüidade. Fruto de sua trajetória política, de um passado nacionalista e reformista nos moldes de uma era de capitalismo desenvolvimentista, extemporânea às exigências prementes do neoliberalismo, propala um *reformismo social* que não se viabiliza e marca seu governo de continuidade a Collor de Mello.

O presidente anuncia atacar a miséria e a fome, desenvolver uma política de atendimento social e, ao mesmo tempo, estabelece uma política econômica de continuidade do neoliberalismo que favorece os interesses dos usineiros e do capital privado; privatiza a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, tributa os trabalhadores assalariados e implanta programas assistencialistas.

Apresenta uma retórica de mudanças para manter tudo sob a mesma lógica no curso do favorecimento do grande capital e precariedade da vida em uma situação agravada pela crise interna deixada por Collor de Mello.

### **3 – Os oito anos de consolidação de neoliberalismo no Brasil: O governo de FHC**

O Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de ser capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e dar viabilidade política ao que falta ser feito

das reformas preconizadas pelo Banco Mundial. (Fiori, *FSP*:03/07/94)

Nos anos 60, o trabalho acadêmico de FHC analisa, em ensaios teóricos, o empresariado industrial e a natureza associada e dependente do capitalismo brasileiro. Cerra fileiras nas lutas democráticas em um amplo movimento de democratização do país; porém, desde esse momento seu ideário se encontra no espectro de reformas no capitalismo, nas quais não incide um direcionamento de rupturas no capitalismo.

Constata-se, portanto, um traço de continuidade teórica do sociólogo e democrata dos anos 60 e o princípio paladino dos anos neoliberais dos anos 90 no Brasil.

O governo de FHC imprime a estabilização monetária como uma das medidas centrais dos ajustes macroeconômicos de reestruturação do capital, para a América Latina, sob a chave de uma resolução para os problemas sociais do país.

Os dois primeiros anos do primeiro mandato de FHC configuraram estagnação econômica, e os anos posteriores ampliam a concentração de renda, consequentemente a pauperização. Nesse período, constata-se, sobretudo, a entrada massiva de dólares no país, por um amplo favorecimento da área especulativa e financeira por elevadíssimas taxas de juros em que o capital estrangeiro prescinde de qualquer imposto.

O Custo Brasil volta-se prioritariamente ao pagamento dos juros e serviços da dívida externa e da dívida interna por investimentos em grandes bancos e

privatização do Estado. O governo estabelece um reduzido investimento em políticas sociais, e o orçamento público recai basicamente sobre os trabalhadores assalariados e não sobre os empresários e financiadores das campanhas eleitorais. Cada vez mais restritivo, o Estado transforma os *fundos públicos* em *fundos privados*, aviva a acumulação financeira ao propor como um de seus instrumentos o ajuste fiscal.

Em 1994, a vitória de FHC nas urnas eclode em um período de derrotas eleitorais de partidos de esquerda na América latina, exceção feita à Venezuela; é um triunfo ideológico e político do neoliberalismo, por meio de forças conservadoras em todo o continente. O governo de FHC representa uma aliança do PSDB com o PFL, sendo este último também fiel da balança com o PMDB, nos anos de transição conservadora, das classes dirigentes e dominantes.

O governo FHC representa os interesses do conjunto das frações das classes dominantes, “dos mais dinâmicos do capital aos mais atrasados passando pelos latifundiários, embora haja tensão, contradição e disputa interna no interior do bloco dominante” (Batista, 1995:3).

O ajuste estrutural imposto pelo neoliberalismo ao terceiro mundo prevê uma *modernização excludente* em embalagem *social-democrata*. Aparentemente, a lógica entronizada é a lógica da estabilização da moeda pela introdução do Real, que amplia o desemprego, flexibiliza e desregulamenta direitos sociais e trabalhistas conquistados.

O governo de FHC imprime a mercantilização das demandas sociais básicas: saúde, educação, previdência e habitação. Desenvolve políticas sociais

compensatórias por meio do “Programa Comunidade Solidária”, direcionado às populações em estado de miséria. Busca representatividade e apoio para base de sustentação do governo junto às camadas sociais mais empobrecidas e excedentárias.

Os oito anos do governo de FHC são marcados por quebra de monopólios e privatizações de estatais rentáveis; desresponsabilização diante das políticas sociais; contra-reformas do Estado: administrativa, previdenciária e do ensino superior, com o privilégio de interesses privados pela lógica suprema do mercado.

A tática política do governo de FHC é de adquirir apoio das massas trabalhadoras excedentárias pela aplicação de programas compensatórios; estimular o neocorporativismo na retomada das Câmaras Setoriais de Negociação, reeditando-as do período do governo Sarney, em que parcelas majoritárias e hegemônicas do movimento sindical se adequam às negociações na institucionalidade e abdicam das lutas sociais de massas.

A lógica neoliberal instituída é a das parcerias, em um amplo e deliberado processo de cooptação dos movimentos sociais, que apregoa uma ideologia “salvacionista à Nação” com um ideário de *solidariedade indiferenciada* oposta à *solidariedade de classes*. O movimento sindical na década de 90, sob o Estado democrático, estabelece um giro em sua práxis priorizando a luta institucional sob a égide da democracia formal, burguesa; o que o enfraquece na luta contra a ofensiva do capital.

Em 1995, o governo de FHC, durante a greve nacional dos petroleiros,

recorre a mecanismos coercitivos e repressivos com relação aos setores organizados que lutavam por reposição de perdas salariais accordadas em processo de negociação com o governo de Itamar Franco e não cumpridas pelo governo de FHC.

Os petroleiros lutavam, ainda, em defesa da soberania nacional, contra a quebra do monopólio do petróleo, realizando uma greve de 30 dias, a mais longa da história dessa categoria de trabalhadores. A greve se desencadeia pelo cumprimento do acordo salarial e pela defesa do monopólio estatal do petróleo. A defesa dos monopólios de setores estratégicos – petróleo, energia e telecomunicações – se configura em defesa intransigente da soberania nacional e do patrimônio público.

O governo de FHC ataca fortemente a organização e a greve nacional dos petroleiros à medida que a imprensa e a mídia se colocam frontalmente contra o movimento. Há um componente ideológico de formação de opinião que o divulga como um movimento corporativo, na defesa de privilégios; portanto, a quebra dos monopólios significa a quebra das corporações. O TRT – Tribunal Regional do Trabalho, em comum acordo com o governo, decreta a ilegalidade da greve e atribui uma multa de cem mil reais por dia parado a ser pago pela FUP – Federação Única dos Petroleiros.

As forças armadas, utilizando-se dos mesmos métodos da ditadura militar, se instalam nas refinarias, e a orientação programática adotada pelo governo consiste em desconstitucionalizar direitos dos trabalhadores (direito de greve, estabilidade no emprego).

O governo investe fortemente no sentido de quebrar a espinha dorsal do movimento de resistência dos trabalhadores ao neoliberalismo, pela organização combativa dos petroleiros.<sup>44</sup>

O petróleo é estratégico para a pesquisa, a extração e o refino. O petróleo permanece patrimônio público por 42 anos, ou seja, de 1953 a 1995. O petróleo é nosso consenso da campanha nacionalista do governo Vargas em 1953. Em 1995, o governo FHC inicia a reforma constitucional, tendo um dos eixos estruturadores a quebra dos monopólios que se constitui em um dos pilares de interesse do FMI. A quebra dos monopólios se efetiva: nas telecomunicações, pela privatização (357 votos a favor e 136 contra); no gás canalizado pela privatização (373 votos a favor e 113 contra); na cabotagem, acabando com a reserva de mercado às empresas nacionais no transporte de passageiros (360 votos a favor e 113 contra); na eliminação da distinção entre empresas brasileiras e de capital estrangeiro (349 votos favoráveis e 105 contrários); na extinção da prioridade das empresas nacionais na prestação de serviços públicos; por ser entendida como privilégio. Em relação ao petróleo, a votação aprovada em primeiro turno (364 votos a favor, 141 votos contrários e 03 abstenções) permite a entrada de empresas estrangeiras, inclusive de estatais na exploração de petróleo e dos seus derivados em qualquer fase da produção. As votações da Câmara e do Senado, por um preço e uma moeda de troca, são constituídas por uma ampla distribuição de cargos e de dinheiro a cada voto favorável à proposta do governo, negociados pelo Ministro

---

<sup>44</sup> Representantes dos petroleiros em greve estiveram presentes no VIII CBAS, realizado em Salvador em 1995, em uma mesa de debates sobre as transformações no mundo do trabalho e seus rebatimentos para a classe trabalhadora na realidade brasileira. O VIII CBAS apoiou a greve dos petroleiros.

Sérgio Mota e pelo vice-presidente da República Marco Maciel. Os votos contrários às privatizações e em defesa do patrimônio público foram dados pelas bancadas dos partidos: PT, PC do B, PSB, PPS, PSTU, PMN e por alguns poucos deputados desgarrados de outros partidos políticos.

A reforma constitucional no Governo FHC trilha o receituário da ordem econômica de interesse do grande capital pela privatização de empresas estatais rentáveis e de monopólios de áreas estratégicas para o país pela introdução de oligopólios. Em relação aos direitos sociais, reduz-se a previdência pública e incentiva-se a previdência privada; a saúde e a educação são “publicizadas” sob a intervenção e soberania do mercado, aliadas às privatizações operacionalizadas nas OSs – Organizações Sociais; as políticas sociais se transformam em *políticas compensatórias*; os direitos dos trabalhadores são revistos (estabilidade no emprego, direito de greve).

O projeto avassalador do neoliberalismo no governo FHC dilapida o patrimônio público, privatiza, desregulamenta e desconstitucionaliza direitos sociais e trabalhistas, de abertura irrestrita ao capital internacional dos oligopólios. Sob a hegemonia da direita de aliança com o PFL, o governo de FHC tem a anuênciam de um congresso majoritariamente conservador, de direita e de corrupção que aprova as medidas centrais da programática neoliberal.

### **3.1 – O Programa Comunidade Solidária: a prevalência de *políticas compensatórias***

Os ajustes estruturais macroeconômicos da política neoliberal para América Latina estabelecem um movimento de dupla direção: retração das políticas estatais públicas de caráter universal, como as políticas de saúde e de educação e uma crescente desresponsabilização do Estado diante das mesmas, com sucessiva mercantilização; de outro lado, o crescente incentivo a programas compensatórios, focalistas e dirigidos aos bolsões de pobreza. Essa orientação galvaneia conciliar necessidades imediatas, expressão da barbárie social, em um processo de cooptação dos setores sociais tornados mais vulneráveis à adesão ao projeto do capital.

O Programa Comunidade Solidária no governo de FHC é baseado no Pronasol – Programa Nacional de Solidariedade Mexicano, a partir de recomendações do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Constitui-se em programa emergencial. Os recursos saem do próprio orçamento público federal mediante a reorientação de gastos orçamentários, anteriormente destinados às políticas sociais, sob alegação de que estas políticas eram desenvolvidas de forma ineficiente. Sabemos, de fato, que muitas ações sociais historicamente são assistencialistas e centralizadoras; portanto, deveriam ser extintas conforme ocorreu em relação à Legião Brasileira de Assistência – LBA. No entanto, os recursos públicos devem ser canalizados às políticas sociais e não a programas compensatórios.

O Programa Comunidade Solidária se propõe ao “Combate à Fome e à Pobreza” em cinco áreas respectivamente: a) alimentação e nutrição; b)

desenvolvimento rural; c) serviços urbanos; d) defesa de direitos e promoção social; e) geração de emprego e renda. As cinco áreas que compõem o Programa Comunidade Solidária deveriam configurar políticas sociais e de emprego, embora se restrinjam a meros subitens de um único programa de caráter emergencial.

O Programa Comunidade Solidária se concretiza por meio de:

- a- desresponsabilização do Estado diante das políticas públicas;
- b- deslocamento de políticas e programas sociais centralmente para o campo emergencial;
- c- ausência de reformas estruturais que considerem a distribuição de renda e de riqueza;
- d- programas “compensatórios” ao invés de políticas sociais públicas;
- e- direcionamento aos bolsões de miséria desvinculados de uma política econômica de emprego;
- f- mercantilização e assistencialismo que caminham juntos na negação da responsabilidade do Estado em relação à política social pública;
- g- retorno às políticas filantrópicas em uma *refilantropização da política* (Yasbek), de acordo com os interesses das grandes corporações e oligopólios.

A lógica do neoliberalismo em curso se delineia por uma política de cooptação dos setores populares (pacto social), na tática de obter apoio aos programas governamentais.

Evoca-se o sacrifício coletivo sob uma aparente neutralidade e indiferenciação entre as classes, a partir de uma “política salvacionista”. Apela-se para que todos igualmente se responsabilizem pela crise na qual o “sacrifício de todos” faz-se necessário para se recuperar o crescimento econômico do país.

A propagação da política das parcerias privilegia a desresponsabilização do Estado e o incentivo às ONGs para a execução das políticas públicas. O centro dessa política “às vezes chamada de parceria, às vezes de tripartismo, às vezes de comunidade solidária é de: corresponsabilização das empresas, sindicatos e universidades pelas políticas públicas” (Sokol, 1995: 9).

O Programa Comunidade Solidária apresenta a proposta de que:

O procedimento deverá ser o de transferir recursos para as comunidades beneficiárias e deixar a seu cargo, a seleção de prioridades, acompanhamento e fiscalização das aplicações pelos próprios destinatários dos serviços, pois, isso inibe os desvios e a mal-versação de recursos públicos. As ONGs: voltadas para a proteção inovadora de serviços públicos, desenvolvem a vida pública, revitalizam a vida política e fortalecem a cidadania. (Programa Comunidade Solidária, *apud* Sokol, 1995: 9)

As “Organizações-Neo-Governamentais”, assim intituladas por FHC, devem substituir o Estado, de maneira supletiva, onde existe serviço público, e, totalmente, onde inexiste serviço público. Essa estratégia de retração do Estado se ancora em destruição de políticas públicas estatais; privatização dos serviços públicos; atuação em programas restritivos, focalistas e emergenciais.

A sincronia existente entre privatização e assistencialismo, extensão e braço

da filantropia, tem no Programa Comunidade Solidária o *policlassismo ideopolítico* necessário para ofuscar as causas da miséria e da fome na superexploração da força de trabalho pelo capital, tendo o Estado a seu serviço.

O enfrentamento da miséria e da fome passa, sobretudo, pela defesa dos serviços e do patrimônio público, pelo combate às esmolas em defesa das políticas sociais de saúde e educação, na defesa da assistência social como política pública de direito, articulada às outras políticas sociais estruturantes, universais e a uma política nacional de emprego.

Medidas de políticas sociais e de emprego contribuem certamente para que não haja uma degradação ainda mais acentuada de degeneração da vida humana, posto que, no Brasil: em 1990, 18% viviam abaixo da linha da miséria; em 1993, esse número subiu para 21%; três meses após a implantação do Real, em 94, essa cifra se amplia para 24% da população economicamente ativa percebendo menos de um salário mínimo, o que representa um estado de gravidade social imposta às massas trabalhadoras.

### **3.2 – As contra-reformas no governo de FHC: do Estado, do ensino superior e sindical**

A contra-reforma do Estado no governo de FHC consolida a política neoliberal no Brasil em um processo de destruição do Estado e ampliação dos interesses do capital sob lógica mercantil e privada; trata-se de governar, ao longo

de dois mandatos, por meio de decretos-leis e de medidas provisórias.

A contra-reforma do Estado alicerça a concepção ideopolítica para garantir os interesses do grande capital e sustenta um conjunto de medidas e reformas como as da previdência, do ensino superior e sindical, de orientação macroeconômica liberalizante dos organismos multilaterais.

A argumentação utilizada é de que a necessidade de se prosseguir no processo das relações internacionais para o crescimento econômico pressupõe inevitavelmente a realização dessas (contra) reformas. Lógica adotada que favorece os credores internacionais pela via da destruição de direitos sociais e trabalhistas, de força de trabalho humano, de dilapidação do patrimônio público em sua transferência para esfera privada.

A imitação social-democrática adere ao clássico combate teórico, ideopolítico e programático do neoliberalismo. Nessa direção, a Constituição de 1988 se apresenta como um dos grandes obstáculos de saturação do Estado, portanto deve ser substituída.

Nesta tese não há pretensão de analisar todas as reformas que caminharam em uma única direção, a de privilegiar a lógica mercantil e privatista. *Priorizo: a contra-reforma do Estado* que constitui o *núcleo duro* da programática neoliberal, a *contra-reforma do ensino superior* e sua relação com a formação profissional dos assistentes sociais e; a *contra-reforma sindical* do governo FHC, de continuidade no governo Lula que atinge os trabalhadores, em seu interior os assistentes sociais na condição de assalariamento no exercício profissional. Contra-reformas que incidem diretamente sobre a formação e o

exercício profissional do assistente social, objeto desta tese nas questões e polêmicas por mim anunciadas.

Atuar coletiva e organizadamente pressupõe conhecer, resistir e lutar contra as contra-reformas neoliberais, reafirmando a ***direção sociopolítica do processo de ruptura profissional com o conservadorismo*** no sentido de garantir, consolidar e ampliar direitos sociais, pauta deliberativa dos congressos da categoria (CBAS).

### **3.2.1 – A contra-reforma do Estado no Governo de FHC**

Os governos auto-intitulados social-democratas, como é o caso do PSDB, no Brasil, se distanciam das políticas reformistas do Estado de regulação, características do *welfare-state-keynesiano* e, seguem à risca o receituário neoliberal do grande capital.

Os oito anos do governo de FHC (de 1994 a 2002) reafirmam as orientações do Banco Mundial e do FMI, no processo de financeirização e internacionalização da economia. Desdobramento dessa política, a contra-reforma do Estado é a que estabelece, no âmbito da superestrutura da sociedade, as bases de consolidação dos interesses do grande capital.

(...) as políticas de ajuste eram um mote dos anos 80, enquanto a Reforma do Estado constitui o mote dos anos 90. (...) A junção destas duas vertentes no Brasil, potencializou os efeitos deletérios, e mais os efeitos que hipotecam a curto e médio prazo o desenvolvimento brasileiro. (Netto, 2000:18)

O ministro Bresser Pereira<sup>45</sup>, mentor intelectual da Reforma do Aparelho do Estado (1992), define-a como tarefa dos três níveis de governo: federal, estadual, municipal o que pressupõe articulação dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Bresser analisa o que denomina de Crise do Estado por intermédio de quatro manifestações singulares que se articulam entre si, respectivamente por ele compreendidas como Crises: fiscal, do Estado de Bem-Estar Social, administrativa e política em uma angulação analítica, que desconsidera que essa Crise que denomina de crise do Estado é expressão da Crise estrutural do Capital e do Capitalismo, que requer novas táticas para manutenção do Estado de dominação a serviço do capital.

O primeiro elemento da intitulada Crise do Estado, por Bresser Pereira, se refere à existência de uma Crise Fiscal do Estado brasileiro originária de uma poupança pública negativa; porém, o ministro não diz quais são as verdadeiras causas dessa negatividade, ou seja, o pagamento das dívidas interna e externa, acumuladas desde o período da ditadura militar. Os sucessivos governos atribuem um falso rombo advindo da previdência social, que se constitui em um verdadeiro mito: o de que o sistema da Previdência Social no Brasil é deficitário.

---

<sup>45</sup> A referência da proposta elaborada por Bresser Pereira norteia-se em programática desenvolvida por Osborne, explicitada no documento “Reinventando o Governo”, para o Estado americano do governo de Bill Clinton. De outro lado, Bresser Pereira baseia-se, ainda, em outro ideólogo norte-americano neoliberal, Jeremy Rifkin, em sua obra *O fim dos empregos*; que incentiva o chamamento à sociedade para os trabalhos voluntários, em vez da contratação de profissionais qualificados. O centro dessa contra-reforma viabilizadora de privatizações, transferência de patrimônio público para o setor privado, sob lógica mercantil, se estrutura como espinha dorsal do “desastre da Nação” promovido em oito anos de governo de FHC.

O sistema da Previdência Social, pelo contrário, não tem déficit orçamentário, pois apresenta um montante significativo de recursos financeiros. O dinheiro é mensalmente recolhido na folha de pagamento dos trabalhadores assalariados e não permanece no caixa da Previdência Social. É repassado para um caixa comum do Tesouro Nacional, sendo utilizado para sustentabilidade de parte do investimento previsto nos acordos multilaterais, sobretudo os referentes aos serviços da dívida.

O poder legislativo ao aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>46</sup> engessa os municípios no que tange a dotação orçamentária voltada ao atendimento de serviços e políticas sociais, pois parte do dinheiro público dos municípios e estados é repassada à esfera federal para cumprir os acordos com o FMI no pagamento da dívida.

O segundo elemento da crise recai no que Bresser *equivocadamente* atribui ao Estado brasileiro: a existência de um modelo de Bem-Estar Social, a exemplo do que ocorreu nos países centrais do capitalismo europeu, em seu período de crescimento econômico.

Na realidade, não se pode atribuir uma crise do Estado de Bem-Estar Social em um país onde o Estado de Bem-Estar Social não se implantou, posto que, em momentos particulares da conjuntura nacional, programas de proteção social foram desenvolvidos. No Brasil, contraditoriamente, nos períodos de governos ditoriais imprimem-se políticas públicas estatais de proteção social e correspondem à era Vargas, década de 30, e as advindas do período de

---

<sup>46</sup> A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

crescimento econômico durante a ditadura militar (1964-1973).

*A política social no Brasil tem três momentos distintos: controle da política – na ditadura nacionalista de Vargas pelo desenvolvimento da legislação trabalhista, da montagem do sistema previdenciário com financiamento estatal; política de controle – na ditadura militar em 1964, até a promulgação da Constituição em 1988 – que sustenta e legitima os governos ditatoriais na busca de bases sociais e que, para tanto, aceita seletivamente reivindicações e pressões da sociedade. O capitalismo em crescimento no Brasil até 1973 necessita ampliar políticas sociais combinadas à restrição dos direitos políticos que caracteriza as ditaduras militares. Importante lembrar, uma vez mais, que esses direitos não atingem a todos, portanto não têm universalidade, apresentando-se de forma setorial, fragmentada. Em grande parte, são compostos por programas emergenciais e têm, em um setor dirigente da classe operária, a base do sindicalismo pelego para a sustentação dessa política.*

*O terceiro momento se caracteriza pela política social sem direitos que adquire maior fôlego na gestão do governo de FHC, de 1995 a 2002, em oito anos de mandato e de aprofundamento e consolidação do neoliberalismo no Brasil. Em todo o período republicano, “desde a assunção pelo Estado de medidas e instrumentos de proteção social, nunca se viveu um período – como no neoliberalismo – de ausência de direitos sociais” (Vieira, 1997:68).*

Bresser Pereira, ao evidenciar o esgotamento do *welfare state*, se sustenta na argumentação neoliberal de que o Estado não tem condição de arcar com o ônus das políticas keynesianas, fruto de um Estado protecionista, corporativista de estrangulamento da Nação, e que o processo de mundialização

da economia é inexorável e irreversível.

A programática do governo FHC é a de estabelecer *parcerias com a sociedade civil*, através das ONGs, das OSs sob a Lei n. 9637 – de 15/05/98; das OSCIPS, que são criadas como o marco legal do chamado “terceiro setor” pela Lei n.9.970 de 23/03/99 e da Lei que trata da isenção de contribuição à Seguridade Social das entidades filantrópicas de n. 9.732 de 11/12/98 regulamentada pelo Decreto 3. 048 de 04/06/99 a partir da Resolução 116 de 19/05/99 do CNAS.

O chamado “terceiro setor” constitui-se no “canto da sereia” (Montaño, 2002) necessário ao processo de desresponsabilização do Estado diante das políticas públicas. Na realidade, existem dois setores, o público e o privado, e o “terceiro setor” se insere no setor privado no âmbito das entidades sociais sem fins lucrativos.

As entidades sociais de direito privado, sem fins lucrativos na prestação de serviços sociais, encontram-se presentes na gênese da filantropia e da benemerência, sendo historicamente entidades conveniadas com o Estado para prestação de algumas políticas, centralmente as da Assistência Social. A maioria das entidades sociais não tem controle social e fiscalização sobre suas ações que transitam no terreno do assistencialismo, do clientelismo, do paternalismo e da cooptação, em detrimento da política da assistência social como direito social e política pública.

Muitos autores se referem à importância da criação de um marco legal regulador do “terceiro setor” que pode acompanhar controlar e fiscalizar essas entidades sociais. De fato, o estatuto legal constitui uma possibilidade de realização

de controle social, pela aprovação e pelo acompanhamento dessas entidades por Conselhos de Políticas, como canais institucionais de participação na esfera do Estado.

Por outro lado, torna-se insuficiente uma avaliação dessas entidades sociais apenas pelo seu aspecto jurídico-legal. É preciso compreender que o incentivo e a ampliação dessas entidades sociais têm por objetivo desresponsabilizar o Estado quanto à implementação e a execução da política pública no âmbito da esfera estatal, confirmando o *deslocamento* de sua execução de maneira infinitamente inferior às demandas e necessidades sociais e descaracterizando qualquer possibilidade de universalização da política.

O "terceiro setor" não pode, portanto, ser tomado como uma saída ingênuas e apolítica, posto que a sociedade é representada por interesses ideológicos, políticos, religiosos, entre outros interesses existentes da sociedade de classe. A caracterização do "terceiro setor" é bastante recente,

determinada pela reorganização do capital e do mundo do trabalho traduzindo-se como alternativa à pretensa dualidade entre Estado e sociedade civil e dessa mais especificamente a representação do capital, comumente chamada iniciativa privada.

Pretensa dualidade, pois na ótica marxista o Estado não se contrapõe ao capital, como foi instituição por ele gerada. (Tumelero, 1992:35)

O "terceiro setor" é considerado pelo neoliberalismo como uma "terceira via" de atendimento às necessidades sociais; portanto, as Oscips se ampliam à medida que se reduz a ação do Estado na prestação de serviços sociais, o que significa dizer que essa é uma equação combinada.

As políticas compensatórias, pontuais, focalizadas, direcionadas aos bolsões de miséria, evitam colapsos e convulsões sociais e se apresentam em forte sustentáculo de cooptação e apoio das populações mais empobrecidas ao projeto dos governos neoliberais, que, amplamente vulneráveis, sem consciência social e de classe, são atendidas em suas carências mínimas mais imediatas para a sobrevivência.

As aproximações características que determinam o incentivo e a expansão do denominado “terceiro setor” se referem:

- a- à institucionalização e legitimação social à medida que as necessidades e demandas sociais não encontram respostas no Estado;
- b- à desresponsabilização do Estado diante da implantação e execução das políticas sociais impondo a consolidação do “*terceiro setor*”,
- c- ao fato do Estado ser histórica e estruturalmente subsumido ao capital e que estabelece os meios de produção sob o controle do poder econômico, na exploração da força de trabalho humano pela extração da mais-valia e, do poder político através da coerção, do controle e do aparato repressivo;
- d- à retração das funções desenvolvidas no espaço contraditório do Estado ampliado (Gramsci), pelo esgotamento do keynesianismo como sistema de regulação e pela implantação da programática neoliberal;
- e- à redução orçamentária na área social em que o pensamento neoliberal demagogicamente estabelece “a afirmação de que os serviços sociais estatais são direcionados ao atendimento de pobres” (Tumelero,1992:38),

diminuindo os recursos às políticas sociais de saúde e educação, e estabelecendo programas compensatórios, localizados, focalistas e assistencialistas.

Os pré-requisitos dessas entidades se estabelecem por serem: entidades organizadas, o que requer algum grau de institucionalização; entidades privadas; não arrecadarem lucros; autogovernáveis; e com algum grau de voluntariado, mesmo que só no Conselho Diretor.

Efetivamente, esta regressão neoliberal ao impor-se como lógica do capitalismo contemporâneo consolida a dissociação entre mercado e direitos, aprofunda a cisão entre o econômico e o social, separa a acumulação da produção, instala as desregulações públicas, reitera a desigualdade e a diversificação total, busca eliminar a referência ao universal e confronta práticas igualitárias construindo uma forma despolitizada de abordagem da Questão Social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado e Sociedade. (Yasbek,1998:2)

A concepção e a relação mercantis postergadas às políticas e aos serviços sociais públicos, sob a imantação do chamado “terceiro setor”, arrebentam a premissa constitucional do *dever do Estado e do direito do cidadão* consagrada em 1988.

(...) Na passagem das políticas estatais (espaço democrático e de lutas de classes) para o terceiro setor (supostamente supraclassista) desenvolve-se um verdadeiro processo de esvaziamento da dimensão da conquista e de direito das políticas sociais, encobrindo estas com o manto sagrado da concessão. Processa-se, também, uma anulação das identidades de classe subsumidas a identidades particulares. (Montaño, 1999:72)

De outro lado, a legalização das Oss, preconizadas pela Reforma do Estado

e definidas em instituições de direito privado com interesse público, atende à lógica privatista do mercado. As OSs, consideradas pelo governo como entidades privadas de função pública não-estatal, desresponsabilizam o Estado de sua função, ao repassar dinheiro público às autarquias e fundações que prescindem de licitações e são designadas pelo Estado. Têm autorização legislativa para celebrar Contrato de Gestão com o poder executivo e fazem parte do orçamento público federal, estadual ou municipal; havendo ainda a cessão de bens públicos do Estado e de funcionários estatutários para as OSs.<sup>47</sup>

O voluntariado previsto para atuar nas OSCIPs é parte constitutiva do processo de *acumulação flexível*, posto que substitui, diminui, torna precária e elimina postos de trabalho profissional em um caminho de desprofissionalização e que, consequentemente, acentua a desestruturação das relações de trabalho e amplia o desemprego estrutural.

Bresser Pereira estabelece um ataque às profissões no Projeto de Reforma do Estado ao afirmar que as profissões atualmente existentes pertencem ao passado, à época do Estado Novo na década de 30, cabendo, portanto, extingui-las. Este entendimento estabelece uma reorientação ao ensino superior, com propostas de cursos de curta duração, aligeirados para servir aos interesses do

---

<sup>47</sup> No interior dessa concepção, são ainda aprovadas leis como a do Voluntariado de n. 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 de autoria do Deputado Federal Jorge Bonhausen do PFL; e da lei que altera a natureza pública dos conselhos profissionais para natureza privada encoberta pelo "eufemismo da publicização" (Iamamoto, 1998:133). Acrescenta-se a esse quadro o projeto de lei de Antonio Carlos Magalhães, deputado Federal pelo PFL – Bahia que dispõe sobre o Serviço Civil Obrigatório, utilizando-se da força de trabalho humana de mais de um milhão de jovens que seriam dispensados do Serviço Militar "na consecução de objetivos sociais relevantes em: ministérios, prefeituras, creches, asilos, hospitais, entidades de defesa civil, meio ambiente" (PEC, 369:96).

mercado e que estabelecem uma menor remuneração para os profissionais, a exemplo dos *colleges* americanos. Essa proposta constitui exigência do FMI para disseminar o índice de integrantes no ensino superior de forma quantitativa, massificada em uma lógica racionalista, instrumental em detrimento do caráter universal da formação e do exercício profissional.

O terceiro elemento da Crise do Estado analisado por Bresser se refere à crise do aparelho estatal que apresenta traços cronicamente instaurados pelo patrimonialismo. O nepotismo e a corrupção primavam em sua origem e, de alguma forma, apresentam certo grau de superação pela introdução da administração burocrática clássica com carreiras bem definidas e processos de contratação de pessoal e de atendimento às demandas estabelecidas pelo Estado (Pereira, 1995:4).

O modelo de gestão pública, hierarquizado e centralizador, adotado a partir de meados da década de 30, se torna extremamente moroso e necessita ser reformulado. A proposta do governo FHC, todavia, adota o caminho da contra-reforma neoliberal, em que o Estado se desresponsabiliza de suas funções e prevalece a soberania do mercado.

Bresser atribui à Constituição de 1988 a responsabilidade de tornar o Estado mais inviabilizado:

Os constituintes de 1988, entretanto, não perceberam a crise fiscal, muito menos a crise do aparelho do Estado. Não viram, portanto, que agora era necessário reconstruir o Estado, Que era preciso recuperar a poupança pública. Que era preciso dotar o Estado de novas formas de intervenção mais leves, em que a competição tivesse um papel mais importante. Que era urgente montar uma administração não

apenas profissionalizada, mas também eficiente e orientada para o atendimento dos cidadãos. (Pereira, 1995:5)

A programática de um Estado reformado neoliberal se assenta, sobretudo, na lógica de novos padrões empresariais, em que a *satanização* do Estado abre caminho para a ideologia da eficiência e agilidade do mercado. Esse entendimento favorece a gestão flexibilizada, de racionalidade instrumental e pragmática de modelo gerencial enxuto, em detrimento das políticas universais e dos direitos sociais considerados excessivos do ponto de vista das funções do Estado.

A reforma do aparelho administrativo no governo FHC, proposta por Bresser Pereira, redimensiona o papel do Estado, atribuindo-lhe missão precípua a segurança, a fiscalização e a arrecadação, com ênfase na transferência para a iniciativa privada das políticas sociais.

A contra-reforma do Estado de FHC se explicita por intermédio de duas esferas fundamentais: de um lado prevê a existência de um núcleo estratégico em que se definem políticas e um setor de atividades essenciais que compreende as áreas de auditoria, fisco, segurança, arrecadação de impostos e tributos de advocacia; de outro, preconiza que o Estado concorra com o mercado na política de seguridade social, nos âmbitos da previdência social e da saúde, acrescida das áreas de educação e cultura na lógica imposta pela Organização Mundial do Comércio.

O processo de contra-reforma do Estado consolida a substituição da política pública estatal e de direitos, por uma política de serviços em que a

privatização adquire centralidade neste giro político-programático, enfatizando-se o “terceiro setor”. A contra-reforma prevê basicamente:

Um núcleo burocrático que exerce as funções tidas como exclusivas do Estado, a saber: os poderes legislativo, executivo e judiciário, bem como as forças armadas, a polícia, a diplomacia, a administração de pessoal do Estado e a definição de políticas públicas de caráter econômico, político, social cultural e do meio-ambiente. (...) Pressupõe ainda um “Setor de Serviços Sociais” que tem por competência executar as funções e decisões advindas do governo, pertencendo ao Estado, mas não se constituindo como governo. Essas funções direcionam-se a cuidar: da Educação (aí incluídas escolas e bibliotecas), da Pesquisa, da Seguridade Social (Saúde Pública, Hospitais e previdência Complementar), da Cultura, que também estão presentes no setor privado e no setor público não estatal das organizações sem fins lucrativos. (Pereira, 1995:5)

Por último, acrescenta-se a essa lógica a quebra do Regime Jurídico Único (RJU) que estabelece alterações substantivas no sistema de contrato de trabalho do serviço público diferenciando a situação contratual e de condição de trabalho dos servidores públicos, ocasionando a fragmentação e complexidade das relações e condições de trabalho em um mesmo espaço socioocupacional: estatutários, celetistas, contratos temporários, por tempo determinado, terceirizados, estagiários o que dificulta ainda mais a organização sindical, em uma quebra consecutiva de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados.

Assim, decidiram, através da instauração de “um regime jurídico único” para toda a administração pública, eliminar toda a autonomia das fundações públicas, e tratar de forma igual *militares e professores, juízes e médicos, promotores e administradores da cultura, policiais e assistentes sociais*; através de uma estabilidade rígida, ignorar que este instituto foi criado para defender o Estado, não os seus funcionários; através de um sistema de concursos públicos ainda mais rígido, inviabilizar que uma parte das novas vagas fossem abertas para funcionários já existentes. (Pereira, 1995:5, grifo nosso)

Essa lógica argumentativa expõe as bases para a flexibilização das carreiras, dos contratos, dos salários abrindo caminho para o fim da estabilidade dos servidores públicos ao permitir demissões sob alegação de excesso de quadros ou insuficiência de desempenho profissional.

A política de flexibilização do trabalho no Serviço Público estabelece ainda uma divisão entre os trabalhadores ao separar os trabalhadores do núcleo estratégico composto por trabalhadores das carreiras exclusivas do Estado e aqueles das carreiras não exclusivas que ficam diretamente sob a responsabilidade das Agências Executivas (AE) e das Organizações Sociais (OS), as quais podem

(...) demitir novos contratados, devolvendo no caso dos servidores estatutários ao Ministério Supervisor. Esses servidores passam a viver sob clima de maior tensão, à disposição no chamado regime de extinção, recebendo remuneração proporcional ao tempo de serviço, e podendo ser demitidos à qualquer momento". (Muniz, 2002:29)

Os salários também são atingidos, sendo o aumento salarial substituído nas AE e OS, pelo incentivo à produtividade em que *prêmios*, a exemplo da iniciativa privada, são incentivados sob a denominação de *bônus de resultados*. A eficiência aparece imantada pela lógica do mercado de estímulo à competitividade sob o simulacro do individualismo, em detrimento da solidariedade de classe e organização coletiva dos trabalhadores.

A quarta e última crise no interior da crise do Estado é definida por Bresser como uma crise política a partir:

- a- da crise do regime autoritário no pós ditadura de 1964;

- b- da realização de um pacto burocrático-capitalista a partir de meados dos anos 70, momento em que o empresariado inicia um processo de rompimento com os militares;
- c- de um colapso dessa coalizão que acontece na ambiência sócio-histórica de mobilização nacional da luta pelas Diretas-Já e pela Constituição de 1988.

Uma crise política, segundo o autor, advinda do processo de 30 anos de ditadura militar no país, parcialmente superada pelas lutas e restabelecimento dos padrões de democracia.

Bresser Pereira afirma que a crise política, de um lado, teve uma amplitude democrática pela retomada do Estado de direito no país; de outro, manteve um retrocesso, da própria política da esfera estatal pela promulgação da Constituição de 1988 que engessa o Estado.

De acordo com o autor, o novo regime instalado pela Nova-República em 1985 e a Constituição de 1988 não ajudaram a superar a crise política. Ao contrário, o retorno aos anos 50, *de anos dourados* da democracia no Brasil, amplia a crise fiscal pelo modo de intervenção estatal na economia, pelo sistema de proteção social.

A crítica à Nova-República recai no fato de que essa teria ilusão na retomada do crescimento econômico e de distribuição de renda a partir do aumento do gasto público (leia-se serviços sociais, políticas públicas estatais) e aumento de salários.

Em relação ao modelo de administração pública adotado, afirma o retorno aos anos 30 com a Constituição de 1988, posto que essa leva à implantação de

uma administração arcaica no país por ser centralizada, hierárquica e rígida, e pela idéia de processo e não de produto como resultado a ser alcançado (Bresser, 1995).

A defesa teórico-política adotada por Bresser é a mesma dos ideólogos do neoliberalismo que argumentam de que o Estado de Bem-Estar Social se constitui como causador da crise do próprio Estado. Predominando uma ortodoxia do Estado *enxuto* e a realização de “parcerias”, por meio das denominadas organizações da sociedade civil.

Nesse sentido, Bresser faz referência positiva ao Governo Collor de Mello, apesar da crítica à corrupção em seu governo, à medida que: o governo Collor avançou pela iniciativa de reforma da economia brasileira por estabelecer abertura comercial, liberalização e privatização com ajuste fiscal de substancial diminuição da dívida pública interna. Collor abre uma economia de ortodoxia e pragmatismo neoliberal no Brasil, saudado pelos social-democratas do PSDB do governo de FHC que seguem sua orientação para consolidá-lo.

Parte desta contra-reforma na esfera da política estatal apregoa a descentralização dos serviços sociais para os Estados e Municípios, porém sem que ocorra a devida transferência, a alocação e ou a contratação de profissionais por concurso público e de recursos orçamentários e financeiros. Isso ocasiona um Estado colapsado, deteriorado, e o processo de municipalização se efetiva pela desconcentração de serviços, sem descentralização de recursos e pessoal o que desdobra em um atendimento público esgarçado e precário. Na realidade, a chamada crise política se encontra na intersecção dos próprios interesses do capital

no interior das classes dominantes para recompor os patamares de acumulação de capital em seu momento de crise estrutural.

Neste sentido, a análise de Bresser se efetiva centralmente no interior das respostas do capital e do capitalismo à sua própria crise estrutural, cuja orientação programática se assenta na lógica destrutiva neoliberal.

### **3.2.2 – A contra-reforma do ensino superior no governo de FHC**

A contra-reforma do Ensino Superior desenvolvida pelo governo FHC se consolida sob a lógica gerencial da contra-reforma do Estado. O objetivo dessa reforma se concretiza por transformar a natureza da Universidade de Instituição Social, em Organização Social – OS, regendo-se por medidas provisórias, emendas constitucionais. A Universidade submete-se a interesses privados empresariais. O que difere uma Instituição Social de uma Organização Social é o estabelecimento de concepções e práticas distintas:

A Instituição Social aspira à universalidade, tem a sociedade como referência normativa e valorativa, se percebe na divisão social e política e busca universalidade para responder às contradições sociais e políticas, inseparável das idéias de formação, criação e reflexão crítica e, portanto, da idéia de democratização do saber e da democracia, bem como não pode furtar-se afirmativa ou negativamente ao ideal socialista (...) a Organização Social tem a si própria como referência, apresenta uma instrumentalidade voltada para idéias de eficácia e sucesso no emprego não questiona sua existência, seu lugar na luta de classes (...) (Chauí, 1999:4)

A passagem da Instituição Social para Organização Social se encontra no estágio de crise estrutural do capital, em que a tônica se assenta na fragmentação de todas as esferas da vida social.

A *universidade funcional* é aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados por representarem força de trabalho qualificada e barata, por meio de baixos salários, a modificação e adequação da lógica de conteúdos e programas segue a referência do mercado em direção oposta ao sentido clássico de universidade voltada ao conhecimento e à formação acadêmica e profissional.

A *universidade operacional* se caracteriza por ser flexível, operacional, de incentivo à produtividade e resultados quantitativos, em que a docência é compreendida por mera transmissão rápida de conhecimentos e regulada por contrato de gestão, de avaliação externa por índices de produtividade, de incentivo a competição em detrimento de processos autônomos definidos pela universidade.

A contra-reforma do ensino superior se apóia fundamentalmente na LDB – Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, seu estatuto de legalidade. A LDB define

**(...) flexibilização enquanto sua grande estratégia de enraizamento, fortalecimento e expansão da “Universidade Operacional e Gerencial”, de destruição da Universidade fundada no reconhecimento público de legitimidade que lhe confere autonomia do saber em relação à religião e ao Estado. (Chauí, 1999:4)**

Os traços centrais constitutivos dessa contra-reforma do ensino superior sob a lógica da contra-reforma do Estado pressupõem:

(...) o favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, a redução do grau de autonomia

pensada apenas como autonomia financeira; conexão organizadora da vida universitária; a supressão da vida universitária são os traços fundamentais que resultam, como um pacto para o ensino superior, desse duplo e imbricado movimento político de ajuste e de reforma do Estado (...). Não se trata de acabar com a universidade brasileira, trata-se de acabar com o sistema universitário público. (Netto, 2000:29)

A concepção gerencial da Reforma do Estado e o projeto de educação contido na LDB apresenta a lógica capitalista da relação custo-benefício em seus dois objetivos centrais: o primeiro, de natureza ideológica, ao transformar as Instituições Sociais em Organizações Sociais (Chauí, 1999); o segundo “é a transferência de todos os centros intermediários de decisão para a área de influência do grande capital” (Netto, 2000:24).

A Política do Ensino Superior no Brasil, na lógica da universidade operacional, estabelece uma racionalidade instrumental constitutiva do ideário neoliberal de sucateamento e destruição do ensino público, com redução de recursos de dotação orçamentária para a educação, ausência de concursos públicos e de subordinação do ensino às demandas do mercado. É imensamente favorecida a expansão do ensino privado no país, apresentando em 2000 um contexto em que 78,52% das instituições do ensino superior já são privadas, simultaneamente ao aniquilamento do ensino público.

No governo de FHC, de 1995 a 2002, o número de alunos na rede privada cresceu em 86%, e na pública a taxa foi de apenas 28%. A diferença entre o crescimento do número de alunos fez com que a rede privada, em 2002, contasse com 1.442 escolas de nível superior, enquanto a rede pública contava com 195.

A lógica é a de expansão e de substituição das Instituições Sociais por Organizações Sociais – OSs, definidas como “instituições de direito privado e de interesse público”. A Reforma do Estado do governo FHC cria as fundações de caráter privado no interior das universidades públicas e estabelece os projetos de parceria público-privada para a pesquisa, cujo interesse é determinado pelas exigências empresariais em direção oposta às das necessidades sociais reais. Esse processo sela a desresponsabilização do Estado com a Educação e com o conjunto das políticas sociais públicas.

A “universidade operacional” se volta para uma rápida e aligeirada formação profissional dirigida às exigências do mercado de trabalho. São criados os cursos seqüenciais de curta duração de nível superior não graduado para os alunos de ensino médio, seguindo as metas do Banco Mundial de expansão numérica dos alunos no Ensino Superior independentemente da formação de qualidade. A universidade operacional necessita ser produtiva e flexível às exigências do mercado, sendo regulada por contratos de gestão, com o desaparecimento e a diminuição da docência, do ensino presencial, marca essencial da formação acadêmica universitária.

As inovações propostas pela LDB se explicitam por meio de: cursos seqüenciais, exame nacional de curso, avaliações meramente quantitativas, graduação à distância, mestrado profissionalizante, com o objetivo de elevar de 11% a 30% o número de universitários na faixa etária entre 18 e 24 anos.

Essa lógica de expansão acelerada do ensino superior, conforme afirma o PNE, é estabelecida pelas metas dos organismos multilaterais, como o Banco

Mundial<sup>48</sup> (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em consonância com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para os países sob dependência e subordinação ao capital internacional, no qual a lógica mercantil e privada impera em detrimento da qualidade formativa.

Novos cursos, cursos seqüenciais, tele-ensino, ensino à distância se colocam no sentido de ajustar os cursos às necessidades do mercado. Gastar menos com educação, conceder um diploma em menor tempo e a consequente precarização do trabalho com menores salários sustentam a determinação do ensino como negócio, facilitando a intervenção do capital privado.

A reforma do ensino superior do governo FHC de forte marca economicista e privatista retira a educação da esfera dos direitos e a coloca como um serviço disponível no mercado. A educação sai da esfera do público e volta-se para a esfera do privado. Ao sair do âmbito dos direitos, legalmente pela reforma do Estado, entra para a esfera dos serviços não exclusivos do Estado, assim como ocorre com a Saúde e a Previdência Social.

A LDB, ao corroer e destruir o ensino público, laico, gratuito, universal e presencial, introduz: “a flexibilização, a qualidade e a avaliação”. Os parâmetros estabelecidos se direcionam por entender:

- a- “Flexibilização” significa eliminar o regime único de trabalho, adaptar os currículos da graduação e da pós-graduação às necessidades e demandas impostas pelo mercado, separar docência da pesquisa, vincular e subordinar

---

<sup>48</sup> Para uma análise abrangente do debate internacional sobre Educação consultar: *Tendências da Educação Superior para o Século XXI – Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior*, Paris, 5 a 9 de outubro de 1998.

- a extensão à política de mercado e não às necessidades postas pela realidade social;
- b- “Qualidade” pressupõe atender as necessidades da modernização econômica do desenvolvimento capitalista com padrões de produtividade, não importando o que, o como e para que se produz, sob a lógica racional instrumental de resultados;
- c- “Avaliação” com base na quebra da autonomia universitária por meio do “Provão” ranqueado; a extensão se apresenta a partir dos interesses do mercado; a pesquisa é voltada para gerar recursos na lógica capitalista em detrimento das necessidades sociais; há quebra do princípio constitucional da gratuidade do ensino por meio do ensino privado; quebra da autonomia na produção do conhecimento e de negação da teoria por intermédio de um conhecimento meramente instrumental.

### **3.2.3 – A contra-reforma sindical no governo de FHC**

Por meio de medidas provisórias, projetos de lei, emenda constitucional, decretos e portarias, o governo de FHC impõe flexibilização de direitos trabalhistas estabelecendo a lógica “do negociado sobre o legislado”. As alterações adotadas que passam a vigorar se referem à:

- a- medida provisória 1523 e lei 9528/97 que tornam incompatíveis dois benefícios previdenciários, respectivamente aposentadoria e auxílio acidente;

- b- desvalorização do salário mínimo que desde 1996 não observa os preceitos constitucionais que prevêem gastos do trabalhador com moradia, alimentação, vestuário, lazer, transporte, saúde e previdência além da conseqüente queda do rendimento médio do trabalhador ;
- c- medidas provisórias 1.709 e 1.779 que estabelecem o trabalho em tempo parcial, suspensão do contrato de trabalho e *banco de horas* que determina uma jornada de trabalho flexível no controle de atividade de cada trabalhador, do número e valor das horas trabalhadas e as atividades desenvolvidas por hora trabalhada. Assim, pela nova lei, o trabalhador passa a receber não em dinheiro, mas em folgas acumuladas em um banco de horas, as quais ele somente usufrui quando a empresa determina. O trabalhador trabalha mais quando demandado, ampliando-se a mais-valia relativa e deixando de contratar mais força de trabalho humano para a empresa;
- d- Lei 9.300/96 que estabelece a demissão do assalariado rural;
- e- Lei 9.525/97 que regulamenta as férias do funcionalismo parceladas em até três vezes se ele assim desejar, podendo receber influência e ou pressão direta da chefia;
- f- Lei 9.601/98 que define o contrato por tempo determinado e que prevê redução de salário, além de outras perdas com o fim do aviso prévio, multa de 40% sobre o FGTS e redução do recolhimento do FGTS de 8% para 2%;

- g- Lei PDV – Plano de Demissão Voluntária – que ameaça e estimula a demissão de trabalhadores em serviço público, reduzindo concursos públicos e cargos públicos substituídos por trabalhadores terceirizados e celetistas sem estabilidade;
- h- Lei 9608/98 – Regulamenta o Serviço Voluntário pela obrigatoriedade do termo de adesão, o que impede vínculo empregatício e reivindicações trabalhistas. O apelo ideológico ao Serviço Voluntário diminui postos de trabalho e deixa de remunerar um trabalhador que poderia estar empregado;
- i- Lei 9.504/97 que rege um contrato de trabalho em período eleitoral sem vínculo empregatício, desobrigando-se do 13º salário, das férias, de horas extras, FGTS, direitos trabalhistas e previdenciários;
- j- utilização dos recursos do FGTS para privatização de empresas públicas. O pagamento da multa de 40% deixa de ser feito na homologação junto ao sindicato, e junto às agências da Caixa Econômica Federal, o que dificulta a fiscalização pelos sindicatos dos valores pagos;
- k- reforma da previdência que, entre outras perdas, altera a contagem de tempo ao tomar por referência o tempo de contribuição e não mais o tempo de serviço. Afeta o trabalhador e o mercado de trabalho de diversas maneiras, entre outras um maior tempo de trabalho para o trabalhador como força ativa e, portanto, menor possibilidade de novos postos de trabalho. (Abramides et alii, 2005; CUT, 2003).

## **4 – O governo de Luis Inácio Lula da Silva: o aprofundamento do neoliberalismo**

Imprescindível demarcar os traços de continuidade do neoliberalismo no governo de Lula da Silva em seus três primeiros anos de governo, pois incidem fundamentalmente em direção à *continuidade de resistência e de combate ao neoliberalismo e em defesa dos direitos historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras , direção sociopolítica do projeto profissional.*

A direção política para mobilização e organização dos trabalhadores do ponto de vista da autonomia e independência de classe se encontra bastante esgarçada e comprometida diante da capitulação de amplos setores dos movimentos sociais: sindical, popular, profissional que sob a “alegação de desenvolver ações propositivas”, selam um pacto social (pacto entre as classes) na direção oposta à luta tão cara travada pelos trabalhadores na década de 80.

### **4.1 – A contra-reforma do ensino superior no governo Lula**

O governo Lula apresenta um conjunto de reformas: previdenciária e tributária (2003), sindical e do ensino superior (2004 e 2005) e a trabalhista que, a princípio, seria em 2006, encontra-se adiada. As contra-reformas em curso seguem o leito de continuidade e aprofundamento do pacto neoliberal de manter o superávit primário, transferindo 4,25% do PIB, sob a forma de juros para pagar os títulos da dívida pública, cujo montante foi calculado em 60 bilhões de reais para o ano de

2004.

As consequências da subordinação da política macroeconômica fiscal e de juros à imposição do FMI e dos organismos multilaterais recaem sobre as massas trabalhadoras pelo índice de 20% de desemprego nos grandes centros urbanos, atingindo 40% dos jovens de até 24 anos. Essa política econômica ortodoxa se opõe às prioridades sociais e trabalhistas de distribuição de renda e de riqueza, de retomada do setor produtivo, da implantação de uma política agrícola e de reforma agrária e urbana, postuladas no programa de campanha eleitoral. Lula justifica adoção dessa política de proteção aos credores por ter recebido um orçamento comprometido para o ano de 2003, utilizando-se da expressão “herança maldita” do governo de FHC.

Ao se analisar a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias-, confirma-se a continuidade de restrição do orçamento para as áreas sociais, substituindo-se por programas compensatórios, “enfeitada com uma política tipo Fome Zero” (Oliveira, 2003:40), como parte do pacto financeiro e social desenvolvido sob orientação marcadamente assistencialista. Torna-se evidente o apelo moral à solidariedade indiferenciada, a qual se contrapõe à solidariedade de classe como valor estabelecido historicamente pelas classes trabalhadoras.

Por outro lado, o governo mantém a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que limita a aplicação do orçamento público nos estados e municípios, para cumprir os acordos do pagamento dos juros dos serviços da dívida externa de proteção aos credores internacionais. É lamentável e inadmissível um país da dimensão continental do Brasil ter somente 9% dos jovens de 18 a 23 anos nas universidades,

enquanto a Argentina apresenta um índice de 40%.

O orçamento para o ensino superior definido pelo governo de Lula da Silva representa a pequena quantia de 4,3% do PIB, semelhante à irrisória quantia estabelecida pelo governo FHC. Ressalto que esse índice não corresponde sequer aos 7% anunciados no programa eleitoral, o qual previa ainda a derrubada dos vetos de FHC ao Plano Nacional da Educação configurado na Lei 10172, que estabelece a destinação de um montante de 10% do PIB para a educação nos próximos anos.

A fração do PIB voltada para a educação no governo Lula também está em desacordo à proposta de destinação imediata de 10% do PIB para a educação por deliberação do II CONED – Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1997. O comprometimento de 10% do PIB, porém, é para o pagamento dos serviços da dívida, em uma redução de 13,4% do orçamento federal de 2003 previsto para a educação.

A principal medida a ser considerada em relação às IES – Instituições de Ensino Superior Público e Privado refere-se à compra pelo Governo de 20% a 25% das vagas ociosas das universidades privadas, por meio do “Programa Universidade Para Todos” – PROUNI, para alunos vindos das escolas públicas, incluindo negros e índios, “sob a máscara de auxílio aos alunos pobres das escolas públicas” (Oliveira, 2004:33).

Estabelece o pagamento de mensalidades dos alunos em escolas privadas, quando esse recurso deveria ser destinado ao ensino público estatal, ampliando-o em relação ao acesso e à permanência dos estudantes despossuídos e

pauperizados desse país, os filhos das classes trabalhadoras. O Banco Mundial reafirma as reformas neoliberais para educação:

A competitividade e o crescimento econômico do país dependem de investimentos em educação, em capital humano (...) Ressalva, porém de que face à necessidade de manter o ajuste fiscal, o país não deve aumentar os gastos no setor, “mas distribuir melhor os recursos existentes” (...) em que “o modelo predominante de ensino público superior nos países em desenvolvimento beneficia, principalmente, as famílias de maiores recursos” (...) Os filhos dessas famílias estão fortemente subvencionados pelo restante da sociedade para freqüentar as universidades públicas. (Oliveira, 2004:31-32)

Esse argumento tem sido fortemente utilizado pelos governantes para continuidade e fortalecimento do ensino privado o que levou que uma parcela de estudantes, filhos das camadas mais oprimidas, assumisse como verdadeira a justificativa do Banco Mundial e dos governos contra o chamado “modelo de universidade pública”. (Oliveira, 2004:32)

Os dados relativos ao ensino superior demonstram o contrário, posto que 34,4% dos 940 mil alunos do ensino superior público são oriundos dos 10% mais ricos da população e 40% desses alunos já trabalham as. Enquanto isso, 50% dos 2,5 milhões de alunos das universidades privadas estão entre os 10% mais ricos e 32,7% trabalham. A maioria dos alunos do ensino superior gratuito vem de famílias com renda per capita em torno de R\$ 800,00; trata-se de filhos de classe média e de estudantes que trabalham em um período e estudam no outro.

Essa forte propagação ideológica encontra-se no documento governamental

“Gasto Social do Governo Central 2003” divulgado pelo Ministério da Fazenda e afirma que “os recursos do governo para o ensino superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população” (Oliveira, 2004). O governo propõe ainda que as universidades públicas recorram a recursos “extragovernamentais”, portanto privados.

São repassados 400 milhões de reais para as entidades filantrópicas na esfera privada, cujo investimento o governo declarou não ter como fiscalizar. A partir daí o governo lança a proposta de favorecimento do ensino privado e mercantil em detrimento do ensino público. A grande maioria das escolas privadas se concentra apenas em atividade do ensino, desobrigando-se da pesquisa e da extensão. Cerca de 85% das unidades de ensino superior se concentram na esfera privada; dentre essas, 82% são filantrópicas privadas mercantis, e 13% são as chamadas comunitárias em que uma parcela expressiva aderiu ao ensino em uma perspectiva mercantil.

Cabe, portanto, às universidades privadas comunitárias que historicamente cumpriram sua função social resistir ao neoliberalismo, reabrindo o debate em defesa da luta pela estatização (como, por exemplo, a PUC-SP), colocando seu acúmulo teórico-intelectual a serviço do ensino público, gratuito, universal e presencial.

O ordenamento neoliberal prevê, portanto, os projetos de “parcerias público-privadas”, de focalização em programas compensatórios à população mais pobre como se a essa não pudesse estar voltado o ensino público no acesso e na permanência. Os programas compensatórios desenvolvem ainda uma política de

cotas, para os negros e para os índios; o que não altera o caráter restritivo de acesso e permanência das grandes massas trabalhadoras à escola pública, concebida aqui como escola estatal.

As desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais se ampliam ascendentemente na sociedade de classes, na qual a política compensatória e reformista de cotas ofusca, cria ilusões e desvia a luta das massas trabalhadoras da luta por uma política pública universal educacional de direitos e que possa enfrentar a discriminação racial e a opressão social existentes. Torna-se oportuno dizer: se o governo não enfrentar o problema de emprego para a juventude, não enfrentará a questão da permanência dos alunos no ensino.

A autonomia universitária se encontra atrelada ao financiamento que permite estabelecer contratos de gestão no “Pacto de Educação para o Desenvolvimento Inclusivo” com a expansão da educação à distância como estratégia para superar a educação presencial, o que envolve uma formação meramente numérica, massificada em detrimento da qualidade. A docência é descaracterizada como cerne do ensino universitário, e o ensino virtual se sobrepõe à formação, em resposta à lógica do mercado segundo as orientações internacionais. Além disso, dá-se continuidade à precarização do ensino e do trabalho, pelo aumento de carga didática dos professores e do número de estudantes por sala de aula.

O gerenciamento privado sustenta-se sob o argumento de que esse é mais eficiente do que o da gestão pública, o que justifica a continuidade da existência de fundações gerenciando as instituições públicas, consolidando as

diretrizes estabelecidas pelo governo de FHC.

A reforma do ensino do governo Lula anuncia

a criação de conselhos nas universidades de controle externo formados por representantes da decantada sociedade civil, que, na verdade, se resumem aos empresários da educação, ao governo e à burocracia sindical. (Oliveira, 2004: 80)

Autonomia universitária pressupõe a necessidade de avançar na gestão por aqueles que nela trabalham e estudam: professores, funcionários e estudantes. A avaliação educacional deve se constituir em uma cultura permanente nas universidades, como um processo formativo pedagógico a ser definido no interior das universidades e deve envolver professores, funcionários e estudantes, a partir das reais necessidades e compromissos sociais, e não as impostas pelo capital, que exige redução de recursos orçamentários para a educação pública e favorecimento do ensino privado.

#### **4.2 – A contra-reforma sindical proposta pelo governo Lula**

A reforma sindical que também se expressa em uma contra-reforma, aprovada em 2005 no Fórum Nacional do Trabalho composto por representantes dos Sindicatos, dos patrões e do Governo, foi apoiada pelas cúpulas das centrais sindicais como as da Força Sindical e da CUT. A posição majoritária da direção Nacional da CUT se contrapõe às posições historicamente deliberadas pela CUT em seus fóruns, desde a sua criação em 1983, e reafirmada no II CONCUT, em

1986, cujos pontos centrais de pauta eram o debate e a deliberação sobre a Nova Estrutura Sindical Proposta Pela CUT no patamar de autonomia e independência de classe.

Um dos aspectos da proposta histórica da CUT é o fim do imposto sindical, cabendo aos trabalhadores decidir em seus fóruns soberanos e democráticos sobre a questão financeira, entendendo a auto-sustentação financeira um fator central na luta pela autonomia sindical. No Fórum Nacional, existe um acordo para se acabar com o imposto sindical; cria-se, porém, uma *Taxa Negocial* que pode alcançar em até 13% do salário mensal do trabalhador. A condição para que o Sindicato cobre dos trabalhadores de base, a *contribuição negocial*, encontra-se vinculada à ação sindical; para tanto, basta que o Sindicato participe de uma única negociação coletiva.

Outro aspecto do Projeto da Reforma Sindical se refere à necessidade de regulamentar o direito de greve, definido pela Constituição de 1988. O direito de greve será resguardado. No entanto, se a greve demorar e também não houver acordo entre as partes, poderão ser contratados trabalhadores em substituição aos grevistas, legalizando o chamado *fura-greve*.

Em relação à estrutura sindical, embora haja reconhecimento das centrais sindicais, para que os sindicatos de base sejam reconhecidos é preciso que 22% dos trabalhadores sejam a eles filiados, e necessariamente o sindicato deve estar filiado a uma central sindical. Diminui-se a democracia sindical de base, restringindo-se a organização por local de trabalho pela exigência de 200 trabalhadores nas empresas para se eleger um representante da base (o

número atualmente é de 50 trabalhadores).

A Negociação Coletiva pelas centrais sindicais permite passar por cima das reivindicações das assembleias de base, prevalecendo “o negociado sobre o legislado” desde o projeto Dornelles da era de FHC, que atende os objetivos patronais, e à época a CUT combateu essa proposta e no momento acata esse acordo. Cria-se ainda a chamada “representatividade derivada” que permite que as cúpulas das Centrais Sindicais, Federações, Confederações crie, de cima para baixo, “sindicatos orgânicos”, o que ataca brutalmente os sindicatos de base em sua soberania, de decidir pela filiação, princípio constitutivo da CUT desde a sua fundação, agora negado pela posição majoritária e que sequer passou pelo Congresso da Central para haver modificação de sua proposta histórica. Em relação à organização dos trabalhadores em serviço público, há um artigo que exclui o dirigente sindical do serviço publico de proteção contra a dispensa e transferência unilateral.

Esse conjunto de determinações sociohistóricas, ideopolíticas e culturais apresenta novas contradições e desafios a serem enfrentados pela *classe-que-vive-do-seu-trabalho*, no âmbito da defesa dos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados e da retomada classista das lutas sociais que foram sucumbidas, majoritariamente, na década de 90, e da autonomia e independência de suas entidades organizativas.

No interior desta retomada das lutas sociais autônomas e independentes da classe trabalhadora cabe à categoria profissional a tarefa teórica e política de decifrar as polêmicas do campo profissional ***no processo de ruptura com o***

***conservadorismo.*** Novos aspectos da velha questão social (contradição capital e trabalho) se apresentam como desafios no sentido de dar continuidade a este processo de ruptura no horizonte da direção social que reafirmamos nos últimos trinta anos, na perspectiva histórica da emancipação humana.

## **CAPÍTULO V**

**OS ANOS 90 E A METADE DA PRIMEIRA DÉCADA**

**DOS ANOS 2000: POLÊMICAS E DESAFIOS**

***PARA A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA***

***NO PROCESSO DE RUPTURA PROFISSIONAL***

***COM O CONSERVADORISMO***

## **1 – O Projeto Ético-Político-Profissional na ambiência dos anos 90 e dos cinco primeiros anos de 2000**

Os anos 90 podem ser definidos pela densidade teórico-filosófica e acadêmica da profissão no país com expressões e determinações substantivas na conformação do que passa a ser denominado nesta década por *Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro*.

A maturidade e os arcabouços teóricos consolidados nesse período são a materialidade dos avanços obtidos nos anos de ebulação e vigor político vivenciados pelas classes trabalhadoras em seus processos de mobilizações, organizações sociais e conquistas dos anos 80, em que a categoria dos assistentes sociais se insere organicamente.

O ponto de partida, para compreender a conjuntura da década de 90, supõe necessariamente a macroanálise sociohistórica, econômico-política e ideocultural de décadas anteriores em esfera internacional que estabelece os elementos determinantes que incidem na conjuntura nacional.

As determinações sociohistóricas incidem sobre a profissão e sobre o profissional de Serviço Social no país, em sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho e, em sua condição de assalariamento.

do grande capital na internacionalização da economia (Chesnais, 1995).

*Não se pode imaginar um sistema de controle mais devorador (que atrai tudo para si) e,*

Detecta-se

*nesse sentido totalitário, que o sistema capitalista globalmente dominante. Porque este, simultaneamente sujeita, a saúde não menos que o comércio, a educação, não menos que a agricultura, a arte, não menos que a indústria manufatureira, aos mesmos imperativos, cruelmente superimpondo a tudo seu próprio critério de viabilidade, desde as menores unidades de seu microcosmo aos mais gigantescos empreendimentos internacionais, e das relações pessoais mais íntimas aos mais complexos processos de tomadas de decisões dos monopólios de decisões sempre favorecendo o forte contra o fraco (...) Enquanto um modo específico de controle social orgânico e metabólico, o capitalismo estabelece uma “estrutura de comando única hierárquica do capital”. (Mészáros, 1995:41)*

O rebatimento da conjuntura regressiva dos anos 90 na profissão do ponto de vista de suas *definições estratégicas* pautadas no âmbito dos direitos sociais na esfera do Estado *prioritariamente* pela participação institucional pela democracia representativa, merece atenção analítica nesta tese.

As ações organizativas da categoria direcionam-se fundamentalmente, para o campo dos conselhos gestores e conselhos de direitos, que pode vir a reforçar uma *concepção politicista* que contradiz com a definição teórica assumida pelo projeto ético-político da profissão da totalidade da vida social nas relações sociais de produção, se esta ação prescindir das lutas de massas, autônomas e independentes.

Torna-se necessária a reflexão do significado da Assistência Social, política pública de direito, conquistada no marco regulador da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, no tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social em que a categoria profissional, por intermédio de suas organizações tem um papel central de protagonismo em sua elaboração e regulamentação, rompendo, portanto, com a herança histórica do assistencialismo.

Por outro lado, cabe salientar que, de fato, pouco se avançou no âmbito da implementação dessa política pública de direitos na esfera estatal. As políticas sociais públicas da Assistência Social se configuraram substantivamente em *programas compensadores implementados pela programática neoliberal*. Acentuam-se a desarticulação permanente entre as três políticas na esfera da Seguridade Social e a ausência de uma política de emprego, agravada pela desresponsabilização do Estado, diante das políticas públicas e aos direitos sociais, que passam a ser destruídos na lógica do receituário neoliberal do FMI e do Banco Mundial.

Por último, esta tese busca problematizar os desafios advindos de uma relação histórica das direções e vanguardas organizativas da categoria com a trajetória petista, em que o governo adere o neoliberalismo:

Caminhos e descaminhos que isenta e objetivamente, há que identificar como entrecruzados com a trajetória petista (...). Mais mediatizada, esta relação entre os avanços profissionais e o percurso do PT manteve-se na década de 90 – precisamente a década em que a base documental fundante do projeto ético-político aparece formulada por inteiro (refiro-me ao conjunto constituído pelo Código de Ética, pela Lei de Regulamentação do exercício profissional e pelas Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica, e se manteve igualmente, uma forte identificação entre lideranças profissionais, acadêmicas inclusive, e militância partidária... Este enlace, tão profundo, agora experimenta a sua hora da verdade: qual a atitude das vanguardas que lutaram por quase duas décadas e que conquistaram a hegemonia no campo profissional com o projeto ético-político, vanguardas cujos membros (profissionais “de campo”, docentes pesquisadores, estudantes) foram ou são militantes petistas – qual a sua atitude quando o PT implementa uma prática governamental que colide essencial e francamente com a programática política (agora claramente demarcada da prática partidária) proposta no projeto profissional. (Netto, 2004 :33/34)

Apresento a seguinte indagação: Os descaminhos políticos do PT encontram-se diretamente vinculados à análise do projeto profissional hegemônico que esteve centralmente vinculado ao lastro das políticas defendidas e definidas pelo PT, embora o projeto profissional deva estar desvinculado organicamente de qualquer projeto partidário?

Não há como negar que, dadas as devidas mutações e tensões no campo de esquerda, a posição hegemônica e majoritária na década de 90 no interior da categoria organizada dos assistentes sociais permaneceu vinculada a um PT já bastante distante de sua origem e da perspectiva socialista, apesar de em seu interior permanecerem críticas e resistência ao politicismo dominante.

Apesar de uma posição estratégica da categoria profissional em uma “ação de reformas dentro da ordem”<sup>49</sup>, que poderia ser desenvolvida caso não se abra mão da luta extra-institucional, há que se ressaltar que as deliberações da categoria profissional em seus fóruns organizativos desde 1989, quando se inicia a implantação de programas neoliberais, direcionaram-se para “a defesa

---

<sup>49</sup> A esse respeito o conjunto CFESS/CRESS define sua opção estratégica para a década de 90 em relação à atuação prioritária em conselhos de direitos e políticas públicas na esfera institucional. “Nós, militantes dos conselhos de fiscalização, compreendemos que a participação nos fóruns de discussão, formulação e controle social das políticas públicas constitui hoje uma estratégia fundamental. Trata-se de uma perspectiva de investimento e reforço nos espaços propositivos e reivindicatórios delineados na pauta de defesa da cidadania, em meio à luta democrática do país” (CFESS, 2000:178).

dos direitos sociais, na luta pela sua ampliação e contra o neoliberalismo”.<sup>50</sup>

Portanto, diante das novas configurações das crises, que estratégias podem ser pensadas para avançar o nosso projeto profissional?

## 2 – Os anos 80 e o projeto democrático-popular do PT

A construção do Estado democrático passa por concepções bastante diferenciadas no espectro teórico, político-ideológico e partidário.

Angulações analíticas desse processo se voltam para a relação com as lutas sociais no patamar de autonomia e independência de classe, tal qual conceberam os movimentos sociais hegemônicos da década de 80, em que

---

<sup>50</sup>Os CBAS – Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais organizados a cada três anos pelas entidades nacionais da categoria e estudantil, fórum máximo de deliberação, reúne em torno de 3.500 participantes de todo o país entre profissionais (90%) e estudantes (10%). A partir de 1989 sua programática centra-se na luta de resistência contra o neoliberalismo e na defesa dos direitos sociais, na **direção sociopolítica do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro como processo de ruptura com o conservadorismo** a saber: VI CBAS realizado de 10 a 14 de abril de 1989 em Natal, teve como temário Serviço Social: a resposta da categoria aos desafios conjunturais; VII CBAS realizado de 25 a 28 de maio de 1992 em São Paulo com o tema – Serviço Social e os desafios da modernidade: os projetos sociopolíticos em confronto na sociedade brasileira; VIII CBAS realizado de 2 a 6 de julho de 1995 em Salvador teve como temário O Serviço Social diante do Projeto Neoliberal: em defesa das políticas públicas e da democracia; IX CBAS realizado de 20 a 24 de julho em Goiânia teve como temário O Serviço Social rumo ao Século XXI: trabalho e projeto ético-político profissional; X CBAS realizado entre os dias 8 e 12 de outubro de 2001 no Rio de Janeiro teve como temário Trabalho, Direitos e Democracia: assistentes sociais contra a desigualdade; XI CBAS realizado em Fortaleza (CE) de 17 a 22 de outubro de 2004 sob o tema: O Serviço Social e a Esfera Pública no Brasil: O desafio de construir, afirmar e consolidar direitos.

nossa organização político-sindical, da formação e do exercício profissionais e estudantil se consolida fornecendo os elementos constitutivos e substantivos da ***direção sociopolítica*** do *Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro no processo de ruptura profissional com o conservadorismo*.

A ambiência de construção democrática na esfera do Estado e das lutas por direitos sociais e políticas públicas deita raízes nas lutas pela redemocratização, após o país ter vivido 30 anos de ditadura militar. Nesse sentido, a Constituição de 1988, embora aquém das reais necessidades e interesses das massas trabalhadoras, possibilitou algumas conquistas do ponto de vista dos direitos sociais na esfera jurídico-institucional na democratização do Estado.

Mecanismos institucionais de participação foram instituídos: referendo, projetos de lei de iniciativa popular, audiências públicas, conselhos gestores de políticas públicas e de direitos no âmbito da democracia participativa.

Os canais institucionais de participação popular se encontram no interior do debate político-institucional de organização do poder estatal, como resultado de um amplo processo de mobilização nas lutas pela democratização das instituições públicas, consubstanciados na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica dos Municípios.

Os principais objetivos vinculados aos institutos jurídico-institucionais, dos canais de participação dos cidadãos se referem à democratização do Estado por meio de: maior controle social sobre os governantes e administração pública; fiscalização e controle popular sobre as obras e serviços públicos; nova relação

entre Estado e sociedade ao estabelecer abertura da função pública à interferência do cidadão em que o público é apreendido pelo interesse coletivo. Nessa direção, a LOM – Lei Orgânica dos Municípios prevê projetos articulados de descentralização política e administrativa; de regionalização do poder; de participação popular na esfera da gestão da coisa pública.

A partir de 1988, os governos democrático-populares, sob grande hegemonia do PT como partido de massas, assumem governos municipais em todo território nacional.

Os governos eleitos em grandes centros urbanos, como São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Diadema e Santo André no ABC paulista, no coração da classe operária e berço do novo sindicalismo na década de 80; tem como uma de suas diretrizes centrais a participação popular na gestão pública, advinda daí a experiência do orçamento *participativo*, uma marca do chamado “modo petista de governar”.<sup>51</sup>

As bases desse projeto institucional se assentam na via eleitoral de democratização do Estado, que, em última análise, poderia estabelecer uma correlação de forças favoráveis aos trabalhadores, porém sob hegemonia das classes dominantes em um governo reformista-social.

A ótica da política institucional de construir canais democráticos de

---

<sup>51</sup> Essa expressão foi cunhada para identificar as principais características do PT nos governos executivos nas esferas municipal e estadual tendo no orçamento participativo um de seus elementos constitutivos centrais (a esse respeito consultar deliberações dos congressos do PT – Diretório Nacional, São Paulo, década de 90).

participação popular no âmbito institucional teve como pressupostos:

- a- trilhar o caminho da Reforma do Estado pela descentralização e da construção do poder local;
- b- inversão de prioridades orçamentárias priorizando recursos nas áreas sociais e à população historicamente segregada e pauperizada das cidades;
- c- ampliação do acesso a recursos e serviços sociais, incorporação da população organizada ou não, nos mecanismos institucionais;
- d- ênfase na defesa e no reconhecimento do direito à cidade e às políticas públicas.
- e- caminhar para superação da fragmentação existente no aparelho estatal no tocante às políticas específicas setoriais e regionais;
- f- “reconhecimento das lutas e reivindicações históricas dos setores populares por políticas sociais públicas e de serviços e controle da gestão pública na esfera da reprodução social como: saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico, assistência social”. (Abramides et alii, 1992:34)

A ação do Estado pela democracia participativa define-se pela democracia direta que tem por concepção e diretrizes:

Processo permanente de educação para a cidadania; o povo torna-se co-responsável no destino da coisa pública; direito de o povo decidir sobre questões e problemas; fortalecimento do regime democrático pelo processo constante de controle e cobrança dos atos emanados dos órgãos públicos (governo e parlamento);

instrumento para aferição da vontade popular; servindo para a expressão tanto de seus desagrados como de suas aspirações. (Benevides, 1991:47)

É importante lembrar que, na maioria dos municípios, a vitória eleitoral de 88 se deveu a uma conjugação de fatores que não guardavam a correspondência direta com uma organização popular existente na sociedade. A eleição de prefeitos petistas foi muito mais um insatisfação da cidadania com as elites da “Nova República” do que uma manifestação de identidade ético-política das classes populares com o projeto social e político do PT. (O modo Petista de Governar, 1992:211)

O acontecimento que agrava a conjuntura nesse período é dado pela invasão por tropas do exército das instalações da siderúrgica de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Culmina com a morte de trabalhadores grevistas, fato que acirra o descrédito no “desmoralizado” governo Sarney, fazendo com que o PT cresça eleitoralmente, conquistando várias prefeituras municipais neste período.

A via institucional deve ser concebida como um espaço de lutas (guerra de posição) e de apoio ao projeto estratégico da luta social rumo ao socialismo (guerra de movimento). Porém, o processo de luta de classes no plano extra-institucional é elemento-chave do projeto de transformação social de ruptura e superação da ordem burguesa.

O PT reafirma que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo a partir de uma maioria eleitoral são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender as necessidades do povo na perspectiva do socialismo. (PT, 1993:7)

A estratégia adotada é a democratização do Estado para extrair os meios para as mudanças socialistas. Contudo, apesar de no programa do PT ainda constar a consigna do socialismo, suas ações e posições na década de 90 reafirmam seu giro e definição social-democrática que tem na democracia o seu valor universal.

A questão eleitoral passa a ser estratégica, voltada para uma concepção *etapista, institucional e administrativista*, o que cria ilusões nas massas trabalhadoras quanto a esse caminho, trazendo obstáculos para a luta de classes e, no limite, vinculando a luta social ao campo da institucionalidade.

Desde a sua origem, o PT nunca se constituiu em um partido marxista, um partido de perspectiva revolucionária; porém, o fato de o PT ter nascido das lutas sociais fez com que setores marxistas, setores que não abandonaram a perspectiva revolucionária, atuassem e interferissem em seu interior, na luta pela construção do socialismo, o que o caracterizou um partido de esquerda.

A hegemonia e a posição majoritária, sempre em linha de frente no partido, se expressam pela tendência da social-democracia, na origem do PT, pela da força política do grupo dos “113”.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> O grupo denominado “113” é composto por trabalhadores (operários) do ABC paulista, intelectuais que se articularam como tendência interna no PT e expressava uma concepção genérica sobre o socialismo e identificada como a “ala moderada” do partido e que vai tornando-se hegemônica. Transforma-se, posteriormente, na tendência “Unidade na Luta”, a força política hegemônica e majoritária no interior do PT e seu braço sindical, a “Articulação Sindical” na CUT, em direção a uma política reformista, que apresenta seu esgotamento no Governo Lula a partir

A implantação do projeto neoliberal conservador no plano federal de maneira mais ofensiva no governo Collor de Mello agrava e amplia a situação de miséria no país, em relação ao já gravíssimo quadro do período da *autocracia burguesa* consubstanciada na *ditadura militar*, e de sua continuidade, no projeto da *transição democrática* das classes dominantes conservadoras do período de 1984 a 1989.

A conjuntura do país da era Collor de Mello, de 1989 a 1992, é marcada por uma política recessiva somada a uma corrupção desenfreada que culmina no processo do *impeachment* do presidente, em 1992.

Mal a Constituição é aprovada, o neoliberalismo começa a se implantar no país em uma direção oposta ao fortalecimento e ampliação do Estado.

A trajetória político-institucional de contradição aberta no Estado sob hegemonia das classes dominantes possibilita auferir que a Constituição de 1988 em muitos aspectos é “letra morta”, pois muitas de suas medidas sequer são implementadas, mediante seu oposto, que deslancha pelo neoliberalismo. Governo Collor de Mello abre as portas para a liberalização comercial, a partir da qual o capital estrangeiro amplia sua margem de lucros e de dominação sobre o país.

O governo de Itamar Franco, vice-presidente que assume a presidência em 1992 após a saída de Collor de Mello, apresenta um prolongamento do governo anterior em relação às políticas neoliberais, marcado ainda por uma

---

de 2002, pela total integração às políticas neoliberais.

estrondosa corrupção na Comissão do Orçamento do Congresso Nacional, cuja apuração se expandirá para o executivo, assim como para as empresas envolvidas na corrupção com dinheiro público.

Em âmbito nacional, a experiência adquirida pelo PT em várias prefeituras municipais, a partir de 1989, direciona-se no sentido de acumular forças no plano institucional para as eleições presidenciais, de 1994, contra o neoliberalismo e em defesa de políticas públicas sociais. “É necessário politizar os conflitos com o governo federal e com o capital privado. A posição política do PT é de oposição aberta ao governo Collor” (Construindo um modo petista de governar, 1989: 9).

O PT nesse período se coloca contra o neoliberalismo e indica que este impõe o maior arrocho salarial da história do país, aumentando drasticamente o desemprego e a precariedade do trabalho, e registra, em 1993, o dado “de cem milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 60 milhões em condições de miséria e nada menos do que 32 milhões em total indigência” (8º Encontro Nacional do PT, 1993:7).

As eleições presidenciais realizadas no Brasil, em 1989 e em 1994, expressam respectivamente, em curto espaço de tempo, a polarização de dois projetos societários distintos para o conjunto da nação.

De um lado, Collor de Mello, em 1989, e FHC, em 1994, como representantes das classes dominantes, apresentam programas de governo voltados para a viabilização do projeto neoliberal de ajuste estrutural do capital; de outro, Luís Inácio Lula da Silva, como representante das classes

trabalhadoras, das grandes massas do campo e da cidade, na defesa de *um projeto “democrático e popular”* como possibilidade histórica para o aprofundamento da democracia, da soberania nacional e da luta pelo socialismo.

Apesar da grande polarização ocorrida nas eleições presidenciais de 1989, quando praticamente o país se divide ao meio, e do crescimento da candidatura Lula de 14% dos votos válidos em 1989, para, 27% em 1994, a realidade configurada é a de derrota do projeto *“democrático-popular”* em 1989.

A derrota não pode ser avaliada de forma isolada; ao contrário, deve se inserir no interior das derrotas da esquerda e dos setores progressistas registradas na América Latina como no México, na Colômbia, no Chile, em El Salvador, no Uruguai, posto que sofrem diretamente os reflexos da ofensiva neoliberal em escala mundial.

Em realidades latino-americanas, partidos intitulados social-democratas têm sido porta-vozes e realizadores do ideário neoliberal. O exemplo do governo de FHC em seus dois mandatos, 1994 a 1998 e 1999 a 2002, demonstra o comprometimento ao grande capital pela materialização dessa política.

### **3 – A esfera da institucionalidade nos anos 90 e a política de conciliação de classes do PT**

No âmbito partidário, emblemática e simbolicamente, a vitória do governo Lula, em 2002, representa para 53 milhões de pessoas que nele votam a possibilidade de melhoria das condições de vida e de trabalho. Para as massas trabalhadoras, não está posta a construção do socialismo por meio de processo

eleitoral; contudo, não se esperava que o governo Lula do PT se curvasse à ortodoxia do receituário neoliberal imposto pelo capital financeiro hegemônico.

Em sua origem e desenvolvimento histórico, nos anos 80, o PT apresenta às grandes massas trabalhadoras uma alternativa de esperança quanto à melhoria de suas condições de vida e de trabalho. Essa perspectiva se assenta em direção à política de emprego, às políticas sociais de saúde e de educação como políticas públicas estatais e de reforma agrária, passíveis de serem implantadas no âmbito do capitalismo e que se assemelharia às sociedades de capitalismo avançado do Estado de Bem-Estar Social, com implementação de políticas sociais redistributivas.

As possibilidades de regulação democrática estão fortemente comprometidas, não somente nos países pobres e dependentes de capitalismo tardio, mas também, embora de forma diferenciada, nos países avançados, decorrentes da crise estrutural do capital.

Esse conjunto sistêmico do capital internacionalmente forte e integrado não pode, todavia, estabelecer inexorabilidade histórica de que as coisas estão determinadas pela irreversibilidade deste sistema orgânico-metabólico destrutivo do capitalismo triunfante.

Embora internacionalmente a crise estrutural do capital contenha a crise e esgotamento do keynesianismo, um partido de massas democrático e popular, assentado em reivindicações sociais e de distribuição de renda e de geração de emprego teria condição e legitimidade para se apoiar política e programaticamente nas massas trabalhadoras, implementar políticas sociais e

políticas de emprego.

O governo Lula poderia alinhar-se a outros governos latino-americanos em direção aos interesses das massas trabalhadoras, articulando-se para o enfrentamento do grande capital e para o atendimento às necessidades sociais fundamentais com distribuição de renda e de riqueza, reforma agrária e soberania nacional.

Porém, o governo Lula do PT se opõe a sua trajetória histórica tornando-se um partido da ordem do capital, ao prosseguir no ideário e na programática do neoliberalismo estipulado pelos organismos multilaterais. Isso corrobora ao processo regressivo no âmbito nacional com desdobramentos para a América Latina, posto que um governo de bases populares interessa a todo o continente do ponto de vista da classe trabalhadora.

Na década de 90, pela sua posição majoritária, o PT se constitui em um partido que prioritariamente se preocupa: com a institucionalidade e a governabilidade, abdicando da luta pelo socialismo e consolidando-se em partido social-democrático reformista, no âmbito da gestão democrática formal burguesa, abandonando a formação política de seus militantes e efetivamente não construindo uma perspectiva teórica ao longo de sua trajetória histórica.

Outro aspecto a ser registrado – a assunção do poder executivo pelos chamados governos democrático-populares administrados fundamentalmente pelo PT – é o de que parcela significativa de trabalhadores, militantes dos movimentos sociais, assume cargos no executivo, esvaziando-se as lutas e muitas vezes confundindo a própria organização de massas.

Os anos 90 foram pautados por uma ação político-partidária centrada na democracia representativa, com incentivo à democracia participativa, por meio de criação de canais institucionais de participação popular – Conselhos de direitos, orçamento participativo, característicos do “*modo petista de governar*”, deslocando-se da ação direta de massas para a luta prioritária na institucionalidade. Nesse processo, ocorre um esvaziamento dos núcleos de base do partido, e as posições políticas de amplos setores da CUT, da CMP e, no período mais recente do governo Lula, de setores do MST aderem à política de pacto social com o governo, em que as ações sociais confundem-se na programática estatal.

A realização de pesquisas futuras é de fundamental importância para se compreender: de que maneira as entidades organizativas da categoria dos assistentes sociais participam da democracia representativa em todo o período de democratização institucional; e quais os seus rebatimentos no projeto ético-político da profissão, em suas dimensões teleológicas e ontológicas no ***processo de ruptura com o conservadorismo***.

A direção política de privilégio da ação na esfera da institucionalidade, tornando secundária a luta extra-institucional, invade as organizações populares, sindicais, profissionais, as universidades, em um politicismo assentado na tese da “democracia como valor universal” (Coutinho, 1979).

O Estado capitalista apresenta contradições em seu interior, e os trabalhadores organizados em partidos de esquerda devem travar incansavelmente a luta no terreno da institucionalidade, nas esferas do

executivo e do legislativo; porém, a luta determinante se encontra na ação direta das massas no âmbito da luta de classes, independente e autônoma. Sob a ordem do capital, não podemos deixar de assinalar os limites do Estado, posto que se encontra sob a dominação de classe.

Os partidos reformistas que tiveram sua sustentação em bases sociais, como é o caso do PT no Brasil, na vitória de Lula em 2002, seguem à risca o FMI e sua política neoliberal, a serviço do capital e do imperialismo.

A tarefa “da social-democracia periférica (PT e PSDB) tem sido de realizar a funcionalização do capital, já na sua escala global, sem ter feito antes a tarefa da redução radical da desigualdade” (Oliveira, *FSP*, A: 4-14/06/2003).

A complexidade do desenvolvimento capitalista no plano internacional deve ser analisada a partir: da internacionalização e financeirização da economia como elemento de dominação capitalista, da crise nos países pós-capitalistas, da ofensiva neoliberal, do ataque ao projeto histórico do socialismo, da crise e capitulação de setores da esquerda à social-democracia e ao neoliberalismo, da ilusão na democracia formal-representativa, como elemento exclusivo para o estabelecimento de uma nova ordem societária. Estes elementos determinantes têm se constituído em dificuldades reais para a construção do projeto socialista e da manutenção da independência das entidades dos trabalhadores diante dos governos (notadamente quando estes governos vêm apoiados pelos setores organizados dos trabalhadores).

Os movimentos sociais, sindical e populares, na virada dos anos 90, ao lutar por políticas públicas e de emprego, em suas posições majoritárias, aderem

às lutas institucionais como lutas centrais, que passam a se configurar em posição hegemônica.

As negociações sindicais por meio das câmaras setoriais no âmbito do Estado e as ações nos conselhos institucionais (saúde, moradia, assistência social, da cidade, dos transportes, do idoso, de portadores de deficiência, cultura criança e adolescente entre outros), nas esferas municipal e ou estadual e ou federal, deslocam a ação autônoma dos movimentos sociais para o âmbito da institucionalidade, sem a devida correspondência no plano das lutas sociais.

As ações de massas, quando ocorrem, constituem-se basicamente em um instrumento tático de negociação institucional. Na prática-política, há um abandono da perspectiva histórica do socialismo e uma clara adesão à política reformista, cuja ação se pauta no discurso de que é necessário que se estabeleçam ações propositivas, posto que ações radicalizadas de luta de classes eram típicas do período da ditadura militar; agora, diante da democracia, era necessário buscar sua ampliação na esfera do Estado, considerada prioritária. Ressalva ao movimento dos trabalhadores sem-terras que permanece em linha de combate por todo o período neoliberal até o final do governo de FHC e que se mantém sob a autonomia e independência de classe.

No período do governo Lula, há conflitos no interior do próprio MST, quando sua direção, com a da CUT e UNE, estabelece uma crítica ao governo Lula somente em relação à sua política econômica.

Os setores de esquerda do movimento social que lutam pela construção de uma frente única classista aglutinam-se em frentes de lutas em relação às

contra-reformas da previdência social, do ensino superior e sindical e contra a política do governo neoliberal de Lula.<sup>53</sup>

Esses setores encontram-se na CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas, no CONLUTE – Coordenação Nacional de Lutas Estudantis, na ala esquerda da CUT, nos setores que se encontram articulados na Assembléia Popular de Esquerda, entre outros.

A luta contra o neoliberalismo deve expressar-se no campo de esquerda junto com a luta antiimperialista, anticapitalista e de defesa da construção do socialismo.

A crise econômica do governo FHC e o confisco de uma parcela considerável de arrecadação dos Estados e municípios, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros, exige a existência de superávit primário na execução orçamentária, restringindo a aplicação de recursos nas áreas sociais prioritárias. Além das Contra-Reformas do Estado e da *Previdência Social* do governo FHC, que levam os governos *democráticos-populares* seguirem à risca o receituário neoliberal impresso na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em vez de se contrapor à política neoliberal, incluindo-se aí as lutas

---

<sup>53</sup> Por iniciativa da direção da ABEPSS e ENESSO no XI CBAS em Fortaleza em 2004, foi aprovado um manifesto da categoria contra as reformas neoliberais do governo Lula: do ensino superior, sindical e trabalhista e que a ABEPSS e ENESSO estiveram presentes nas marchas ocorridas em Brasília em 2003 e 2004, no Movimento Contra as Contra-Reformas, bem como nas plenárias preparatórias às mobilizações. O CFESS esteve presente na Marcha a Brasília com panfletos e faixas de apoio, em novembro de 2004.

sociais e base social de apoio, é a chamada “*governabilidade*” que dá o *tom* aos governos *democráticos-populares* em um arco de alianças com partidos de centro e de cariz liberal, descaracterizando-se de sua histórica trajetória orgânica dos anos 80. O campo majoritário do PT sustenta a chamada

(...) revolução democrática (...) que mistura o melhorismo não-revolucionário da social-democracia, com o etapismo aliancista tão tradicional no comunismo brasileiro... Não haverá revolução democrática sem revolução socialista; e não haverá revolução socialista se não houver um movimento de massas, um partido e uma estratégia orientados pelo socialismo. (AE, 2000-2004:23)

Ao viver as experiências de governos municipais, o PT prioriza sua ação política no âmbito da institucionalidade, abandona gradativamente o trabalho de base, de formação política, adota teoricamente a tese da “*democracia como valor universal*”, estabelece a programática governista em detrimento das lutas sociais, em uma perspectiva *politicista*.

O giro social-democrático e governista põe a agenda eleitoral como prioridade estratégica para a conquista de governos, e a orientação às lutas sociais é de vinculá-las às conquistas na esfera do Estado, gradativa e progressivamente, a partir dos anos 90, com maior ênfase em suas deliberações e ações programáticas.

Tal perspectiva coloca o PT numa posição de conciliação de classe. Por um lado, pretende se apoiar na inevitável mobilização social para reunir forças a favor das reformas negociadas (democráticas) e de resistência parcial à opressão nacional, por outro se estribar nas relações de propriedade para disciplinar a ação das massas no quadro partidário. (Socialismo Científico, 2003:10)

O PT se transforma no partido da ordem administrando o capital no âmbito do Estado. Em junho de 2005, gravemente comprometido pelas denúncias de corrupção, de favoritismo e compra de votos de parlamentares com o chamado “mensalão”, o governo Lula contraria sobremaneira o reconhecimento do PT pelo postulado da “ética na política” que defendera com maior ênfase na década de 90 e que resvalava um patrimônio cultural de combate à corrupção e ao patrimonialismo arraigados na cultura política brasileira.

O governo Lula do PT sofre uma capitulação política ao se submeter às grandes corporações e ao capital internacional, por intermédio do FMI e do Banco Mundial, com uma política macroeconômica determinada pela ortodoxia neoliberal de aprofundamento da era FHC: “o PT, abdicou de um governo orientado para mudar o Brasil numa direção democrático-popular” (Netto, 2004:13).

Não se semeiam ilusões de que o governo Lula do PT construísse o socialismo pela via eleitoral impressa na democracia formal burguesa. Porém, os programas de campanha do PT caminhavam centralmente na direção de políticas neokeynesianas nos marcos de programas social-democráticos, reformistas, que poderiam significar um novo patamar de ganhos para as grandes massas trabalhadoras do país, nos limites da ordem capitalista.

Cabe ressaltar, porém, que o programa do governo Lula, para as eleições de 1994, já apresentava as profundas contradições entre essas a defesa dos

*fundos de pensão e a política propagada na Carta aos Brasileiros, de composição de governo por meio de alianças políticas com setores liberais realizadas em nome da governabilidade.*<sup>54</sup>

#### **4 – A política de conciliação de classes da CUT, nos anos 90, e a CUT governista da entrada do século XXI**

O sindicalismo de combate no Brasil, da década de 80, referenciado no campo da CUT, atua defensivamente no final da década, prolongando-se de forma acentuada nos anos 90. O campo majoritário da central sindical e dos sindicatos a ela filiados privilegia as negociações desenvolvidas no âmbito do Estado, nas câmaras setoriais que prescindem das lutas de massas. Aderem ao pacto social, claramente no governo Lula, transformando-o em um sindicalismo estadista a partir de 2003, abdicando da pouca resistência que ainda demonstrava nos oito anos da “*herança maldita*” neoliberal do governo de FHC.

A CUT da década de 90, a partir de sua posição hegemônica majoritária, abandona gradativamente as lutas históricas aderindo a um sindicalismo institucionalizado, permanecendo atado à imediaticidade abandonando as lutas anticapitalistas na direção do socialismo.

Nesse momento, deitam raízes ilusões nas massas trabalhadoras de que

---

<sup>54</sup> A esse respeito, consultar programa de campanha para o governo Lula. PT (1994) e Carta aos Brasileiros, 1994.

um Estado político ampliado, pela democracia formal burguesa, atinja o socialismo por intermédio da legalidade e da institucionalidade. Essa concepção *politicista* apresenta-se na social democracia, mas não só. Influencia setores da esquerda que migram gradativamente para a social democracia, como se fosse possível humanizar o capitalismo.

Desconsideram-se as diferentes fases de desenvolvimento capitalista, que cada vez mais, e com maior intensidade, amplia a destruição pela barbárie social, em sua crise estrutural.

A partir do governo Lula a posição majoritária da CUT por intermédio de sua tendência – Articulação Sindical – vinculada à posição majoritária, do PT, junto com a Corrente Sindical Classista do PC do B, coloca-se na defesa incontestável do Governo Lula desempenhando um papel governista, adesista, estadista de correia de transmissão do governo.

No âmbito da organização da categoria, o CFESS, os CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, durante a realização da plenária ampliada do CFESS, nos dias 29 e 30 de abril de 2006, publicaram uma nota com objetivo de esclarecer o processo eleitoral ocorrido no CNAS, em 25 de abril de 2006, em que apresentam uma avaliação com a conjunção de elementos:

1. Eleição por seguimento (trabalhadores, entidades de assistência social e usuários) fortalece o corporativismo e a feudalização de votos, despolitizando o processo, não permitindo a referência na construção da política pública de assistência social como critério central e permitindo

situações artificiais como a que se configurou no segmento de trabalhadores;

2. A opção política das entidades sindicais do campo cutista de votarem na FNAS (Federação Nacional de Assistentes Sociais) e no CFC (Conselho Federal de Contabilistas) expressa uma ruptura com a histórica aliança política entre estas entidades (sobretudo CUT e CNTSS) com o CFESS, aliança esta que vinha marcando os diversos espaços de representação em que participam, como CONANDA, CNS e CNAS;
  - a- predominou uma opção política do campo cutista de eleger para titularidade apenas entidades sindicais;
  - b- o campo cutista apesar de fazer discurso público de reconhecimento da histórica aliança com CFESS e de sua contribuição na defesa das políticas sociais, optou por votar no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e não no conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o que mostra a deliberada intenção de impor um constrangimento político ao CFESS e preferir construir alianças com conselhos que não possuem história na defesa da política social de assistência;
3. A eleição da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS) como titular parece indicar uma mudança na orientação programática cutista de fortalecimento da sindicalização por ramo de atividade, na medida em que elegeu uma federação profissional de representatividade questionável, já que congrega apenas seis sindicatos em cinco estados. Os assistentes sociais brasileiros, por orientação cutista, no final da década de 80, fecharam seus sindicatos estaduais e seu sindicato nacional (ANAS) para

filarem-se aos sindicatos por ramo de atividade. A base eleitoral da FENAS na assembléia do CNAS, além da CUT, CNTSS e FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), foi composta por federações de profissões da área da saúde (Federações dos médicos, dos odontologistas e farmacêuticos. (CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, 2006)

O CFESS desde 1994 tem atuação e experiência no CNAS por ter uma representatividade no território nacional com aproximadamente 65 mil assistentes sociais inscritos nos CRESS em todo país, pelo compromisso histórico da assistência social como direito e dever estatal desde o processo constituinte; nas quatro eleições em que participou para o CNAS, o CFESS foi a entidade mais votada, na última eleição o CFESS teve apenas dois votos, sendo um seu e o outro da ABEDEV (Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais), ficando na última suplência.

Este fato é elucidativo da política desenvolvida pelo campo majoritário da CUT que, em um ano eleitoral, se articula com as entidades que politicamente dão sustentação ao governo Lula (sob a direção da Articulação Sindical – PT em aliança com a Corrente Sindical Classista – PC do B e as entidades que se alinham na concepção e prática sindical do campo majoritário). Neste sentido, reafirmo a importância de nossas entidades permanecerem autônomas e independentes, de forma combativa na construção da ***direção sociopolítico*** do projeto ético-político profissional, tal qual o construímos e consolidamos nos

marcos do *processo de ruptura*.

Sob essa concepção é que

Este processo nos coloca o desafio de repensar a necessidade de estabelecer alianças com entidades capazes de assegurar autonomia nos processos democráticos, de aprofundar o debate sobre o significado das representações nos conselhos de políticas públicas, na perspectiva de superar interesses corporativos e assegurar a defesa dos direitos coletivos nos espaços autônomos de controle popular e participação sociopolítica; bem como redefinir estratégias coletivas de aliança com entidades que se situem no mesmo campo de princípio e compromissos balizados pela radicalidade democrática na defesa dos direitos.

(Idem)

Entendo que o momento conjuntural apresenta às entidades da categoria a necessidade de repensar as estratégias de ação no âmbito da institucionalidade, mas, sobretudo, repensar estratégias de articulação no campo de autonomia e independência de classe em uma frente única classista de lutas antiimperialista, anticapitalista e, portanto, contra o neoliberalismo, na defesa dos interesses imediatos e históricos das classes trabalhadoras no horizonte socialista para a emancipação humana.

O movimento sindical a partir de 2003 começa a se reorganizar com posições diferentes no interior do campo da esquerda, a partir da capitulação da CUT por sua posição majoritária.

Um setor propõe a desfiliação dos sindicatos à CUT por entender que a mesma esgotou-se com o processo de capitulação ao governo Lula e atua na

CONLUTAS, com ações diretas e nas ruas (militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU).

Outros sindicalistas vinculados às correntes de esquerda no PT (O Trabalho, Articulação de Esquerda e sua dissidência e a APS – Ação Popular Socialista) entendem que devam continuar disputando a CUT internamente, embora algumas dessas tendências reconheçam a importância de uma frente única classista e, portanto, participam da CONLUTAS nesta concepção estratégica. Outras tendências e partidos de esquerda como a Estratégia Revolucionária e o POR – Por um Partido Operário Revolucionário – estão, portanto, fora do PT e participam do CONLUTAS, mas entendem que se deve travar a luta no interior da CUT para derrotar o setor majoritário burocratizado e governista disputando-a por congregar milhares de sindicatos de trabalhadores. Em um primeiro momento, os sindicalistas do PSOL se colocam contrariamente à desfiliação da CUT e, posteriormente, avaliam o seu esgotamento.

A CONLUTAS deve constituir-se em um instrumento importante de frente única classista, antiburocrática, que construa seu programa antiimperialista e anticapitalista no patamar de autonomia e independência de classe no âmbito das lutas sociais. A vanguarda que se aglutinou em torno da CONLUTAS tem um papel importante na luta pela independência política dos explorados, na defesa das reivindicações e mobilizações de massa. O marxismo sempre combateu as divisões burocráticas ou ultra-esquerdistas. Neste sentido, a frente única classista no CONLUTAS deve atuar como frente única interferindo no interior da CUT para disputar suas posições políticas na base sindical e operária

para romper com o estatismo, burocratismo e reformismo hegemonicamente presentes na Central. A CONLUTAS não pode virar as costas para a CUT.<sup>55</sup> posto que nela se encontram a maioria dos sindicatos e os mais estratégicos.<sup>56</sup>

Esta é uma luta árdua, difícil, posto que:

(...) A CUT chegou a um grau extremo de burocratização (...): limitou ao extremo seu congresso, descaracterizou-se a representação operária, impossibilitou-se a expressão política das posições minoritárias, impôs-se a paralisia diante dos ataques dos capitalistas e encastelou sua direção. (Massas, 2006:6)

De modo algum, porém, uma dificuldade deve impulsionar uma política divisionista no interior do movimento de massas. É tarefa da vanguarda militante imprimir uma direção classista vinculada à organização dos trabalhadores.

#### **4-1 – Perspectivas postas à *classe-que-vive-do-seu-trabalho***

---

<sup>55</sup>A respeito da questão da unidade sindical, Trotsky analisa a importância de frações comunistas e de uma política de frente única classista a partir de um programa que possa interferir junto às massas trabalhadoras de centrais sindicais que estão sob direção de reformistas e burocratas. “Não obstante todo revolucionário que não tenha perdido contato com a realidade deve reconhecer que a criação de frações comunistas nos sindicatos reformistas é uma tarefa de grande importância (...) isso só será possível mostrando que os comunistas não querem dividir os sindicatos, mas que, ao contrário estão dispostos a todo momento a restabelecer a unidade sindical” (Trotsky, 1978:68).

<sup>56</sup>A CUT tem 3.489 entidades sindicais filiadas, sendo 7.690.598 sócios das entidades sindicais e 22.533.798 de trabalhadores representados. Fonte: [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br), acesso em 10 de abril de 2006.

Os desafios para a *classe-que-vive-do-seu-trabalho* devem ser balizados no âmbito da contradição capital-trabalho no capitalismo em sua crise estrutural, na quadra histórica que compreende o período de 1973 a atualidade, nos marcos da reestruturação produtiva e do avanço do neoliberalismo.

O modo capitalista de produção se configura em uma sociedade produtora de mercadorias (Kurz); utiliza-se de diferentes estratégias para a retomada das taxas de acumulação e lucro e atinge a forma de ser da classe trabalhadora.

Cabe nesse momento relembrar que, para Marx,

A economia de tempo de trabalho é idêntica ao crescimento do tempo livre, isto quer dizer, do tempo para o desenvolvimento pleno e completo do indivíduo, que rebate por sua vez sobre a produtividade do trabalho, pois ele (o indivíduo) se constitui na maior força produtiva... O tempo livre, que é ao mesmo tempo lazer e para atividades mais elevadas (mais nobres), transforma seu proprietário em um sujeito diferente, e este recomeça o processo imediato de produção como este outro sujeito (novo). (Marx, 1953: 599)

No plano de luta sindical imediata, o movimento dos trabalhadores deve repor a luta pela redução da jornada de trabalho (escala móvel de horas de trabalho), sem redução de salários; “um desemprego de 12% pode ser suprimido pela redução semanal da jornada de cada trabalhador de 12%” (Mandel, 1986: 8).

A meta estratégica, em curto prazo, deve ser adotada internacionalmente

pelo movimento operário, além de que esta reivindicação recoloca a pertinência da solidariedade de classes e estabelece a possibilidade de uma melhoria física, moral e intelectual para a classe trabalhadora.

O tempo é o campo do crescimento humano, um homem que não dispõe de qualquer lazer, cuja vida inteira, a não ser por simples interrupções para comer, dormir, etc... fica açoitado pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina de produzir riquezas para outros, esmagado fisicamente e brutalizado intelectualmente. (Marx, 1974:71)

O sistema capitalista repõe simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade.

Portanto, o processo de lutas operárias no esforço em elevar os salários é “apenas esforços para manter o valor dado do trabalho... e a necessidade de debater o seu preço com o capitalista é a necessidade de se vender – eles próprios como mercadoria” (Marx, 2004:122). No capitalismo, por mais que a classe trabalhadora lute pelo aumento de salários, o capitalista recompõe o capital e o lucro com novas taxas de mais-valia, o que os leva permanentemente à luta por salários que mal conseguem repor as perdas salariais.

Em vez do lema conservador: “Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!” deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: Abolição do sistema de trabalho assalariado! (Marx, 2004:122)

Para que os trabalhadores possam retomar as organizações e lutas, torna-se necessária uma reversão no quadro do sindicalismo em âmbito

internacional e no Brasil, na esfera do sindicalismo classista no sentido de romper com

(...) a consertação, acomodação dentro da ordem, o culto à negociação que acaba por gerir o capital e sua crise, cujo oxigênio é dado pelo ideário e prática social democrática. (Antunes, 1995: 53)

Os sindicatos precisam romper a perspectiva imposta pela sociedade dual que divide a classe trabalhadora, incluindo, na organização e na luta sindical, os dois pólos de trabalhadores: os incluídos no trabalho e nele explorados e os trabalhadores em condição precária, sem carteira de trabalho assinada, contratados por tempo determinado, terceirizados e empregados de um mesmo ramo de atividade econômica, em um processo de lutas, horizontalizando a ação sindical, o movimento de massas, em formação política permanente, retomando a ofensiva anticapitalista, no horizonte do socialismo.

Não haverá avanço algum até que o movimento da classe operária, o movimento socialista seja rearticulado de forma a se tornar capaz de ação ofensiva, por meio de suas instituições apropriadas e de sua força extra-parlamentar. (Mészáros, 1995: 136)

De outro lado, os partidos de esquerda se conduziram centralmente para a institucionalidade em sucessivos pleitos eleitorais, presenciado o seu esgotamento, posto que, há muito, eles sucumbiram ao ideário social-democrático e, ao assumirem os governos nacionais, seguem à risca o receituário neoliberal do grande capital, transformando-se em partidos da ordem.

A história traz lições. Não basta ação das massas, é necessário um projeto de classe com direção política estratégica de organização para a tomada do poder político pelo proletariado e da realização da transição socialista.

O horizonte de uma sociedade emancipada, na qual o trabalho se torne desalienado e a nova forma de trabalho se realize em sua integralidade, pelo trabalho concreto, pela produção de coisas socialmente úteis, na perspectiva da genericidade e omnilateralidade humanas (Marx). É imprescindível que se tenha uma posição histórica

(...) consequente, ou seja, proletária e revolucionária, fazer a defesa da solução das tarefas democráticas sob a estratégia da revolução social, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Somente o modo de produção baseado na propriedade e na distribuição coletiva colocará à disposição de todos a escola e o conhecimento. (Oliveira, 2004: 36)

#### **4. 2 – Plano de lutas no campo sindical**

Neste momento de ofensiva do grande capital e de regressão histórica do ponto de vista da classe trabalhadora, a luta sindical coloca para os setores de esquerda a necessidade de uma frente única classista antiimperialista, anticapitalista no horizonte da construção do socialismo. Isto significa dizer da importância da unidade na ação sob autonomia e independência dos movimentos sociais e organizativos das categorias profissionais em relação ao Estado e aos partidos políticos.

Esta necessidade imediata e histórica da *classe-que-vive-do-seu-trabalho*

apresenta obstáculos advindos da determinação do grande capital, mas não só, diante da assunção da programática neoliberal por governos democráticos e populares. De outro lado, a adesão governista, por parte das direções majoritárias de grandes setores do movimento sindical popular e sem-terrás, apresenta o quadro político de dificuldades para a perspectiva classista.

Os trabalhadores devem cerrar fileiras no plano imediato na luta contra a contra-reforma sindical e exigir o que a CUT deliberou em seu VIII Congresso em 2003 como pré-requisitos para qualquer Reforma Sindical ou Trabalhista:

- a) revogação de todas as medidas de flexibilização herdadas do governo de FHC (“banco de horas”, contrato temporário, etc...);
- b) fim das perseguições aos dirigentes sindicais; ratificação da convenção 158 contra demissões imotivadas;
- c) ultratividade das convenções coletivas (se não há acordo com os patrões, prevalece a convenção anterior);
- d) fim do poder normativo da Justiça do Trabalho. (CUT, apud Turra, 2005: 51).

Nessa concepção e prática sindical construída historicamente, devemos reafirmar as lutas em defesa da garantia e ampliação dos direitos sindicais e trabalhistas que passa por:

- a- liberdade e autonomia sindical, ratificação da Convenção 87 da OIT;
- b- soberania das assembléias de base; livre filiação dos sindicatos à central;

- c- garantia plena dos direitos trabalhistas e do direito de greve;
- d- garantia dos direitos sindicais dos servidores públicos (Convenção 151 da OIT).

O momento regressivo nesta quadra histórica nos planos nacional e internacional apresenta *desafios às classes trabalhadoras, de resistência e retomada das lutas de mobilização e organização no patamar de autonomia e independência de classe e na perspectiva internacionalista.*

Do ponto de vista da perspectiva histórica, uma base programática da frente classista e antiburocrática deve contemplar: a) defesa de vida das massas: salário mínimo de acordo com as necessidades reais das famílias trabalhadoras, escala móvel das horas de trabalho, escala móvel dos salários, saúde pública a todos, aposentadoria mantida pelo Estado a todos aos 30 e 25 anos de trabalho; b) defesa da elevação cultural dos explorados: ensino público e gratuito a todos e em todos os níveis, expropriação sem indenização do ensino privado, sistema único estatal de ensino sob o controle de quem estuda e trabalha, escola vinculada à produção social, jornada de trabalho da juventude compatível com os estudos; c) combate à opressão imperialista: autodeterminação dos povos, não pagamento das dívidas interna e externa, expropriação do grande capital industrial e financeiro, fim do intervencionismo econômico e militar das potências sobre os povos oprimidos e nações periféricas; d) combate à opressão latifundiária sobre os trabalhadores no campo, expropriação sem indenização dos latifúndios e do agronegócio, entrega da terra aos trabalhadores sem-terras, controle operário da agroindústria; e) combate à repressão capitalista, direito irrestrito de greve, revogação de toda legislação

antigreve, fim da violência latifundiária contra os trabalhadores rurais, fim da violência contra a juventude e de toda a discriminação e de classe, gênero, raça, etnia; f) combate ao entreguismo da burguesia nacional: fim das reformas neoliberais, rompimento de todos os acordos com FMI/BIRD nacionalização de toda fonte de riqueza natural, recuperação das estatais privatizadas; g) fim do sistema capitalista: transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social (Massas, 2006).

A necessidade de um permanente aprofundamento e um combate teórico e político em uma direção anticapitalista, antiimperialista e socialista, em que os profissionais assistentes sociais como trabalhadores e com os trabalhadores devem seguir a trajetória de lutas que conquistaram no *processo de ruptura com o conservadorismo* e sua ***direção sociopolítica profissional***, com a autonomia de suas entidades representativas. De outro lado, o *projeto profissional* deve estar articulado (como esteve nos últimos 30 anos) ao *projeto societário das classes trabalhadoras no horizonte da emancipação humana*.

## 5 – A ofensiva da pós-modernidade para o mundo do trabalho

A ofensiva da pós-modernidade estabelece, como um de seus ataques, a negação do trabalho como categoria fundante do ser social, substituindo-a pela ação comunicativa (Habermas). Por um lado, autores antimarxistas propagam a idéia de que a classe operária não é mais estruturante em seu protagonismo

revolucionário. O fato de haver uma diminuição quantitativa do operariado industrial não pressupõe a ausência da força qualitativa desenvolvida no processo de produção de valor e de mais-valia (capital produtivo). Nesta tese, priorizamos o debate e a polêmica teórica sobre o trabalho, posto que é fundante na ontologia do ser social e no projeto de formação profissional. De outro lado, a ***direção sociopolítica do processo de ruptura*** com o ***conservadorismo*** dirige-se ao compromisso histórico com a *classe-que-vive-do-seu-trabalho* e pelo fato de a categoria profissional se constituir parte da classe trabalhadora em sua condição de assalariamento, na divisão sociotécnica do trabalho, que põe como necessidade premente o acompanhamento e a inserção no processo de lutas das massas trabalhadoras de resistência ao neoliberalismo e da construção de uma frente classista autônoma e independente.

## 5. 1 – Qual é a crise da sociedade do trabalho?

A partir das transformações no mundo do trabalho, no âmbito da reestruturação produtiva pela *acumulação flexível*, há uma forte tendência teórica e ideopolítica sustentada por diversos autores que negam a teoria marxiana da centralidade da teoria do valor trabalho, indicando que existe um tipo de crise da sociedade do trabalho em que o proletariado não se configura mais como classe com potencial transformador no horizonte do projeto de emancipação humana.

Em seu artigo “Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano” (1986), Ernest Mandel rebate essa tendência a partir de algumas análises ilustrativas: em primeiro lugar, ao adotar a concepção de que o proletariado é todo aquele conjunto de assalariados que vende a sua força de trabalho para a sobrevivência; consequentemente o crescimento da classe trabalhadora continua como tendência predominante. A classe trabalhadora, portanto, não pode ser entendida apenas por aquela que se encontra na linha de produção imediata e que realiza trabalho produtivo; incluem-se, portanto, os trabalhadores produtivos e improdutivos; ou seja, o trabalhador coletivo; os desempregados e os trabalhadores em serviços.

*Desde que apliquem esses critérios, as estatísticas confirmam que ainda presenciamos um crescimento e não um declínio do proletariado mundial, e que o número de assalariados não agrícolas se situa no mundo entre setecentos e oitocentos milhões de trabalhadores.*  
(Mandel, 1986:3)

Mandel registra, porém, a baixa relativa da classe trabalhadora empregada diretamente nas empresas capitalistas, diminuindo-se, portanto, o trabalhador estável, o operariado fabril; amplia-se, todavia, o desemprego estrutural, bem como o trabalhador em situação precária, evidenciado no processo de ondas longas recessivas. “O declínio relativo do peso social do proletariado industrial por sua vez, não significa declínio relativo ou absoluto de seu peso econômico, ou seja, de seu poder real na sociedade“ (Coggiola, 1995: 136).

A redução da força de trabalho humano empregado na indústria não equivale à supressão de sua centralidade político-revolucionária. O que ocorre é

que o peso econômico do proletariado aumenta em função da produtividade decorrente da flexibilização da gestão da força de trabalho, da automação e da informatização (Coggiola, 1995).

O capitalismo contemporâneo, de internacionalização da economia, sob o controle do grande capital financeiro associado ao capital industrial, se expressa em uma maior tendência para extensão da classe trabalhadora,

(...) posto que a apropriação cada vez mais minoritária da propriedade aumenta a polarização social e reduz o número de explorados capaz de enriquecer, transformando suas economias em capital. Se o proletariado efetivamente desaparecesse; sucumbiria também o declínio desta classe, já que, sem operários não há trabalho vivo, mais-valia e consumidores para as mercadorias fabricadas por robôs (Katz, 1995: 144).

A complexidade da estrutura orgânica do capital e de seu metabolismo societal (Mészáros, 1995) opera um processo contraditório: reduz, de um lado, o operariado fabril, e de outro, há um relativo crescimento no setor de serviços, bem como o do subproletariado urbano – pelo trabalho, temporário, terceirizado, parcial, e do trabalho informal.

O desenvolvimento *desigual* e *combinado* do capitalismo produz, no interior dos países avançados e periféricos, situações diferenciadas de qualificação e desqualificação do trabalho entre países e no interior de cada país de forma diversificada. Apresenta a substituição *de trabalho vivo por trabalho morto*, com ampliação da superexploração da força de trabalho, elevando-se as taxas de mais valia relativa e absoluta, tornando substantivamente precárias as relações de trabalho.

*Os deslocamentos de trabalhadores estáveis, para temporários, parciais, sem garantia de direitos sociais e trabalhistas, aumentam significativamente, na acumulação flexível, bem como à ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma individualização extrema de relação salarial. (Bihl, 1991:89)*

A centralidade da categoria trabalho é dada posto que ao trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação da mais-valia (trabalho alienado) para a produção de valores de troca, *apesar da redução quantitativa com repercussões qualitativas no mundo produtivo* (Antunes, 1995).

O capitalismo, portanto, necessita de trabalho vivo para acumular capital. A perspectiva emancipadora pressupõe o fim do trabalho abstrato que produz valor de troca nas mercadorias e na manutenção do trabalho concreto, que produz valor de uso, na produção de coisas socialmente úteis, embora sob a auto-organização dos produtores livremente associados.

A sociedade do trabalho abstrato, alienado, fetichizado, reificado, desrealizador da atividade humana se expressa na essencialidade do capitalismo em que o homem vive a unilateralidade humana em detrimento à omnilateralidade humana (Marx).

A perspectiva emancipadora coloca ao operariado urbano um papel central no interior da classe trabalhadora no processo de superação da ordem do capital, pelo seu papel estratégico de produtor de valor e de mais-valia para a produção de mercadorias. Apesar de,

(...) “heterogeneizado”, “complexificado” e “fragmentado”, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e

viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam "centralmente no mundo do trabalho"; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho e pelo trabalho (...) (Antunes, 1995:86)

## **6 – Polêmicas e desafios do processo de *ruptura profissional* e de sua *direção sociopolítica* nos anos 90**

Na década de 90, o *Projeto Ético-Político Profissional de ruptura com o conservadorismo* apresenta um conjunto de avanços e, também, um conjunto de dilemas e desafios que não podem ser descolados da conjuntura sociohistórica que vem sendo tratada nesta tese.

Os avanços destacados se referem às elaborações e reelaborações teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas no âmbito da formação e do exercício profissional e de suas experiências organizativas e socioprofissionais.<sup>56</sup> Essas traduzem, em alguma medida, contradições teóricas e ideopolíticas, apresentam limites institucionais que devem ser contextualizados e polemizados para reafirmar o projeto de profissão em sua ***direção sociopolítica* e o compromisso histórico no horizonte da emancipação humana**

---

<sup>56</sup> A produção acadêmico-teórica e de sistematização profissional de saberes do serviço social tem adquirido relevância para a formação e o exercício profissionais. A mesma se encontra documentada em livros, revistas científicas, teses de doutorado e mestrado, TCCs e iniciação científica nos cursos de graduação, caderno de teses dos CBAS em que há uma sistematização das práticas interventoras nos vários espaços sócio-ocupacionais, e caderno de resoluções e teses do ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Políticas Sociais e Serviço Social, organizados pela ABEPSS. Este material teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo é expressão do acúmulo investigativo na profissão.

***no processo de ruptura com o conservadorismo.***

Para estabelecer uma interlocução permanentemente crítica com o projeto hegemônico do Serviço Social Brasileiro que coletivamente construímos, apresento alguns impasses e polêmicas que considero desafios centrais a serem tratados.

Certamente, outras análises e derivações são possíveis e, certamente, muitos não compartilharão da angulação aqui apresentada; mesmo porque, conforme o próprio movimento presente na e da realidade, constata-se que: há setores profissionais plenamente integrados às políticas neoliberais, assim como estiveram (e estão) integrados às políticas desenvolvimentistas e técnico-modernizadoras no passado e no presente, e outros setores que capitularam com a adesão do PT ao neoliberalismo.

Contudo, o que nos interessa *intelectualmente* é dar continuidade ao legado do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, tal qual o construímos e consolidamos, com autonomia e independência de qualquer partido e governo, no processo de conquista da hegemonia teórica e política no âmbito da totalidade das relações sociais no modo de produção capitalista.

## **6. 1 – Transitoriedade sindical inconclusa**

Na década de 90, um dos desafios postos à categoria profissional dos assistentes sociais diz respeito à questão sindical dos profissionais em Serviço Social decorrente dos desdobramentos de sua política coletivamente deliberada

de fechamento dos sindicatos de categoria e da ANAS – a Federação dos Assistentes Sociais –, para inserção nos sindicatos de ramos de atividade, conforme decisão do II CONCUT em 1986, e das Assembléias Nacionais Sindiciais da ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais em 1987/1989/1991 e 1994.

Encerra-se, o ciclo de organização político-sindical dos assistentes sociais por categoria profissional. O fato de sindicalmente os assistentes sociais se inserirem por ramo de atividade econômica não deixa de colocar uma questão: a profissão continua tendo o seu significado social no interior da divisão sociotécnica do trabalho. (Abramides, Cabral, Faria, 2000:4)

Entre a decisão da CUT em 1986 e o processo de transição dos sindicatos e da ANAS para o seu fechamento, o *sindicalismo combativo* da CUT, dos anos 80, sofre o impacto das transformações do mundo do trabalho, da implantação do neoliberalismo, do giro social-democrático de sua direção e posição majoritária e de um arrefecimento no que se refere à implantação da nova estrutura sindical por ramo de atividade econômica.

Em relação às organizações sindicais profissionais, a única que extinguiu seus sindicatos é a categoria dos assistentes sociais.

De um lado, essa posição política fez com que os profissionais se inserissem nos Sindicatos por Área de Contratação de Trabalhadores em Serviço Público, como os Sindicatos Municipais ou nos Sindicatos Gerais de Trabalhadores em Serviço Público como no Sinsprev – Sindicato de Previdenciários, Sindsaúde – Sindicato da Saúde, ou seja, nos espaços

socioocupacionais em que majoritariamente a categoria se insere em sua condição de assalariamento.

O Sindicato dos Trabalhadores em Serviço Público só é legalizado pela Constituição de 1988 e os sindicatos profissionais, entre esses o sindicato dos assistentes sociais, desempenha um papel central na construção desses sindicatos gerais, a partir de mobilizações e lutas no funcionalismo público desde o final dos anos 70, em que muitas vezes o conjunto de sindicatos profissionais tinha o papel de direção do próprio movimento de trabalhadores em Serviço Público.

O movimento de dissolução dos Sindicatos de Assistentes Sociais é concomitante à criação e ao fortalecimento dos Sindicatos Gerais e por Contratação, o que reforça, politicamente, o debate da categoria do fechamento dos sindicatos específicos.

De outro lado, o incentivo à participação e à filiação dos Sindicatos de Contratação ou Gerais pode ser verificado pela taxa de sindicalização dos assistentes sociais de 30%, enquanto a média de filiação de outras categorias de trabalhadores aos sindicatos está em torno de 19%, a porcentagem é considerada elevada em relação aos índices médios de sindicalização no país.<sup>57</sup>

A década de 90 torna precárias as condições de trabalho também no Serviço Público, e o profissional assistente social sofre as mesmas condições que afetam o conjunto da classe trabalhadora, na particularidade dos

---

<sup>57</sup>A esse respeito, consultar: Silva, Ademir pesquisa sobre mercado de trabalho, São Paulo, 2000, PUC-SP e CRESS-SP; Anuário dos trabalhadores, São Paulo, 2005, 6. ed. Dieese.

trabalhadores em Serviço Público, bem como no desenvolvimento de sua atividade profissional, no âmbito das políticas públicas.

As consequências neoliberais em relação aos trabalhadores em Serviço Público no processo de implantação e consolidação do Estado neoliberal referem-se à: diminuição de postos de trabalho e de realização de concursos públicos, terceirização, contratos temporários, por projetos e por intermédio de entidades conveniadas (Oscips, Os e Ongs) e com menores salários, flexibilidade das relações de trabalho e dos direitos sociais e trabalhistas conquistados, mecanismos de polivalência nas funções de trabalho, PDV – Programas de Demissões Voluntárias, quebra do Regime Jurídico Único, incentivo ao trabalho voluntário em detrimento de postos de trabalho e, conseqüentemente, aumento do desemprego.

A situação dos trabalhadores em Serviço Público leva os sindicatos a uma ação defensiva de manutenção do emprego dos trabalhadores, além da necessidade premente da luta pelo preenchimento de postos de trabalho vagos, advindos dos postos de trabalho, anteriormente ocupados por aposentados e demissionários que não foram repostos em sua maioria.<sup>57</sup>

Apesar da inserção significativa dos assistentes sociais em Sindicatos de

---

<sup>57</sup> Os dados da pesquisa referente ao mercado de trabalho dos assistentes sociais da Prefeitura do Município de São Paulo realizada na SAS – Secretaria da Assistência Social apresenta que existem 400 cargos de assistentes sociais em vacância, portanto já aprovados como cargos de carreira. A PMSP não realiza concurso público para a carreira de assistente social desde 1988 (resultado da pesquisa: Batistoni, M. Rosângela e Bonetti, Diucéa Adeodata, Faculdade de Serviço Social, PUC-SP, 2004).

Trabalhadores em Serviço Público, pelo processo de filiação a esses sindicatos, é visível a ausência de comissões sindicais que dêem conta das singularidades das diferentes categorias. Neste sentido, são exemplos: o redesenho de postos de trabalho, a necessidade da retomada da luta por concursos públicos, os dados de postos em vacância, a atualização dos planos de carreiras e que fez com que esses sindicatos deixassem por um grande tempo em segundo plano as lutas específicas, e os profissionais encontraram-se atomizados e pulverizados, apesar de estarem filiados aos sindicatos gerais ou por contratação.

Parte expressiva do sindicalismo na esfera pública, notadamente em cidades administradas por governos “democrático-populares”, que tinham hegemonia em sua direções compostas pelos sindicalistas vinculados à tendência majoritária da CUT – “Articulação Sindical”, empreenderam por toda a década de 90 *uma ação sindical que oscilava entre a autonomia sindical e a cooptação estadista, aderindo centralmente ao chamado “sindicato cidadão”*.<sup>58</sup>

Voltado às políticas públicas e participando das experiências de Conselhos de Políticas e Câmaras de Negociações, prescindiam de mobilizações e confrontamentos com o Estado. Ressalva a ser considerada nos confrontamentos dos trabalhadores em Serviço Público com o governo de FHC

---

<sup>58</sup> A idéia de “Sindicato cidadão” é amplamente disseminada a partir da década de 90 pelo setor majoritário da CUT em sua concepção social-democrática de sindicalismo, em que a luta pela democracia e pela cidadania passa a ser referência central para o movimento sindical nessa concepção sindical. É nesta década que a CUT se filia à CIOLS (Central Sindical Social Democrática Internacional). Consultar deliberações dos Congressos da CUT na década de 90-CUT Nacional – São Paulo.

pelas lutas desse setor contra a contra-reforma do Estado, que concretiza o seu desmonte; bem como as lutas contra as Contra-Reformas da Previdência Social e Sindical.

Nesse processo, é emblemático relembrar a posição publicamente defendida por Vicente de Paula – o Vicentinho – então presidente da CUT Nacional, de que “*não havia problema na reforma da previdência substituir anos de trabalho por anos de contribuição*”, o que reafirma o adesismo da posição majoritária da CUT, a aspectos do programa neoliberal apesar de resolução da CUT, em sentido oposto.

Por outro lado, as categorias profissionais que mantiveram seus sindicatos específicos pouco avançaram em conquistas, posto que a resposta do Estado de desmonte das políticas, dos serviços públicos e das relações de trabalho no Serviço Público esteve brutalmente disseminada a partir das contra-reformas do governo FHC, com consequências desastrosas para os Estados e Municípios.

O caminho da construção do ramo de atividade econômica na organização sindical tem a possibilidade de romper com a fragmentação das categorias, favorecendo a unidade de ação nas lutas conjuntas e coletivas dos trabalhadores empreendidas nos espaços socioprofissionais.

Porém, é necessário imprimir uma direção classista para avançar a organização dos trabalhadores, principalmente em um momento de regressão histórica no âmbito internacional e nacional e de capitulação aos processos de democratização reformista de governos estaduais e municipais.

A avassaladora investida neoliberal, a precariedade das condições de trabalho e o esfacelamento das políticas públicas, a quebra e destruição de direitos, o sindicalismo “cidadão e propositivo”, em substituição ao sindicalismo de combate, a condição defensiva em que se encontra o sindicalismo diante da ofensiva neoliberal e reestruturação produtiva, o giro sindical à social-democracia, a ilusão na democracia burguesa, o viés politicista da ação sindical, a luta no espaço da institucionalidade e no privilégio dos canais jurídico-institucionais de democratização do Estado neutralizaram o processo de luta autônoma e independente das classes trabalhadoras.

A deliberação da ANAS e dos sindicatos de assistentes sociais pela organização e inserção dos profissionais nos ramos de atividade econômica ocorre em um momento de vigor do *novo sindicalismo*, em meados dos anos 80, em uma conjuntura bastante diferenciada daquela vivenciada no processo de transição dos sindicatos de categoria profissional para a inserção nos Sindicatos Gerais, de Contratação e de alguma maneira nos sindicatos de “embriões” de ramos de atividade econômica.<sup>59</sup>

Tangenciar o processo de *transitoriedade* da organização sindical dos assistentes sociais no âmbito estadual e nacional abrange o período de 1989 a 1994. Pode-se afirmar que o mesmo é marcado por um conjunto de contradições no interior do próprio *Novo Sindicalismo* que se metamorfoseia em um *Sindicalismo “da ordem”*, funcional a toda reorganização do capital, posto que subordinado à supremacia da democracia formal do Estado burguês.

---

<sup>59</sup> Exemplo de Sindicato embrião: sindicato dos bancários que deveria se expandir para todo o ramo financeiro.

A transmutação sindical no campo do *novo sindicalismo* acontece no momento de reestruturação do capital no país, cujas medidas de ampliação da superexploração da força de trabalho humana, a dilapidação do Estado pela desresponsabilização de suas funções públicas, e de ampliação do processo mercantil e privado sob hegemonia neoliberal internacional, recai sobre as massas trabalhadoras, que respondem por intermédio de suas direções na agenda “*da ordem*” em nome da “*conquista democrática*”.

Democracia realizada somente do ponto de vista da política institucional, com uma ditadura social, econômica e cultural, e do ponto de vista do processo eleitoral, bastante desigual, subordinada ao poder econômico.

Democracia e capitalismo são incompatíveis pela própria antinomia. Democracia pressupõe governo de maioria, somente possível em um processo de transição socialista, com a tomada do poder político pela classe trabalhadora sob direção do operariado e sob sua hegemonia de classe, o que pressupõe a organização da classe em um partido revolucionário.

A questão de organização das entidades sindicais ganha fôlego se for sustentada em processos vivos, reais, de mobilização e lutas dos trabalhadores. Nesse sentido, há um esvaziamento das entidades sindicais da categoria por prescindirem de base concreta e material de suas lutas.

Um dos vetores de explicação desse processo heterogêneo e inconcluso pode ser caracterizado pelo esgotamento de uma forma de organização – de categoria profissional –, pelo florescimento da organização dos trabalhadores em Serviço Público, de campanhas salariais unificadas e o fim das negociações por categorias na esfera pública (exemplo significativo são os pisos salariais de

categorias aprovados e ou vetados e não cumpridos), dependendo conseqüentemente de lutas unificadas dos trabalhadores por área de atividade, incluídas as reivindicações específicas das categorias profissionais. (Abramides, Cabral, Faria, 2000:7).

De 1989 a 1994, das 28 entidades sindicais de assistentes sociais por todo o país, 23 se extinguem por processos bastante diferenciados: muitas entidades encontram-se bem esvaziadas, outras realizam seminários, assembléias de forma a orientar seus filiados a se inserirem e construírem os sindicatos por ramo de atividade econômica. Outras entidades sindicais da categoria encerram temporariamente suas atividades e são retomadas posteriormente, até porque a categoria sequer deliberou por sua extinção. A exemplo do Sindicato do Rio de Janeiro, que junto com os Sindicatos de Alagoas, do Ceará, de Caxias do Sul e do Rio Grande do Sul que permaneceram funcionando, acrescido do Sindicato dos Assistentes Sociais do estado de São Paulo, reativado em 2003, com o total de seis sindicatos de categoria de assistentes sociais, apesar da deliberação e orientação nacional da ANAS. Em seus congressos, majoritariamente delibera pela extinção dos sindicatos de categoria e inserção no ramo de atividade.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> Em 2003, a partir de um chamamento da categoria na Assembléia Legislativa com apoio da Deputada Estadual do PC do B, Ana Maria Martins, decidiu-se pela reativação do Sindicato dos Assistentes Sociais do estado de São Paulo sem previamente haver nenhuma discussão ampla com a categoria e, passando por cima da deliberação assumida em 1992 de extinção do Sindicato da categoria e inserção dos profissionais nos Sindicatos gerais, por ramo de atividade

A manutenção dos cinco sindicatos (exceto o Sindicato de São Paulo reativado posteriormente, em 2003) conduz à criação da FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais em 2000, que se filia à CUT e à CNTSS – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social; porém, também não apresenta conquistas para a categoria profissional. Cabe lembrar que parte das direções destes sindicatos e da FENAS se encontra sob a direção da Corrente Sindical Classista, linha política do PC do B, no movimento sindical, aliada da Articulação Sindical na CUT.

O processo de deliberação da ANAS sobre a nova estrutura sindical contou, inclusive, com o apoio político da Corrente Sindical Classista de extinção dos sindicatos de categoria profissional e inserção nos ramos de atividade, embora naquele período essa tendência não estivesse na CUT e sim na Central Geral dos Trabalhadores – CGT – formada por sindicalistas vinculados às correntes reformistas do movimento sindical que romperam com a decisão de fundar a CUT em 1983.<sup>61</sup>

Reafirmar que o caminho não é a retomada de sindicatos de categoria profissional, mas ação em *sindicatos amplos* que congreguem o conjunto de trabalhadores de uma determinada área da economia, significa ainda depreender que, se os mesmos abdicarem do processo de mobilizações e lutas, econômica. Nessa ocasião, criou-se uma diretoria provisória, por um ano, para encaminhar a documentação de legalidade do sindicato. Até o momento, o mesmo não tem expressividade na categoria.

---

<sup>61</sup> A Corrente Sindical Classista decide se filiar à CUT somente na década de 90.

da autonomia e independência de classes, no limite permanecem na imediaticidade das reivindicações das categorias, em uma ação sindical semelhante à do sindicalismo economicista, tão combatido na origem da CUT, acrescido do *politicismo* da institucionalidade estatal, que caracteriza o sindicalismo dos anos 90, perfilado pelo *sindicalismo estadista* a partir de 2002, no campo da CUT em sua posição majoritária.

No processo de transição sindical, deve-se considerar que dirigentes sindicais da categoria passam a atuar politicamente em outras frentes: nos governos democráticos e populares a partir de 1989, em que o PT vence em 36 cidade do país, nas associações de docentes no âmbito das universidades, e poucos, notadamente na Previdência Social, migram para o Sindicato Geral.

A presença de assistentes sociais sindicalistas no SINSPREV/SP – Sindicato dos Previdenciários de São Paulo que participaram ativamente do Sindicato dos Assistentes Sociais e da ANAS puderam contribuir no sentido de incorporar as reivindicações e lutas específicas no interior das lutas gerais dos previdenciários, na esfera estadual e nacional. O mesmo não ocorre em outros sindicatos gerais ou de contratação o que é reconhecido inclusive pelas suas direções, isso quer dizer que essa efetivação tem muito por ser construída.

Destaca-se ainda a

aproximação dos CRESS junto aos Sindicatos por ramos de atividade, buscando canalizar as demandas sindicais de forma a fortalecer a categoria dos assistentes sociais junto àqueles sindicatos; – criar espaço de discussão em cada Estado em relação ao processo de organização e formação política da categoria; – onde há Sindicato de Assistentes Sociais que se estabeleça uma relação de respeito e

parceria com os CRESS, formalizando a relação e considerando o princípio de respeito e autonomia das entidades e suas especificidades; – ao ser implantada pelo conjunto CFESS/ CRESS pesquisa nacional sobre mercado de trabalho<sup>62</sup> ver a possibilidade de incorporar o levantamento sobre as diversas formas de organização da categoria. (Luziânia, 1997:4)

O balanço deste período indica que este envolvimento se deu de forma bastante diferenciada nos Estados. Na realidade, o conjunto CFESS/CRESS não se vincula à ação sindical, pela sua própria natureza, o que amplia as dificuldades para contribuir nesta transitoriedade. Encontra-se desvinculado das instâncias organizadoras do movimento sindical, o que o impede de uma articulação orgânica do ponto de vista do movimento organizador dos trabalhadores nas instâncias sindicais. Isto, porém, não impede que haja uma articulação política para a contribuição das entidades organizativas do exercício profissional ao ramo de atividade, interpretando inclusive a situação da categoria profissional, diante das suas atribuições e requisições profissionais nos vários espaços socioocupacionais.

A CNTSS – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, que se constrói na década de 90, abrange os sindicatos das áreas da saúde, previdência e assistência social e tem por perspectiva a organização de um único sindicato que abranja estes três setores tanto no âmbito privado como

---

<sup>62</sup> A esse respeito consultar CFESS (org.) Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional, realização CFESS-CRESS-UFAL, maio de 2005. O levantamento de 2005 abrange o perfil profissional, relações de trabalho, conhecimento da legislação profissional e participação política. Até o momento, não existem dados registrados em âmbito nacional referentes à inserção sindical dos assistentes sociais nos diferentes ramos de atividade econômica; o dado a esse respeito se encontra na pesquisa sobre Mercado de Trabalho no Estado de São Paulo, realizada pela Faculdade de S. S. da PUC-SP e CRESS-SP, 1995, sob a coordenação de Silva, Ademir Alves.

no público. Ressalta-se que vários setores de atividade profissional em que os assistentes sociais estão inseridos ainda não têm tradição de organização sindical, como, por exemplo, algumas áreas de atividade na esfera estadual (agricultura, habitação, meio ambiente, entre outras) e em sindicatos que ainda não absorveram as questões específicas das categorias (ramo de metalúrgicos, bancários, entre outros).

Por outro lado, um contingente significativo de profissionais que desenvolvem trabalho precário (terceirizados, subcontratados, contrato por tempo determinado) encontra-se alijado de qualquer organização sindical, o que coloca como uma das tarefas prioritárias do movimento sindical mais amplo incluir a classe-que-vive-do-seu-trabalho, em toda sua complexidade em instâncias organizativas de mobilização e lutas.

Pelos elementos aqui constituídos, entre outros que poderão ser acrescidos, o caminho de construção do sindicato por ramo de atividade econômica tem um campo aberto a ser percorrido, e que *avançará, à medida que o sindicalismo retome seus processos de mobilização e lutas desde os locais de trabalho*, partindo da realidade das configurações do mundo do trabalho no processo de reestruturação produtiva.

A questão sindical deve responder às reais necessidades da classe trabalhadora ao buscar, autonomamente, a melhor forma de organização sindical, a partir da construção de sindicatos mais amplos e abrangentes, em que a organização dos trabalhadores por ramo de atividade econômica possa auxiliá-la para enfrentar as lutas vinculadas ao mundo do trabalho ainda mais

precário pela acumulação flexível.

## 6. 2 – O projeto de formação profissional: as diretrizes curriculares

O projeto de formação profissional debatido nos anos 90 é expressão de um amplo processo de discussão no âmbito das unidades de ensino, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo, nas oficinas regionais e nacionais da ABEPPS. Culmina com a aprovação das diretrizes curriculares para a formação profissional, em 1996, completando, em 2006, dez anos de implantação das novas diretrizes curriculares.

A maturidade teórica adquirida pela categoria nesse processo supera as lacunas do currículo anterior e reafirma: *a direção social do curso, o significado social da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, a profissão compreendida no âmbito da produção e reprodução da vida social por sua natureza intervadora, e do compromisso profissional com os interesses das classes trabalhadoras, a partir da fundação sociohistórica da profissão expressa pelas manifestações da Questão Social.*

Todo o debate profissional recai sobre o reconhecimento da ação profissional na realidade social, que deve ser apreendida na totalidade da vida social.

(...) particularizando o Serviço Social na reprodução da força de trabalho e no campo político-ideológico, no âmbito da reprodução do controle social, da ideologia dominante e das lutas e contradições sociais. (Iamamoto, 1998:10)

O legado marxiano trata a totalidade da vida social no processo de produção e de reprodução das relações sociais em que a produção material determina a reprodução social, como momento predominante, advindo da relação de produção de valor e de mais-valia, na exploração da força de trabalho humano.

A prioridade ontológica da base material em relação às outras categorias possibilita a compreensão dos complexos de complexos relacionados à totalidade da vida social (Luckács). O trabalho se expressa em categoria fundante do ser social, protoforma da atividade humana e modelo de práxis social. O trabalho não se constitui, porém, na única forma de práxis; outras atividades sociais, entre essas as atividades profissionais, são consideradas práxis social.

O trabalho, categoria fundante do ser social, pressupõe a relação entre os homens e a natureza em sua dimensão ontológica, de caráter transhistórico; presente em todas as formações sociais e uma teleologia, uma finalidade social atribuída ao seu valor de uso, que na sociedade capitalista se subordina ao seu valor de troca como mercadoria, que produz valor e mais-valia.

#### **6.2.1 – Polêmicas teóricas no campo marxista no interior da formulação das diretrizes curriculares**

A categoria trabalho de centralidade ontológica, fundante do ser social, é claramente incorporada às diretrizes curriculares definidas em 1996. Entretanto, torna-se necessário o debate em torno das lacunas, polêmicas e interpretações teóricas e incorporação das diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social.

O primeiro aspecto a ser tratado refere-se, em meu entendimento, à inadequação teórica contida nas diretrizes curriculares enunciada no seguinte pressuposto:

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeada pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (*Cadernos Abess*, 7, 1997:60/61)

Marx se refere ao processo de trabalho

(...) como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias (Marx, 1988: 155) (...) A própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor (Idem, 1988:148)

O processo de valorização nada mais é do que um processo de formação de valor prolongado até certo ponto. O processo de trabalho se apresenta no processo de formação de valor em seu aspecto quantitativo, cujo tempo gasto pela produção de valor de uso é o tempo médio de trabalho socialmente

necessário. O valor da força de trabalho, mercadoria primeira para o capital, “é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (Marx, 2004: 89).

O processo de trabalho para Marx é, portanto, processo de valorização estabelecido pela relação entre os homens e a natureza, em que os elementos simples do processo de trabalho são: a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto, seus meios.

O primeiro elemento constitutivo do processo de trabalho é o próprio trabalho, atividade dirigida a um fim, posto que não há trabalho sem finalidade, sem teleologia; em que o homem estabelece a pré-ideação, a antecipação pelo trabalho como atividade humana, que somente a ele pertence. O homem antecipa em seu pensamento, constrói alternativas, o que não significa dizer que o que projetou se realize, idealmente, assim como ele havia elaborado em seu pensamento.

O segundo elemento do processo de trabalho é o objeto que se constitui da própria natureza: água, terra, minério, peixe. O objeto de trabalho não tem vontade, não tem teleologia.

Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho é apenas matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho. (Marx, 1988: 143)

A matéria-prima se configura, portanto, no próprio objeto do trabalho por meio de trabalho anterior. O objeto modificado, transformado em produto pela

ação humana (carvão, óleo, grão) em que produtos não se restringem somente aos resultados, mas também se configuram nos processos de trabalho.

O terceiro elemento constitutivo do processo de trabalho são os meios de trabalho que “não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (Marx, 1988: 144) e o processo de trabalho se extingue no produto; portanto, para Marx o processo de trabalho se vincula ao processo de valorização, ao processo de criação de valor.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição natural eterna da vida humana, e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro bastavam. (Marx, 1988:146)

No debate e definição das diretrizes curriculares, é relevante e necessária a atenção dedicada às estratégias profissionais articuladas aos referenciais: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político de mediações reflexivas, operativas e interventoras da atividade profissional como práxis social; posto que no legado marxiano se considera o processo de trabalho na relação do homem com a natureza no processo de produção, *não se pode confundir, portanto, processo de trabalho com atividade profissional.*

O processo de trabalho ao se relacionar ao desenvolvimento das forças

produtivas, no capitalismo, está subordinado ao processo de valorização (produção de valor e mais valia) em que a utilização da força de trabalho humana pertence ao capitalista, em uma relação de compra e venda da força de trabalho, constituindo-se em mercadoria.

Na forma geral da produção capitalista (...) os meios de produção, as condições objetivas de trabalho (e meios de subsistência), não se apresentam subsumidos ao trabalhador, este é que aparece a eles subsumido. Não é o trabalhador que os usa, mas eles que o usam. E são por esse meio capital. Capital emprega trabalho... o trabalhador é para eles meio, tanto de lhes conservar valor, quanto de criar mais-valia, isto é serve-lhes para lhes crescer, para sugar trabalho excedente. (Marx, 1980: 385)

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso, uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma de ser, do lado do produto (...). Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. (Marx, 1988: 144)

Cabe, portanto, apresentar uma outra questão teórica problemática do ponto de vista do legado marxiano, a formulação das Diretrizes Curriculares contida no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional que considera:

A profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto

as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria-prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa ainda reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideopolíticas e econômicas (...). (Abess, 7, 1997:66)

Depara-se com dois problemas cuja raiz é a mesma, qual seja: de um lado, deslocar os elementos constitutivos do processo de trabalho implícito na relação do homem com a natureza, para o âmbito da atividade e do exercício profissional em que “a concepção de profissão apresenta como “matéria-prima” do Serviço Social um objeto cuja natureza é puramente social e como tal não pode ser matéria-prima” (Costa, 2000: 99); de outro, ao instrumentalizar o fazer profissional com os elementos do processo de trabalho, como meios e produtos. Novamente esse problema surge ao considerar-se que:

O Serviço Social não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social. Não cumpre ele a função mediadora entre os homens e a natureza; pelo contrário, atua nas relações puramente sociais, nas relações entre os homens. (Lessa, 2000:52)

Dos elementos constitutivos do processo de trabalho, o primeiro deles é o próprio trabalho na relação entre o homem e a natureza, e a concepção de trabalho como trabalho produtivo; porém, “essa determinação de trabalho

produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta de modo algum para o processo de produção capitalista" (Marx, 1988:146), e a relação do processo de trabalho ao processo de valorização é determinante para o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. O trabalho do ponto de vista de sua centralidade ontológica

(...) funda a possibilidade de autoconstrução dos indivíduos e das sociedades e, por isso, é categoria fundante do mundo dos homens (...) Apenas e tão-somente o trabalho cumpre essa função social. Todas as outras atividades humanas, sem exceção alguma, cumprem uma outra função: de algum modo (...) atuam direta ou indiretamente na organização dos homens para a realização do trabalho necessário à reprodução social. (Lessa, 2000:53)

Na dimensão ontológica, somente a relação do homem com a natureza pode ser considerada trabalho, vinculada à produção material. A relação do processo de trabalho ao processo de valorização, de produção de valor e mais-valia é indispensável à acumulação capitalista.

Uma outra questão teórica polêmica presente nas Diretrizes Curriculares, no interior do campo marxista, refere-se à compreensão do Serviço Social como trabalho.<sup>63</sup>

O primeiro elemento do processo de trabalho atividade dirigida a um fim,

---

<sup>63</sup> Sobre essa polêmica (Serviço Social como trabalho, ideologia ou prática), consultar sobre trabalho: ABEPSS (1996); Iamamoto (1998); Almeida (1997); Granerman (1999). Sobre ideologia ou prática consultar: Lessa (2000); Costa (2000); Guerra (2000); Ramos (2000); Gomes (2000).

ou seja o próprio trabalho, pode ser considerado como trabalho produtivo ou trabalho improdutivo (Marx, Capítulo VI – inédito). O trabalho improdutivo não produz valor e mais-valia; portanto, não cabe a relação com os outros elementos constitutivos do processo de trabalho: matéria-prima e os meios de trabalho, tampouco aos produtos, posto que todos atuam na cadeia produtiva orgânica e metabólica da produção do capital no processo de valorização.

Conseqüentemente, a possibilidade de compreender a profissão como trabalho se assenta na referência marxiana na categoria do trabalho improdutivo, que se realiza inclusive no âmbito da reprodução social, centralidade do espaço socioocupacional dos profissionais em Serviço Social.

Para Marx, o trabalho improdutivo se relaciona à produção de valores de uso, vendida como serviço, que não se constitui diretamente produtiva, é desenvolvida por um conjunto de trabalhadores assalariados nos setores de comércio e serviços, na esfera pública e privada, em que não há produção de valor, trabalhos geradores de antivalor (Oliveira).

A condição de assalariamento estrutura o capital, desestrutura o ser social e possibilita a unidade de classe dos assalariados na luta contra o capital. Ressalva-se, porém, de que não se inclui na noção de classe trabalhadora: os gestores do capitalismo, mesmo sendo assalariados, posto que estão a mando do capital; os que vivem da especulação de juros; a pequena burguesia rural e urbana que pode ser aliada do capital ou da classe trabalhadora.

Na complexidade das relações e dos processos de trabalho, no momento da reestruturação do capital, mais e mais trabalhadores que outrora não eram

produtivos; passam a sê-lo, a partir das novas estratégias do capital para recuperar suas taxas de lucro. Outros, porém, passam a ser trabalhadores improdutivos diante das novas funções que desenvolvem não produzindo diretamente mais-valia. Nesse sentido, são fundamentais pesquisas que analisem na contemporaneidade as alterações da força de trabalho na investida do capital no processo de acumulação flexível (na esfera da produção e da circulação).

Lessa não considera o Serviço Social como trabalho à medida que:

- a- o Serviço Social não cumpre a função mediadora entre os homens e a natureza;
- b- essa identificação é incompatível à centralidade ontológica do trabalho;
- c- a função organizadora dos homens difere de sua objetivação na produção.

A função social das atividades humanas voltadas à organização dos homens para que a sociedade se reproduza é ontologicamente distinta da função social do trabalho... Há uma diferença ontológica fundamental entre organizar a vida social para tornar possível uma dada produção material e produzir os bens materiais (Lessa, 2000: 53).

Substantivamente, os argumentos teóricos apresentados por Lessa se sustentam no legado marxiano dos componentes abstratos e simples,

constitutivos do trabalho e do processo de trabalho e sua vinculação ao processo de valorização da sociedade capitalista, produtora de mercadorias.

Lukács retoma o legado marxiano da prioridade ontológica da categoria trabalho, argumentando que se funda um complexo de outros complexos e de práxis sociais em um conjunto de mediações que se expressa a partir do trabalho e das necessidades e possibilidades por ele geradas. Costa, uma das autoras que comprehende o Serviço Social como um complexo ideológico no âmbito da práxis social, baseia-se, teoricamente, no autor marxista húngaro e afirma que:

(...) Essas novas possibilidades e necessidades geradas pelo trabalho só podem ser atendidas por complexos e práxis sociais que não sejam trabalho, do contrário se estaria afirmando que o trabalho funda a si mesmo. Assim o caráter do trabalho como atividade fundante do ser social não significa a redução da práxis humana ao trabalho, mas que outras práxis igualmente importantes se desdobram a partir dele no interior da malha de mediações que constitui o processo de reprodução social. (Costa, 2000:100)

Costa sustenta, portanto, que:

- a- ontologicamente o Serviço Social não pode ser considerado trabalho, uma vez que esse é definido na relação entre os homens e a natureza;
- b- as atividades profissionais tem por finalidade atuar no âmbito das relações entre os homens;
- c- o Serviço Social como práxis social encontra-se na esfera de uma posição teleológica secundária que refere-se a processos sociais

estabelecidos na relações dos homens entre si que atuam sobre os atos de consciência dos indivíduos;

- d- a atividade profissional deve ser compreendida como ideologia na concepção de Luckács<sup>64</sup>, em um complexo que pressupõe uma função social na relação entre os homens na vida cotidiana efetiva (Costa, 2000)

Hauta Ramos e Marques Gomes (2000), duas das autoras que também estabelecem uma interlocução crítica com Iamamoto, no debate sobre Serviço Social e processo de trabalho, avaliam que:

- a- o trabalho do assistente social não pode ser considerado trabalho produtivo por não produzir mercadoria;
- b- o trabalho profissional, mesmo na esfera privada, realiza-se por repasses de serviços sociais e não possui valor de troca;
- c- o Serviço Social, ao contribuir com a reprodução da força de trabalho, não se situa no processo de produção de mais-valia, verificando-se, portanto, uma transposição inadequada de processo de trabalho na profissão (Hauta Ramos, Marques Gomes, 2000:87).

A questão da categoria trabalho relacionada à profissão apresenta-se

---

<sup>64</sup> Luckács define a posição teleológica primária como o ato típico do trabalho através do qual há possibilidade de encaminhar um processo evolutivo do ser social na qual a reprodução dos indivíduos, da sociabilidade e da fala tendem a se tornar cada vez mais sociais (Costa, 2000:103). Com o desenvolvimento social, criam-se complexos parciais formados por posições teleológicas secundárias “que são o solo ontológico no interior do qual surge e se desenvolve o complexo ideológico no contexto da totalidade social” Costa, 2000:105).

ainda, sob outro ângulo analítico, a partir do entendimento teórico do trabalho improdutivo no espectro da tradição intelectual marxiana, expressa no âmbito da reprodução social. A formulação marxiana de que a produção é imediatamente reprodução, circulação e consumo possibilita conceber a profissão como trabalho que atua fundamentalmente na esfera da reprodução social, embora como trabalho improdutivo.

Portanto, devemos aprofundar a polêmica no interior do campo marxista, do ponto de vista teórico, sob o entendimento, ou não, da profissão como trabalho, ou ideologia, posto que há concordância quanto à sua constituição de práxis social, assim como encontram sustentação no legado marxiano.

De outro lado, ainda é necessário superar a inadequação teórica que vincula imediatamente o processo de trabalho à profissão.<sup>65</sup>

#### **6.2.2 – As diretrizes curriculares no interior do processo da contra-reforma do ensino superior no Brasil**

O debate e a definição do projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro e a proposta de diretrizes curriculares para o curso, no período de 1994 a 1996, são expressão do **processo de ruptura** profissional com o conservadorismo nos últimos 30 anos.

---

<sup>65</sup> O processo de desenvolvimento da Pesquisa Nacional sobre o Balanço da Implantação das Diretrizes Curriculares desencadeado pela ABEPSS, em 2006, junto às unidades de Ensino e pela realização das Oficinas Nacionais descentralizadas, pode representar um momento de rico debate e aprofundamento das questões apresentadas para uma maior compreensão teórica e analítica de nosso projeto de formação profissional.

Torna-se necessário demarcar alguns aspectos problemáticos quanto a sua implantação, quais sejam: os limites da institucionalidade em relação à aprovação das diretrizes curriculares, os processos de aligeiramento de cursos que exigiram e exigem um claro posicionamento político, das entidades da categoria, a proliferação do ensino privado em detrimento do ensino público, as questões quanto às dificuldades de implementação das diretrizes curriculares, a questão da avaliação.

Um primeiro registro recai na ampliação ascendente do ensino privado no país em relação à escola pública nos dois governos de FHC com continuidade no Governo de Lula da Silva, em consonância aos ditames do Banco Mundial para a política de Ensino Superior no país. Entre 1998 e 2003, que corresponde respectivamente ao segundo mandato de FHC e início do governo Lula um crescimento de 107% dos cursos presenciais de graduação, embora apresente uma diminuição no governo Lula, ainda há ampliação na esfera privada.

Em 1998, existiam 6.950 cursos de graduação, e, em 2003, totalizavam 15.006 cursos (Boschetti, 2004:20). À primeira vista, esses dados poderiam significar uma ampliação do ensino voltado para jovens entre 18 e 24 anos que chega somente a 9% no ensino superior. Porém, a expansão privada do ensino é prioritária de acordo com a orientação neoliberal macroestrutural, voltada para o mercado; incluem-se nessa ampliação modalidades de ensino que buscam um aligeiramento no processo de formação em cursos de curta duração e ensino à distância em detrimento da formação presencial; desqualificando a formação profissional, em uma linha massificadora do ensino pelo afastamento da

universalização da educação.

Essas medidas na lógica empresarial e mercantil destroem o sentido público e universal do ensino superior e tornam precário o trabalho profissional; portanto, a concepção de ruptura profissional como o conservadorismo articula, em um mesmo *projeto e processo*, a formação e o exercício profissionais.

O ensino privado se expande também para o Serviço Social que, de 79 cursos existentes nos anos 2000, se amplia para 147, em 2004; desses 20,4% em escolas públicas, o que corresponde a 30 cursos, e 79,6% em escolas privadas, correspondendo a 117 cursos; as regiões Sul e Sudeste totalizam 76, 1% do ensino privado de Serviço Social no país (Boschetti, 2004: 21). É preciso dizer que 50% desses cursos foram abertos entre os anos de 1998 e 2000, com maior intensidade entre 2000 e 2001.

Esse período é marcado pela efervescência do debate e pela definição das diretrizes curriculares com sua aprovação em 1996. Um expressivo número de unidades privadas de ensino, criadas nesse processo, encontra-se fora dos debates e, portanto, da apreensão de seu conteúdo, apesar do chamamento da ABEPSS para que as unidades de ensino se incorporem a suas oficinas, independentemente da filiação à entidade, o que nem sempre ocorre.

Nesse processo, muitas unidades de ensino contrataram profissionais da área do Serviço Social para formulação do projeto pedagógico do Curso de acordo com as diretrizes da ABEPSS. Tão logo o projeto é aprovado pelo MEC, a entidade recebe denúncia de demissões e precariedade do ensino que não garantem um mínimo de qualidade.

Outro aspecto a ser considerado é o de que embora o sistema de abertura, credenciamento e avaliação dos cursos, possua um instrumental cujos parâmetros se assentam nas diretrizes curriculares e foram estabelecidos em debate na área e elaborados pela comissão de especialistas, indicada pela ABEPSS majoritariamente, sua aplicação segue uma lógica instrumental. Conseqüentemente, coloca as avaliações acima da média, em um desvio que favorece aprovação da maioria dos cursos, independentemente de suas grandes lacunas, o que favorece ainda mais a lógica privada de expansão do ensino superior.

Deve-se registrar que muitas unidades de ensino se encontram vinculadas à Secretaria Estadual de Educação, como se verifica nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que, pela sua autonomia, se desobrigam de conceder a aprovação dos cursos baseada nas diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC em âmbito federal, o que prejudica ainda mais o projeto de formação profissional definido pela categoria profissional.

A esses elementos, acrescenta-se o fato de o Conselho Nacional da Educação ter aprovado parte das diretrizes curriculares e suprimido aspectos centrais que descaracterizam o projeto de formação profissional. O primeiro se relaciona à proposta do CNE de redução das 2700 horas para integralização do curso acrescida de mais 15% de horas em estágios curricular o que totalizava um curso de 3.105 horas e, no interior desse, 5% em atividades complementares organizadas pedagogicamente no projeto de formação profissional. A Resolução do CNE n. 15 de 13/03/2002, define em seu artigo 3: “A carga horária do curso

de Serviço Social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta do curso de bacharelado”. O CNE propõe que o Curso totalize 2.700 horas, o que não é aprovado, após um processo de articulação, mobilização e lutas da ABEPSS junto ao CNE, em 2004, que define a carga horária de 3.000 horas, em 2004, para um conjunto de cursos. No período de 2002 a 2004, muitas unidades de ensino propuseram que os cursos totalizassem 2.700 horas, incluído o estágio, tornando precária a formação profissional.

Em referência ao item “Conteúdos Curriculares”, o Parecer 492/2001 do CNE apenas destaca que os conteúdos devem estar estruturados nos Núcleos de Fundamentação: Teórico-Metodológicos da Vida Social, Formação Sociohistórica da Sociedade Brasileira, Trabalho Profissional, desconsiderando os conteúdos explicitados nas diretrizes da ABEPSS. A ausência dos conteúdos fundantes descaracteriza e fragiliza, do ponto de vista teórico e de concepção, o projeto de formação profissional, além de reproduzir conteúdos repetidos em diversos espaços pedagógicos, embora sejam enunciados na consigna dos núcleos de fundamentação.

Ressaltamos o significado político e pedagógico do processo coletivo de construção, deliberação das diretrizes curriculares e do processo de avaliação nos fóruns da ABEPSS, antecipando-se ao MEC e reafirmando os pressupostos teóricos que balizam o projeto de formação profissional. Porém, as questões anunciadas colocam entraves para a implementação das diretrizes curriculares que requer atenção, acompanhamento, capacitação e estratégias permanentes de defesa de nosso projeto de formação e de educação pública, universal e de

qualidade. Isso exige mobilização e lutas no interior da categoria, articuladas ao movimento mais amplo de defesa do ensino e do trabalho.

### **6.2.3 – Contra-reforma no ensino superior: implicações para o Serviço Social, desafios e lutas necessárias**

Selada a partir do governo FHC, a contra-reforma no ensino superior atinge o conjunto dos cursos do país a partir de seus elementos centrais: expansão do ensino privado, liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, supressão do caráter universalista da universidade, subordinação dos objetivos acadêmicos à lógica do mercado e redução da autonomia universitária.

As medidas dessa reforma têm na LDB seu suporte institucional. Novas modalidades de cursos ampliam a subordinação da universidade aos interesses do capital, entre eles os cursos seqüenciais, a educação à distância e os mestrados profissionalizantes, que se caracterizam por cursos que priorizam a quantidade em detrimento da qualidade, o aligeiramento dos cursos e sua adequação às exigências do mercado, ou seja a produtividade, a flexibilidade e a racionalidade na lógica instrumental.

#### **6.2.3.1 – Os cursos sequenciais**

Os cursos seqüenciais previstos na LDB e inspirados nos *communiy*

*colleges americanos,*

(...) organizam-se conforme campos de saber, distintos das áreas de conhecimento – e suas áreas de aplicação –, a partir das quais se organiza a graduação (...), a qualificação de campos de saber encontra-se bastante fluida na normatização sobre os cursos seqüenciais. Considera-se que estas podem estar contidas em uma das áreas fundamentais do conhecimento ou formar um campo multidisciplinar. (Iamamoto, 2004: 54)

A legislação apresenta duas modalidades desses cursos superiores não graduados: de complementação de estudos – de destinação coletiva ou individual – e de formação específica. Os cursos seqüenciais de complementação de estudos devem estar vinculados a um ou mais cursos da graduação, e os de destinação individual têm duração variada e são propostos pelos candidatos, enquanto os de destinação coletiva são definidos pela instituição quanto à oferta, carga horária e integralização.

A compreensão das entidades da categoria profissional sobre os cursos seqüenciais de complementação de estudos é de que os mesmos podem significar um mecanismo de contribuição ao processo de formação continuada desde que sigam os critérios de:

- a- viabilizarem-se a partir do projeto ético-político profissional;
- b- possibilitar a qualificação da categoria profissional por meio desses cursos;

- c- restringir a oferta de curso de complementação de estudos a graduandos e graduados em Serviço Social e outras áreas para garantir a interdisciplinaridade;
- d- a oferta desses cursos para graduandos deve ser considerada como complementar e não integralizadora do curso no currículo. (Relatório do Seminário Nacional, 2000:173/174).<sup>66</sup>

Os cursos seqüenciais superiores de formação específica compreendem 1.600 horas ou 400 dias letivos e são cursos de curta duração, vinculados à área do saber. Fornecem diplomas, embora não ofereçam grau e respondam à lógica mercantil de qualificar quadros técnico-instrumentais para o mercado, com salários menores que os correspondentes aos de cursos graduados.

A lógica perversa desses cursos seqüenciais de formação específica se aplica às mais variadas situações: cria ilusões nas massas trabalhadoras quanto ao ingresso na universidade; porém, esse é realizado em curso de segunda linha, posto que os de primeira linha são destinados a uma elite; no mercado, abrem-se postos de trabalho sob denominação genérica. Permite que todos concorram em que os mais qualificados – graduados – tenham maior chance de adquirir a vaga, por um salário deteriorado, rebaixado pelos cursos de curta duração, além de quebrarem determinados cursos graduados de formação profissional, pois os de curta duração acabam sendo vendidos como seus

---

<sup>66</sup> A diretoria da ABEPSS, na gestão 1998-2000, realiza um Seminário Nacional, em dezembro de 1999, precedido de oficinas regionais sobre “A política de Ensino Superior no Brasil: a regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social, com as entidades nacionais- CFESS e ENESSO; momento que se delibera contra os cursos seqüenciais de formação específica, posto que esse torna precária a formação profissional; Consultar a revista *Temporalis I*, ano I, n. o 1. janeiro a julho de 2000.

substitutos.

A ABEPSS, no âmbito da formação profissional, e a ENESSO, na esfera da organização estudantil, tratam diretamente da formação profissional e o CFESS da regulamentação do exercício profissional, em que todas as entidades da categoria defendem e lutam pelo mesmo projeto de profissão, e do ponto de vista da totalidade articulam-se permanentemente a formação e o exercício profissional. Isso fortalece o posicionamento político unitário das entidades da categoria profissional, em uma programática comum e articulada para o enfrentamento das questões que atingem o projeto profissional do serviço social brasileiro e de **sua direção sociopolítica**.

#### **6.2.3.2 – Os mestrados profissionalizantes**

Os mestrados profissionalizantes na lógica da LDB, regulamentados pela Portaria 080 de 16/1298, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes; visam “a formação de profissionais pós-graduados para elaborar novas técnicas e processos”. Neste sentido, diferenciam-se dos mestrados acadêmicos que “visam o aprofundamento de conhecimentos, ou técnicas de pesquisa científica, tecnológica ou artística”.

Sob a lógica de dar flexibilidade à educação, no neoliberalismo, os mestrados profissionalizantes vêm no sentido de: a) com maior agilidade, rapidez, menor custo, qualificar o corpo docente em 30% do quadro de doutores e mestres exigidos pela LDB em detrimento da qualidade e natureza dos

mestrados acadêmicos de formação de docentes, b) responder às exigências do mercado de trabalho mais hierarquizado para melhor qualificação na competitividade de postos de trabalho reduzidos diante da precariedade do trabalho e do desemprego; c) tendência gradativa de supressão dos mestrados *lato sensu* na pós-graduação, substituindo-os por mestrados profissionais, em detrimento da pesquisa e da qualidade acadêmica. O Encontro Nacional de Pós-Graduação realizado em dezembro de 2005, em Recife (PE) reafirmou a posição da ABEPSS contrária à implantação dos mestrados profissionalizantes.

#### **6.2.3.3 – O ensino à distância**

Pouco adianta fazer a propaganda da modernização educacional de uma educação sem substância e promover a modernização tecnológica num sistema educacional sem substrato que produz relações assimétricas. (Braga, 2006:4)

O ensino a distância (EaD) é um dos elementos constitutivos da contra-reforma do ensino superior no Brasil por intermédio da LDB/1996 que segue o receituário do FMI e do Banco Mundial, a ser aplicado nos países de economia atrasada. A legislação à distância em seu artigo 80 prevê que “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada”, em 1998, o governo de FHC regulamenta este artigo pelo decreto 2494/98. O incentivo da esfera estatal para os programas de ensino à distância prevê a abertura de 700 mil novas vagas, o que abre o caminho para a expansão da privatização, em uma diminuição gradativa do ensino presencial e

a correspondente ampliação de cursos semi-presenciais e de ensino à distância. A partir de 1995, tem-se o maior crescimento de ensino a distância da última década; de 200 mil estudantes no EaD, em 1990, aumentou para 1.137.908 em 2005, considerados os alunos de todas as modalidades de ensino à distância. Em relação aos cursos de graduação e pós-graduação, tem-se o dado de dez cursos de EaD no ano 2000, que em um período de quatro anos foi ampliado para 106 cursos.

Oficialmente estão credenciados 18 estados da Federação para a realização dos cursos de EaD, correspondendo a: Norte, 11.6644 alunos; Nordeste, 57.982 alunos; Centro-Oeste, 23.588; Sudeste, 16.387 alunos; Sul 52.856 alunos, totalizando 309.957 alunos, o que corresponde a um terço do total de alunos existentes nos cursos de educação à distância em todos os níveis.

O EaD é concebido para ser um ensino massivo, contraposto à universalização do ensino público, estatal e em todos os níveis. Prevê o número reduzido de tutores e técnicos na utilização desta força de trabalho em detrimento dos educadores presenciais, na lógica da flexibilidade de direitos.

A portaria de número 4059/2004 do Ministério da Educação e Cultura – MEC do governo Lula determina que “as universidades e institutos de ensino superior poderão introduzir até 20% de seus cursos à modalidade semi-presencial”.

A escola, o processo educacional e as tecnologias devem ser analisados no interior das relações econômicas e sociais presentes no capitalismo

monopolista, no qual “o capital financeiro fundiu-se com empresas de comunicação, de entretenimento, de publicidade e de educação conferindo maior poderio da indústria cultural” (Braga, 2006:6).

A tecnologia e sua aplicação podem e devem ser utilizadas no processo educacional; no entanto, não pode ocorrer a substituição do ensino presencial pelo ensino virtual em nome da lucratividade, no interesse do capital.

As entidades da categoria ABEPSS, CFESS-CRESS e ENESSO pronunciaram-se contrárias à implementação de cursos de graduação à distância, reafirmando: educação como direito, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, processo formativo básico na perspectiva da totalidade e criticidade na apreensão da realidade social. Apresenta, na particularidade do curso de Serviço Social, a importância do ensino presencial em relação ao ensino do trabalho profissional (ou ensino da prática) em todas as fases do processo formativo, realização do estágio profissional supervisionado de modo presencial e com acompanhamento dos supervisores acadêmicos de campo, realização de pesquisa e investigação como princípio que perpassa toda formação profissional. Neste sentido, a implementação dos cursos de graduação à distância “se confrontam radicalmente com os nossos compromissos e princípios e colidem com os conteúdos, habilidades e competências previstas nas diretrizes curriculares para os cursos de serviço social” (ABEPSS/CFESS/CRESS/ENESSO, 2006).

### **6.3 – Lutas gerais da categoria dos assistentes sociais com o movimento**

## **da educação**

A educação que queremos e pela qual lutamos não está no âmbito do capitalismo. Em uma sociedade de classes, convive uma escola de classes. A universidade que queremos pressupõe a transformação radical da sociedade: o fim da propriedade privada dos meios de produção, o fim das classes.

No plano imediato da política educacional, devemos lutar junto com o movimento da educação pelas bandeiras de lutas definidas coletivamente:

- a- 10% para a educação, para que os 400 milhões que se destinam à filantropia sejam direcionados para o ensino público estatal;
- b- pela autonomia da universidade em todos os seus aspectos: pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- c- por uma universidade pública, laica, gratuita, universal, para que a produção do conhecimento esteja voltada para os interesses concretos postos pela realidade social;
- d- que a universidade cumpra sua finalidade social; portanto, sua *direção social* deve se voltar para a grande massa de trabalhadores, democratizando o acesso e a permanência, e a luta para que o recurso público seja destinado à escola pública;
- e- pela mudança na orientação das políticas de focalização de acesso;

- f- para que a rubrica de assistência estudantil seja reinserida no orçamento objetivando assegurar material pedagógico, alimentação em restaurantes universitários, subsídios para transporte, moradia estudantil;
- g- por bolsas de IC – Iniciação Científica, como parte do trabalho acadêmico, para todos os estudantes que atenderem os requisitos democraticamente estabelecidos com ampla participação estudantil;
- h- para que os aposentados sejam mantidos em folha de pagamentos do MEC e tenham assegurada a paridade com os ativos;
- i- extinção das fundações privadas de apoio;
- j- valorização da carreira docente e dos técnicos administrativos e realização de concursos públicos;
- k- livre organização sindical; lutar para impedir que haja abertura da educação como área de investimento estrangeiro, combater as políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI;
- l- pela cooperação solidária e não mercantil entre os povos.<sup>67</sup>

A luta pelo ensino de qualidade na agenda do movimento da educação (estudantes, professores e funcionários) pressupõe a luta contra a contra-reforma do Ensino Superior em curso em nosso país. O XI CBAS em Fortaleza (2004)

---

<sup>67</sup> Agenda para a Educação Superior no Brasil – XXIV Congresso do- ANDES – Sindicato Nacional dos docentes do ensino superior, 24 de fevereiro a 10 de março de 2005, Curitiba-PR (consultar *Caderno de resoluções do congresso* – Brasília, 2005).

positionou-se contrariamente a esta contra-reforma em continuidade à luta de resistência contra o neoliberalismo.

Lutar por uma reforma do ensino superior progressiva pressupõe que se estabeleça:

- a- garantia de ensino público universal como política e como direito;
- b- estatização sem indenização de toda a rede particular de ensino sob o controle dos que nela estudam e trabalham;
- c- constituição de um Sistema Único de Ensino, em que se exclui o ensino pago como condição para garantir o direito democrático de acesso ao ensino superior a todos;
- d- defender com mobilização e organização as reivindicações estudantis e da educação contra a contra-reforma do ensino superior do governo,
- e- combater, portanto, a idéia de uma educação determinada pelos interesses mercantilistas do empresariado da educação.

A educação é expressão das relações econômicas e sociais; portanto, em uma sociedade de classes, não há possibilidade de universalização das políticas, uma vez que a burguesia e o Estado a seu serviço não têm interesse em abrir a escola para todos, pois em sua essência necessita acumular capital e explorar força de trabalho.

A burguesia nacional e o reformismo social-democrático subservientes ao imperialismo mostram-se incapazes para realizar as tarefas democráticas, que

precisariam ser implementadas, pois essas não foram concretizadas em países capitalistas de desenvolvimento tardio. É necessário, portanto, que se tenha uma posição histórica

(...) consequente, ou seja, proletária e revolucionária, fazer a defesa da solução das tarefas democráticas sob a estratégia da revolução social, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, Somente o modo de produção baseado na propriedade e na distribuição coletiva colocará à disposição de todos a escola e o conhecimento. (Oliveira, 2004:36)

## 7 – Algumas considerações finais

Esta tese teve por objeto a **direção sociopolítica** do projeto ético-político profissional como **processo de ruptura** com o conservadorismo na ambiência econômica, sociohistórica, ideopolítica e cultural do país nos últimos 30 anos.

Esta análise se baseou em um **balanço do processo de ruptura** do Serviço Social Brasileiro a partir da conquista hegemônica da categoria de um projeto profissional com **direção social**, em uma perspectiva histórico-ontológica, na causalidade macroestrutural do capitalismo, no plano internacional e seus rebatimentos na realidade nacional nas diferentes conjunturas das três últimas décadas.

A realidade social se constitui na referência da profissão, na divisão sociotécnica do trabalho, e as expressões da Questão Social, sua fundação

sociohistórica, o que pressupõe análise concreta das situações concretas em um processo de lutas sociais nos anos 80 e no avanço do neoliberalismo a partir dos anos 90 que trazem novos desafios à classe-que-vive-do-seu trabalho, mediante a resposta do capital à sua própria crise em que recai, sobre as massas trabalhadoras, um processo de barbarização da vida social.

O **processo de ruptura** do projeto profissional com o conservadorismo tem sua referência pública e coletiva no III CBAS em 1979, no *congresso da virada*, em que a categoria organizada delibera por uma **direção sociopolítica** de seu projeto profissional, o compromisso histórico com a classe trabalhadora, rompendo com o conservadorismo. Esta clivagem somente foi possível devido à vinculação da categoria profissional por suas entidades sindicais e pré-sindicais, por meio da CENEAS (1979 a 1983) e da ANAS (1983 a 1994), com os movimentos sociais organizados na ANAMPOS (1978 a 1983) e na CUT (1983 a 1994).

O Novo Sindicalismo, nos marcos da autonomia e independência de classe dos anos 80, e o processo de lutas pela redemocratização do país, aliados às lutas antiimperialistas, anticapitalistas e no horizonte da construção do socialismo, estabelecem o legado histórico, político e organizador da categoria dos assistentes sociais em que as 28 entidades sindicais e ANAS, até 1994, se filiaram à CUT, bem como auxiliaram a fundação de CUTs regionais e estaduais em muitos estados da federação. Apesar de ser uma organização de categoria, tiveram concepção e prática sindicais classistas.

Em 1987, inicia-se o processo de construção dos sindicatos de ramo de

atividade econômica, a partir da deliberação do II CONCUT (1986). A categoria extingue a grande maioria de suas entidades sindicais estaduais (24 das 29 existentes) e nacional no período de 1990 a 1994. A posição de construção do ramo pode possibilitar a organização dos trabalhadores coletivos de uma dada esfera de contratação; apresenta, todavia, dificuldades nesta transição sindical: a decisão pela construção do ramo de atividade ocorre em momento de vigor do novo sindicalismo (meados de 80) e sua transição começa a se efetivar no momento de implantação do neoliberalismo no Brasil que leva o movimento sindical a uma ação defensiva.

De outro lado, as categorias profissionais recuam na construção do ramo (apesar das decisões de seus congressos nesta direção), sendo a categoria dos assistentes sociais, dentre as organizações sindicais de categorias profissionais, a que segue na direção da inserção e da construção do ramo de atividade econômica. Se de um lado, constatamos um elevado número de assistentes sociais filiados aos sindicatos gerais e de contratação (30% em média), de outro, os sindicatos gerais não tinham acúmulo quanto às questões particulares das categorias profissionais (cargos e carreiras, concursos públicos, requisições profissionais entre outros) em um momento de precariedade do trabalho (acumulação flexível) e avanço do desmonte do Estado com retração do orçamento e das políticas públicas (neoliberalismo).

*A transitoriedade sindical inconclusa* da categoria profissional se apresentou como uma das questões problematizadas na tese, que requer articulação das entidades da categoria, obviamente sem se desvincular de suas

naturezas (formação e exercício profissional). Aqui temos um outro nó problemático, posto que os CRESS e CFESS, por não se constituírem entidades sindicais, não têm participação orgânica junto ao movimento sindical, o que dificulta trazer para si demandas do trabalho (até porque não são de sua responsabilidade). No entanto, devem contribuir na articulação com as entidades sindicais pelo acúmulo que têm sobre o exercício profissional, atribuições e requisições profissionais que podem contribuir na retomada das lutas em um período de precariedade do trabalho a partir dos anos 90, estendendo-se na metade da primeira década dos anos 2000.

Portanto, a *vinculação com o movimento social*, a partir da organização político-sindical da categoria nos anos 80, apresenta-se *constitutivamente determinante* na construção do projeto ético-político-profissional do Serviço Social Brasileiro dos anos 90. Essa vinculação estabelece ainda uma articulação entre o *projeto profissional* e o *projeto societário* de emancipação humana.

Do ponto de vista da produção acadêmica em 1982, a categoria profissional é brindada com a obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, calcada no legado marxiano e na tradição marxista, que estabelece: a profissão na divisão sociotécnica do trabalho; o significado sociohistórico da profissão no âmbito da contradição capital-trabalho, na esfera da produção e reprodução das relações sociais; a gênese e o desenvolvimento da profissão a partir das expressões da Questão Social nos marcos da formação do proletariado na sociedade de classes; a profissão como prática institucionalizada (e legitimada) a responder as

necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho.

Em relação ao exercício profissional temos o processo de democratização das entidades, bem como a definição do Código de Ética de 1986 que rompe com o neotomismo e o Código de 1996 que supera as lacunas anteriores e avança do ponto de vista teórico-filosófico, em que as dimensões teleológica (finalidade social) e ontológica se fazem presentes articulando o projeto profissional e sua direção sociopolítica à perspectiva da emancipação humana.

A formação profissional rompe com o conservadorismo teórico em 1982; porém, a superação das lacunas se efetiva com a definição das diretrizes curriculares de 1996 que, sob a perspectiva da totalidade do ser social, tem na categoria trabalho a centralidade da formação profissional, reconhecendo-se a produção material como momento predominante da produção social.

O processo de ***ruptura profissional***, ao largo de 30 anos, contou com uma categoria fortemente organizada, o que possibilitou: a ruptura com o conservadorismo e com o neotomismo, a definição de uma direção sociopolítica tática e estrategicamente comprometida com as lutas sociais do ponto de vista da classe-que-vive-do-seu-trabalho. Nos anos 80, esteve vinculada organicamente ao movimento social e, na década de 90, avançou do ponto de vista teórico-filosófico e da produção e sistematização do conhecimento, bem como na articulação com as ciências sociais, nos marcos da teoria do legado marxiano e da tradição marxista e na interlocução crítica com outras correntes teóricas.

As intercorrências determinadas pelas crises macroestruturais apresentam novos desafios diante da reestruturação do capital que avança destrutivamente pela acumulação flexível, neoliberalismo e investida da pós-modernidade, de forma mais incisiva no Brasil a partir da década de 90, quando a categoria se posicionou firmemente contra o neoliberalismo em defesa dos direitos sociais historicamente conquistados. Nesse sentido, a análise das confluências das crises macroestruturais, seus rebatimentos no continente latino-americano e na particularidade do caso brasileiro, nos desenha o solo sociohistórico determinante para, a partir dos elementos constitutivos da realidade realizar, o movimento ao pensamento e repensar táticas e estratégias para que o nosso *projeto tenha futuro, articulado às lutas imediatas e históricas da classe trabalhadora.*

Os desafios atuais se ampliam à medida que o governo do país é dirigido por um partido ao qual os dirigentes militantes da categoria estiveram vinculados (simpatizantes ou militantes), sob a forte influência do PT dos anos 80, mas também dos anos 90, quando foram privilegiadas as lutas institucionais, que na entrada dos anos 2000 dão continuidade na esfera federal, ao neoliberalismo sob a dominação do grande capital.

É preciso que continuemos com a autonomia e a independência com que construímos nossas entidades e repensarmos as articulações sociopolíticas para além do movimento da categoria e do plano institucional das ações, como os conselhos de direitos e de políticas sociais. As entidades da categoria profissional devem repensar suas ações no sentido de atuar na frente única

classista anticapitalista, antiimperialista, que se constrói no movimento social no sentido de continuar resistindo ao neoliberalismo, porém vincular-se às lutas sociais independentes e autônomas em relação ao governo e aos partidos.

De outro lado, uma das grandes dificuldades se expressa no sindicalismo combativo dos anos 80 no campo da CUT, que se transforma em um sindicalismo reformista nos anos 90 e a partir do Governo Lula perde sua autonomia ao constituir-se em sindicalismo estatista e governista. Do ponto de vista sindical, desde a década de 90, abandona suas formas organizadoras, democráticas e horizontais, substituindo-as por formas burocratizadas que abandonam a democracia operária, com propostas de sindicato orgânico à Central, em detrimento da autonomia dos sindicatos, que previa organização desde a base (chão de fábrica, comissões sindicais por local de trabalho). As ações diretas são substituídas pelas negociações sindicais com o patronato e o Estado prescindindo das lutas sociais de massas.

No âmbito da formação profissional, posicionamo-nos contrariamente às contra-reformas do ensino superior (governo FHC e Lula) e seus desdobramentos como: cursos seqüenciais, mestrados profissionalizantes, educação à distância para os cursos de graduação; assim como no CBAS, posicionamo-nos contrariamente às contra-reformas sindicais dos governos FHC e Lula e as políticas compensatórias em detrimento das políticas sociais universais. Lutamos em relação à integralização do curso e nos posicionamos contrariamente ao dilaceramento de nossas diretrizes curriculares que retiram os conteúdos fundantes da formação profissional.

Nesta tese, priorizei o debate teórico apresentando as principais polêmicas que tangenciam o interior do campo marxista: como o entendimento da profissão como trabalho, ideologia ou prática, em que podemos ter sustentação teórica no legado marxiano e na tradição marxista; porém, em torno da profissão como práxis, há concordância teórica.

Outro aspecto de centralidade teórica é o reconhecimento de que o processo de trabalho não se vincula imediatamente às profissões. Penso que há nesta questão uma incorreção teórica nas diretrizes curriculares. Registrei ainda o ataque das teorias pós-modernas, em que reafirmo teoricamente a centralidade da categoria trabalho em suas dimensões ontológica e teleológica para o ser social na totalidade da produção social. O trabalho como categoria central na qual todas as outras determinações da prática já se apresentam. O protagonismo do proletariado na perspectiva de seu papel estruturante na transformação radical da sociedade pela sua inserção no modo de produção capitalista (produção de valor e de mais valia), na luta pelo fim da exploração da força de trabalho humano na direção da construção do socialismo. Um outro conjunto de questões foi apresentado, mas sei dos limites objetivos de uma tese, o que não significa que não indique os desafios para uma reflexão e ação futuras (teórica e político-organizativa). Entre esses desafios, quero salientar o desastre dos programas compensatórios implantados no Brasil (governos FHC e Lula) e a necessidade da continuidade da luta por políticas sociais, embora tenhamos clareza de seus limites e antagonismos no capitalismo.

Um dos aspectos que precisamos coletivamente repensar (entidades da

categoria) diz respeito a uma aproximação mais efetiva junto à categoria profissional, no sentido de uma formação continuada permanentemente crítica e comprometida com as reivindicações os e interesses dos profissionais, incentivando-os a uma articulação profissional por área temática e de inserção sindical nos ramos de atividade econômica. As universidades públicas devem se voltar para capacitação permanente no incentivo aos profissionais de campo para que avancem na sistematização de saberes e estratégias profissionais direcionadas às necessidades e direitos sociais e trabalhistas. Do ponto de vista da teoria, devemos combater a visão liberal de cidadania, equidade, justiça social que têm sido apropriadas pelos partidos da ordem e social-democratas e que têm servido para ampliar as desigualdades, aprofundar essas concepções teóricas do ponto de vista da concepção da radicalidade socialista. Nesta tese trabalhei com a concepção de democracia socialista, como um dos supostos fundamentais do combate teórico ao politicismo fortemente e hegemonicamente dominante entre setores de esquerda que abandonaram a perspectiva socialista e, consequentemente, da emancipação humana.

## **Referências Bibliográficas**

ABEPSS - Formação do Assitente Social no Brasil e a Consolidação do Projeto Ético- Político - pp.72 à 81 - Revista Serviço Social e Sociedade - No 79 – Ano

XXV - Especial 2004 - Serviço Social: Formação Profissional - Setembro de 2004

\_\_\_\_\_ - Vários autores sobre 20 anos de Relações Sociais e Servço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica -ABEPSS-Fortuna Círica - 2004

ABEPSS/CFESS/ENESSO - Política do Ensino Superior no Brasil: a regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social - pp. 169-179 - Relatório Final do Seminário - Revista ABEPPS - Temporalis I - Reforma do Ensino Superior e Serviço Social - Ano I - No 1 - janeiro à junho de 2000

ABESS/CEDEPSS - Proposta Básica para O Projeto de Formação Profissional - Revista Serviço Social e Sociedade - No 50 - O Serviço Social no Século XXI - Ano XVII - Cortez Editora - São Paulo - Abril de 1996

ABESS/CEDEPSS - Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço -Social com Base no Currículo Mínimo Aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de Novembro de 1996 - pp. 58-76 - Cadernos ABESS - No VII - Formação Profissional: trajetórias e desafios - Edição Especial - Cortez Editora - São Paulo – 1997

ABESS - Diretrizes Curriculares e pesquisa em Serviço Social - Cortez Editora - Novembro de 1998

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL Maria do Socorro Reis- O Novo Sindicalismo e o Serviço Social- Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988,Cortez Editora São Paulo-1995

\_\_\_\_\_, Regime de Acumulação Flexível e Saúde do trabalhador- Revista da Fundação SEADE- pp. 03-10 - São Paulo em Perspectiva, Saúde do Trabalhador I , volume 17,n.o 1, janeiro/março de 2001

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa-Reforma do Ensino Superior sob a Lógica Neoliberal Revista PUC-VIVA-Faces da Educação-Reforma Universitária, artigo pp.21 a 29-Ano 6-n.o 21-julho a setembro de 2004

\_\_\_\_\_. Artigo sobre o livro - Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica - In. 20 anos do Livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – ABEPPS – 2002 – Apoio CNPQ

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa e alii-Reforma Sindical e Reforma Trabalhista: Em Direitos Não se mexe- Revista PUC-VIVA-Reforma Sindical, artigo pp.97 a 103- ANO 6-n.o 23-janeiro a março de 20 Editora HUCITEC - São Paulo - 05

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, CABRAL Maria do Socorro Reis, FARIA

Sandra-Transitoriedade Inconclusa, X CBAS-Caderno de Teses-ABEPSS/ CFESS/ ENESSO-Rio de Janeiro-2001

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, MAZZEO Solange Carvalho, FINGERMANN, Trofimena Mafalda Felícia Noschese - Repensando O Trabalho Social- Relação entre Estado, Instituição e população- Cortez Editora, São Paulo- 1979

ADUNICAMP - Caderno Especial - A destruição, o que está em jogo? Reformas: Universidade Pública - Campinas - setembro de 2004

ALMEIDA, José M. de et alii. - A Contra Reforma Sindical/ Trabalhista: banquete para o grande capital e os burocratas sindicais - Revista PUC VIVA - Reforma

Sindical - Ano VI - N 23 - Janeirro à Março de 2005

ALMEIDA, N.L.T. - Considerações para o exame do Processo de Trabalho do Serviço Social - Revista Serviço Social e Sociedade - No 52 - Ano XXVII - Cortez Editora São Paulo - Dezembro de 1996

ALVES, Giovanni - Nova Ofensiva do Capital, Crise do Sindicalismo e as Perspectivas do Trabalho - O Brasil nos Anos Noventa - pp. 109-162 - Neoliberalismo e Reestruturação Pordutiva: as novas determinações do mundo do trabalho - Organizadores: Teixeira, Francisco e Oliveira, Manfredo - Cortez Editora e Universidade Estadual do Ceará - Outubro de 1996

\_\_\_\_\_ O Novo e Precário Mundo do Trabalho

ALVES, Maria Helena Moreira, Estado e Oposições no Brasil - 1964/1984 - Editora Vozes - Petrópolis - 1985

ALMEIDA, Maria Ermínia Tavares - O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas - Debate e Crítica - UCITEC - São Paulo – 1978

ANAIS- III CBAS-Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais- CFAS-1979

ANAIS da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. Tendências da Educação Superior para o Século XXI – Paris – 5 a 9 de outubro de 1998 – UNESCO/ Conselho de reitores das universidades brasileiras/ CAPES/ Ministério da Educação

ANAS - O Serviço Social nas Relações Sociais; movimentos e alternativas de serviços sociais - Cortez Editora - São Paulo - 1991

\_\_\_\_\_  
Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais - VI  
CBAS - Congresso Chico Mendes - Cortez Editora - São Paulo – 1991

ANDES - Agenda para o Ensino Superior - XXIV Congresso - 2005 - Curitiba

ANAS - O Serviço Social nas Relações Sociais - Movimento e Alternativas de Políticas Sociais - São Paulo - 1991

ANTUNES, Ricardo - Adeus ao Trabalho? - Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho - Cortez editora, Editora da UNICAMP - São Paulo - 1995

\_\_\_\_\_  
Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra - Artigo pp. 71-84 - Trabalho, Reestruturação Produtiva e

Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro - III Edição -- Boitempo

Editorial - São Paulo - Março de 1999

\_\_\_\_\_, Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho - I Edição - Boitempo Editorial - São Paulo - outubro de 1999

\_\_\_\_\_, A Desertificação Neoliberal no Brasil\_ Collor, FHC, Lula - Editora Autores Associados - julho de 2004\

\_\_\_\_\_, Lutas Sociais e Desenho Societal no Brasil dos Anos 90 - Revista Crítica Marxista - São Paulo - Editora Xamã - N 07, 1998

ANDERSON, Perry - Balanço do Neoliberalismo - pp. 9-28 - Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático - Organizadores: Sader, Emir e Borón, Atílio - Editora Paz e Terra - São Paulo - 1995

BATISTA, Genildo- A esquerda e o neoliberalismo noBrasil. Texto elaborado para o Gabinete do Deputado federal Ivan valente PT, mimeo- São Paulo- 1995

BARROCO, Maria Lúcia Silva - Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos - Cortez Editora - 2001

\_\_\_\_\_, O Novo Código de Ética Profissional do Assitemte Social - Revista Serviço Social e Sociedade - número 41 - Cortez Editora - São Paulo - 1993

\_\_\_\_\_, Os Fundamentos Sócio-Históricos da Ética - Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, traballho e Serviço Social - Módulo II - CEAD/UNB/CFESS/ABEPSS - Brasília - 1999

\_\_\_\_\_. BRITES, C - A Centralidade da Ética no Currículo de Serviço Social  
- Revista Temporalis - V.I - No II - Associação Brasileira de Ensino e  
Pesquisa em Serviço Social - Brasília - 2000

\_\_\_\_\_. A Inscrição da ética e dos Direitos Humanos no Projeto Ético -  
Político do Serviço Social - pp.27-42 - Revsita Serviço Social e Sociedade  
- No 79 - Ano XXV - Especial 2004 - Serviço Social: Formação Profissional  
e Projeto Político - Setembro de 2004

BATISTONI, Rosângela et alii. - Proposta Curricular da Faculdade de Serviço  
Social da PUC-SP - Cadernos ABESS - N 08 - Diretrizes Curriculares e  
Pesquisa em Serviço Social - Cortez Editora - Bnovembro de 1998

BENEVIDES, M.V.M - Introdução: Representação e Democracia Direta:  
elementos fundamentais - pp.10-48 - In. A Cidadania Ativa - Editora Ática -  
S.A. - São Paulo - 1991

BEHRING, Elaine Rossetti - Brasil em Contra - Reforma - desestruturação do  
Estado e Perda de Direitos - Cortez Editora - São Paulo - novembro de  
2003

BIHR, Alain - Da Grande Noite à Alternativa: o Movimento Operário Europeu em  
Crise - Boitempo Editorial - I Edição - Agosto de 1998

BLACKBURNE, R. (org) - Depois da Queda. O Fracasso do Comunismo e o  
Futuro do Socialismo - Editora Paz e Terra - Rio de Janeiro - 1992

BONETTI, D. e alii (orgs) - Serviço Social e Ética: convite à uma nova práxis -  
Cortez Editora/ CFES - São Paulo/ Brasília - 1996

BOTTOMORE, Tom- Dicionário do Pensamento Marxista-Zahar, Jorge Editor-  
Rio de Janeiro-1983

BOSCHETTI, Ivanete -Seguridade Social e projeto Ético-Político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? – pp. 108-132 - In. Revista Serviço Social e Sociedade - N 79 - Ano XXV - Serviço Social: Formação e Projeto Político - especial 2004 - Cortez Editora- São Paulo - Novembro de 2004

\_\_\_\_\_. O Desenho das Diretrizes curriculares e Dificuldades na Sua Implementação - pp. 17-30 - Revista ABEPSS/Temporalis - n 08 - O Ensino do Trabalho Profissional: desafio para a afirmação das diretrizes curriculares e do projeto ético- político - Ano IV - N 08 - julho à dezembro de 2004

BRAVERMAN, Harry - Trabalho e Capital Monopolista: a ddegradação do trabalho no século XX - Editora Guanabara, 3a edição

BRAZ, Marcelo - O Governo Lula e o Projeto Ético-Político do Serviço Social - Revista Serviço Social e Sociedade - No 78 - Gestão Pública - Ano XXV - Julho de 2004

CAMPOS, Marta Silva-Tese VII CBAS- Os desafios dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais- à propósito do III e do VII CBAS- Caderno de Teses-ANAS-ABESS-CFAS-São Paulo- 1992

CARDOSO, Franci Gomes - As Novas Diretrizes Curriculares para A Formação Profissional do Assistente Social; principais polêmicas e desafios - pp.07-18 - Temporalis II –

Diretrizes Curriculares: Polêmicas e Perspectivas - julho à dezembro de 2000

---

\_\_\_\_\_, Organização das Classes Subalternas: Um desafio para o Serviço Social-Cortez Editora, Edufitia- São Paulo-1995

\_\_\_\_\_, LOPES, Josefa Batista e ABREU, Marina Maciel. Artigo: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: (re) fazendo a história da profissão - In. 20 anos do livro Relações sociais e Serviço Social no brasil - ABEPSS - 2002- Apoio CNPq.

CASSAB, M.A.P. e BATISTONI, M.R. - Proposta de Criação de Curso de Graduação em Serviço Social - USP - Temporalis - Revista da ABEPSS - Ano II- Suplemento - Brasília - Novembro de 2002

CENEAS – Pesquisa sobre salário mínimo profissional. In. Revista Serviço Social e Sociedade – São Paulo – Cortez Editora – N.10 - 1982

CFAS - Código de Ética Profissional do Assitente Social - CFAS - Brasília - 1993

CFESS - Serviço Social a Caminho do Século XXI: o protagonismo ético- político do conjunto CFESS/CRESS - Revista Serviço Social e Sociedade - XXVII- No 50 - O serviço Social no Século XXI - Cortez Editora - São Paul abril de 1996

\_\_\_\_\_. (org) Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional - UFAL/CRESS/CEFESS - Maio de 2005

\_\_\_\_\_. Artigo: Serviço Social a caminho do Século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. In. revista Serviço Social e Sociedade, n50 Ano XXVII, abril de 1996. O Serviço Social no Século XXI. Cortez Editora – 1996 –pps. 172-190.

CHASIN, J - A sucessão na crise e a crise na esquerda- Revista Ensaio, 17/18- pp 01 a122—Editora Ensaio, 1999

CHAUÍ, Marilena - A Universidade Operacional: atual Reforma do Estado ameaça esvaziar a instituição universitária com sua lógica de mercado -

FSP - São Paulo - 09 de maio de 1999

CHESNAIS, François - A Finança Mundializada - Boitempo Editorial - 2005

\_\_\_\_\_. A Mundialização do Capital - São Paulo - Editora Xamã 1996

I CONCUT, Caderno de Resoluções- São Paulo, 1983

II CONCUT, Caderno de Resoluções, São Paulo, 1986

III CONCUT, Caderno de Resoluções, São Paulo, 1988;

CORIAT, Benjamin - Pensar pelo Avesso o Modelo de Trabalho e Organização -  
editora da UFRJ/ Revan - 1 Rio de Janeiro - 1991

CRESS-SP - Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis,  
decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social -  
CRESS-SP - Gestão 2002-2005

COSTA, G.M. da - Aproximação ao Serviço Social Como Complexo Ideológico -  
pp.95-2- Revista da ABEPSS - Temporalis II - Diretrizes Curriculares:  
Polêmicas e Perspectivas - julho à dezembro de 2000

COUTINHO, Carlos Nelson - Democracia e Socialismo: polêmicas do nosso  
tempo - Cortez Editora/Editora Autores Associados - 1991

\_\_\_\_\_, A Democracia como Valor Universal: nota sobre a questão  
democrática no Brasil - Livraria editora Ciências Humanas - São Paulo - 1980

\_\_\_\_\_, Pluralismo: dimensões teóricas e políticas - pp.05-17 - cadernos  
ABESS - no 04 - Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação

profissional - Cortez Editora - maio de 1991

\_\_\_\_\_. Contra-Corrente- Ensaio sobre Democracia e Socialismo – Cortez Editora – São Paulo - 2000

FARIA, Sandra de - Produção de Conhecimento e Agenda Sócio-Profissional no Serviço Social Brasileiro - Doutorado em Serviço Social - PUC - SP - 2003

FALEIROS, Vicente de Paula - O que é Política Social - Editora Brasiliense - São Paulo - 1986

\_\_\_\_\_. Artigo: Um Livro Marcante: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - In. 20 anos do Livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – ABEPPS – 2002 – Apoio CNPQ.

FERNANDES, Florestan- A revolução burguesa no Brasil - Rio de janeiro - Zahar - 1986

\_\_\_\_\_, Que tipo de República? São Paulo Brasiliense - 1986

\_\_\_\_\_, Nova República? Rio de Janeiro, Zahar, 1986

\_\_\_\_\_. A Grande Civilização - Artigo FSP - 20de fevereiro de 1995

FERNANDES, Neide Aparecida- Dissertação de mestrado: Atuação do CRESS-SP em relação às denúncias éticas- 1993 à 2000 – Programa de Pós-graduação em Serviço Social PUC-SP - 2004

FILHO, A.G - A Democracia como Valor Operário e Popular: resposta à Carlos Nelson Coutinho - Revista Encontros com a Civilização brasileira - N 17 - pp. 195-202 - 1979

FILHO, G.C. - A Questão Social no Brasil: crítica do discurso político - Editora Civilização Brasileira - 1982

FIORI, Luis - Artigo: Os Moedeiros Falsos - FSP - 03 de julho de 1995

FREDERICO, Celso- 1843-1844-O Jovem Marx- As origens da Ontologia do Ser Social Cortez Editora-abril de 1995

FUKUYAMA, Francis. Artigo: O Fim da História? – In. Revista The National Interest- No 16 –1989 - pp. 3-18

GORZ, André - Adeus Ao Proletariado - Para Além do Socialismo - Forense Universitária - Rio de janeiro - 1987

GOUNETT, J. - O Toyotismo e as Novas Técnicas de Exploração na Empresa Capitalista. In. Debate Sindical - N 10 - São Paulo - 1992

GRAMSCI, Antonio.Os intelectuais e a organização da cultura – 7a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_,Democracia operária-partido, sindicatos e conselhos. A.Gil. Coimbra, Centelha, 1976.

GRANEMANN, Sara – Processos de trabalho e Serviço Social. In. Reprodução Social, trabalho e Serviço Social – módulo 02 – capacitaçào em Serviço Socail e Política Social – CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB – 1999 – pp. 53 a 166.

\_\_\_\_\_. Artigo: Relações Sociais e Serviço Social no brasil: expressão de coerênciа e uidade em uma trajetória profissional - In. 20 anos do Livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – ABEPPS – 2002 – Apoio CNPQ

GUERRA, Yolanda - Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social. In Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXI. N 62 - Processo de Trabalho e assistência social – Cortez Editora – março de 2000 - pp. 05 a 34

GUIMARÃES, Joarez - A Estratégia da Pinça - Artigo - pp.31-34 - Revista teoria e debate- PT - N 12 - Outubro à Dezembro de 1990

HARVEY, David - Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural - 6a edição - Edições Loyola - São Paulo - 1992

HOBSBAWM, Eric - A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991 - Editora Companhia das Letras - São Paulo - 1995

IAMAMOTO, M.V e Carvalho, R, - Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica - Cortez Editora/CELATS - 1982

IAMAMOTO M.V - Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional - Cortez Editora - São Paulo - 1998

\_\_\_\_\_. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos - Cortez Editora - São Paulo - 1992

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias, Alterações no Mundo do Trabalho e Serviço Social - pp. 45-70 - Revista Ser Social - No V - UNB - Braília - UF - 2000

\_\_\_\_\_. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social - pp. 35-80 - Revista ABEPSS - Temporalis I - Reforma do Ensino Superio e Serviço Social - Ano I - No 1 - janeiro à junho de 2000

\_\_\_\_\_. FERREIRA, I.B., e CARDOSO, F.G. - Os Cursos Sequenciais na Reforma edo Ensino Superior - pp. 159-164 - Revista ABEPSS - Temporalis I - Reforrama do Ensino Superio e Serviço Social - Ano I - No 1 - janeiro à junho de 2000

\_\_\_\_\_. A Questão Social no Capitalismo - Revista Temporalis - pp.09-32- Ano II - No III - 2a edição 2004

\_\_\_\_\_. Projeto Profissional, Espaços ocupacionais e Trabalho dO Assistente Social na Atualidade - In. CFESS - Parecer de Atribuições Privativas (do Assistente Social em questão) - 2002

JAMESON, Frederic - A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio - pp. 27-79 - in. Pós-Modernismo A Lógica Cultural do Capitalimo Tardio - Editora ática - 1996

KATZ, Cláudio; Coggiola, Osvaldo - Neoliberalismo ou Crise do Capital? - Editora XamÃ - São Paulo -1995

KURZ, Robert - O Colapso da Modernização - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial - São Paulo - Editora Paz e Terra - 1992

LEHER, Roberto - Reforma Universitária do Governo LULA - UFRJ/URJ - Notas para a Crítica do governo elaborado pelo GT Inter-ministerial - Decreto 20/10 de 2003 e 19 de Janeiro de 2004

LÊNIN, VI - O Estado e a Revolução - Editora HUCITEC - São Paulo - 1987

\_\_\_\_\_. Que Fazer? - AS questões palpitantes do nosso movimento-

Editora HUCITEC - São Paulo - 1988

LESSA, Sérgio - Serviço Social e trabalho: do que se trata? - pp.35-58 - Revista da ABEPSS - Temporalis II - Diretrizes Curriculares: Polêmicas e Perspectivas - julho à dezembro de 2000

\_\_\_\_\_. O Processo de Produção/ Reprodução Social: trabalho e sociabilidade - pp. 21-33

Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e

Serviço Social - Módulo II - CEAD/UNB/CFESS/ABEPSS - Brasília - 1999

LOJKINE, Jean - A Revolução Informacional - Cortez editora - São Paulo - 1995

LUKÁCS, Gyorgi - Ontologia do Ser Social: a falsa e a verdadeira ontologia De Hegel- Editora das Ciências Humanas- São Paulo -1979

\_\_\_\_\_. Marx e o Problema da Decadência Ideológica-texto mimeografado-1982

\_\_\_\_\_. Ontologia do Ser Social - Capítulo O Trabalho como Posição Teleológica- Tradução F.G.V/ SP - Carlos Nelson Coutinho (mimeografado)

\_\_\_\_\_. Os Princípios ontológicos Fundamentais de Marx - Editora Ciências Humanas - 1979

MANDEL, Ernest - Marx, La Crise Actuelle et L'avenir du Travail Humain - Quatrième Internationale - No 20 , maio de 1986 ( Tradução para o

português de José Almeida de Souza Júnior - Xerox)

\_\_\_\_\_. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista - Editora Ensaio, editora da Unicamp - São Paulo/ Campinas - 1990

MARX, Karl - O Capital Volume -I - Editora Nova Cultural - 3a Edição - 1988

\_\_\_\_\_. Salário, Preço e Lucro- in. A Dialética do trabalho:escritos de Marx e Enges - Antunes, R. (org.) - Editora Expressão Popular - 1a edição - Março de 2004

\_\_\_\_\_. Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo. In: A Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels - Antunes, R. (org.) - Editora Expressão Popular - 1a edição - Março de 2004

\_\_\_\_\_. Processo de Trabalho e Processo de valorização - in. A Dialética do trabalho: escritos de Marx e Enges - Antunes, R. (org.) - Editora Expressão Popular - 1a edição - Março de 2004

\_\_\_\_\_. Os Manuscritos Econômico- Filosóficos de 1844 - in. Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos Escolhidos - Os Pensadores: Kark Marx - Editora Abril Cultural - 1a Edição - julho de 1974

\_\_\_\_\_. Para a Crítica da Economia Política - in. Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos Escolhidos - Os Pensadores: Kark Marx - Editora Abril Cultural - 1a Edição - julho de 1974

\_\_\_\_\_. O XVIII Brumário de Luís Bonaparte - in. Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos Escolhidos - Os Pensadores: Kark Marx - Editora Abril Cultural - 1a Edição - julho de 1974

\_\_\_\_\_. e ENGELS, Friedrich - A Ideologia Alemã - Editora Martins Fontes - São Paulo - 1989

\_\_\_\_\_. e ENGELS, Friedrich - Manifesto do Partido Comunista Cortez editora – 1998

\_\_\_\_\_. e ENGELS, Friedrich – Textos sobre Educaçãoe e Ensino – Ed. Centauro – 2004.

\_\_\_\_\_. A Questão Judaica- 2a Edição- março de 1991 - Editora Moraes - São Paulo -

\_\_\_\_\_. O Capital - Livro I - Capítulo VI (Inédito) - Editora Ciências Humanas - São Paulo - 1978

MENEZES, Maria T.C.G. - Em Busca da Teoria: Políticas de Assistência Pública - Cortez Editora/ UERJ - São Paulo/ Rio de Janeiro - 1993

MÉSZÀROS, István - Para Além do Capital - Boitempo Editorial - 2002  
(Consulta)

\_\_\_\_\_. Produção Destrutiva e Estado Capitalista - Cadernos Ensaio - Série Pequeno Formato - Editora Ensaio - 1996

\_\_\_\_\_. Da Modernidadde à Crise da Pós- Modernidade - pp.27-69 - in. O Poder da Ideologia - Mészáros, I - Editora Ensaio - 1996

\_\_\_\_\_. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro-Zahar, 1981

\_\_\_\_\_. II- Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe

Contingente-75

-119- In Filosofia Ideologia e Ciência Social- Ensaios de Negação e Afirmação-

Editora Ensaio-1993

\_\_\_\_\_. O poder da Ideologia. Tradução Magda Lopes – Editora ensaio – São Paulo - 1996

MILIBAND, Ralph - Artigo: Reflexões sobre A Crise dos Regimes Comunistas - In. Depois

da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo - pp.21-35

-  
Editora Paz e Terra - 1993

MONTAÑO, Carlos - Terceiro Setor e Questão Social - Cortez Editora - 2002

MOTA, Ana Elizabete - Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da Assistência Social Brasileira nos anos 80 e 90 - Cortez Editora - 1995

\_\_\_\_\_. (Org.) - A Nova Fábrica de Consensos - Cortez Editora - Agosto de 1998

MUNIZ, Giselli Cristine - Transformações do Mundo do trabalho e rebatimentos no Exercício Profissional do Assistente Social – Trabalho de Conclusão de Curso Faculdade de Serviço Social - PUC – SP - 2002

NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social - Cortez Editora - 1992

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social; uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64 - Cortez Editora - São Paulo - 1991

\_\_\_\_\_. Capitilimo e Reificação - Livraria Ciências Humanas - São Paulo - 1991

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Crise Contemporânea - Capacitação em Serviço Social e Política Social - CEAD/UNB/ABEPSS/CFESS - Módulo 01 - Brasília - 1999

\_\_\_\_\_. A Esquerda e as Duas Almas do Governo Lula - Jornal do Brail - Rio de Janeiro - Edição 19 de janeiro de 2003

\_\_\_\_\_. Democracia e Transição Socialista - Oficina de Livros - Belo Horizonte - 1990

\_\_\_\_\_. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal- Questões de Nossa Época - Cortez Editora- São Paulo - 1993

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social; Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil - Revista Serviço social e Sociedade - Ano XXVII - No 50 - O Serviço Social no Século XXI - Cortez Editora - São Paulo - abril de 1996

\_\_\_\_\_. A Conjuntura Brasileira: o Brasil posto à prova - Revsita Serviço Social e Sociedade - No 79 - Ano XXV - Especial 2004 - Serviço Social: Formação Profissional e Projeto Político - Setembro de 2004

\_\_\_\_\_. Cinco Notas a Propósito da Questão Social - Revista ABEPSS - Temporalis III - Ano II - 2004

\_\_\_\_\_. A Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior - pp. 11-34 - Revista ABEPSS - Temporalis I - Reforama do Ensino Superior e Serviço Social - Ano I - No 1 - janeiro à junho de 2000

\_\_\_\_\_. Notas Sobre Marxismo e Serviço Social, Suas Relações no Brasil e a Questão do seu Ensino - pp.76-96 - Cadernos ABESS IV - Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional - Cortez Editora - maio de 1991

\_\_\_\_\_. Prólogo: elementos para uma leitura crítica do manifesto comunista - IX-LXXVI – In: Manifesto do Partido Comunista - Marx, e Engels, F. - Cortez editora 1998

\_\_\_\_\_. A esquerda e as duas almas do governo Lula-artigo Jornal do Brasil, 19/01/2003

\_\_\_\_\_. Artigo sobre o livro - Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – In. 20 anos do Livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – ABEPPS – 2002 – Apoio CNPQ.

NOGUEIRA, Paulo Batista - O Consenso de Washington - Pedex - 1995

OLIVEIRA, Érson Martins - Crítica à Política Educacional do Governo PT 79-83 - Revista PUC Viva - Ano VI - N 20 - Imperialismo: manifestações e consequências - julho à setembro de 2004

\_\_\_\_\_. Reforma Educacional do governo PT/LULA - pp. 31 - 39 - Revista PUV Viva - Faces da Educação : reforma universitária - Ano VI - N 1 - Julho à Setembro de 2004

\_\_\_\_\_. Educação à Distância; A Velha e a Nova Escola - pp. 93-113 - Revista PUC Viva - Educação à Distância - Ano VI - N 24 - Julho à Setembro de 2005

OLIVEIRA, Francisco - Artigo: - FSP- 14 de junho de 2003

\_\_\_\_\_. O Enigma de LULA: ruptura ou continuidade? - pp. 37-41 - Margem à Esquerda - Ensaios Marxistas - N 01 - Boitempo Editorial - Maio de 2003

PAGAZA, Margarita Rozas. Comentario sobre el Significado del Libro Relaciones Sociales y Trabajo Social - In. 20 anos do Livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – ABEPPS – 2002 – Apoio CNPQ.

PAIXÃO, Márcia Calhes. Comentário sobre a Importância da Obra Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica - In. 20 anos do Livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – ABEPPS – 2002 – Apoio CNPQ

POMAR, Valter - Novos Rumos Para o Governo LULA: documentos da articulação de esquerda (2000-2004) - Editora Página 13 - resoluções da Terceira Conferência Nacional - Cajamar - 2000

PEREIRA, Bresser - A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira - MARI - Ministério de Administração e reforma do Estado – 1995

RAICHELIS, Raquel – Legitimidade Popular e Poder Público – São Paulo – Cortez Editora - 1988

\_\_\_\_\_. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática – Cortez Editora - 1998

RAMOS, Maria H. R. e GOMES, M.Fátima.C.M. - Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do serviço social enquanto prática profissional - pp. 59-94 - Revista da ABEPPS - Temporalis II - Diretrizes Curriculares: Polêmicas e Perspectivas - julho à dezembro de 2000

RIDENTE, Marcelo - Classes Sociais e Representação - Questões de Nossa Época - No 31 - Cortez Editora - Fevereiro de 200

Resoluções do VIII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores - 1993

ROCHA, Ronald - Democracia Profana - Artigo pp. 43-46 - Revista Teoria e Debate PT -  
N11 - Julho à Setembro de 1990

RODRIGUES, Italo Marcos - Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social:  
o processo de implementação das diretrizes na regional ABEPSS - Sul II -  
TCC - FSS - PUC- São Paulo - 2001

SADER, Emir - Estado e Política em Marx: para uma crítica da filosofia política -  
Cortez  
Editora - São Paulo - 1993

SANTOS, Cleusa - Reforma ou Revolução? - Tese de Doutoramento em Serviço  
Social - PUC - SP - 1998

SERRA, Rose M.S. - Crise de Materialidade no Serviço Social - repercussões  
no mercado  
De trabalho - Cortez editora - Outubro de 2000

\_\_\_\_\_. Alterações no Mundo do Trabalho e Repercussões no mercado  
profissional  
do Serviço Social. Pp.151-156. In. Trabalho e Reprodução: enfoques e  
abordagens - Cortez editora/PETRES/URJ/FSS - São Paulo/ rio de  
Janeiro -  
Agosto de 2001

\_\_\_\_\_. Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho nos Órgãos Públicos,  
Empresas e

Entidades Sem Fins Lucrativos no Estado do Rio de Janeiro - ABESS  
Leste -  
FSSUERJ/ESSUFRJ/CRESS - 7a Região/ ENESSO - 1998

SILVA, Ademir Alves - Artigo: Diretrizes Curriculares e o Mercado de Trabalho.  
In. PUC Viva - A Função Social da Universidade: para onde vai a PUC? -  
N 04 - Março de 1999 Silva, M.O da S e - O Serviço Social e o Popular:  
resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura - Cortez  
Editora - São Paulo- Novembro de 1995

\_\_\_\_\_. Pesquisa sobre mercado de trabalho do Assistente Social no Estado  
de São Paulo - Faculdade de Serviço Social - PUC- SP/ CRESS - SP –  
1995

SILVA, M. Ozanira da Silva e (Coord.) – O Serviço Social e o Popular: resgate  
teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura – Cortez editora –  
1995

SIMIONATO, Ivete - A Expressões Ideo-culturais da Crise Capitalista da  
Atualidade - pp. 79-90 - In. Crise Contemporânea, Questão Social e  
Serviço Social - Capacitação em Serviço Social e Política Social - Módulo I  
-CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB - Brasília - 1999

SOARES, L.T.- Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina -  
Questões de  
Nossa Época . No78, São Paulo, Cortez Editora, 2000

Socialismo Científico - Revista Teórica da tendência Pelo Partido operário  
Revolucionário -  
Ano VII - N 08 - Maio de 2003

\_\_\_\_\_. Teses sobre a crise política do Governo do PT/LULA - Ano IX - N  
11 Edição especial - setembro de 2005

SOKOL, Marcos – Artigo: Comunidade Solidária. Texto mimeografado, 1995, pp.  
09-11.

SWEEZY, P.M. - Teoria do Desenvolvimento Capitalista - 4 a edição - Rio de  
Janeiro - Zahar Editora - 1976

TOLEDO, Caio Navarro - Artigo: A Modernidade Democrática da Esquerda:  
adues à revolução? - Revista crítica marxista - Editora Brasiliense - pp. 27-  
38 - Vol I - N 01 – 1994

TONET, Ivo – Artigo: A crise das ciências sociais – pp.103-117- Revista Serviço  
social e Sociedade – N41 – Ano XIV – abril de 1993. Cortez Editora

\_\_\_\_\_. Artigo: O Pluralismo Metodológico: uma falso caminho – pp.35-57  
– Revista Serviço Social e Sociedade - N 48- Ano XVI- agosto de 1996.  
Cortez Editora

TROTSKI, Leon- Escritos sobre Sindicato-Editora Kairós-1.a edição- outubro de  
1978

\_\_\_\_\_. Textos sobre a Frente Única e a Unidade Sindical, In Massas,  
Conlutas e Conlute como organismos de frente única; contra a cisão das  
organizações de massa- POR- São Paulo-2005

\_\_\_\_\_. Programa de Transição: A agonia do capitalismo e as Tarefas da IV  
Internacional-Cadernos Marxistas, Editora Instituto José Luís e Rosa  
Sundermann- São Paulo- maio de 2004

TUMELEIRO, Silvana - Debatendo o Terceiro Setor - pp. 17- 23 - UFSC - 1999

TURRA, Júlio - Uma Reforma Sindical que Ataca as Bases Históricas da CUT - pp. 47-51 - Revista PUC VIVA - Reforma Sindical - Ano VI - N 23 - Janeiro à Março de 2005

VASCONCELOS, Ailton Marques- A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978-2002, e sua relação com o Projeto de Formação profissional, TCC, PUC-SP, São Paulo,2003

VIEIRA, Evaldo Amaro- As Políticas Sociais e os direitos sociais no Brasil: Avanços e retrocessos-pp. 67 a 79- Artigo - Revista Serviço Social e Sociedade - ano XXVIII-n.o 53- Política Social e Direito- março de 1997

\_\_\_\_\_. Artigo: As Políticas Sociais e os Direitos Sociais no Brasil: avanços e retrocessos – Revista Serviço Social e Sociedade –Política Social e direitos - No 53 – Ano XVIII – março de 1997 – Cortez Editora

WEFFORT, Francisco C. - Por que Democracia? Editora Brasiliense - 1984

YASBEK, Maria Carmelita - Pobreza e Exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil - pp.36-40 - Revista da ABEPSS/Temporalis - Ano II - N 03 - Segunda edição - 2004

\_\_\_\_\_.O Serviço Social e o Movimento Histórico da Sociedade Brasileira. In: Legislação Brasileira para o Serviço Social -pp.13-29-CRESS-SP - 2005

\_\_\_\_\_. O Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo - pp. 89-99 -- Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social , trabalho e Serviço Social - Módulo II - CEAD/UNB/CFESS/ABEPSS - Brasília - 1999

\_\_\_\_\_. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da "Questão Social"- Cadernos ABONG - Série especial - Subsídios à

conferência Nacional de Assistência Social - N 03 - Outubro de 1995

\_\_\_\_\_. (org): Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC - SP-pp. 29-103 - In. Revista Serviço Social e Sociedade - N14 - ABESS - Formação Profissional - Cortez Editora - Ano V - São Paulo - Abril de 1984.

\_\_\_\_\_. 20 anos de Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - In. 20 anos do Livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – ABEPPS – 2002 – Apoio CNPQ.